



Universidade do Minho
Serviços de Acção Social



20
25

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

| SASUM



índice



ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS	i
MENSAGEM DA ADMINISTRADORA	1
SUMÁRIO EXECUTIVO	3
INTRODUÇÃO	6
1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE	7
1.1. RECURSOS HUMANOS	11
1.2. QUALIDADE	27
1.3. SUSTENTABILIDADE	31
2. RESULTADOS DOS OBJETIVOS OPERACIONAIS FIXADOS NO PLANO DE ATIVIDADES DE 2025	33
3. ATIVIDADES PRINCIPAIS	45
3.1. ATIVIDADE DE APOIO SOCIAL	45
3.1.1. APOIOS SOCIAIS - BOLSAS DE ESTUDO, FUNDO DE APOIO SOCIAL E PROGRAMA DE APOIO INFORMÁTICO A ESTUDANTES	46
3.1.2. ALOJAMENTO	57
3.1.3. APOIO CLÍNICO	67
3.2. ATIVIDADE ALIMENTAR	72
3.2.1. BARES E SNACK-BARES	77
3.2.2. CANTINAS, GRILLS E RESTAURANTE	87
3.2.3. SERVIÇO DE TAKEAWAY	99
3.3. ATIVIDADE DE DESPORTO E CULTURA	102
3.3.1. ATIVIDADE DE DESPORTO	102
3.3.2. APOIO AO ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO E CULTURA	125
4. PRESTAÇÃO DE CONTAS	127
4.1. ANÁLISE ORÇAMENTAL, ECONÓMICA E FINANCEIRA E DE GESTÃO	127
4.2. ANÁLISE ORÇAMENTAL	128
4.2.1. RECEITA	129
4.2.2. DESPESA	134
4.2.3. SALDO DA EXECUÇÃO	137
4.2.4. FLUXO DE CAIXA: ÓTICA ORÇAMENTAL - SALDO DE GERÊNCIA	137
4.3. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS	139
IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO	139
REFERENCIAL CONTABILÍSTICO E DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS	139
A) DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL	141
B) DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA	143
C) DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA	144
D) DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO	146
E) ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS	153
4.4. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	166
4.4.1. POSIÇÃO FINANCEIRA: BALANÇO	168
4.4.2. DESEMPENHO FINANCEIRO: DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	170
4.5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	176
BALANÇO	176
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA	177
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	178
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	179
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	181
4.6. CONTABILIDADE DE GESTÃO	219
APLICAÇÃO DA CONTABILIDADE DE GESTÃO NOS SASUM	220
INDICADORES	220
MÉTODOS UTILIZADOS	220
MAPAS DA CONTABILIDADE DE GESTÃO	223
ANÁLISE COMPARATIVA	236
CONCLUSÃO	238
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	239
MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	244

ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS

QUADROS

QUADRO 1. 1 - RECURSOS HUMANOS POR DEPARTAMENTO A 31 DE DEZEMBRO DE 2025	11
QUADRO 1. 2 - ANÁLISE COMPARATIVA DE EFETIVOS POR DEPARTAMENTO DE 2021 A 2025	12
QUADRO 1. 3 - N.º DE EFETIVOS POR GRUPO PROFISSIONAL, RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO E GÉNERO E ANÁLISE COMPARATIVA DE 2021 A 2025	13
QUADRO 1. 4 - N.º DE EFETIVOS POR ESTRUTURA ETÁRIA E GÉNERO	14
QUADRO 1. 5 - ANÁLISE COMPARATIVA DE EFETIVOS POR ESTRUTURA ETÁRIA E REPRESENTATIVIDADE DE 2021 A 2025	14
QUADRO 1. 6 - N.º DE EFETIVOS POR ANTIGUIDADE E GÉNERO	15
QUADRO 1. 7 - ANÁLISE COMPARATIVA DE EFETIVOS POR ANTIGUIDADE E REPRESENTATIVIDADE DE 2021 A 2025	15
QUADRO 1. 8 - ESTRUTURA HABILITACIONAL	16
QUADRO 1. 9 - ANÁLISE COMPARATIVA DE EFETIVOS POR ESTRUTURA HABILITACIONAL E REPRESENTATIVIDADE DE 2021 A 2025	16
QUADRO 1. 10 - MODALIDADES DE HORÁRIO DE TRABALHO E GÉNERO	17
QUADRO 1. 11 - ANÁLISE COMPARATIVA DE MODALIDADES DE HORÁRIO DE 2021 A 2025	18
QUADRO 1. 12 - TRABALHO SUPLEMENTAR	19
QUADRO 1. 13 - ANÁLISE COMPARATIVA DE NÚMERO DE HORAS DE TRABALHO SUPLEMENTAR POR TIPO DE 2021 A 2025	19
QUADRO 1. 14 - NÚMERO DE EXAMES MÉDICOS EFETUADOS DE 2021 A 2025 E DESPESAS SUPORTADAS	23
QUADRO 1. 15 - SINISTRALIDADE LABORAL	24
QUADRO 1. 16 - NÚMERO DE PARTICIPAÇÕES DOS/AS TRABALHADORES/AS EM AÇÕES DE FORMAÇÃO	25
QUADRO 1. 17 - CONTAGEM RELATIVA A PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES DE FORMAÇÃO DURANTE O ANO, POR GRUPO, CARGO E CARREIRA, SEGUNDO O TIPO DE AÇÃO	25
QUADRO 1. 18 - CONTAGEM DAS HORAS DESPENDIDAS EM FORMAÇÃO EM 2025 POR GRUPO, CARGO E CARREIRA, SEGUNDO O TIPO DE AÇÃO	26
QUADRO 1. 19 - DESPESAS ANUAIS COM FORMAÇÃO	26
QUADRO 1. 20 - AUDITORIAS REALIZADAS EM 2025	27
QUADRO 3. 1 - EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS COM BOLSAS 2020/21 - 2025/26	48
QUADRO 3. 2 - RESULTADOS DAS CANDIDATURAS A BOLSA DE ESTUDO - ANO LETIVO 2025/2026	50
QUADRO 3. 3 - CANDIDATURAS COM RESULTADO INDEFERIDO - MOTIVOS	51
QUADRO 3. 4 - COMPARAÇÃO DO N.º DE CANDIDATOS A BOLSA DE ESTUDO, BOLSEIROS E BOLSEIROS DESLOCADOS E NÃO DESLOCADOS POR POLOS	52
QUADRO 3. 5 - EVOLUÇÃO DAS CANDIDATURAS AO FAS	54
QUADRO 3. 6 - EVOLUÇÃO DAS CANDIDATURAS AO PAIE	56
QUADRO 3. 7 - EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO DAS RESIDÊNCIAS POR TIPOLOGIA DE RESIDENTES	62
QUADRO 3. 8 - BOLSEIROS ALOJADOS POR POLO	63
QUADRO 3. 9 - PEDIDOS DE ALOJAMENTO NÃO ATENDIDOS	64
QUADRO 3. 10 - ANÁLISE FINANCEIRA DO ALOJAMENTO EM 2025	64
QUADRO 3. 11 - EVOLUÇÃO DA GESTÃO DO ALOJAMENTO 2021-2025	65
QUADRO 3. 12 - NÚMERO DE CONSULTAS POR POLO 2021-2025	68
QUADRO 3. 13 - PERFIL DE UTENTE ATENDIDO NAS CONSULTAS DE PSICOLOGIA EM 2025	69
QUADRO 3. 14 - EVOLUÇÃO DE NOVOS CASOS EM 2025	69
QUADRO 3. 15 - NÚMERO DE FALTAS A CONSULTAS POR POLO	69
QUADRO 3. 16 - PEDIDOS E ATRIBUIÇÃO DE CHEQUES PSICÓLOGO E NUTRICIONISTA	70
QUADRO 3. 17 - REGISTOS DE CONSULTAS - CHEQUES PSICÓLOGO E NUTRICIONISTA	70
QUADRO 3. 18 - APOIO DE ENFERMAGEM: N.º DE ATOS REALIZADOS DE 2021 - 2025	70
QUADRO 3. 19 - ANÁLISE FINANCEIRA DOS BARES	78
QUADRO 3. 20 - VALOR GLOBAL DA GESTÃO DOS BARES 2021-2025	81
QUADRO 3. 21 - EVOLUÇÃO DA RECEITA DE POS DOS BARES 2021-2025	85
QUADRO 3. 22 - ANÁLISE FINANCEIRA DAS CANTINAS, GRILLS E RESTAURANTE	88
QUADRO 3. 23 - ANÁLISE FINANCEIRA - COMPLEXO DE GUALTAR	90
QUADRO 3. 25 - VALOR GLOBAL DAS CANTINAS, GRILLS E RESTAURANTE DE 2021 A 2025	93
QUADRO 3. 26 - TOTAL DE REFEIÇÕES SERVIDAS NAS UNIDADES ALIMENTARES: 2021-2025	95
QUADRO 3. 27 - EVOLUÇÃO DAS VENDAS DE TAKEAWAY POR ANO E MÊS	99
QUADRO 3. 28 - DADOS RELATIVOS À DISTRIBUIÇÃO DE UTENTES EM 2025	102
QUADRO 3. 29 - DISTRIBUIÇÃO DE UTENTES POR TIPOLOGIA	104
QUADRO 3. 30 - OFERTA DE ATIVIDADES E/OU MODALIDADES DESPORTIVAS	105
QUADRO 3. 31 - DISTRIBUIÇÃO DOS UTENTES INSCRITOS 2021-2025	106
QUADRO 3. 32 - NÚMERO DE CARTÕES VENDIDOS 2021-2025	107
QUADRO 3. 33 - EVENTOS REALIZADOS NAS INSTALAÇÕES DESPORTIVAS DA UMINHO 2021-2025	109
QUADRO 3. 34 - TORNEIOS INTERNOS 2025	110
QUADRO 3. 35 - MODALIDADES COM COMPETIÇÃO DESPORTIVA UNIVERSITÁRIA	112
QUADRO 3. 36 - EVOLUÇÃO DAS MEDALHAS CONQUISTADAS NOS CNU 2021-2025	113
QUADRO 3. 37 - CNU E JCS ORGANIZADOS PELO DDC E AAUM	114
QUADRO 3. 38 - EVOLUÇÃO DAS MEDALHAS CONQUISTADAS NOS EUC/EUG 2021-2025	115
QUADRO 3. 39 - PRÉMIOS DE MÉRITO DESPORTIVO/VALOR ATRIBUÍDO 2021-2025	117
QUADRO 3. 40 - RECURSOS HUMANOS DO DDC	121
QUADRO 3. 41 - DEMONSTRAÇÃO DA EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS, DESPESAS E TAXA DE COBERTURA 2021-2025	122
QUADRO 3. 42 - DESEMPENHO GLOBAL DO DDC EM 2025	122
QUADRO 3. 43 - ORIGEM DAS RECEITAS 2025	123
QUADRO 3. 44 - ORIGEM DAS DESPESAS 2025	124
QUADRO 3. 45 - GRUPOS CULTURAIS DA UMINHO	125

QUADRO 4. 1 - EVOLUÇÃO DOS ORÇAMENTOS 2021-2025	129
QUADRO 4. 2 - ORÇAMENTO, ORÇAMENTO CORRIGIDO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE RECEITA (2025)	130
QUADRO 4. 3 - PREVISÕES CORRIGIDAS, RECEITA COBRADA LÍQUIDA E RECEITAS POR COBRAR - 2025	130
QUADRO 4. 4 - RECEITAS POR COBRAR - 2025	131
QUADRO 4. 5 - RECEITA EFETIVA - 2025 E 2024	132
QUADRO 4. 6 - RECEITA EFETIVA POR FONTE DE FINANCIAMENTO - 2025 E 2024	132
QUADRO 4. 7 - DOTAÇÕES CORRIGIDAS, COMPROMISSOS, OBRIGAÇÕES, DESPESAS PAGAS LÍQUIDAS E OBRIGAÇÕES POR PAGAR - 2025	134
QUADRO 4. 8 - DESPESAS PAGAS LÍQUIDAS EM 2025-2024	135
QUADRO 4. 9 - SALDOS DE EXECUÇÃO 2025-2024	137
QUADRO 4. 10 - EVOLUÇÃO DA RECEITA E DESPESA DE 2021 A 2025	138
QUADRO 4. 11 - ESTRUTURA DO ATIVO 2025 E 2024	168
QUADRO 4. 12 - ESTRUTURA DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO - 2025 E 2024	169
QUADRO 4. 13 - ESTRUTURA DE RENDIMENTOS 2025 E 2024	170
QUADRO 4. 14 - VENDAS, PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E CONCEÇÕES E TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES OBTIDOS 2025 E 2024	171
QUADRO 4. 15 - ESTRUTURA DE GASTOS 2025 E 2024	172
QUADRO 4. 16 - CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS 2025 E 2024	172
QUADRO 4. 17 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS 2025 E 2024	173
QUADRO 4. 18 - GASTOS COM PESSOAL	174
QUADRO 4. 19 - RESULTADOS DOS SASUM EM 2025	175

GRÁFICOS

GRÁFICO 1. 1 - ANÁLISE GRÁFICA COMPARATIVA DE NÚMERO DE HORAS DE TRABALHO SUPLEMENTAR POR TIPO DE 2021 A 2025	19
GRÁFICO 1. 2 - TAXA DE ABSENTISMO E N.º DE DIAS DE AUSÊNCIA	20
GRÁFICO 1. 3 - ANÁLISE COMPARATIVA DA TAXA DE ABSENTISMO POR DEPARTAMENTO (Nº DE DIAS ÚTEIS PREVISTOS POR DEPARTAMENTO/ Nº DE FALTAS EM DIAS ÚTEIS)	21
GRÁFICO 1. 4 - TOTAL DE DIAS DE FALTAS POR ANO E POR CATEGORIAS DE 2021 A 2025	21
GRÁFICO 1. 5 - AUSÊNCIAS POR TIPO DE FALTAS	22
GRÁFICO 1. 6 - DEPARTAMENTO ALIMENTAR - Nº DE RECLAMAÇÕES/SUGESTÕES/ELOGIOS (2021-2025)	29
GRÁFICO 1. 7 - DEPARTAMENTO DE DESPORTO E CULTURA - Nº DE RECLAMAÇÕES/SUGESTÕES/ELOGIOS (2021-2025)	29
GRÁFICO 1. 8 - DEPARTAMENTO DE APOIO SOCIAL - Nº DE RECLAMAÇÕES/SUGESTÕES/ELOGIOS (2021-2025)	30
GRÁFICO 3. 1 - PERCENTAGEM DE BOLSEIROS NO UNIVERSO DE ESTUDANTES	49
GRÁFICO 3. 2 - EVOLUÇÃO DO Nº CANDIDATOS A BOLSA E DO Nº DE BOLSEIROS	50
GRÁFICO 3. 3 - BOLSEIROS POR DISTRITO DE PROVENIÊNCIA	53
GRÁFICO 3. 4 - TAXA DE OCUPAÇÃO GLOBAL DAS RESIDÊNCIAS	62
GRÁFICO 3. 5 - GESTÃO GLOBAL DOS BARES 2021-2025	82
GRÁFICO 3. 6 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE REFEIÇÕES SERVIDAS NOS BARES 2021-2025	83
GRÁFICO 3. 7 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO MENSAL DE REFEIÇÕES SERVIDAS NOS BARES - ANO DE 2025	84
GRÁFICO 3. 8 - TOTAL DE REFEIÇÕES SOCIAIS SERVIDAS POR MÊS E ANO (2021-2025)	97
GRÁFICO 3. 9 - EVOLUÇÃO DAS VENDAS DE TAKEAWAY POR ANO E MÊS	100
GRÁFICO 3. 10 - DISTRIBUIÇÃO DE UTENTES POR TIPOLOGIA	105
GRÁFICO 3. 11 - EVOLUÇÃO DAS MEDALHAS CONQUISTADAS NOS CNU 2021-2025	111
GRÁFICO 3. 12 - PRÉMIOS DE MÉRITO DESPORTIVO 2021-2025	112
GRÁFICO 3. 13 - PRÉMIOS DE MÉRITO DESPORTIVO 2021-2025	117
GRÁFICO 3. 14 - CAMPANHAS SOLIDÁRIAS - ROUPA 2022-2025	118
GRÁFICO 3. 15 - CAMPANHAS SOLIDÁRIAS - BRINQUEDOS 2022-2025	119
GRÁFICO 3. 16 - ACIDENTES DESPORTIVOS PARTICIPADOS À SEGURADORA 2021-2025	120
GRÁFICO 3. 17 - DISTRIBUIÇÃO MENSAL DOS UTENTES E DAS UTILIZAÇÕES NO DDC	121
GRÁFICO 3. 18 - ORIGEM DAS RECEITAS 2025	124
GRÁFICO 3. 19 - ORIGEM DAS DESPESAS 2025	124
GRÁFICO 4. 1 - EVOLUÇÃO DOS ORÇAMENTOS - 2021 A 2025	133
GRÁFICO 4. 2 - VARIAÇÃO NAS PRINCIPAIS RUBRICAS - POR TIPO DE DESPESA - 2021 A 2025	136



siglas



AAUMinho	Associação Académica da Universidade do Minho	INA	Instituto Nacional da Administração, I.P
APSDES	Associação Portuguesa dos Serviços Desportivos do Ensino Superior	LOE	Lei do Orçamento do Estado
AVAC	Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado	MENAC	Mecanismo Nacional Anticorrupção
CAS	Conselho de Ação Social	NCP	Normas de Contabilidade Pública
CEI	Contrato Emprego - Inserção	OE	Orçamento do Estado
CGestão	Conselho de Gestão	OMS	Organização Mundial de Saúde
CNA	Concurso Nacional de Acesso	ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
CMVMC	Custos das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	PAIE	Programa de Apoio Informático a Estudantes
CNU	Campeonato Nacional Universitário	PIDDAC	Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
CO3+	Operação CO3+ - Capacitação Organizacional dos SAS UNorte	POCI	Programa Operacional Competitividade e Internacionalização
CIT	Contrato Individual de Trabalho	POCER	Programa Operacional de Capacitação e Eficiência de Recursos
CITFP	Contrato Individual de Trabalho em Funções Públicas	POVT	Programa Operacional de Valorização do Território
DA	Departamento Alimentar	PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
DAA	Departamento de Apoio ao Administrador	QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
DAS	Departamento de Apoio Social	RABEEES	Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior
DCF	Departamento Contabilístico e Financeiro	REEE	Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos
DDC	Departamento de Desporto e Cultura	POS	<i>Point of Sale</i>
DGES	Direção Geral do Ensino Superior	RECAP	Referencial de Competências para a Administração Pública
DR	Diário da República	RMMG	Retribuição Mínima Mensal Garantida
DRH	Divisão de Recursos Humanos	RP	Receitas Próprias
ENAS	<i>European Network of Academic Sports Services</i>	PREVPAP	Programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública
ESA	Equipa de Segurança Alimentar	SAS	Serviços de Ação Social
ET's	Especificações Técnicas	SASUM	Serviços de Ação Social da Universidade do Minho
EUSA	European University Sports Association	SIGQ	Sistema Integrado de Gestão da Qualidade
EUROFIR	<i>European Food Information Resource Network</i>	SNC-AP	Sistema de Normalização Contabilística na Administração Pública
FADU	Federação Académica do Desporto Universitário	SNS	Serviço Nacional de Saúde
FAS	Fundo de Apoio Social	SICABE	Suporte Informático de Atribuição de Bolsas de Estudo
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional	TUTORUM	Programa de Apoio Tutorial aos Estudantes Atletas de Alta Competição da Universidade do Minho
FF	Fonte de Financiamento	UE	União Europeia
FISU	International University Sports Federation	UMinho	Universidade do Minho
FNB	<i>Food and Nutrition Board</i>	UnILEO	Unidade de Implementação de Lei de Enquadramento Orçamental
FIFO	First-In, First-Out	UAARES	Unidades de Alto Rendimento no Ensino Superior
FEFO	First-Expired, First-Out		
HACCP	Hazard Analysis and Critical Control Point		
IAS	Indexante de Apoios Sociais		
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional		
IPDJ	Instituto Português do Desporto e Juventude		
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>		
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado		



MENSAGEM DA ADMINISTRADORA



O presente Relatório dos Serviços de Acção Social da Universidade do Minho (SASUM) reflete a atividade desenvolvida ao longo do ano de 2025, num contexto marcado por desafios económicos significativos e pelas exigências às políticas de execução orçamental do setor público. A este enquadramento estrutural, acresce um cenário de crescente pressão sobre os custos de funcionamento e de um aumento da procura de apoios sociais por parte da comunidade estudantil

Apesar deste enquadramento sempre exigente, os SASUM mantiveram o seu compromisso fundamental de apoiar os seus estudantes, promovendo a igualdade de oportunidades no acesso, frequência e sucesso no ensino superior. A gestão criteriosa dos recursos disponíveis, aliada ao empenho e dedicação das equipas dos vários departamentos, permitiu assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços prestados nas áreas de apoio social, bolsas de estudo, alojamento, alimentação e desporto.

Simultaneamente, prosseguiram os esforços de melhoria contínua, através do reforço da eficiência dos processos internos, da otimização dos recursos existentes e da implementação de soluções orientadas para uma resposta mais eficaz às necessidades da comunidade académica.

Os resultados alcançados refletem o esforço coletivo das equipas e a colaboração institucional com diferentes parceiros, cuja contribuição tem sido determinante para enfrentar os desafios atuais e garantir a sustentabilidade e a qualidade dos serviços prestados.

Neste contexto, importa destacar a estreita articulação com os diferentes órgãos e unidades da Universidade do Minho, bem como com outras instituições de ensino superior, nomeadamente as Universidades de Trás-os-Montes e Alto Douro, do Porto, de Aveiro e de Coimbra. Estas parcerias têm permitido criar sinergias, partilhar conhecimento e potenciar o alcance das iniciativas e projetos desenvolvidos no âmbito da ação social universitária.

No que respeita à cooperação interinstitucional, continuaram a realizar-se reuniões mensais presenciais entre os Administradores e responsáveis dos Serviços de Ação Social das Universidades do Minho, do Porto, de Trás-os-Montes e Alto Douro, de Aveiro e de Coimbra. Estes encontros têm constituído importantes espaços de reflexão estratégica e de partilha de experiências, contribuindo para a construção de soluções conjuntas para desafios comuns, para a harmonização de práticas e para a criação de sinergias que se traduzem em ganhos de eficiência e qualidade dos serviços.

Continuamos empenhados em prosseguir uma atuação pautada pela responsabilidade, rigor e sentido de missão, procurando adaptar a ação social universitária às exigências de um contexto económico e social em constante evolução. Fá-lo-emos sempre com o propósito de apoiar os estudantes e de contribuir para o seu sucesso académico, pessoal e profissional.



SERVIÇOS DE ACÇÃO SOCIAL

SASUM

4

SUMÁRIO EXECUTIVO

No ano de 2025, os SASUM mantiveram o seu foco na criação de condições que favoreçam o bem-estar, a integração e o sucesso académico dos estudantes, prosseguindo a sua missão e concretizando a estratégia definida no Plano de Atividades.

Com base nos objetivos estratégicos definidos pelos SASUM para 2025, a atuação desenvolvida centrou-se em:

- Garantir a prestação de serviços de qualidade à comunidade académica, contribuindo para uma academia mais coesa, inclusiva e participativa;
- Promover uma cultura organizacional assente na proximidade, na participação e na valorização dos recursos humanos;
- Reforçar parcerias estratégicas, internas e externas, através do desenvolvimento de projetos conjuntos que contribuam para a melhoria contínua dos serviços prestados;
- Reabilitar e modernizar infraestruturas e equipamentos.
- Promover a sustentabilidade social, económica, financeira e ambiental, assegurando uma gestão mais eficiente e responsável dos recursos;
- Desenvolver estratégias de comunicação e divulgação eficazes, reforçando a promoção dos serviços de ação social e aumentando a sua visibilidade e impacto junto da comunidade académica.

A atividade desenvolvida ao longo do ano foi orientada por este conjunto de objetivos estratégicos, procurando reforçar a capacidade de resposta dos serviços e promover a melhoria contínua da sua atuação. Neste âmbito, foi dada particular atenção ao fortalecimento de uma cultura organizacional baseada na proximidade, na participação e na valorização das pessoas, reconhecendo-se o papel central dos colaboradores na qualidade e eficácia dos serviços prestados.

Paralelamente, foram consolidadas e ampliadas parcerias estratégicas, quer a nível interno quer externo, fomentando a cooperação institucional e a implementação de iniciativas conjuntas que contribuiriam para o reforço das respostas sociais e para o aumento do impacto da ação social universitária.

No domínio das infraestruturas, prosseguiu-se o esforço da modernização de equipamentos, com o objetivo de proporcionar melhores condições de trabalho e de funcionamento dos serviços, acompanhando as necessidades e expectativas dos próprios trabalhadores e da comunidade académica.

A sustentabilidade assumiu igualmente um papel central na atuação dos SASUM, orientando a

adoção de práticas e medidas que promovam uma gestão equilibrada e responsável dos recursos, nas suas vertentes social, económica, financeira e ambiental.

Por sua vez, a comunicação institucional continuou a merecer especial atenção, através do reforço de estratégias de divulgação mais eficazes, destinadas a aumentar a visibilidade dos serviços, facilitar o acesso à informação e promover um maior conhecimento dos apoios e oportunidades disponibilizados à comunidade académica.

Em síntese, o ano de 2025 ficou marcado por um esforço contínuo de consolidação, modernização e inovação, reafirmando o compromisso dos SASUM com a excelência dos serviços prestados e com a promoção do bem-estar, da inclusão e do sucesso académico dos estudantes da Universidade do Minho.



229

N.º DE TRABALHADORES EM
SERVIÇO NOS SASUM



5.130.281,45€

DESPESA COM PESSOAL



4.346,68

DESPESA COM FORMAÇÃO



6 255

HORAS DE FORMAÇÃO



133

N.º TOTAL DE AÇÕES DE
FORMAÇÃO REALIZADAS



88,21%

AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO
INTERNA DRH

INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Atividades apresenta uma síntese das principais ações desenvolvidas pelos SASUM ao longo do ano de 2025, evidenciando o seu contributo para a promoção do bem-estar, da inclusão e do sucesso académico dos estudantes.

Num contexto marcado por desafios sociais e económicos em constante transformação, os SASUM procuraram responder de forma eficaz às necessidades da comunidade estudantil, assegurando o acesso a apoios sociais, alojamento, alimentação, atividades desportivas e outros serviços essenciais. A sua atuação pautou-se pelos princípios da equidade, proximidade, responsabilidade e eficiência, reforçando o compromisso da Universidade do Minho com a igualdade de oportunidades e a coesão social.

Este relatório reflete o trabalho desenvolvido ao longo do período em análise, evidenciando o esforço contínuo de adaptação e melhoria dos serviços prestados, bem como a implementação de medidas orientadas para uma experiência académica mais inclusiva, sustentável e promotora do sucesso dos estudantes.

A metodologia adotada assenta na análise integrada das atividades desenvolvidas pelos SASUM, contemplando quer as atividades de prestação direta de serviços, que constituem o núcleo da sua missão, quer as atividades transversais e de suporte indispensáveis ao seu funcionamento. A elaboração do presente relatório contou com a participação ativa dos responsáveis pelos diversos departamentos, divisões, gabinetes e unidades, assegurando uma visão abrangente e representativa da atividade desenvolvida.

O relatório encontra-se estruturado em várias secções. Após a presente introdução, procede-se à caracterização dos SASUM e à análise das principais áreas transversais de suporte à sua atividade, designadamente os recursos humanos, a qualidade, a modernização administrativa e a sustentabilidade.

No ponto 2, apresenta-se uma síntese dos resultados alcançados relativamente aos objetivos operacionais definidos no Plano de Atividades para 2025, permitindo aferir o grau de concretização das metas estabelecidas.

O ponto 3 é dedicado à análise das áreas nucleares de intervenção dos SASUM, abrangendo as vertentes da ação social, alimentação, alojamento, desporto e cultura, com destaque para as principais iniciativas desenvolvidas e os resultados obtidos.

Por fim, apresenta-se a prestação de contas, quer na ótica orçamental, quer na ótica financeira, proporcionando uma visão global da execução dos recursos afetos à atividade dos Serviços.

Complementarmente, é incluída, em anexo, uma apreciação do estado de execução das Medidas de Modernização Administrativa previstas no Plano de Atividades, evidenciando o progresso alcançado no âmbito da inovação, simplificação e melhoria contínua dos processos e serviços.

1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

Os SASUM são uma Unidade de Serviços da UMinho, dotada de autonomia administrativa e financeira, sob tutela do Ministério da Educação, Ciência e Inovação e desenvolvem a sua atividade em linha com a estratégia da UMinho.

Funcionam de forma integrada nos *campi* Universitários localizados em Braga (Gualtar, Congregados e Complexo de Sta. Tecla) e em Guimarães (Azurém e Couros). O Reitor da UMinho preside, nos termos do Regulamento Orgânico:

- Ao Conselho de Ação Social (CAS), órgão superior de gestão da ação social da UMinho, que define e orienta o apoio a conceder aos estudantes;
- Ao Conselho de Gestão (CGestão), que exerce competências, essencialmente, no âmbito da gestão administrativa, patrimonial e financeira dos SASUM.

Os SASUM são geridos por um Administrador a quem compete assegurar o funcionamento e a dinamização dos serviços, bem como a execução dos planos e deliberações aprovados pelos órgãos competentes e estão estruturalmente organizados em departamentos, divisões, gabinetes e unidades, a saber:

O Departamento de Apoio ao Administrador integra os seguintes gabinetes, divisões e unidades:

- Gabinete de Apoio Jurídico;
- Gabinete da Qualidade e Auditoria;
- Gabinete de Comunicação;
- Gabinete de Sustentabilidade;
- Divisão de Fiscalização, Manutenção e Segurança;
- Divisão de Sistemas de Informação;
- Divisão de Recursos Humanos;
- Unidade de Estudos e Projetos.

O Departamento Contabilístico e Financeiro compreende as seguintes divisões:

- Divisão de Aprovisionamento e Gestão de Stocks;
- Divisão de Contabilidade e Tesouraria.

O Departamento Alimentar exerce as suas atribuições nos domínios da alimentação, higiene, segurança alimentar e nutrição e compreende as seguintes divisões:

- Divisão de Gestão Alimentar em Braga;

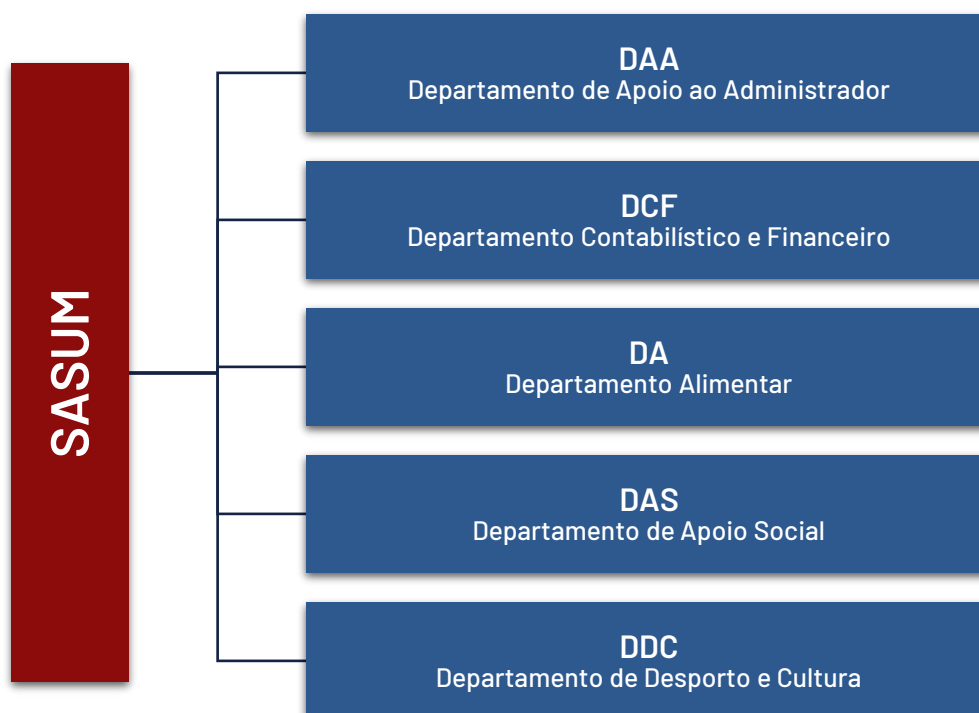
- Divisão de Gestão Alimentar em Guimarães;
- Divisão de Higiene, Segurança Alimentar e Nutrição.

O Departamento de Apoio Social exerce as suas atribuições nos domínios do apoio social aos estudantes e compreende as seguintes divisões:

- Divisão de Bolsas;
- Divisão de Alojamento;
- Divisão de Apoio ao Bem-Estar do Estudante.

O Departamento de Desporto e Cultura exerce as suas atribuições no domínio da gestão da atividade desportiva, na dinamização da competição desportiva em cooperação com a Associação Académica da Universidade do Minho (AAUMinho), na promoção da atividade cultural em parceria com os Grupos Culturais da UMinho, e compreende as seguintes divisões:

- Gestão da Atividade Desportiva das Unidades em Braga;
- Gestão da Atividade Desportiva das Unidades em Guimarães.



MISSÃO	Proporcionar aos estudantes as melhores condições de frequência do ensino superior e de integração e vivência social e académica, através da prestação de serviços nas áreas da atribuição de bolsas, alojamento, alimentar, desporto e cultura, e apoio médico.
VISÃO	Uma equipa permanentemente disponível para o apoio pleno e integrado ao estudante, e ao serviço da restante comunidade académica.
PRINCÍPIOS	Proximidade, interesse coletivo, lealdade, cumplicidade e compromisso.
VALORES	Solidariedade Social e Ambiental • Qualidade • Transparência • Isenção
POLÍTICA	<p>A Política da Qualidade, Segurança Alimentar e Ambiental, traduz-se:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Na prestação de serviços às partes interessadas, melhorando e adaptando os mecanismos de comunicação e inovação por forma a garantir a sua crescente satisfação; 2. Na preocupação sistemática pelo cumprimento dos requisitos do Sistema da Qualidade, Segurança Alimentar e Ambiental incluindo as obrigações de conformidade, melhorando continuamente a sua eficácia; 3. Na prestação de um serviço baseado na transparência e simplificação, visando a eficiência e eficácia dos processos; 4. Na prestação de um serviço que garanta equidade e justiça social dentro do enquadramento legal e institucional; 5. No desenvolvimento de programas que visem o uso eficiente de recursos e, simultaneamente, promovam a mitigação do impacto ambiental da organização bem como a prossecução dos princípios da sustentabilidade; 6. No envolvimento permanente dos/as trabalhadores/as de forma a garantir satisfação pessoal, motivação e espírito de equipa, assim como a sua consciencialização e competência para o compromisso total com o Sistema de Gestão Integrado; 7. Na melhoria contínua dos métodos de trabalho e na adaptação às novas tecnologias, cultivando a permanente formação e informação dos/as trabalhadores/as; 8. Na melhoria da interação com os parceiros, partilhando informação e conhecimento, nomeadamente no que respeita à comunicação com fornecedores, subcontratados e autoridades competentes; 9. Na preocupação sistemática pelo cumprimento dos requisitos acordados com utentes e outras partes interessadas, das obrigações de conformidade, dos requisitos do Sistema de Gestão da Qualidade, Segurança Alimentar e Ambiental e da melhoria contínua da sua eficácia; 10. Na responsabilidade de manter meios de comunicação internos e externos eficazes, para comunicar qualquer informação respeitante ao Sistema da Qualidade, Segurança Alimentar e Ambiental.

É no *campus* de Gualtar, em Braga, que se situa a Sede dos SASUM. O facto de a UMinho ter polos em Braga e em Guimarães - impõe soluções organizativas que não se traduzem numa duplicação de recursos e conseqüente aumento proporcional de custos. Prossegue-se a atividade no sentido de imprimir uma dinâmica autónoma de funcionamento, capaz de desburocratizar o funcionamento dos Serviços, sem desaproveitar as sinergias da sua gestão global. Esta solução obriga a um acompanhamento direto dos diretores de departamento nas atividades em ambos os polos.



É no campus de Gualtar, em Braga, que se situa a Sede dos SASUM.



1.1. RECURSOS HUMANOS

Relativamente à atividade desenvolvida no decorrer do ano, o mapa de pessoal, reportando-se a 31 de dezembro de 2025, era composto por 229 trabalhadores/as, dos quais:

- 6 encontravam-se em regime de comissão de serviço em cargos de direção nos SASUM, 2, pertencendo ao mapa de pessoal da Universidade do Minho, a desempenhar funções em regime de cedência de interesse público e de cedência ocasional e 5 em mobilidade inter-carreira nos Serviços. Os cargos de direção são exercidos em regime de comissão de serviço no âmbito do Código de Trabalho, sendo que 3 dos/as trabalhadores/as que exercem funções de direção não pertencem ao mapa de pessoal dos Serviços.

Os recursos humanos estavam distribuídos, a 31 de dezembro de 2025, da seguinte forma:

Quadro 1.1 - Recursos Humanos por Departamento a 31 de dezembro de 2025

Departamento	Carreira	Categoria	Postos Ocupados
Departamento de Apoio ao Administrador	Técnico Superior	Técnico Superior	15
	Assistente Técnico	Coordenador Técnico	1
	Assistente Técnico	Assistente Técnico	2
	Assistente Operacional	Assistente Operacional	2
	Informática	Especialista de Sistemas e Tecnologias de Informação	1
	Informática	Técnico de Sistemas e Tecnologias de Informação / Técnico Informático	2
N.º de efetivos do Departamento de Apoio ao Administrador			23
Departamento Contabilístico e Financeiro	Técnico Superior	Técnico Superior	8
	Assistente Técnico	Coordenador Técnico	2
	Assistente Técnico	Assistente Técnico	2
	Assistente Operacional	Assistente Operacional	7
N.º de efetivos do Departamento Contabilístico e Financeiro			19
Departamento Alimentar	Técnico Superior	Técnico Superior	3
	Assistente Técnico	Coordenador Técnico	2
	Assistente Técnico	Assistente Técnico	2
	Assistente Operacional	Encarregado Operacional	13
	Assistente Operacional	Assistente Operacional	103
N.º de efetivos do Departamento Alimentar			123

Departamento de Apoio Social	Técnico Superior	Técnico Superior	13
	Assistente Técnico	Coordenador Técnico	2
	Assistente Técnico	Assistente Técnico	2
	Assistente Operacional	Assistente Operacional	24
N.º de efetivos do Departamento de Apoio Social			41

Departamento de Desporto e Cultura	Técnico Superior	Técnico Superior	9
	Assistente Técnico	Assistente Técnico	2
	Assistente Operacional	Encarregado Operacional	1
	Assistente Operacional	Assistente Operacional	5
N.º de efetivos do Departamento de Desporto e Cultura			17
Total			223

Cargos de Direção			Comissão de serviço
Administrador	Direção superior de 2.º grau	Administrador	1
Departamento de Apoio ao Administrador	Direção intermédia de 1.º grau	Diretor de Serviços	1
Departamento Contabilístico e Financeiro	Direção intermédia de 1.º grau	Diretor de Serviços	1
Departamento Alimentar	Direção intermédia de 1.º grau	Diretor de Serviços	1
Departamento de Apoio Social	Direção intermédia de 1.º grau	Diretor de Serviços	1
Departamento de Desporto e Cultura	Direção intermédia de 1.º grau	Diretor de Serviços	1
Total			6

Quadro 1.2 - Análise comparativa de efetivos por Departamento de 2021 a 2025

Departamento	2021	2022	2023	2024	2025
Departamento de Apoio ao Administrador	25	23	26	23	25
Departamento Contabilístico e Financeiro	22	22	21	21	20
Departamento Alimentar	136	128	127	120	124
Departamento de Apoio Social	47	47	46	44	42

Departamento de Desporto e Cultura	23	22	19	18	18
Total	253	242	239	226	229

No que respeita à gestão de Recursos Humanos, o Balanço Social constitui um importante instrumento. Considerando o que dele resultou, estão refletidos nos quadros seguintes, um conjunto de indicadores sobre a organização e os seus recursos humanos.

DISTRIBUIÇÃO POR GRUPO PROFISSIONAL, RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO E GÉNERO

Relativamente à distribuição dos efetivos por grupo profissional, verifica-se que a carreira com maior expressão é a carreira de Assistente Operacional com 151 trabalhadores/as, representando cerca de 68% do total. A relação jurídica de emprego que predomina é a que resulta do regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado (68%).

Os quadros seguintes resultam da elaboração do Balanço Social de 2025, considerando os/as trabalhadores/as em funções a 31 de dezembro de 2025, mas contabilizados também os/as trabalhadores/as ausentes em período superior a 6 meses.

Quadro 1.3 - N.º de efetivos por grupo profissional, relação jurídica de emprego e género e análise comparativa de 2021 a 2025

Grupo/cargo/carreira/ modalidades de vinculação	CT em funções públicas por tempo indeterminado		CIT por tempo indeterminado no âmbito do Código de Trabalho		Comissão de serviço no âmbito do Código de Trabalho		Total					
	M	F	M	F	M	F	2025	2024	2023	2022	2021	
Dirigente Superior						1	1	1	1	1	1	1
Dirigente Intermédio					3	2	5	5	5	5	5	3
Técnico Superior	9	21	7	11			48	48	50	50	48	
Assistente Técnico	1	13	2	1			17	18	18	21	23	
Assistente Operacional	40	69	12	34			155	151	162	162	175	
Informático	2		1				3	3	3	3	3	
Total	52	103	22	46	3	3	229	226	239	242	253	

Da análise comparativa, constata-se que o decréscimo no número de trabalhadores, de 2021 a 2025, é de 9,48% e com maior incidência na carreira de Assistente Operacional, que atinge um decréscimo de 11,43%.

ESTRUTURA ETÁRIA E GÉNERO

O género com maior representatividade é o feminino com cerca de 66,38% (152 trabalhadoras). No que se refere à estrutura etária, 79,48% (182 trabalhadores) têm idade igual ou superior a 45 anos. A faixa etária com idade igual ou superior a 55 anos representa cerca de 37,55% da globalidade dos trabalhadores/as. O quadro seguinte apresenta, de forma mais pormenorizada, a estrutura etária e género e reflete a necessidade urgente de renovação do Mapa de Pessoal dos SASUM, de forma a assegurar não só a transferência de conhecimento, mas também a possibilidade de direcionar recursos humanos mais jovens para tarefas mais exigentes do ponto de vista físico.

Quadro 1. 4 - N.º de efetivos por estrutura etária e género

Grupo/cargo/carreira/ escalão etário e género	20-24		25-29		30-34		35-39		40-44		45-49		50-54		55-59		60-64		65-69		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F			
Dirigente Superior																1					1
Dirigente Intermédio							1		1			1	1	1							5
Técnico Superior					1		4	5	1	5	1	10	5	7	2	3	2	1		1	48
Assistente Técnico						1					2	2	1	3		7		1			17
Assistente Operacional				2		5	3	4	4	9	10	16	10	25	11	21	13	19	1	2	155
Informático									1		1				1						3
Total	0	0	2	1	6	8	9	7	14	14	29	17	36	14	32	15	21	1	3	229	

Quadro 1. 5 - Análise comparativa de efetivos por estrutura etária e representatividade de 2021 a 2025

Estrutura etária	2021		2022		2023		2024		2025	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
20-24		-		-		-		-		
25-29	5	1,98	3	1,24	5	1,98	3	1,24	2	0,87
30-34	12	4,74	7	2,89	12	4,74	7	2,89	7	3,06
35-39	23	9,09	25	10,33	23	9,09	25	10,33	17	7,42
40-44	45	17,79	37	15,29	45	17,79	37	15,29	21	9,17
45-49	45	17,79	45	18,60	45	17,79	45	18,60	43	18,78
50-54	53	20,95	53	21,90	53	20,95	53	21,90	53	23,14
55-59	38	15,02	39	16,12	38	15,02	39	16,12	46	20,09
60-64	25	9,88	29	11,98	25	9,88	29	11,98	36	15,72
65-69	7	2,77	4	1,65	7	2,77	4	1,65	4	1,75
	253		242		239		226		229	

É possível concluir que, não obstante os novos recrutamentos, estes não resultaram em rejuvenescimento da estrutura etária dos recursos humanos.

Relativamente ao número de efetivos, de acordo com a antiguidade e género, salienta-se que 58% dos/as trabalhadores/as têm mais de 15 anos de serviço, sendo que, deste universo, cerca de 65% (do total) pertencem ao género feminino, de acordo com o quadro seguinte:

Quadro 1.6 - N.º de efetivos por antiguidade e género

Grupo/cargo/ carreira/ antiguidade e género	Até 5 anos		5 - 9		10 - 14		15 - 19		20 - 24		25 - 29		30-34		35 - 39		40 - 44		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior														1					1
Dirigente Intermédio	2								1	2									5
Técnico Superior	2	4	5	8	2	3	2	3	1	5	3	5	1	2		2			48
Assistente Técnico			2	1				1		1	1	3		7		1			17
Assistente Operacional	3	17	9	17	4	14	3	10	11	7	12	21	5	10	2	6	3	1	155
Informático			1		1							1							3
Total	7	21	17	26	7	17	5	14	13	15	17	29	6	20	2	9	3	1	229

Quadro 1.7 - Análise comparativa de efetivos por antiguidade e representatividade de 2021 a 2025

Antiguidade	2021		2022		2023		2024		2025	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Até 5 anos	61	24,11	56	23,14	61	24,11	56	23,14	28	12,23
5 - 9	27	10,67	20	8,26	27	10,67	20	8,26	43	18,78
10 - 14	20	7,91	26	10,74	20	7,91	26	10,74	24	10,48
15 - 19	28	11,07	22	9,09	28	11,07	22	9,09	19	8,30
20 - 24	55	21,74	50	20,66	55	21,74	50	20,66	28	12,23
25 - 29	29	11,46	32	13,22	29	11,46	32	13,22	46	20,09
30-34	22	8,70	27	11,16	22	8,70	27	11,16	26	11,35
35 - 39	10	3,95	7	2,89	10	3,95	7	2,89	11	4,80
40 - 44	1	0,40	2	0,83	1	0,40	2	0,83	4	1,75
Nº Total de trabalhadores	253		242		239		229		229	
%Trabalhadores com mais de 15 anos de serviço	57,31		57,85		56,90		61,50		58,52	

ESTRUTURA HABILITACIONAL

No que respeita às habilitações literárias, os efetivos encontravam-se distribuídos da seguinte forma:

- 59 trabalhadores/as têm formação superior (26%), sendo que 2 possuem bacharelato, 44 licenciatura, 11 possuem mestrado e 2 possuem doutoramento;
- 76 trabalhadores/as são detentores do 12.º ano de escolaridade ou equivalente (34%);
- 3 trabalhadores/as são detentores do 11.º ano de escolaridade ou equivalente (1%);
- 65 trabalhadores/as possuem o 9.º ano de escolaridade (28%);
- 20 trabalhadores/as são detentores do 6.º ano de escolaridade (9%);
- 6 trabalhadores/as possuem o 4.º ano de escolaridade (2%).

Verifica-se que cerca de 74% do total dos/as trabalhadores/as efetivos possuem uma escolaridade igual ou inferior ao 12.º ano. O quadro seguinte apresenta a informação distribuída por género, carreira e nível de habilitação literária:

Quadro 1.8 - Estrutura habilitacional

Grupo/cargo/carreira/ habilitação literária e género	4 anos de escolaridade		6 anos de escolaridade		9º ano ou equivalente		11º ano ou equivalente		12º ano ou equivalente		Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior																1			1
Dirigente Intermédio													2	1	1	1			5
Técnico Superior									2			1	11	27	3	2		2	48
Assistente Técnico									2	12			1	1		1			17
Assistente Operacional	1	5	4	16	22	43		3	24	34		1		1	1				155
Informático									2						1				3
Total	1	5	4	16	22	43		3	30	46		2	14	30	6	5		2	229

Quadro 1.9 - Análise comparativa de efetivos por estrutura habilitacional e representatividade de 2021 a 2025

Estrutura etária	2021		2022		2023		2024		2025	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
4º ano	12	4,74	3	1,24	3	1,26	9	3,98	6	2,62
6º ANO	23	9,09	71	29,34	70	29,29	19	8,41	20	8,73
9º ANO	81	32,02	9	3,72	9	3,77	67	29,65	65	28,38
11º ANO	2	0,79	21	8,68	21	8,79	3	1,33	3	1,31

12 anos escolaridade	73	28,85	78	32,23	73	30,54	68	30,09	76	33,19
Curso Superior/Bacharelato	2	0,79	2	0,83	2	0,84	2	0,88	2	0,87
Licenciatura	44	17,39	1	0,41	2	0,84	45	19,91	44	19,21
Mestrado	14	5,53	43	17,77	45	18,83	11	4,87	11	4,80
Doutoramento	2	0,79	14	5,79	14	5,86	2	0,88	2	0,87
Nº Total de trabalhadores	253		242		239		226		229	
%Trabalhadores com escolaridade igual ou inferior ao 12º ano	75,49		75,21		73,64		73,45		74,24	

Os Serviços de Ação Social incentivam a frequência de estudos superiores e é promovida uma política de adequação de horários de forma a facilitar a frequência do ensino superior ou a redução de horário, ambos, nos termos da lei. Sempre que necessário e possível, é aberta a possibilidade de mobilidade intercarreira para que, quando é identificada uma necessidade e existem recursos com habilitações académicas correspondentes ao suprimento da necessidade identificada, seja utilizado este mecanismo, ao invés do recrutamento externo.

PRESTAÇÃO DE TRABALHO E ABSENTISMO

MODALIDADES DE HORÁRIOS PRATICADOS

Durante o ano de 2025, e face à diversidade da oferta de serviços prestados no âmbito da missão dos SASUM, foram praticadas as seguintes modalidades de horários de trabalho:

- 147 trabalhadores/as com horário fixo/rígido;
- 58 trabalhadores/as com horário flexível;
- 6 trabalhadores/as com jornada contínua;
- 6 trabalhadores/as com horário desfasado;
- 6 trabalhadores/as por turnos;
- 6 trabalhadores/as, titulares de cargos dirigentes, gozaram de isenção de horário de trabalho.

No ano de 2025 a maioria de trabalhadores/as praticaram o período normal de trabalho de 35 horas semanais, sendo que 6 trabalhadoras gozaram de redução de horário.

Quadro 1. 10 - Modalidades de horário de trabalho e género

Grupo/cargo/carreira/ modalidade de horário	Rígido		Flexível		Jornada contínua		Trabalho por turnos		Desfasado		Isenção de horário		Total	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F		
Dirigente Superior													1	1

Dirigente Intermédio											3	2	5
Técnico Superior			13	27		3			3	2			48
Assistente Técnico			2	13		1			1				17
Assistente Operacional	46	101				2	6						155
Informático			3										3
Total	46	101	18	40		6	6		4	2	3	3	229

Quadro 1. 11 - Análise comparativa de modalidades de horário de 2021 a 2025

Horários	2021		2022		2023		2024		2025	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Rígido	147	59,51	147	61,25	145	61,97	142	62,83	147	64,19
Flexível	71	28,74	59	24,58	56	23,93	59	26,11	58	25,33
Jornada contínua	5	2,02	6	2,50	6	2,56	7	3,10	6	2,62
Turnos	9	3,64	10	4,17	10	4,27	6	2,65	6	2,62
Desfasado	4	1,62	7	2,92	6	2,56	6	2,65	6	2,62
Isenção	4	1,62	6	2,50	6	2,56	6	2,65	6	2,62
Específico	7	2,83	5	2,08	5	2,14		-		-
Parcial		-		-		-		-		-
Nº Total de trabalhadores	247		240		234		226		229	

TRABALHO SUPLEMENTAR

No ano em referência foram prestadas 2.953 horas de trabalho suplementar, verificando-se um decréscimo de 2.615 horas, 45%, face ao ano de 2024, e que se distribuíram da seguinte forma:

- Trabalho suplementar em dias úteis: 1.948,5 horas (66%);
- Trabalho suplementar em dias de descanso semanal (obrigatório, complementar e feriados): 1.004 horas (34%).

Em 2025, o valor total gasto com trabalho suplementar foi de 29.506,19€, o que representou um decréscimo de despesa na rubrica "Horas extraordinárias" de 40,75% face ao gasto em 2024 (49.795,30€).

O quadro abaixo reflete as horas de trabalho suplementar, por grupo, cargo e carreira, segundo a modalidade de prestação do trabalho e género:

Quadro 1. 12 - Trabalho Suplementar

Grupo/cargo/carreira/ modalidade de prestação do trabalho suplementar	Trabalho em dias úteis diurno / no- turno		Trabalho em dias de descanso semanal obrigatório		Trabalho em dias de descanso semanal complementar		Trabalho em dias feriados	
	M	F	M	F	M	F	M	F
Dirigente Superior								
Dirigente Intermédio								
Técnico Superior			7:00		7:30	152:30		
Assistente Técnico	23:30	2:00	04:00		04:00	41:00		
Assistente Operacional	1236:30	686:30	7:00	14:00	176:00	163:30	371:00	09:00
Informático								
Total	1260:00	688:30	42:00	14:00	221:30	357:00	371:00	9:00

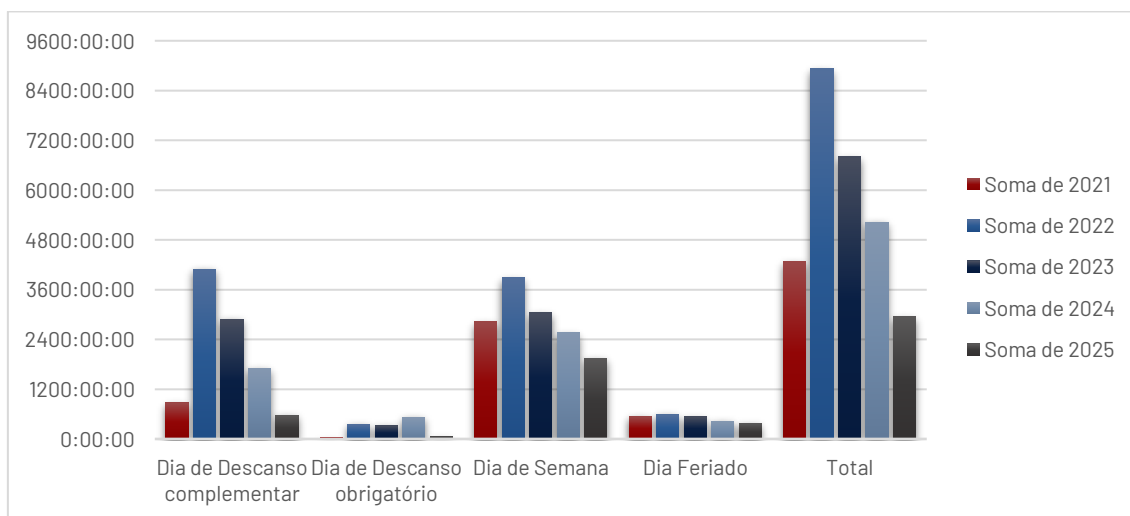
Tem sido colocado um esforço (refletido já no decréscimo da despesa desde 2023) na diminuição da necessidade de recurso a este tipo de trabalho, quer por via da reorganização do trabalho quer por via da adequação dos horários de atendimento ou funcionamento e/ou oferta de serviço nestas franjas temporais.

Este esforço continuará a ser prosseguido, conforme representado no quadro e gráfico seguintes:

Quadro 1. 13 - Análise comparativa de número de horas de trabalho suplementar por tipo de 2021 a 2025

	2021	2022	2023	2024	2025
Dia de Semana	2821:00	3887:00	3044:30	2563:00	1948:30
Dia de Descanso Complementar	871:30	4096:00	2892:30	1709:30	568:30
Dia de Descanso Obrigatório	34:30	355:00	325:00	528:00	56:00
Dia Feriado	546:00	588:30	540:30	430:30	380:00
Total	4273:00	8926:30	6802:30	5231:00	2953:00

Gráfico 1. 1 - Análise gráfica comparativa de número de horas de trabalho suplementar por tipo de 2021 a 2025



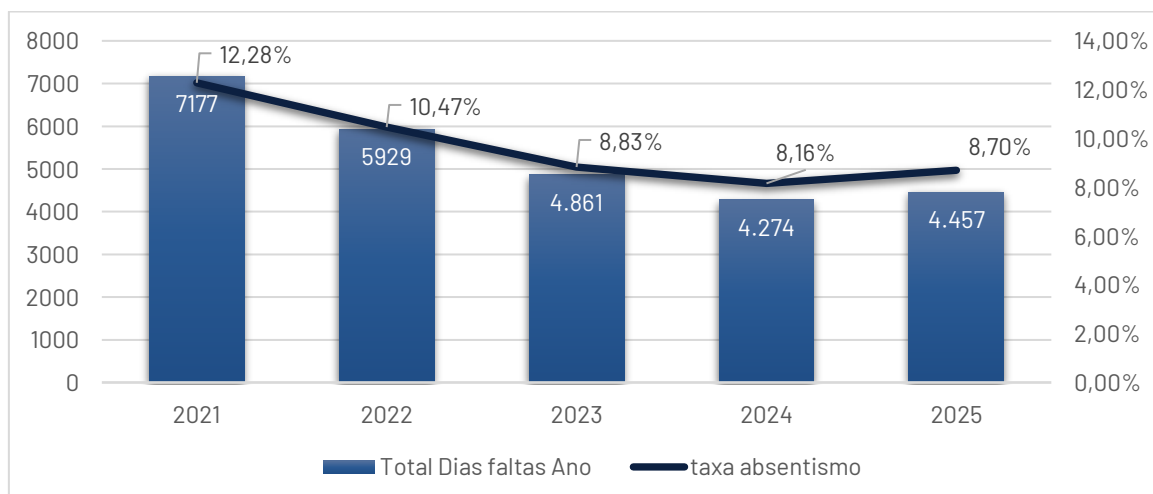
ABSENTISMO

Relativamente ao tópico de absentismo, apresenta-se a informação sobre o que resulta do ano de 2025, referindo a taxa anual, mas também a sua variação em função dos departamentos e categorias profissionais, bem como os principais motivos de ausência ao trabalho. Para permitir uma análise mais contextualizada, são apresentados também os valores relativos aos cinco anos anteriores.

Em 2025, o número total de faltas em dias úteis dadas pelos trabalhadores atingiu os 4.500 dias. Verifica-se um ligeiro aumento do índice de absentismo, que passa de 8,16%, em 2024, para 8,70% em 2025. Esta subida, ainda que ligeira, vem a contraciclo da tendência que vínhamos registando desde 2021, o que embora possa facilmente relacionar-se com a estrutura etária dos nossos trabalhadores, merecerá atenção reforçada ao longo do ano de 2026 no sentido de identificar políticas e ações que volte a inverter a tendência.

O gráfico 1.2 demonstra a evolução da taxa de absentismo nos últimos cinco anos.

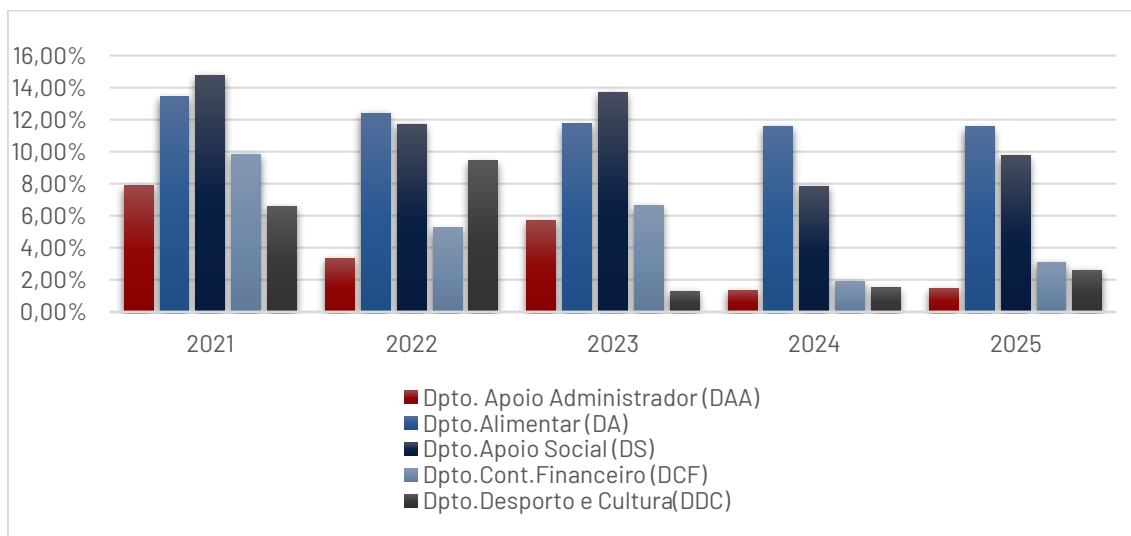
Gráfico 1.2 - Taxa de Absentismo e n.º de dias de ausência



Em 2025, o índice de absentismo verificado em cada departamento atinge valores bastante distintos, destacando-se a taxa mais elevada no Departamento Alimentar, cerca de 11,55%, seguindo-se o Departamento de Apoio Social com cerca de 9,74%. Nos restantes departamentos a taxa de absentismo foi significativamente mais baixa.

O gráfico 1.3 demonstra a evolução da taxa de absentismo nos últimos cinco anos por departamento.

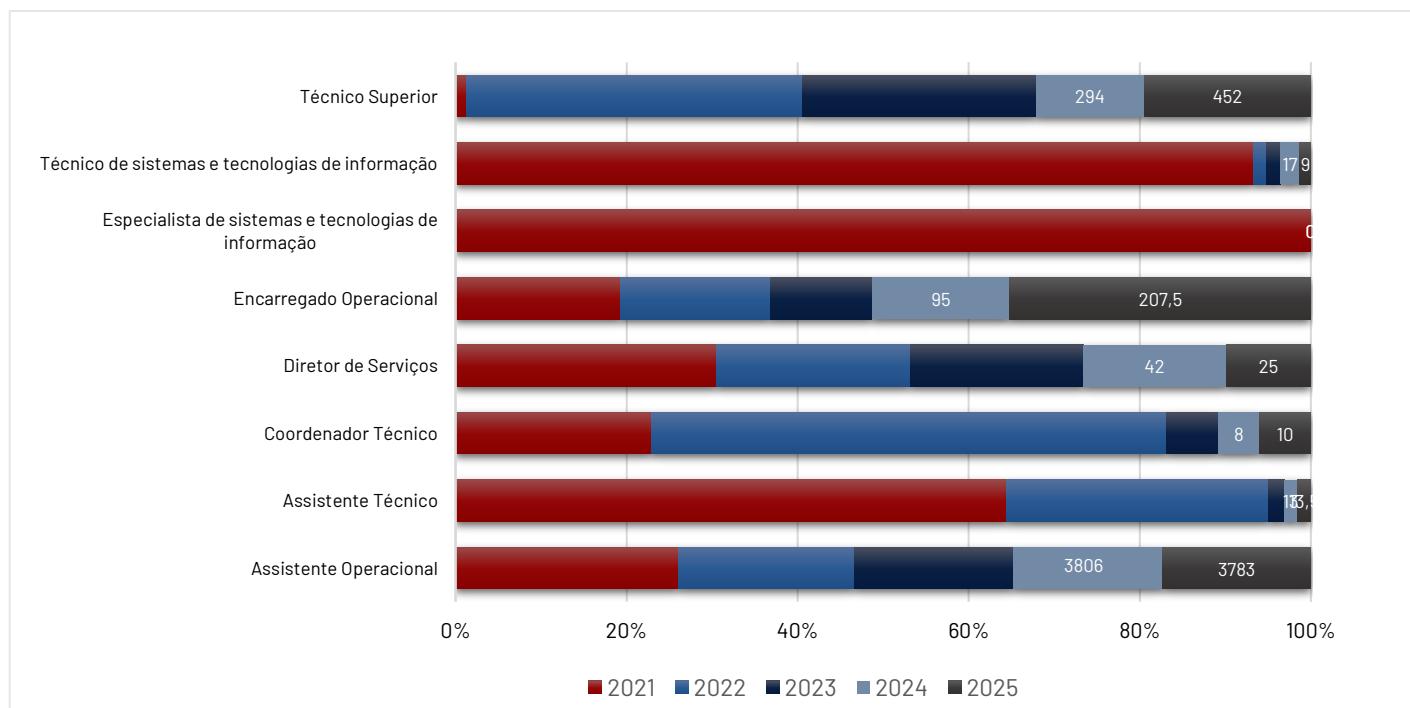
Gráfico 1.3 - Análise comparativa da Taxa de Absentismo por Departamento (nº de dias úteis previstos por departamento/ nº de faltas em dias úteis)



De seguida, apresenta-se o número de dias de ausência. Constatam-se que cerca de 84% das ausências são atribuídas à carreira de Assistente Operacional, seguindo-se a carreira de Técnico Superior com cerca de 13%.

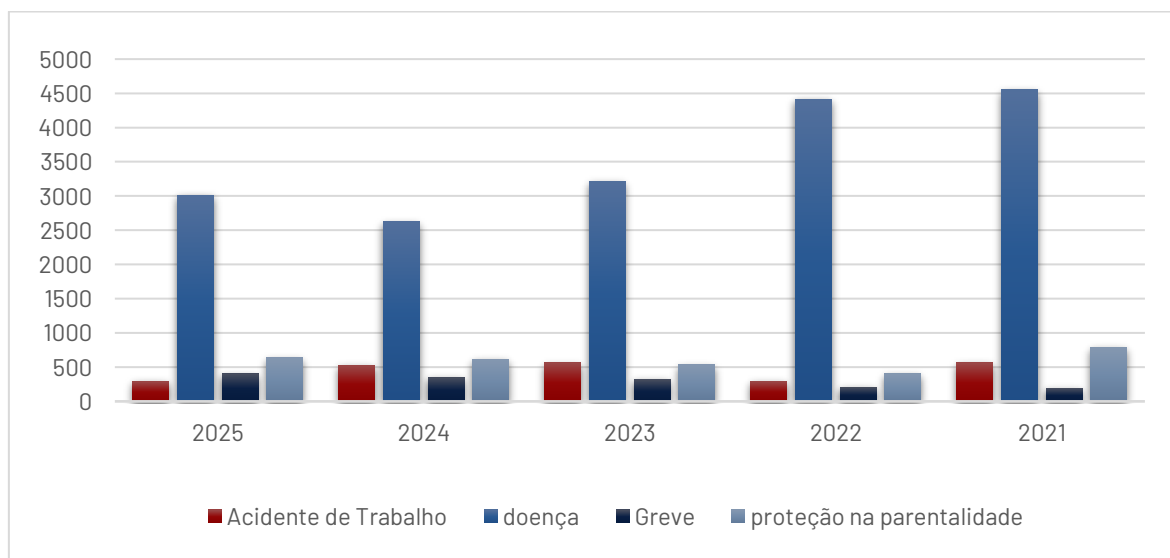
O gráfico 1.4 mostra a distribuição dos dias de ausência por categorias profissionais nos últimos cinco anos.

Gráfico 1.4 - Total de dias de faltas por ano e por categorias de 2021 a 2025



O gráfico 1.5 ilustra a distribuição dos 4 principais motivos que originaram os dias de ausência ao trabalho nos últimos cinco anos.

Gráfico 1.5 - Ausências por tipo de faltas



Da sua análise é possível constatar que, em 2025, a doença do próprio trabalhador/a continua a ser o motivo com maior peso relativo no índice de absentismo, com cerca de 67%, percentagem que se mantém mais ou menos constante nos últimos 5 anos. Os restantes motivos de ausências apresentados têm pouca expressão.

De novo, referir a importância da renovação do pessoal sobretudo na categoria de Assistente Operacional como desígnio da gestão da Recursos Humanos nos SASUM, também por esta razão.

SEGURANÇA NO TRABALHO E SAÚDE OCUPACIONAL

No ano de 2025, deu-se continuidade aos trabalhos desenvolvidos em anos anteriores, de promoção da melhoria contínua dos serviços e das condições de trabalho. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a principal finalidade dos Serviços de Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional consiste na promoção de condições laborais que garantam o mais elevado grau de qualidade de vida no trabalho, protegendo a saúde dos trabalhadores/as, promovendo o bem-estar físico, mental e social, prevenindo e controlando os acidentes e as doenças profissionais através da redução das condições de risco.

Para este efeito, os SASUM têm vindo, historicamente, a recorrer à prestação de serviços desta natureza, mas acompanhando e interagindo diariamente no sentido de assegurar que são transmitidos os princípios e estratégias da administração dos SASUM que devem pautar esta atividade, bem como os objetivos a alcançar nesta matéria.

SAÚDE OCUPACIONAL

Uma das principais atividades no âmbito da saúde ocupacional consubstancia-se na realização de “exames de saúde”. Estes exames pretendem verificar a aptidão física e psíquica do trabalhador para o exercício da sua função, bem como a repercussão do trabalho nas suas condições de saúde. Outras ações estão incluídas, das quais se destacam:

1. Identificação e avaliação dos riscos para a segurança e saúde nos locais de trabalho;
2. Análise dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais;
3. Recolha e organização dos elementos estatísticos referentes à segurança e saúde;
4. Informação e formação sobre riscos para a segurança e saúde e medidas de proteção e prevenção;
5. Estudos ergonómicos dos postos de trabalho;
6. Condições térmicas e ambientais e de iluminância dos contextos e postos de trabalho.

As ações abrangem o universo de trabalhadores/as que exercem funções nos SASUM, nos polos de Braga e de Guimarães. Os exames de saúde são realizados no Centro Médico em Gualtar e no Gabinete Médico localizado no Complexo Desportivo de Azurém.

Quadro 1. 14 - Número de exames médicos efetuados de 2021 a 2025 e despesas suportadas

Atividades de medicina do trabalho	2021	2022	2023	2024	2025
Total de exames médicos efetuados	134	193	156	191	225
Exames de Admissão	4	6	6	3	16
Exames Periódicos	94	145	105	125	136
Exames ocasionais e complementares	29	27	46	63	73
Exames de cessação de funções	-	-	-	-	-
Visitas aos locais de trabalho	1	1	8	1	1
Despesas com medicina do trabalho	6 663,48	15 542,70	12 434,16	12 173,10	18 850,80

SEGURANÇA NO TRABALHO

No âmbito dos Serviços de Segurança no Trabalho foram efetuadas auditorias a práticas seguras e de avaliação de riscos às unidades dos SASUM. Iniciou-se em setembro de 2025 uma avaliação ao teor de radão nas instalações em Braga e Guimarães.

Pretende-se colmatar situações de risco/não conformidades ou desconforto que possam pôr em causa a integridade física e psicológica dos trabalhadores. Estas situações são alvo de planos de ação desenhados pela administração, considerando os meios financeiros disponíveis com vista à correção progressiva das situações identificadas.

ACIDENTES DE TRABALHO

Em 2025 registaram-se 12 acidentes de trabalho dos quais resultaram 293 dias perdidos de trabalho. Apesar do número de acidentes de trabalho ter sido o mesmo que em 2024, a classificação do índice de gravidade melhorou, passando de Médio (1,40) para Bom (0,80), conforme tabela classificativa dos índices de sinistralidade da Organização Mundial de Saúde.

Os SASUM prosseguem a sua política de avaliação de riscos dos postos de trabalho e da definição de planos de ação que sobre os riscos identificados possamos operar.

O quadro seguinte reflete a sinistralidade laboral entre 2021 e 2025.

Estes números reforçam a importância contínua da implementação de medidas de prevenção e segurança. Tendo isso presente, em 2025, prosseguiu-se a política de avaliação de riscos dos postos de trabalho e da definição de planos de ação que sobre os riscos identificados.

Quadro 1. 15 - Sinistralidade laboral

Sinistralidade laboral	Nº acidentes com baixa (ITA)	Nº trabalhadores (média)	Nº horas-homem trabalhadas	Nº dias úteis perdidos	Índice de frequência	Índice de incidência	Índice de gravidade	Índice de avaliação gravidade
2021	15	253	407.330	565	36,83	59,29	1,39	37,67
2022	10	249	400.890	296	24,94	40,16	0,74	29,60
2023	10	242	384.538	567	26,01	41,32	1,47	56,70
2024	12	232	376.768	528	31,85	51,72	1,40	44,00
2025	12	231	367.059	293	32,69	51,95	0,80	24,42

Índice de Frequência = n.º acidentes com baixa por milhão de horas-homem trabalhadas;

Índice de Frequência = n.º acidentes com baixa por milhão de horas-homem trabalhadas;

Índice de Incidência = n.º acidentes com baixa por 1000 trabalhadores (em média);

Índice de Gravidade = n.º dias (úteis) perdidos por mil horas - pessoa trabalhadas;

Índice de Avaliação da Gravidade = n.º dias (úteis) perdidos, em média, por acidente.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Numa sociedade em constante mutação e desenvolvimento, cada vez mais exigente, os recursos humanos devem acompanhar de forma eficaz e permanente as mudanças que surgem, sendo os fatores de maior relevo em qualquer organização. Os SASUM têm assumido esse compromisso e responsabilidade, garantindo aos trabalhadores/as no contexto da sua atividade profissional, o investimento e valorização da formação profissional que lhes permita não só adquirir competências como a adaptar-se aos diferentes contextos e situações, concorrendo também para a sua valorização profissional, mas também pessoal.

O Plano Anual de Formação instituído visa, por isso, não só constituir-se como um necessário mecanismo de qualificação, atendendo às necessidades de formação identificadas quer pelos

próprios trabalhadores/as quer pelos seus dirigentes, mas também constituir-se como um mecanismo de valorização e motivação, de desenvolvimento e de partilha de conhecimentos, com vista ao aumento da produtividade, da motivação e da responsabilização.

Neste contexto, em 2025 os SASUM deram continuidade à qualificação dos recursos humanos através de um plano de formação profissional, elaborado, com base na identificação das necessidades formativas realizada através da aplicação de um inquérito online dirigido aos trabalhadores/as, complementada pela consulta aos dirigentes e responsáveis de serviço, e em consonância com as orientações do Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC), que constitui uma etapa fundamental da adequação da oferta formativa às necessidades dos trabalhadores/as.

De acordo com os objetivos e princípios da formação profissional e no âmbito de aplicação definidos pelo Decreto-Lei nº 86-A/2016, de 29 de dezembro e Lei nº 7/2009, de 12 de fevereiro, na sua versão atual, foram promovidas 133 ações de formação com um total de 830 participações em ações de formação internas e externas.

Quadro 1. 16 - Número de participações dos/as trabalhadores/as em ações de formação

Tipo de ação/ duração	Menos de 30 horas	De 30 a 59 horas	120 horas ou mais
Internas	439		
Externas	584	2	6
Total	1.023	2	6

Quadro 1. 17 - Contagem relativa a participações em ações de formação durante o ano, por grupo, cargo e carreira, segundo o tipo de ação

Grupo/cargo/carreira/nº de participação e de participantes	Nº de Participações	
	Ações internas	Ações externas
Dirigente Superior de 2º grau	1	-
Dirigente Intermédio de 1º grau	10	23
Técnico Superior	87	181
Assistente Técnico	54	93
Assistente Operacional	284	273
Informático	3	22
Total	439	592

Em 2025, foram despendidas 6.255:35 horas em formação profissional e, em 2024, 4.513:25 horas. O quadro seguinte reflete a distribuição por grupo profissional.

Quadro 1. 18 - Contagem das horas despendidas em formação em 2025 por grupo, cargo e carreira, segundo o tipo de ação

Grupo/cargo/carreira/horas despendidas	Horas despendidas em ações internas	Horas despendidas em ações externas	Total
Dirigente Superior de 2º grau	03:30:00	-	3:30:00
Dirigente Intermédio de 1º grau	43:00:00	137:00:00	180:00:00
Técnico Superior	305:00:00	2245:15:00	2550:15:00
Assistente Técnico	149:00:00	743:00:00	892:00:00
Assistente Operacional	623:00:00	1875:00:00	2498:00:00
Informático	10:30:00	121:20:00	131:50:00
Total	1134:00:00	5121:35:00	6255:35:00

Os encargos assumidos com a formação profissional, no ano de 2025, foram de 4.346,68€ o que representa uma diminuição, face ao ano de 2024 de 8.795,40€. Este decréscimo deveu-se ao recurso a formação externa financiada, nomeadamente a ministrada pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e pelo Instituto Nacional da Administração, I.P (INA) - Plataforma NAU.

Quadro 1. 19 - Despesas anuais com formação

Despesas anuais com formação	2025
Despesas com ações internas (€)	-
Despesas com ações externas (€)	4.346,68

1.2. QUALIDADE

O Sistema Integrado de Gestão implementado nos SASUM constitui uma componente essencial da sua estratégia organizacional, assegurando a conformidade com os requisitos das normas NP EN ISO 9001:2015 (Sistema de Gestão da Qualidade), NP EN ISO 22000:2018 (Sistema de Gestão da Segurança Alimentar) e NP EN ISO 14001:2015 (Sistema de Gestão Ambiental).

No âmbito do seu campo de aplicação, o sistema abrange a conceção e prestação de serviços nas áreas das bolsas de estudo, alimentação, alojamento, saúde e bem-estar (apoio psicológico), desporto e cultura, bem como os processos de aprovisionamento e gestão de stocks, assumindo um carácter transversal a todos os processos operacionais e de suporte que contribuem para a concretização da missão dos SASUM.

No exercício das suas competências, o Gabinete da Qualidade e Auditoria desenvolve a sua atividade em estreita articulação com a Administração, os gestores de processo, a Equipa da Qualidade e a Equipa de Segurança Alimentar (ESA), assegurando o acompanhamento, monitorização e avaliação da eficácia dos sistemas implementados. Esta atuação visa garantir o cumprimento dos requisitos normativos aplicáveis, promover a sua manutenção e reforçar a melhoria contínua dos processos e dos serviços prestados.

Em alinhamento com os objetivos estratégicos dos SASUM, com os objetivos operacionais definidos no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR 2025) e com as orientações estabelecidas no Plano de Atividades e Orçamento, foram realizadas auditorias internas e externas ao Sistema Integrado de Gestão, bem como reuniões periódicas de acompanhamento com os gestores de processo. Estas ações contribuíram para a identificação de oportunidades de melhoria, simplificação e inovação organizacional, promovendo uma maior eficiência e eficácia dos processos.

Em cumprimento do disposto no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, nomeadamente no seu ponto 6, foram igualmente realizadas, durante o ano de 2025, ações de auditoria e verificação interna destinadas à monitorização da implementação e eficácia das medidas preventivas definidas para as áreas de risco identificadas. Destas ações resultaram nove relatórios internos, que permitiram avaliar o grau de execução das medidas previstas e identificar oportunidades de reforço dos mecanismos de controlo interno.

Quadro 1. 20 - Auditorias realizadas em 2025

Programa de Auditorias (Internas e Externas)	Nº de Auditorias previstas	Nº de Auditorias realizadas	Datas
Auditorias/verificações internas realizadas pelo Gabinete da Qualidade e Auditoria às unidades dos SASUM, segundo os referenciais normativos NP EN ISO 9001:2015 e NP EN ISO 14001:2015, com evidência de relatório escrito.	9	8	De 19 a 25/09/2025

Auditoria interna aos referenciais normativos NP EN ISO 9001:2015; NP EN ISO 14001:2015; NP EN ISO 22000:2018, realizada por auditores externos.	2	2	9 e 22/04/2025 6, 26, 28 e 29/05/2025
Auditoria de renovação aos referenciais normativos NP EN ISO 9001:2015; NP EN ISO 14001:2015; NP EN ISO 22000:2018, realizada por entidade externa.	1	1	De 22 a 24/10/2025
Auditorias/verificações internas de monitorização às várias áreas, relativamente à implementação das medidas preventivas delineadas no Plano de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas dos SASUM (2025-2027)	9	9	De 20/01 a 06/03/2025

MECANISMOS DE AUDIÇÃO E PARTICIPAÇÃO (RECLAMAÇÕES, SUGESTÕES E ELOGIOS) DOS UTENTES

Os SASUM valorizam a participação ativa dos seus utentes enquanto instrumento fundamental para a melhoria contínua dos serviços prestados. Neste âmbito, asseguram mecanismos estruturados de receção, análise, tratamento e resposta às reclamações, sugestões e elogios apresentados, em conformidade com a legislação em vigor e com os procedimentos internos definidos, designadamente na Instrução de Trabalho n.º 33.

A análise sistemática da informação recolhida através destes mecanismos constitui uma importante ferramenta de monitorização da satisfação dos utentes, permitindo identificar oportunidades de melhoria, corrigir eventuais constrangimentos e reforçar as boas práticas implementadas.

Apresenta-se, nos gráficos seguintes, os dados referentes às reclamações, sugestões e elogios rececionados pelos diferentes departamentos dos SASUM, no período compreendido entre 2021 e 2025.



Gráfico 1.6 - Departamento Alimentar - Nº de Reclamações/Sugestões/Elogios (2021-2025)

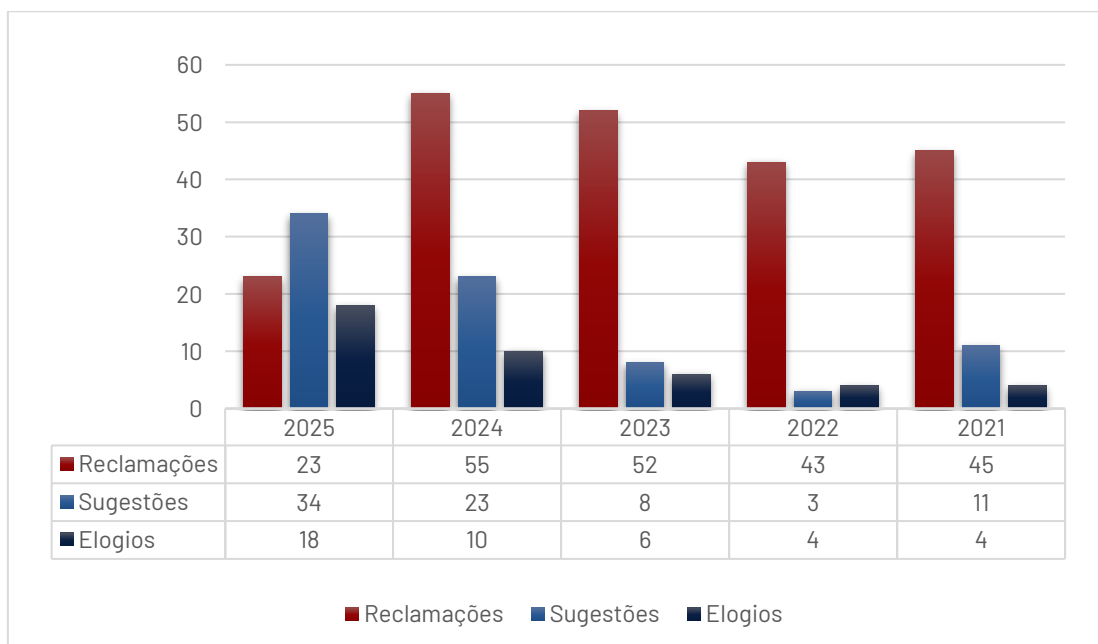


Gráfico 1.7 - Departamento de Desporto e Cultura - Nº de Reclamações/Sugestões/Elogios (2021-2025)

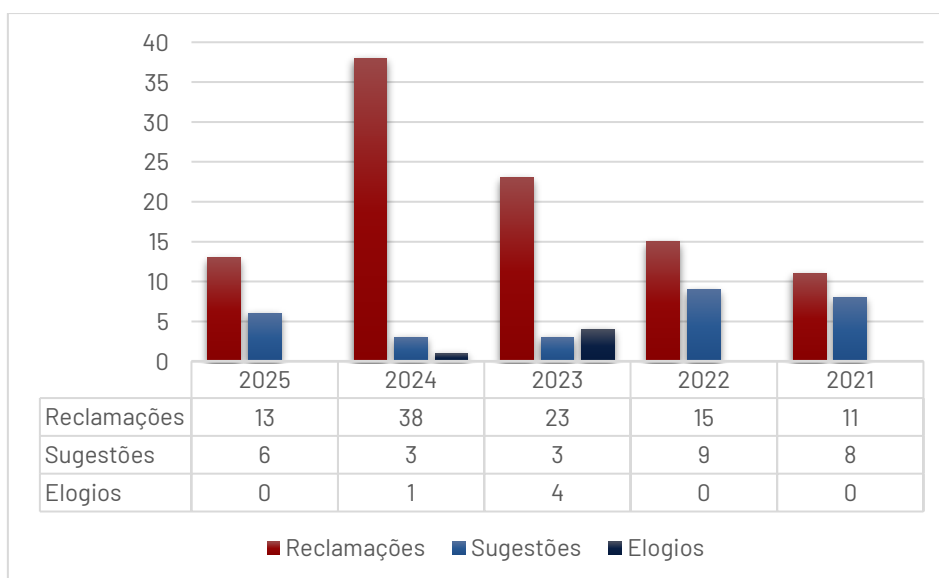
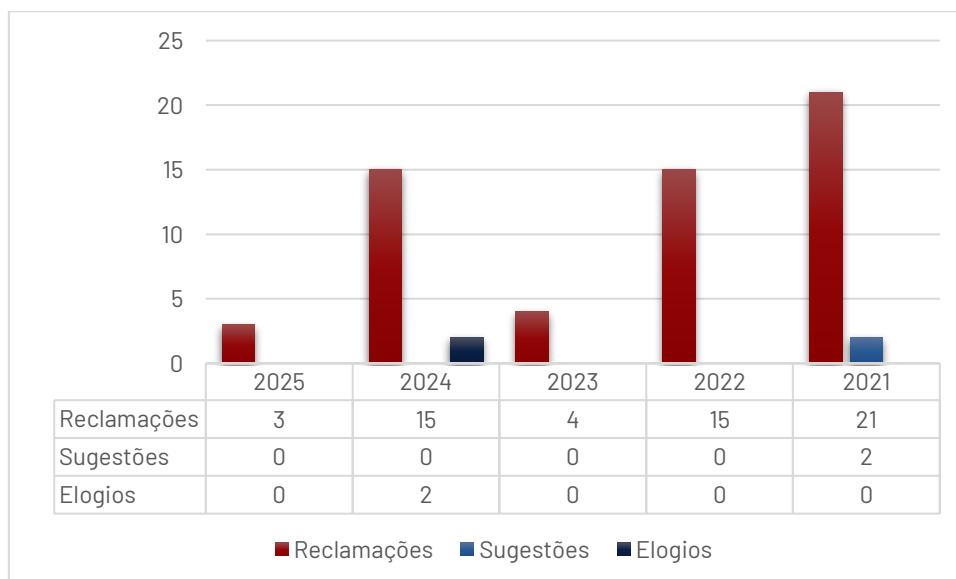


Gráfico 1. 8- Departamento de Apoio Social - Nº de Reclamações/Sugestões/Elogios (2021-2025)



A análise dos mecanismos de audição e participação dos utentes, materializados através da apresentação de reclamações, sugestões e elogios, evidencia a relevância destes instrumentos enquanto ferramentas de monitorização e melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados pelos SASUM. A evolução dos indicadores ao longo dos últimos anos demonstra um acompanhamento sistemático das perceções e expectativas dos utentes, permitindo identificar oportunidades de melhoria e consolidar boas práticas.

De um modo geral, os resultados refletem um nível de satisfação globalmente positivos, embora se verifiquem algumas diferenças entre as diversas áreas de atividade, o que reforça a importância de uma análise contínua e ajustada às especificidades de cada serviço. As contribuições dos utentes constituem uma importante fonte de informação para a identificação de necessidades, expectativas e oportunidades de aperfeiçoamento, contribuindo para uma resposta mais eficaz, próxima e centrada no utilizador.

Neste contexto, a avaliação da satisfação dos utentes assume-se como um instrumento fundamental de gestão e de apoio à tomada de decisão, devendo continuar a ser valorizada enquanto ferramenta estratégica para a melhoria contínua dos serviços, o reforço da sua qualidade e o fortalecimento da relação de confiança entre os SASUM e a comunidade académica.

1.3. SUSTENTABILIDADE

No âmbito da política ambiental dos SASUM, o ano de 2025 ficou marcado pela consolidação do Sistema de Gestão Ambiental e pela monitorização contínua dos indicadores ambientais definidos, permitindo assegurar a manutenção da certificação segundo a norma NP EN ISO 14001:2015.

O Programa de Gestão Ambiental continuou a desempenhar um papel fundamental na monitorização dos aspetos ambientais associados à atividade dos Serviços, bem como na promoção da correta segregação e gestão dos resíduos produzidos. Este acompanhamento sistemático possibilita uma análise rigorosa do desempenho ambiental dos SASUM, sustentando a definição de medidas de melhoria contínua e o reforço das boas práticas ambientais.

No âmbito da promoção da economia circular e da responsabilidade ambiental, destaca-se o programa «Oferece Roupas e Veste esta Ideia!», desenvolvido em parceria com a empresa Ultriplo. Em 2025, a iniciativa permitiu a reutilização de 2.378 quilogramas de roupa, face aos 2.292 quilogramas registados em 2024, bem como a reciclagem de 412 quilogramas, comparativamente aos 400 quilogramas do ano anterior. Estes resultados traduzem um aumento da quantidade de roupa reutilizada e refletem o impacto positivo da iniciativa, não apenas na vertente social, mas também na vertente ambiental, contribuindo para evitar a emissão de cerca de 8,9 toneladas de dióxido de carbono para a atmosfera.

O Departamento de Desporto e Cultura promoveram a 17ª edição da campanha de Natal “Oferece e Faz Uma Criança Feliz”, de 17 de novembro e 13 de dezembro de 2025, com pontos de recolha nos complexos desportivos dos *campi* de Gualtar (Braga) e Azurém (Guimarães). Foram angariados 2439 brinquedos e 2469 peças de roupa, entregues a 17 de dezembro à Fraterna de Guimarães e, no concelho de Braga, à Associação São José, ao Minilar Bomfim Areal, ao Centro Cultural e Social de Santo Adrião e ao Centro Social Padre David Oliveira Martins, beneficiando crianças e famílias em situação de vulnerabilidade social.

Como exemplo de outras campanhas de sensibilização promovidas ao longo do ano, destacam-se:

- **Campanha alusiva ao Dia Mundial da Água**, sob o mote «*Pequenos descuidos geram grandes desperdícios*», dirigida aos utentes das residências e dos pavilhões universitários, com o objetivo de sensibilizar para a redução do desperdício de água.
- **Campanha de Recolha de Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (REEE)**, desenvolvida em pontos estratégicos do campus, em parceria com a Braval no âmbito da Semana Europeia da Prevenção de Resíduos 2025, promovendo a economia circular e a correta separação e encaminhamento destes resíduos.
- **Campanha do Dia Mundial da Terra**, dedicada à correta separação de resíduos no campus, reforçando a importância da triagem na origem como etapa fundamental para a promoção da economia circular e visando a melhoria das taxas de separação de resíduos nos espaços SASUM.
- A campanha assinalada no **Dia Mundial da Reciclagem**, inspirada na comunicação da marca Control e recorrendo a uma mensagem provocadora de duplo sentido, com o objetivo de

sensibilizar a comunidade académica para a importância da reciclagem e promover a correta separação de resíduos.

- A campanha promovida no **Dia Mundial do Ambiente**, centrada na divulgação dos resultados alcançados e na apresentação de medidas através das quais a comunidade académica pode contribuir para a construção de um campus mais sustentável.
- A campanha do **Dia Internacional da Consciencialização sobre Perdas e Desperdício Alimentar**, dirigida aos utentes das unidades alimentares dos SASUM, com enfoque na redução do desperdício alimentar nas cantinas e bares, visando minimizar as perdas alimentares nos serviços de restauração da UMinho.
- A campanha do **Dia Nacional da Sustentabilidade 2025**, orientada para o reforço do compromisso institucional dos SASUM com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e com os processos de certificação em curso, através da divulgação e análise dos principais resultados alcançados pela organização.

No que respeita à redução de resíduos, foi dada continuidade, em 2025, a diversas medidas de prevenção, nomeadamente:

- A não disponibilização de garrafas de água de plástico de 0,33 litros à comunidade académica, incluindo em eventos, privilegiando apenas formatos iguais ou superiores a 0,5 litros;
- A disponibilização de pão não embalado em plástico nas unidades alimentares;
- A descontinuação da oferta de molhos em formato unidose.

Com a implementação destas medidas, pretende-se reduzir significativamente o consumo de materiais descartáveis, em particular de embalagens de plástico, reforçando simultaneamente o desempenho ambiental da organização.

Acresce, no campus de Azurém, a continuidade da separação de resíduos orgânicos para recolha pela empresa municipal Vitrus, contribuindo para o desvio destes resíduos de aterro e para a valorização da fração orgânica.

Em 2025, prosseguiu igualmente o esforço de digitalização e desmaterialização dos processos de gestão, promovendo ganhos de eficiência e uma utilização mais sustentável dos recursos. Como resultado destas medidas, registou-se uma redução de 11% no consumo de papel A4 face ao ano anterior.

Como resultado da monitorização contínua, das ações de sensibilização desenvolvidas e da implementação de medidas de melhoria no desempenho ambiental, registou-se, em 2025, uma redução do consumo de diversos recursos. Comparativamente ao ano anterior, verificou-se uma diminuição de 4,24% no consumo global de água, de 7,88% no consumo de gás e de 2,12% no consumo de energia elétrica.

Os resultados alcançados refletem o impacto positivo das medidas adotadas na otimização da utilização dos recursos e no reforço do compromisso institucional com a sustentabilidade, contribuindo para a diminuição da pegada ambiental da organização e para uma gestão cada vez mais eficiente e responsável.

2. RESULTADOS DOS OBJETIVOS OPERACIONAIS FIXADOS NO PLANO DE ATIVIDADES DE 2025

OBJETIVO ESTRATÉGICO 01

Garantir a prestação de serviços de qualidade à comunidade académica criando as condições para uma academia coesa e participativa.

OPERACIONAL	DESCRIÇÃO	INDICADOR DE EXECUÇÃO	META	RESULTADOS
OOP1	Avaliar a satisfação da comunidade académica dos serviços prestados nas áreas de atividade de apoio social, alimentação e desporto, através da aplicação de inquéritos dirigidos aos públicos-alvo. (alinhado com os ODS 4 – Educação de qualidade)	Índice de satisfação	75%	Média Global dos departamentos 82,75%
OOP2	Garantir serviços de qualidade na área da ação social através da melhoria da eficiência dos serviços. (alinhado com os ODS 2 – Erradicar a fome, ODS 3 – Saúde de qualidade, e ODS 10 – Reduzir as desigualdades)	Reorganização orgânica e funcional	Revisão do Regulamento Orgânico	Não executado face ao atraso na publicação do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior
OOP3	Realizar iniciativas temáticas na área da alimentação, desporto, saúde e bem-estar para a	Nº de iniciativas implementadas	15	Foram realizadas 42 iniciativas ao nível das áreas da alimentação, desporto, saúde e bem-estar.

OPERACIONAL	DESCRIÇÃO	INDICADOR DE EXECUÇÃO	META	RESULTADOS
	comunidade académica. (alinhado com o ODS 3 – Saúde de qualidade)			
OOP4	Promover uma alimentação equilibrada e de qualidade , através da prossecução de procedimentos pré-contratuais que avaliam a qualidade dos produtos a adquirir. (alinhado com os ODS 2 – Erradicar a Fome e ODS 12 – Produção e Consumo Sustentáveis)	Nº de procedimentos com requisitos de qualidade	8	Foram realizados durante o ano de 2025, 16 procedimentos contratuais com requisitos de qualidade
OOP5	Garantir o cumprimento dos procedimentos que possibilitem a publicação de resultados das candidaturas a bolsa de estudo nos prazos estipulados. (alinhado com os ODS 1 – Erradicar a pobreza e ODS 10 – Reduzir as desigualdades)	% de candidaturas a bolsa com resultado publicado	<ul style="list-style-type: none"> » 90% em 31 de janeiro de 2025 » 95% em 29 de fevereiro de 2025 » 100% em julho de 2025 (As candidaturas podem ser submetidas até 31 de maio)	<ul style="list-style-type: none"> » 93,77% em 31 de janeiro de 2025 » 96,30% em 28 de fevereiro de 2025 » 100% em julho de 2025
OOP6	Atribuir o Fundo de Apoio Social (FAS) a estudantes carenciados. (alinhado com ODS 10 – Reduzir as desigualdades)	% de requerimentos com decisão	90% de requerimentos com decisão até 31 julho	61% de requerimentos com decisão até 31 julho

OPERACIONAL	DESCRIÇÃO	INDICADOR DE EXECUÇÃO	META	RESULTADOS
OOP7	Disponibilizar computadores aos estudantes carenciados , a título de empréstimo, no âmbito do Programa de Apoio Informático a Estudantes. (alinhado com ODS 4 - Educação de qualidade)	Nº de computadores disponibilizados aos estudantes	45 computadores	Foram disponibilizados 41 computadores

OBJETIVO ESTRATÉGICO 02

Promover uma cultura organizacional que incentive a proximidade, a participação e a valorização dos recursos humanos.

OPERACIONAL	DESCRIÇÃO	INDICADOR DE EXECUÇÃO	META	RESULTADOS ATINGIDOS
OOP1	Responder às necessidades diferenciadas manifestadas pelos trabalhadores, no domínio da conciliação da vida profissional com a vida pessoal e familiar , nomeadamente na adequação de horários, sempre que possível e quando não coloquem em causa o regular funcionamento do serviço. (alinhado com o ODS 8 – Trabalho Digno e Crescimento Económico)	% de pedidos deferidos	90% de pedidos deferidos no ano económico	Foram diferidos 93% dos pedidos
OOP2	Promover a frequência de ações de formação de modo a capacitar e motivar continuamente os trabalhadores . Neste âmbito promover-se-á o estabelecimento de parcerias com a UMinho e outras instituições de ensino superior de partilha de ações de formação. (alinhado com os ODS 4 – Educação de Qualidade e ODS 5 – Igualdade de género)	% de trabalhadores com mais de 30 horas de formação (CTFP) / 40 horas (Código do Trabalho)	90% para trabalhadores públicos 100% para trabalhadores contratados ao abrigo código trabalho	99,37% trabalhadores CTFP com formação em 2025 97,14 trabalhadores CIT com formação em 2025 Contudo, 23,13% trabalhadores com + 30 horas CTFP 21,42% trabalhadores com + 40 horas CIT
OOP3	Implementar medidas de segurança e saúde no trabalho de forma a promover uma cultura de bem-estar , contribuindo para a promoção	Nº de medidas implementadas	3 medidas por departamento	Foram realizadas 15 medidas no total dos 3 departamentos

OPERACIONAL	DESCRIÇÃO	INDICADOR DE EXECUÇÃO	META	RESULTADOS ATINGIDOS
	da saúde mental. (alinhado com o ODS 8 – Trabalho Digno e Crescimento Económico e ODS 3 – Saúde de qualidade)			
OOP4	Promover medidas e ações que visem fomentar o espírito de equipa e a qualidade de vida no trabalho como ações de <i>team building</i> , convívios, pausas úteis, entre outros. (alinhado com o ODS 8 – Trabalho Digno e Crescimento Económico)	Nº de ações	3 ações/ano	Foram realizadas 4 ações durante o ano de 2025 (300 sessões de pausas ativas, 2 ações de contexto de sala de aula e 1 em reunião Nacional de Administradores)

OBJETIVO ESTRATÉGICO 03

Promover parcerias estratégicas, internas e externas, estabelecendo projetos comuns, que melhorem a qualidade dos serviços prestados.

OPERACIONAL	DESCRIÇÃO	INDICADOR DE EXECUÇÃO	META	RESULTADOS ATINGIDOS
OOP1	Fomentar e alargar parcerias com outras Entidades no âmbito das áreas core dos SASUM (Apoio Social, Alimentação, Desporto e contratação de bens e serviços). (alinhado com os ODS 12 – Produção e consumo sustentáveis e ODS 17 – Parcerias para a implementação dos objetivos)	Nº de parcerias estabelecidas	3 parcerias	Foram realizadas 7 parcerias
OOP2	Implementar o Programa para a Promoção da Saúde Mental no Ensino Superior (alinhado com os ODS 3 – Saúde de qualidade)	% adicional de consultas de psicologia prestadas aos estudantes	Aumento de 50% de consultas face ao período homólogo	Aumento de 9% de consultas face ao ano anterior
OOP3	Promover uma cultura de colaboração e trabalho conjunto com a UMinho ao nível de participação em projetos e compras agregadas. (alinhado com os ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis e ODS 12 – Produção e consumo sustentáveis)	Nº de iniciativas em colaboração	3 iniciativas	Foi realizada uma iniciativa ao nível de compras agregadas com a UMinho

OBJETIVO ESTRATÉGICO 04*Reabilitar e modernizar infraestruturas e equipamentos.*

OPERACIONAL	DESCRIÇÃO	INDICADOR DE EXECUÇÃO	META	RESULTADOS ATINGIDOS
00P1	Acompanhar a execução da remodelação das cantinas de Gualtar e Azurém no âmbito do financiamento do Fundo Ambiental em parceria com a UMinho. (alinhado com o ODS 7 – Energias renováveis e acessíveis)	Período de execução do procedimento	Até 30 de setembro	O prazo foi prorrogado até julho 2026
00P2	Acompanhar a execução da construção das novas residências em Braga e Guimarães , no âmbito do financiamento PRR, em parceria com o Município de Braga e a UMinho. (alinhado com os ODS 7 – Energias renováveis e acessíveis e ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis)	Período de execução do procedimento	Até 31 de dezembro	Foi acompanhada a execução durante o ano de 2025
00P3	Proceder à intervenção nas infraestruturas , no sentido da melhoria das suas condições, nomeadamente, residências universitárias, pavilhões desportivos e espaços alimentares. (alinhado com o ODS 9 – Indústria, inovação e infraestruturas)	Nº de intervenções	8 Intervenções	Foram realizadas 9 intervenções

OPERACIONAL	DESCRIÇÃO	INDICADOR DE EXECUÇÃO	META	RESULTADOS ATINGIDOS
OOP4	Participar em candidaturas a financiamento externo (Europeus, regionais e outros). (alinhado com o ODS 17 - Parcerias para a implementação dos objetivos)	Período de execução	Até 31 de dezembro	Foram realizadas 2 candidaturas até 31 de dezembro de 2025

OBJETIVO ESTRATÉGICO 05

Promover a sustentabilidade social, económica, financeira e ambiental, com vista a uma maior eficiência dos serviços.

OPERACIONAL	DESCRIÇÃO	INDICADOR DE EXECUÇÃO	META	RESULTADOS ATINGIDOS
OOP1	Dar continuidade à revisão e otimização dos procedimentos internos .	Nº de procedimentos re-desenhados e otimizados	5 procedimentos	Foram realizados 27 procedimentos
OOP2	Garantir a monitorização contínua do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, tendo em vista a manutenção das certificações pelos 3 normativos ISO (9001,14001 e 22000). (alinhado com os ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura e ODS 12 - Produção e consumo sustentáveis)	Renovação da certificação dos 3 normativos	31/10/2025	Foi renovada a certificação em 24/10/2025
OOP3	Promover uma gestão financeira sustentável . (alinhado com o ODS 8 - Trabalho digno e crescimento económico)	Monitorização através de relatórios de execução orçamental e financeira	Elaboração de relatórios trimestrais, para reporte à gestão de topo	Foram elaborados relatórios trimestrais
OOP4	Implementar medidas de redução do consumo de recursos naturais , como água e energia, realizando campanhas de sensibilização internas e externas sobre a importância da	Nº de medidas	3 medidas	Foram implementadas 11 medidas

OPERACIONAL	DESCRIÇÃO	INDICADOR DE EXECUÇÃO	META	RESULTADOS ATINGIDOS
	sustentabilidade e da responsabilidade social. (alinhado com os ODS 6 – água potável e saneamento e ODS 13 – Ação Climática)			
OOP 5	Substituir os equipamentos abastecidos a gás por alternativas mais eficientes do ponto de vista energético, para reduzir os impactos das alterações climáticas. (alinhado com os ODS 7 – Energias renováveis e acessíveis e 13- Ação climática)	Nº de equipamentos substituídos	3 equipamentos	Foram substituídos 9 equipamentos

OBJETIVO ESTRATÉGICO 06

Desenvolver estratégias de comunicação e divulgação eficazes para reforçar a promoção dos serviços de ação social e aumentar a sua visibilidade e impacto na comunidade académica.

OPERACIONAL	DESCRIÇÃO	INDICADOR DE EXECUÇÃO	META	RESULTADOS ATINGIDOS
00P1	Iniciativas de comunicação ao nível das unidades alimentares . (alinhado com o ODS 2 - Erradicar a fome)	Nº de iniciativas	4	Foram realizadas 35 iniciativas
00P2	Iniciativas de comunicação ao nível do alojamento, saúde e bem-estar . (alinhado com o ODS 3 - Saúde de qualidade)	Nº de iniciativas	4	Foram realizadas 41 iniciativas
00P3	Iniciativas de comunicação ao nível do desporto . (alinhado com o ODS 3 - Saúde de qualidade)	Nº de iniciativas	4	Foram realizadas 22 iniciativas



6449

CANDIDATOS A BOLSA
DE ESTUDO (2025/2026)



5163

ESTUDANTES BOLSEIROS
(2025/2026)



8 318 410,73 €

VALOR DE BOLSAS ANUAL PREVISTO
ATÉ FINAL DO ANO LETIVO (2025/2026)



99.25%

TAXA DE OCUPAÇÃO NAS
RESIDÊNCIAS (31/12/2026)



1326

CAMAS
2025/2026



856

ESTUDANTES BOLSEIROS
ALOJADOS NAS RESIDÊNCIAS
(2025/2026)



1522

ATENDIMENTOS NOS SERVIÇOS
DE APOIO CLÍNICO
(2025)

3. ATIVIDADES PRINCIPAIS

3.1. ATIVIDADE DE APOIO SOCIAL

A atividade desenvolvida pelo Departamento de Apoio Social centra-se na atribuição de apoios sociais diretos e indiretos aos estudantes, bem como na disponibilização de serviços de suporte fundamentais ao seu percurso académico e ao seu bem-estar.

Entre os principais instrumentos de apoio social destacam-se as bolsas de estudo, o Fundo de Apoio Social (FAS), o Programa de Apoio Informático a Estudantes (PAIE) e as bolsas atribuídas no âmbito de protocolos de cooperação com entidades do setor privado. Complementarmente, são assegurados serviços nas áreas do alojamento em residência universitária, da saúde e do bem-estar, contribuindo para a promoção da inclusão, da igualdade de oportunidades e do sucesso académico dos estudantes.



Em 2025, manteve-se uma intensa atividade de apoio aos estudantes, materializada na atribuição de apoios financeiros, na disponibilização de serviços de alojamento, apoio psicológico e acompanhamento social, bem como na dinamização de diversas iniciativas orientadas para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da comunidade estudantil.

Paralelamente, foi dada continuidade ao processo de revisão e simplificação de procedimentos, com especial enfoque na desmaterialização dos processos e no reforço dos canais de contacto e proximidade com os estudantes. Estas medidas contribuíram para o aumento da eficiência dos serviços, para a melhoria da acessibilidade aos apoios disponibilizados e para uma resposta mais célere às necessidades identificadas.

Do ponto de vista socioeconómico, o ano de 2025 continuou a evidenciar fragilidades significativas em muitos agregados familiares dos estudantes, refletindo-se numa elevada procura de apoios sociais, quer de natureza financeira, quer associados às condições de frequência e permanência no ensino superior.

3.1.1. APOIOS SOCIAIS – BOLSAS DE ESTUDO, FUNDO DE APOIO SOCIAL E PROGRAMA DE APOIO INFORMÁTICO A ESTUDANTES

BOLSAS DE ESTUDO

A Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, prevê que, no âmbito do sistema de ação social escolar, o Estado conceda aos estudantes economicamente carenciados apoios diretos, nomeadamente através da concessão de bolsas de estudo, que contribuem para custear as despesas de alojamento, alimentação, transporte, material escolar e propina do estudante.

Por conseguinte, a Divisão de Bolsas tem como principal objetivo a atribuição de apoios sociais a estudantes economicamente carenciados, de forma a proporcionar condições que permitam a prossecução dos seus estudos, visando promover uma efetiva igualdade de oportunidades no que respeita à frequência do ensino superior.

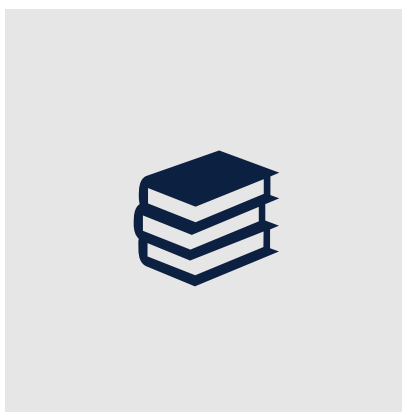
Neste contexto, à luz do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo a Estudantes do Ensino Superior (RABEEES), aprovado pelo Despacho n.º 8442-A/2012, publicado no Diário da República (DR), 2.ª série, n.º 120, de 22 de junho, com a última redação dada pelo Despacho n.º 7253/2024, publicado no DR, 2.ª série, n.º 127, de 3 de julho, e pelo Despacho n.º 9425/2024, publicado no DR, 2.ª série, n.º 159, de 19 de agosto, a atribuição de bolsas de estudo implica um conjunto de ações, que vão desde a candidatura, à análise dos processos de candidatura com base na situação socioeconómica do agregado familiar de cada candidato e na respetiva situação académica, até à atribuição do montante da bolsa de estudo.

Na totalidade, em 2025/2026, de acordo com os números disponíveis à data de elaboração do relatório de atividades, candidataram-se 6 449 estudantes, dos quais 5 163 foram contemplados com bolsas de estudo, cujo valor base anual oscilou entre 273,00€ e 7 498,00€.

O processo de análise das candidaturas é efetuado pela Divisão de Bolsas, através da plataforma de Suporte Informático de Atribuição de Bolsas de Estudo (SICABE) disponibilizada pela Direção Geral do Ensino Superior (DGES).

O RABEEES, na sua redação atual, mantém os mecanismos de atribuição automática de bolsas de estudo, através da aplicação dos artigos 30.º- A e 48.º, respetivamente a estudantes com ingresso no ensino superior através do Concurso Nacional de Acesso (CNA) e a bolseiros do ano anterior. Assim, aos estudantes que cumprem as condições definidas nas normas legais em causa, foram atribuídas 3758 bolsas automáticas, 411 a estudantes que ingressaram através do CNA e 3347 a estudantes que beneficiaram de bolsa de estudo no ano letivo anterior.

De salientar que, no que concerne à análise das candidaturas a apoio social direto, para que a respetiva atribuição seja concedida de acordo com as reais situações socioeconómica e académica dos candidatos, os processos, analisados pelos técnicos especialistas de trabalho social, têm como fundamento a verificação dos dados (das interoperabilidades, declarados pelos candidatos e académicos), a análise dos documentos, a eventual realização de entrevistas, contactos com outras instituições de ensino superior e entidades oficiais e outras diligências necessárias de acordo com as especificidades de cada caso. O processo de atribuição de bolsas é um processo dinâmico, facto que leva a que o número de bolseiros, durante o ano, não se mantenha constante. O número de bolseiros e os montantes mensais pagos variam de acordo com a crescente entrada de candidaturas, as alterações da situação académica ou dos agregados familiares dos candidatos e ainda as decorrentes da verificação de candidaturas cuja bolsa foi atribuída através dos automatismos.



O quadro seguinte evidencia, à data, uma diminuição de cerca de duas centenas no número de candidatos a bolsa de estudo, no ano letivo 2025/2026, relativamente a 2024/2025, o que representa uma ligeira diminuição na percentagem de bolseiros em relação ao número de estudantes.

No presente ano letivo, e considerando que o período de candidaturas a bolsa de estudo decorre até 31 de maio, registaram-se, até 31 de março, 6 449 candidaturas submetidas por estudantes. Destas, 5 163 resultaram na atribuição de bolsa de estudo.

Os dados apurados até àquela data evidenciam a relevância dos apoios sociais no contexto académico atual, bem como a continuidade de uma procura significativa destes mecanismos de apoio por parte dos estudantes, refletindo as necessidades socioeconómicas existentes e a importância da ação social no acesso e permanência no ensino superior.

A análise da evolução da bolsa média evidencia uma tendência de crescimento ao longo dos últimos anos letivos. Entre 2020/2021 e 2024/2025, o valor médio atribuído aumentou de 142,09€ para 156,70€, correspondendo ao valor mais baixo e ao valor mais elevado registados no período em análise.

Quadro 3.1 - Evolução dos encargos com bolsas 2020/21 - 2025/26

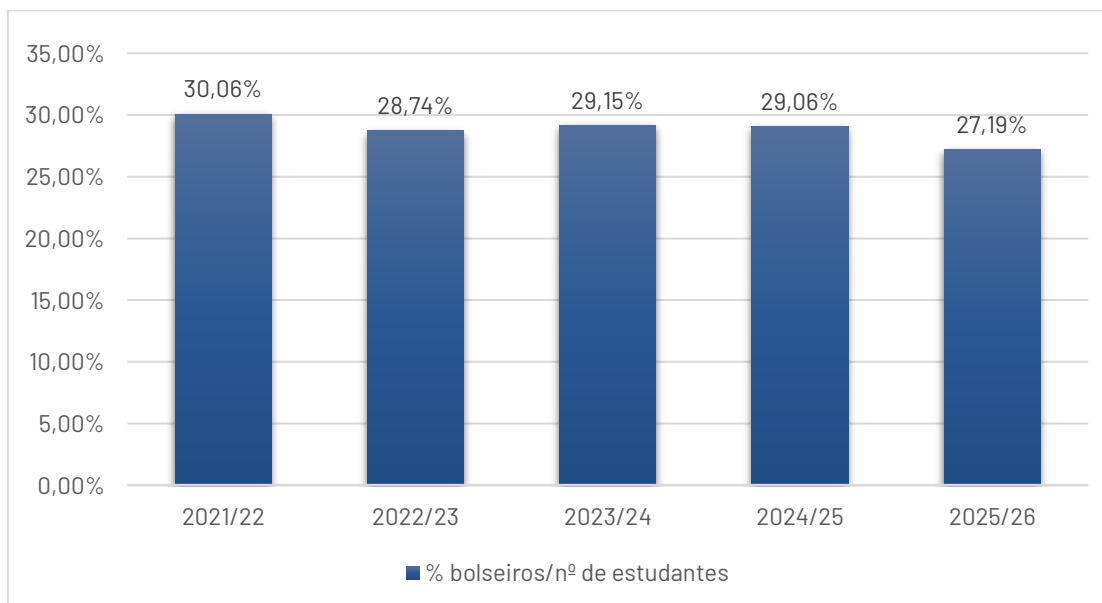
Ano Letivo	Nº de Estudantes inscritos - 1.º e 2.º Ciclos	Nº de Candidatos	Nº de Bolseiros	% bolseiros/nº de estudantes	Bolsas e complementos	Valor da bolsa média
2021/22	19 638	7 003	5 904	30,06%	8 390 501,39€	142,09€
2022/23	18 858	6 764	5 420	28,74%	8 325 981,58€	148,35€
2023/24	18 862	6 766	5 498	29,15%	8 669 229,67€	151,99€
2024/25	19 029	6 666	5 529	29,06%	9 048 677,62€	156,70€
2025/26	18 990	6 449	5 163	27,19%	*5 700 421,90€	154,92€

**Este valor contempla apenas os encargos até 31 de março de 2026.

A análise do rácio entre estudantes bolseiros e o total de estudantes inscritos em cursos de 1.º e 2.º ciclos evidencia uma evolução globalmente estável ao longo dos últimos cinco anos letivos, registando valores próximos entre si e demonstrando a manutenção da expressão dos apoios sociais atribuídos no conjunto da população estudantil.

Não obstante, importa considerar que os dados referentes ao ano letivo de 2025/2026 ainda não se encontram consolidados, uma vez que o processo de candidatura e atribuição de bolsas permanece em curso. Neste contexto, os indicadores apresentados deverão ser interpretados como provisórios, sendo expectável a sua atualização até à conclusão do respetivo processo.

Gráfico 3.1 - Percentagem de bolseiros no universo de estudantes

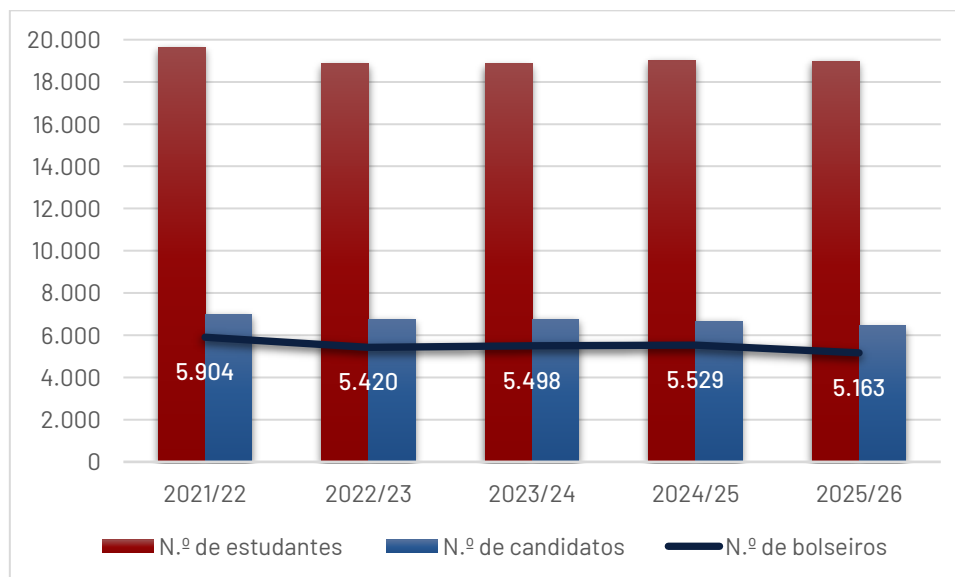


O gráfico seguinte apresenta a evolução do número de candidatos a bolsa de estudo e do número de estudantes bolseiros desde o ano letivo 2021/2022. A análise dos dados evidencia uma procura consistente dos apoios sociais por parte da comunidade estudantil, bem como uma manutenção significativa do número de estudantes abrangidos pelos mecanismos de ação social.

Nos últimos quatro anos letivos, o número médio de candidatos a bolsa situou-se nos 6 800 estudantes, enquanto o número médio de bolseiros ascendeu a 5 588 estudantes, refletindo a relevância destes apoios no contexto da frequência e permanência no ensino superior.

Os indicadores apresentados demonstram a importância da ação social escolar na promoção da igualdade de oportunidades, contribuindo para o apoio às condições económicas dos estudantes e para o seu sucesso académico.

Gráfico 3.2 - Evolução do nº candidatos a bolsa e do nº de bolsеiros



De acordo com os dados apurados a 31 de março, a taxa de atribuição de bolsas de estudo ascende a 80% do total de candidaturas analisadas, enquanto a taxa de indeferimento se situa nos 18%. As candidaturas pendentes de decisão representam aproximadamente 2% do universo de candidaturas submetidas.

A distribuição dos resultados evidencia uma predominância de decisões favoráveis, demonstrando a expressão dos apoios atribuídos e a importância dos instrumentos de ação social no suporte às condições de frequência e permanência dos estudantes no ensino superior. Atendendo a que o processo de candidatura e atribuição de bolsas permanece em curso, os indicadores apresentados deverão ser interpretados como provisórios, podendo sofrer atualizações até ao encerramento definitivo do processo.

Quadro 3.2 - Resultados das candidaturas a bolsa de estudo - ano letivo 2025/2026

Resultado	Total	
	Estudantes	%
Bolsa	5 163	80%
Indeferido	1 172	18%
Aguarda Documentação/ Dados	81	1%
Em Análise	33	1%
Total de candidatos	6 449	100%

No ano letivo de 2025/2026, mantiveram-se, em termos gerais, os principais motivos de indeferimento das candidaturas a bolsa de estudo registados no ano anterior. Entre os fundamentos mais frequentes destacam-se:

- Rendimento per capita do agregado familiar acima do limiar de elegibilidade para atribuição de bolsa de estudo;
- Falta de aproveitamento escolar no último ano letivo em que o estudante esteve inscrito;
- Incompletude da instrução do processo de candidatura ou desistência da candidatura.

Importa salientar que a sistematização dos motivos de indeferimento apresenta um número total superior ao de candidaturas indeferidas registadas no quadro anterior, uma vez que cada candidatura pode integrar simultaneamente mais do que um fundamento de indeferimento.

Os dados apurados permitem caracterizar os principais fatores associados às decisões desfavoráveis e contribuir para uma melhor compreensão das situações que condicionam o acesso aos apoios sociais atribuídos aos estudantes.

Quadro 3.3 - Candidaturas com resultado indeferido – motivos

Motivo	2024/2025		2025/2026	
	Total	%	Total	%
Rendimento per capita do agregado familiar superior a 23 x IAS (Inde-xante dos Apoios Sociais)	349	31,50%	513	41,88%
Sem aproveitamento escolar no último ano letivo que inscrito	294	26,53%	236	19,27%
Instrução incompleta/desistência	229	20,67%	185	15,10%
Não matriculado em instituição de ensino superior e não inscrito num curso	37	3,34%	47	3,84%
Conclusão do curso fora do período estabelecido	32	2,89%	59	4,82%
Património mobiliário superior a 240 x IAS	21	1,90%	24	1,96%
Estudante inscrito a menos de 30 ECTS	8	0,72%	11	0,90%
Estudante sem a situação tributária/contributiva regularizada	9	0,81%	11	0,90%
Titular do grau de licenciado/mestre	13	1,17%	23	1,88%
Curso não abrangido	1	0,09%	0	0,00%
Cidadão de país terceiro s/ autorização de residência permanente/Cida-dão nacional de Estado Membro da UE s/ direito de residência perma-nente em Portugal	42	3,79%	42	3,43%
Estudante internacional	6	0,54%	1	0,08%
Agregado unipessoal com rendimentos inferiores a 6 x IAS	9	0,81%	8	0,65%
Trabalhadores - Estudantes - Rendimento per capita do agregado fami-liar superior a 23 x IAS acrescido de duas vezes a retribuição mínima mensal garantida	58	5,23%	65	5,31%
Total	1108	100,00%	1225	100,00%

O quadro seguinte evidencia a distribuição dos candidatos a bolsa de estudo, dos estudantes bolseiros e dos bolseiros deslocados e não deslocados por polo, relativamente ao ano letivo de 2025/2026.

Os dados apresentados demonstram uma expressão significativa dos estudantes deslocados no universo dos bolseiros, representando estes cerca de 81% do total de estudantes com bolsa atribuída. Esta realidade evidencia o papel determinante dos mecanismos de ação social no apoio aos estudantes que frequentam o ensino superior fora da área de residência do respetivo agregado familiar.

A predominância de estudantes deslocados entre os beneficiários de apoio social reflete, igualmente, a importância das medidas de suporte associadas ao alojamento, à alimentação e às restantes condições de frequência académica, contribuindo para a redução das desigualdades económicas e para a promoção do sucesso académico.

Quadro 3. 4 - Comparação do n.º de candidatos a bolsa de estudo, bolseiros e bolseiros deslocados e não deslocados por polos

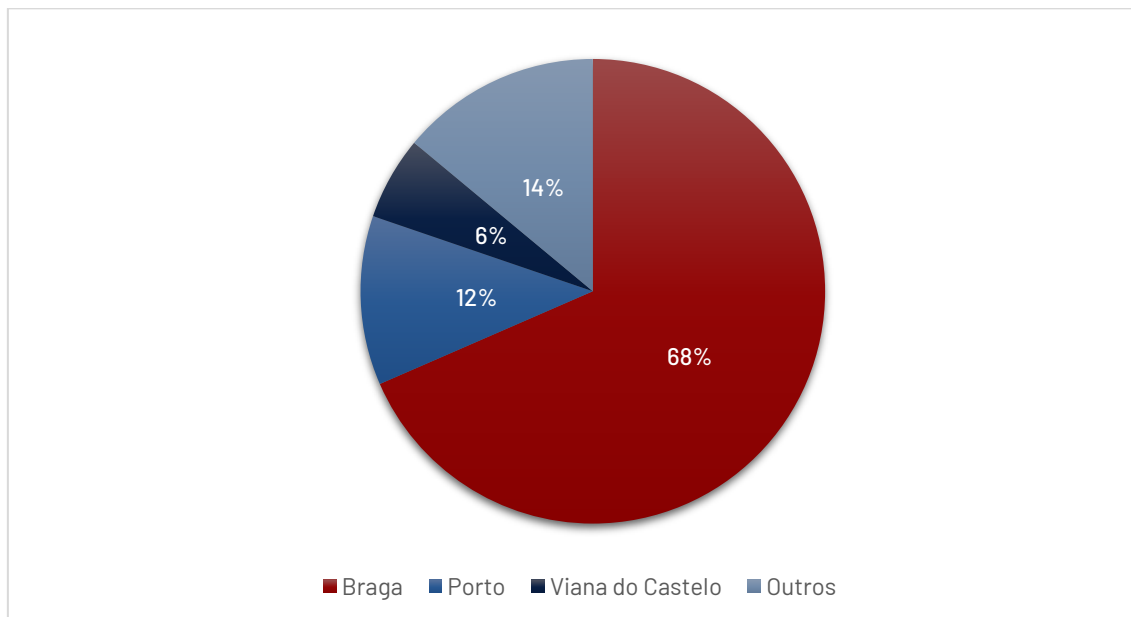
N.º candidatos por polo	Total	Braga		Guimarães	
		N.º	%	N.º	%
Total de Candidatos a Bolsa de Estudo	6 449	4 875	76%	1 574	24%
Total de Bolseiros	5 163	3 950	77%	1 213	23%
Bolseiros Deslocados	4 187	3 190	76%	997	24%
Bolseiros Não Deslocados	976	760	78%	216	22%

A proveniência geográfica dos estudantes bolseiros no ano letivo de 2025/2026 mantém-se globalmente estável face aos anos anteriores, não se registando variações significativas na distribuição territorial dos estudantes apoiados.

O distrito de Braga continua a representar a principal origem dos estudantes bolseiros, concentrando 68% do total. Seguem-se os distritos do Porto e de Viana do Castelo, com representações de 12% e 6%, respetivamente. Os restantes 14% correspondem a estudantes provenientes de diferentes regiões do país.

A estabilidade destes indicadores confirma a manutenção do padrão de recrutamento estudantil da Universidade do Minho e evidencia o alcance territorial dos mecanismos de ação social, que apoiam estudantes oriundos de contextos geográficos diversificados e contribuem para a promoção da igualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior.

Gráfico 3.3 - Bolseiros por distrito de proveniência



FUNDO DE APOIO SOCIAL

O Fundo de Apoio Social (FAS) consiste num apoio financeiro destinado a colmatar situações pontuais decorrentes de contingências ou dificuldades económicas dos estudantes, que não possam ser convenientemente resolvidas no âmbito dos apoios atribuídos através do sistema de ação social do Ensino Superior, evitando o insucesso e abandono escolares. Tem como finalidade apoiar estudantes em situações pontuais de comprovada emergência económica e social, prevenindo dificuldades financeiras intransponíveis de estudantes que não possuem ou deixaram de possuir os meios necessários para poder estudar e prover às suas necessidades associadas à frequência universitária.

O FAS é constituído, por regra, através de receitas próprias da UMinho, podendo, contudo, contar com apoios ou donativos de entidades públicas ou privadas.

As condições de acesso ao FAS estão definidas no respetivo regulamento, aprovado através do Despacho n.º 12194/2020, publicado em DR n.º 242/2020, Série II, de 15 de dezembro e Declaração de Retificação n.º 9/2021, publicada no DR n.º 3/2021, Série II, de 6 de janeiro.

No quadro seguinte verifica-se a evolução da atribuição do FAS desde o ano letivo de 2021/2022 até 2025/2026 (referente a candidaturas submetidas e com decisão de 10 de fevereiro).

A análise dos dados evidencia a continuidade da procura deste mecanismo de apoio social complementar, destinado a responder a situações de especial vulnerabilidade económica dos estudantes. Ao longo do período em análise, o número de candidaturas recebidas oscilou entre 23 e 28 pedidos anuais, registando-se, até 31 de março de 2026, um total de 10 candidaturas submetidas.

O investimento realizado pela Universidade do Minho através do FAS evidencia um esforço continuado de apoio aos estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconómica, tendo ultrapassado os 61 mil euros no período em análise. Verifica-se igualmente uma evolução dos montantes atribuídos, destacando-se, em 2025/2026, o valor máximo de apoio de 1.967,00€, o mais elevado dos últimos cinco anos letivos.

Quadro 3. 5 - Evolução das candidaturas ao FAS

FAS	2021/22	2022/23	2023/24	2024/25	2025/26*
Pedidos Recebidos	27	23	28	23	10
Apoios Concedidos	19	18	19	15	7
Processos Indeferidos	8	5	9	8	3
Investimento da UMinho	13 243,00 €	14 323,25€	12 728,75€	14 962,75€	6.149,00€
Montante de Propinas	13 243,00€	12 023,25€	11 674,75€	8 886,75€	4.879,00€
Apoio Máximo	697,00€	1847,00€	1 751,00€	1 937,00€	1.967,00€

Apoio Mínimo	697,00€	174,25€	174,25€	174,25€	697,00€
Valor Médio	697,00€	795,74€	669,93€	997,52€	878,43€

* Referência às candidaturas com decisão até 31/03/2026.

Os dados apresentados reforçam a relevância do Fundo de Apoio Social enquanto mecanismo de mitigação de situações de emergência económica e de promoção da igualdade de oportunidades, contribuindo para a permanência e o sucesso académico dos estudantes apoiados.

PROTOSCOLOS DE COOPERAÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS

Bolsas INDAQUA

As bolsas INDAQUA resultam de um protocolo de cooperação estabelecido entre a empresa que confere a denominação a este apoio - INDAQUA - Indústria de Gestão de Águas, S.A - e a UMinho, e destinam-se a apoiar estudantes de 1.º e 2.º ciclos desta instituição de ensino, com menores recursos económicos, visando a valorização e incentivo ao seu desenvolvimento académico e a realização do seu projeto de vida.

Em 2025, com referência ao ano letivo de 2024/2025, foram atribuídas 6 bolsas no valor unitário de mil euros, integralmente financiadas pela INDAQUA.

PROGRAMA DE APOIO INFORMÁTICO A ESTUDANTES

O Programa de Apoio Informático a Estudantes (PAIE) constitui uma medida complementar de ação social destinada a assegurar o acesso dos estudantes economicamente mais vulneráveis aos recursos tecnológicos necessários ao acompanhamento das atividades académicas.

Através deste programa, os SASUM disponibilizam o empréstimo de computadores portáteis durante o período correspondente ao ano letivo, contribuindo para a mitigação das desigualdades no acesso a ferramentas digitais e para a promoção do sucesso académico.

Conforme apresentado no quadro seguinte, a evolução das candidaturas ao PAIE evidencia um aumento expressivo da procura a partir do ano letivo de 2022/2023, mantendo-se, nos anos subsequentes, níveis de procura e de apoio relativamente consistentes. Entre 2022/2023 e 2025/2026, foram apoiados mais de 40 estudantes por ano letivo, demonstrando a continuidade da relevância deste instrumento de apoio.

No ano letivo de 2025/2026, registaram-se 34 candidaturas, 13 requerimentos e 41 estudantes apoiados, confirmando a necessidade de assegurar respostas que promovam a inclusão digital e garantam condições adequadas de participação nas atividades letivas.

Os resultados apurados reforçam o papel do PAIE enquanto medida de suporte à igualdade de oportunidades, contribuindo para a redução de barreiras tecnológicas e para o fortalecimento das condições de acesso, permanência e sucesso dos estudantes no ensino superior.

Quadro 3. 6- Evolução das candidaturas ao PAIE

Programa de Apoio Informático a Estudantes					
	2021/2022	2022/2023	2023/2024	2024/2025	2025/2026
Candidaturas	5	45	42	31	34
Requerimentos	6	16	2	11	13
N.º de estudantes apoiados	11	61	44	42	41



3.1.2. ALOJAMENTO



A atividade da Divisão de Alojamento tem como principais objetivos proporcionar alojamento aos estudantes deslocados, com especial prioridade para aqueles que se encontram em situação de maior vulnerabilidade económica, assegurando um acolhimento adequado nas residências universitárias e promovendo condições de conforto, funcionalidade e bem-estar que favoreçam o sucesso académico e a integração na comunidade universitária.

Ao longo de 2025, foram desenvolvidas diversas iniciativas orientadas para a prossecução destes objetivos, destacando-se as seguintes:

- **Reforço da oferta de camas** – No âmbito da medida governamental «Alojamento Já», foi dada continuidade ao reforço da capacidade de alojamento disponível para os estudantes da UMinho, através da mobilização de 29 camas na Pousada de Juventude de Guimarães e da renovação do protocolo estabelecido com a Diocese de Braga, que permitiu manter a disponibilização de 20 camas na Residência Carlo Acutis, gerida pela Pastoral Universitária de Braga. Estas soluções contribuíram para ampliar a capacidade de resposta às necessidades de alojamento estudantil, particularmente num contexto de elevada procura.
- **Novas residências universitárias** – Em estreita articulação com os serviços da Universidade do Minho, foi assegurado o acompanhamento regular das empreitadas de construção das duas novas residências universitárias, localizadas em Braga e Guimarães e financiadas pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Este acompanhamento concretizou-se através da realização de reuniões periódicas e visitas técnicas às obras, com o objetivo de monitorizar a evolução dos trabalhos e garantir o cumprimento dos objetivos definidos para estes projetos estruturantes.

- **Reabilitação das residências universitárias** – No âmbito da estratégia de melhoria das infraestruturas de alojamento estudantil, foi adjudicada a elaboração do projeto de reabilitação da Residência de Azurém, encontrando-se atualmente em fase de apreciação do respetivo Projeto de Execução.

Paralelamente, foi dada continuidade ao plano de intervenções de melhoria nas residências universitárias, permitindo concretizar investimentos relevantes ao nível da qualificação dos espaços e da melhoria das condições de habitabilidade. Entre as intervenções realizadas destacam-se a renovação de vários quartos, a instalação de duas novas cozinhas nas residências de Santa Tecla e Azurém e a renovação da cozinha do Bloco D da Residência de Santa Tecla.

- **Renovação de mobiliário e equipamentos** – Com o objetivo de reforçar a funcionalidade e o conforto dos espaços residenciais, foram adquiridos novos equipamentos para as cozinhas e salas de refeição das quatro residências universitárias, designadamente frigoríficos, arcaas de congelação e placas de indução.

Procedeu-se igualmente à aquisição de frigobares e micro-ondas destinados à substituição de equipamentos avariados, bem como à instalação de novas televisões inteligentes de grandes dimensões nas salas de convívio. Nos quartos, foi efetuada a substituição de cortinas, contribuindo para a melhoria das condições de conforto dos estudantes residentes.

- **Campanhas de sensibilização para adoção de comportamentos responsáveis na utilização de recursos nas residências universitárias** – Ao longo do ano, foram promovidas diversas ações de sensibilização dirigidas aos estudantes residentes, com vista à adoção de comportamentos mais responsáveis na utilização dos recursos disponíveis.

No âmbito das comemorações do Dia Mundial da Água, foi desenvolvida uma campanha de sensibilização nas residências universitárias orientada para a redução do desperdício e das perdas de água. Complementarmente, foram realizadas ações de sensibilização durante as vistorias aos quartos, incidindo na utilização adequada dos equipamentos de aquecimento e na adoção de práticas que contribuam para uma utilização mais eficiente da energia.

Estas iniciativas inserem-se na estratégia de sustentabilidade dos SASUM e visam promover uma maior consciencialização ambiental da comunidade residente, incentivando a utilização responsável dos recursos e contribuindo para a redução dos consumos e dos impactes ambientais associados ao funcionamento das residências universitárias.

- **Contacto e colaboração permanente com as Comissões de Residentes** – Para além das reuniões periódicas realizadas com estas estruturas representativas, foi assegurado um acompanhamento contínuo das questões e necessidades identificadas, promovendo uma resposta mais célere às situações reportadas e facilitando o apoio sempre que solicitado.

As Comissões de Residentes foram igualmente envolvidas em momentos relevantes para o funcionamento e melhoria das residências universitárias, contribuindo com a sua participação e colaboração para a identificação de oportunidades de melhoria, para a resolução de

constrangimentos e para o fortalecimento dos mecanismos de diálogo e participação dos estudantes na vida residencial.

Esta colaboração contínua permitiu reforçar a proximidade entre os serviços e os residentes, promovendo uma gestão mais participada, uma melhor adequação das respostas às necessidades dos estudantes e um ambiente residencial mais integrado e colaborativo.

INFRAESTRUTURAS

Atualmente, a Universidade do Minho dispõe de quatro residências universitárias destinadas ao alojamento de estudantes, distribuídas pelos polos de Braga e Guimarães, contribuindo para o apoio aos estudantes deslocados e para a promoção de condições adequadas de frequência do ensino superior.

No campus de Braga, o alojamento estudantil é assegurado através da Residência de Santa Tecla e da Residência Professor Carlos Lloyd Braga, ambas construídas de raiz. A primeira encontra-se localizada numa zona mais afastada do campus de Gualtar, enquanto a segunda beneficia de uma localização de maior proximidade às instalações universitárias.

No campus de Guimarães, a oferta de alojamento integra a Residência de Azurém e a Residência dos Combatentes. A Residência de Azurém foi concebida especificamente para fins de alojamento estudantil e encontra-se situada junto ao campus universitário. Por sua vez, a Residência dos Combatentes resulta da adaptação de um edifício existente, localizado no centro histórico de Guimarães, contribuindo para a integração dos estudantes na dinâmica urbana da cidade.

Residência de Sta. Tecla, Braga

Nos Blocos A, B e C existem 33 quartos individuais e 119 quartos duplos, que são apoiados, por piso, por instalações sanitárias coletivas – oito duches e 8 WC –, uma sala de refeições com frigoríficos, micro-ondas e televisão, e uma sala de estudo.

Os Blocos D e E dispõem de 108 quartos duplos, 18 quartos individuais, dois quartos para estudantes com mobilidade reduzida e dois apartamentos. Os quartos estão equipados com quarto de banho e um pequeno frigorífico. Nos Blocos D e E existe uma sala de refeição equipada com micro-ondas em cada piso.

Nos Blocos A e D dispõem de duas cozinhas devidamente equipadas.

Esta residência contempla ainda uma lavandaria em sistema *self-service*, uma cantina, sala de musculação, sala de squash e sala de jogos.

Residência Universitária Professor Carlos Lloyd Braga, Braga

A Residência Universitária Professor Carlos Lloyd Braga está situada junto ao *campus* de Gualtar e dispõe de 150 quartos duplos e de 4 quartos para estudantes com mobilidade reduzida. Cada quarto está equipado com quarto de banho, televisão e um pequeno frigorífico.

A Residência está dotada de uma lavandaria *self-service*, uma sala de refeições com micro-ondas e frigorífico e duas salas de estudo por piso, e cozinha e sala de convívio no último piso.

Residência Universitária de Azurém, Guimarães

O Complexo Residencial de Azurém, situado nas imediações do *campus* de Azurém, disponibiliza 420 camas distribuídas por três blocos.

O Bloco G1 dispõe de 24 quartos individuais e 40 quartos duplos. Cada andar dispõe de uma casa de banho coletiva (8 duches e 8 WC) e uma sala de refeição com micro-ondas e frigoríficos.

Os Blocos G2 e G3 dispõem, cada um deles, de 70 quartos duplos, 18 quartos individuais no G2 e 16 no G3; além de 2 quartos para estudantes com mobilidade condicionada. Todos os quartos estão equipados com quarto de banho e um frigobar.

Nos Blocos G1 e G2 existem ainda 12 e 60 camas em camaratas, respetivamente, num total de 72 camas.

O Bloco G1 dispõe ainda de uma cozinha devidamente equipada e de ampla sala que inclui zona de refeição, de estar e de jogos.

Existe ainda uma lavandaria em regime de *self-service* e salas de estudo.

Residência Universitária dos Combatentes, Guimarães

A Residência Universitária dos Combatentes situa-se na zona do centro histórico da cidade de Guimarães. Dispõe de 31 quartos duplos que são apoiados por casas de banho coletivas e todos os quartos possuem um pequeno frigorífico.

Esta residência dispõe também de uma cozinha e respetiva sala de refeições, sala de estudo e convívio com televisão e uma lavandaria em regime *self-service*.

No que diz respeito aos serviços globais prestados em todas as Residências Universitárias, destacam-se os seguintes:

- Limpeza diária das áreas comuns;
- Aquecimento;
- Vigilância durante 24 horas por dia;
- Disponibilização de roupa de cama e banho;
- Acesso à internet sem fios em todos os espaços;
- Cozinhas e salas de refeição;
- Salas de estudo e de convívio;
- Lavandaria *self-service*.



INDICADORES DE GESTÃO

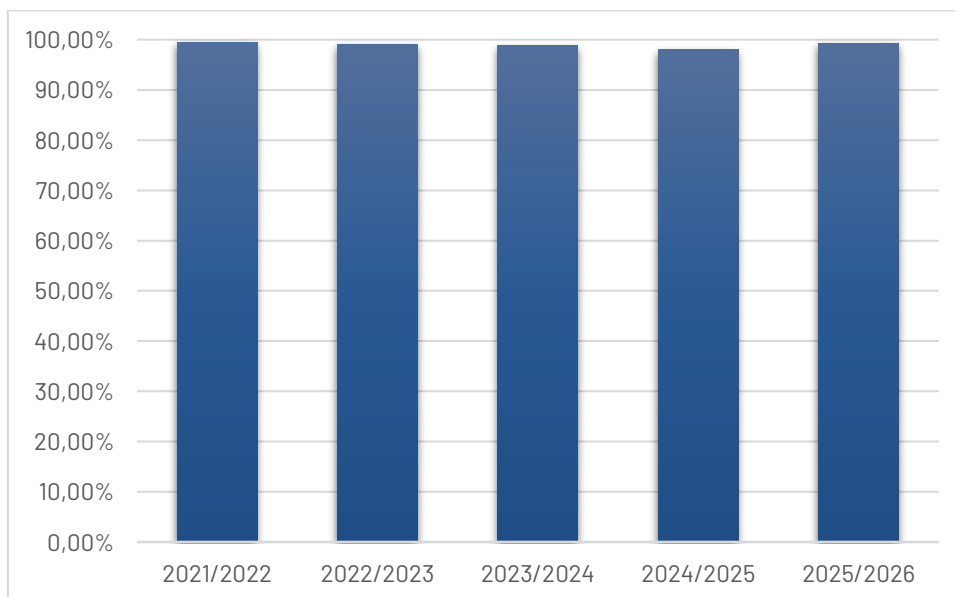
A evolução das taxas de ocupação das residências universitárias ao longo dos últimos cinco anos evidencia uma procura elevada de alojamento por parte dos estudantes deslocados, mantendo-se os níveis de ocupação próximos da capacidade máxima disponível.

Conforme ilustrado no gráfico seguinte, a taxa de ocupação global das residências universitárias, reportada ao mês de março de cada ano letivo, registou, em 2025/2026, o valor de 99,25%, correspondendo a uma ocupação praticamente integral das camas disponíveis.

Os indicadores apresentados confirmam a existência de uma procura superior à capacidade instalada, reforçando a relevância estratégica das respostas de alojamento estudantil e a necessidade de continuar a investir no aumento da oferta disponível, designadamente através da construção de novas residências e da mobilização de soluções complementares de alojamento.

A manutenção de níveis de ocupação tão elevados evidencia, igualmente, o papel central das residências universitárias no apoio aos estudantes deslocados e na promoção de condições adequadas para a frequência e o sucesso académico.

Gráfico 3. 4 - Taxa de ocupação global das residências



A análise da ocupação das residências universitárias por tipologia de residentes evidencia que os estudantes bolsheiros constituem, de forma consistente, o principal grupo de utilizadores destas infraestruturas.

Conforme apresentado no quadro seguinte, a maioria das camas ocupadas nos últimos cinco anos correspondeu a estudantes beneficiários de bolsa de estudo, representando, em média, cerca de dois terços da ocupação total. No ano letivo de 2025/2026, os estudantes bolsheiros ocupavam 856 das 1.316 camas disponíveis, correspondendo a 65% da ocupação total das residências universitárias.

A evolução observada demonstra uma grande estabilidade na composição da população residente, com a percentagem de bolsheiros a variar entre 65% e 67% ao longo do período em análise. Este indicador evidencia o papel fundamental das residências universitárias enquanto resposta de ação social destinada a apoiar estudantes economicamente mais vulneráveis e deslocados da sua residência habitual.

Os dados apresentados confirmam, assim, a relevância do alojamento estudantil no apoio à frequência do ensino superior, contribuindo para reduzir os encargos associados à deslocação e à permanência dos estudantes, promovendo simultaneamente a igualdade de oportunidades e o sucesso académico.

Quadro 3. 7 - Evolução da ocupação das residências por tipologia de residentes

Ano letivo	Nº camas ocupadas	Tipologia de residentes			% bolsheiros
		Bolsheiros	Não bolsheiros	Outros	
2025/2026	1316	856	457	3	65%

2024/2025	1303	862	432	9	66%
2023/2024	1271	843	419	9	66%
2022/2023	1290	867	417	6	67%
2021/2022	1290	852	431	7	66%

Também no que respeita à distribuição dos estudantes bolseiros alojados por polo, observa-se uma tendência estável ao longo dos últimos cinco anos letivos. Conforme evidenciado no quadro seguinte, cerca de dois terços dos estudantes bolseiros alojados encontram-se nas residências universitárias de Braga, enquanto aproximadamente um terço reside nas unidades de alojamento localizadas em Guimarães.

No ano letivo de 2025/2026, dos 856 estudantes bolseiros alojados, 572 encontravam-se nas residências de Braga, correspondendo a 66,8% do total, enquanto 284 estudantes estavam alojados nas residências de Guimarães, representando os restantes 33,2%.

A análise da evolução destes indicadores demonstra uma notável estabilidade na distribuição dos bolseiros alojados entre os dois polos da Universidade, com variações pouco significativas ao longo do período considerado. Esta realidade reflete, por um lado, a distribuição geográfica da população estudantil apoiada e, por outro, a capacidade instalada de alojamento existente em cada cidade.

Os dados apresentados evidenciam, assim, a importância das residências universitárias de Braga e Guimarães na resposta às necessidades dos estudantes deslocados economicamente mais vulneráveis, contribuindo para a promoção da igualdade de oportunidades e para a criação de condições adequadas à frequência e ao sucesso académico.

Quadro 3. 8 - Bolseiros alojados por polo

Ano letivo	Bolsseiros alojados				
	Braga		Guimarães		Total
	Nº	%	Nº	%	
2025/2026	572	66,8%	284	33,2%	856
2024/2025	569	66,0%	293	34,0%	862
2023/2024	537	63,7%	306	36,3%	843
2022/2023	552	63,7%	315	36,3%	867
2021/2022	543	63,7%	309	36,3%	852

No que respeita à relação entre as candidaturas apresentadas e as vagas disponibilizadas, considerando os dados reportados ao mês de outubro de cada ano letivo, verifica-se que, entre 2024/2025 e 2025/2026, ocorreu uma redução do número de pedidos de alojamento que não foi

possível satisfazer.

Em 2025/2026, registaram-se 252 pedidos não atendidos, face aos 312 verificados no ano letivo anterior, o que corresponde a uma diminuição de cerca de 19%. Esta evolução poderá ser explicada por dois fatores complementares: por um lado, uma ligeira redução da procura de alojamento em residência universitária no início do ano letivo; por outro, o reforço da capacidade de alojamento proporcionado pela disponibilização de 49 camas adicionais ao abrigo dos protocolos estabelecidos no âmbito da medida «Alojamento Já».

Apesar da melhoria registada, os dados apresentados continuam a evidenciar um desfazamento entre a procura e a oferta disponível de alojamento estudantil. Com efeito, o número de candidaturas não atendidas mantém-se expressivo, refletindo a elevada pressão exercida sobre a capacidade instalada das residências universitárias.

A análise da evolução dos últimos cinco anos demonstra que a procura de alojamento tem permanecido consistentemente elevada, reforçando a importância das medidas de expansão da oferta atualmente em curso, nomeadamente através da construção de novas residências universitárias e da mobilização de soluções complementares de alojamento para estudantes deslocados.

Quadro 3. 9 - Pedidos de alojamento não atendidos

Ano Letivo	Pedidos não atendidos		
	Braga	Guimarães	Total
2025/2026	187	65	252
2024/2025	291	21	312
2023/2024	326	72	398
2022/2023	342	106	448
2021/2022	268	18	286

Referência a outubro de cada ano letivo.

No quadro seguinte apresenta-se uma análise financeira à gestão do alojamento por bloco residencial, constando-se algumas variações nas respetivas taxas de cobertura, ainda que, na generalidade, se mantenham resultados de elevada eficiência.

Quadro 3. 10 - Análise financeira do alojamento em 2025

Bloco residencial	Gastos com pessoal	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Fornecimentos e serviços externos	Outros Gastos	Gastos de depreciação e de amortização	Total Gastos	Rendimentos (receita própria)	Rendimentos de verbas do OE	Taxa cobertura	Taxa cobertura (S/OE)
Bloco A - Sta. Tecla	56 811,65	2 445,97	53 490,17	4 928,80	16 870,42	134 547,01	112 701,12	65 697,58	132,59%	83,76%

Bloco B - Sta. Tecla	62 887,35	2 650,55	46 932,59	8 124,93	13 852,33	134 447,75	109 981,22	68 183,67	132,52%	81,80%
Bloco C - Sta. Tecla	40 948,29	1 533,65	68 093,80	6 412,10	14 554,98	131 542,82	117 496,71	52 122,35	128,95%	89,32%
Bloco D - Sta. Tecla	44 018,43	2 344,00	64 039,67	6 806,11	12 934,43	130 142,64	153 405,68	72 604,63	173,66%	117,88%
Bloco E - Sta. Tecla	40 503,71	2 060,19	53 811,04	6 522,96	31 052,90	133 950,80	140 806,71	61 477,35	151,01%	105,12%
Sala de Convívio - Sta. Tecla	-	-	809,30	0,00	80,24	889,54	-	-	0,00%	0,00%
Residência - Lloyd	108 194,05	3 621,41	175 780,12	7 966,67	95 970,69	391 532,94	469 687,81	195 509,07	169,90%	119,96%
PJG - Residência Centro Pastoral Universitário	-	-	10 800,00	-	-	10 800,00	3 576,48	10 800,00	133,12%	33,12%
RCA - Residência Carlos Acutis	-	-	52 480,00	-	-	52 480,00	15 813,51	52 480,00	130,13%	30,13%
Residência Bloco I - Azurém	69 231,27	2 031,42	68 785,36	7 320,84	9 897,53	157 266,42	125 774,92	75 969,16	128,28%	79,98%
Residência Bloco II - Azurém	47 834,91	1 922,85	75 326,66	5 722,32	42 956,05	173 762,79	197 186,18	80 314,47	159,70%	113,48%
Residência Bloco III - Azurém	46 788,71	2 094,94	69 741,92	5 983,13	41 585,18	166 193,88	203 008,37	81 547,73	171,22%	122,15%
Alojamento - Mojovem	-	-	-	-	-	-	19 761,72	-	0,00%	0,00%
Sala de Convívio - Azurém	-	-	1 404,10	-	377,22	1 781,32	1,40	-	0,08%	0,08%
Residência Combatentes	19 956,82	1 311,02	28 423,98	6 747,54	4 709,53	61 148,89	57 539,56	27 068,05	138,36%	94,10%
TOTAL	537 175,19	22 016,00	769 918,71	66 535,40	284 841,50	1 680 486,80	1 726 741,39	843 774,06	152,96%	102,75%

As diferenças registadas entre blocos e residências resultam, essencialmente, das diferentes tipologias de alojamento disponibilizadas, dos respetivos estados de conservação das instalações e dos recursos associados.

Quadro 3. 11 - Evolução da gestão do alojamento 2021-2025

Alojamento	2021	2022	2023	2024	2025
Total de Gastos	1 361 715,75	1 448 109,02	1 398 565,11	1 507 257,90	1 680 486,80
Total de Rendimentos (Receitas Próprias)	1 360 883,16	1 393 674,69	1 745 407,30	1 765 802,49	1 726 741,39
Taxa de Cobertura	99,94%	96,24%	124,80%	117,15%	102,75%
Total Rendimentos (Receitas OE)	270 363,26	237 499,06	253 971,23	357 235,91	843 774,06

Alojamento (incluindo receitas de Orçamento do Estado)	2021	2022	2023	2024	2025
Gastos	1 361 715,75	1 448 109,02	1 398 565,11	1 507 257,90	1 680 486,80
Rendimentos	1 631 246,42	1 631 173,75	1 999 378,53	2 123 038,40	2 570 515,45
Taxa de Cobertura	119,79%	112,64%	142,96%	140,85%	152,96%

Comparando a gestão nos últimos anos, constata-se, entre 2023 e 2025, a diminuição da taxa de cobertura, excluindo receitas do OE, explicada pelo aumento nos gastos.



3.1.3. APOIO CLÍNICO

Em 2025, o Serviço de Apoio Clínico assegurou a prestação de consultas de psicologia aos estudantes da Universidade do Minho, nas áreas da Psicologia Clínica e da Psicologia da Educação, bem como, até ao mês de agosto, a prestação de cuidados de enfermagem dirigidos à comunidade académica.

Para além da atividade assistencial desenvolvida, cujos indicadores são apresentados mais adiante, foram promovidas diversas iniciativas de sensibilização e educação para a saúde, com especial enfoque na promoção da saúde mental, na adoção de estilos de vida saudáveis e na prevenção de comportamentos de risco. Foram igualmente realizadas ações de rastreio e campanhas de informação dirigidas à comunidade académica.

- Programa de Promoção de Sucesso e Redução de Abandono no Ensino Superior – no âmbito deste programa, foi dada continuidade, no segundo semestre do ano letivo 2024/2025, ao programa de mentoria por pares “Mentoria em Residências”, visando facilitar aos novos estudantes e residentes uma integração saudável e feliz no contexto universitário, proporcionando as melhores condições para atingirem o sucesso académico. Ao longo do ano, foram realizadas diversas atividades desportivas, culturais e sociais, nomeadamente: jantares e convívios de boas-vindas, torneios, jantares temáticos e iniciativas de promoção da educação para a saúde (Residências Saudáveis).
- Desenvolvimento de competências para o sucesso – foram facultadas, nas residências universitárias, iniciativas que visavam o desenvolvimento de competências transversais para o sucesso, a nível pessoal e académico, através da realização de sessões temáticas em grupo.
- Dia Mundial do Sono (14 de março) – foram desenvolvidas iniciativas nas residências universitárias, visando o aumento de literacia dos estudantes sobre a higiene do sono e a disponibilização de recursos para implementarem hábitos de vida saudável.
- Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial (18 março) – foram realizadas duas iniciativas, promovendo um espaço informal de partilha e reflexão sobre estratégias de intervenção para a promoção da interculturalidade, com o objetivo de construirmos uma comunidade mais inclusiva.
- Dia Mundial da Saúde (07 de abril) – realização de campanha “Os Teus Passos Contam”, sobre a importância da atividade física para a saúde mental.
- Dia Mundial Sem Tabaco (31 de maio) – foi promovida uma ação de sensibilização com vista a alertar e aumentar a consciencialização da comunidade académica sobre os riscos e efeitos prejudiciais do uso do tabaco e da exposição ao fumo passivo.
- Dia Mundial da Prevenção do Suicídio (10 de setembro) – foi realizada uma campanha de divulgação de estratégias e contactos úteis para a prevenção do suicídio.

- Sessões de acolhimento nas residências universitárias – convívio de boas-vindas e dinâmica de grupo “Tu és parte. Todos somos comunidade”.
- Dia Mundial da Saúde Mental (10 de outubro) – realização do UMind Open Day, em Guimarães, sessão de partilha de experiências e dos resultados do projeto Prometeu sobre a saúde mental na comunidade académica.
- Formação em Primeiros Socorros Psicológicos – sessões dirigidas a estudantes e trabalhadores da UMinho.
- Outubro Rosa no *campus* – campanha de prevenção do cancro da mama em diversas instalações.

APOIO PSICOLÓGICO

A saúde mental e o bem-estar dos estudantes do ensino superior são essenciais para assegurar as condições necessárias ao desenvolvimento do seu percurso e ao seu sucesso no desempenho académico.

Com início formal na UMinho no final do primeiro trimestre de 2024, o Programa para a Promoção da Saúde Mental do Ensino Superior representa uma oportunidade extremamente importante para a consolidação e integração dos serviços de apoio na área da saúde mental disponibilizados na UMinho. Os objetivos passam por reforçar os mecanismos de apoio psicológico aos estudantes, com qualidade e eficácia, promover projetos que privilegiem abordagens preventivas, estimular estratégias de intervenção precoce, fortalecer a articulação entre as estruturas existentes na UMinho e no Serviço Nacional de Saúde (SNS) e apoiar iniciativas direcionadas a grupos de estudantes mais vulneráveis do ponto de vista social e económico.

No que respeita ao serviço de apoio psicológico prestado nos SASUM, em 2025, foram realizadas 1028 consultas, 883 em Braga e 145 em Guimarães, o que, em comparação com os cinco últimos anos, representa um aumento. A alteração de preços do serviço de apoio psicológico, com efeitos a 1 de setembro de 2025, tornando gratuitas as consultas para estudantes bolsheiros e reduzindo para 5 euros para os restantes estudantes, terá contribuído para o aumento da procura por parte dos estudantes. Ainda assim, importa ter presente que em 2025, manteve-se em vigor a medida cheque-psicólogo, que pode justificar que o aumento do número de consultas não tenha sido superior ao registado.

Quadro 3. 12 - Número de consultas por polo 2021-2025

	NÚMERO DE CONSULTAS DE APOIO PSICOLÓGICO				
	2021	2022	2023	2024	2025
Braga	328	855	837	787	883
Guimarães	70	134	140	154	145
Total	398	989	977	941	1028

Em 2025, foram atendidos nos SASUM 189 estudantes, maioria dos quais no *campus* de Gualtar,

verificando-se uma procura ligeiramente acima por parte dos estudantes não bolseiros.

Quadro 3. 13 - Perfil de utente atendido nas consultas de psicologia em 2025

PERFIL DE UTENTE - CONSULTAS DE APOIO PSICOLÓGICO EM 2025			
	BOLSEIRO	NÃO BOLSEIRO	TOTAL DE UTENTES
Braga	72	88	160
Guimarães	15	14	29
Total	87	102	189

Importa ter ainda em conta que, dos 189 estudantes atendidos, 132 representavam novos casos, maioria dos quais, uma vez mais, no *campus* de Gualtar, como evidenciado no quadro seguinte. De realçar também uma significativa incidência de novos casos no último trimestre do ano.

Quadro 3. 14 - Evolução de novos casos em 2025

NOVOS CASOS - CONSULTAS APOIO PSICOLÓGICO EM 2025													
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Braga	5	10	10	6	4	2	3	1	8	23	22	17	111
Guimarães	0	1	3	1	1	0	2	0	0	3	7	3	21
Total	5	11	13	7	5	2	5	1	8	26	29	20	132

No que respeita ao número de faltas às consultas de psicologia, em 2025, verificou-se novamente uma redução significativa, contrariando a tendência que se vinha a verificar desde 2022, em resultado da introdução de um novo modelo de agendamento, confirmação e pagamento das consultas, que, desde setembro de 2024, ocorre através da APP ou do Portal dos SASUM.

Quadro 3. 15 - Número de faltas a consultas por polo

	NÚMERO DE FALTAS ÀS CONSULTAS DE APOIO PSICOLÓGICO				
	2021	2022	2023	2024	2025
Braga	10	53	76	50	33
Guimarães	4	5	13	6	7
Total	14	58	89	56	40

Em outubro de 2024, teve início a medida cheques psicólogo e nutricionista, que, no caso da UMinho disponibilizou 5087 e 2543 consultas gratuitas aos estudantes, respetivamente.

Esta medida proporcionou o acesso aos cuidados de saúde mental a estudantes do ensino superior,

cabendo aos Serviços de Ação Social gerir e disponibilizar os códigos dos cheques aos estudantes que solicitaram o apoio.

Em 2025, prosseguiu a implementação desta medida, pelo que se apresenta de seguida o quadro, com referência a 31 de dezembro de 2025, com os resultados alcançados.

Quadro 3. 16 - Pedidos e atribuição de cheques psicólogo e nutricionista

	Cheques recebidos	Pedidos submetidos	Pedidos em aberto	Pedidos em análise	Pedidos analisados		Pedidos em lista de espera	Cheques atribuídos		Cheques bloqueados
					Indeferidos	Deferidos		Iniciais (triagem)	Consultas seguintes	
Cheque-psicólogo	5087	801	0	0	94	707	0	1414	2656	1089
Cheque-nutricionista	2543	745	0	0	92	653	0	653	1616	286
Total	7630	1546	0	0	186	1360	0	2067	4272	1375

No quadro seguinte, podemos observar que, apesar de a totalidade dos cheques estarem atribuídos ou consignados, a taxa de registo de consultas, de ambas as especialidades, é ainda diminuta, evidenciando que apenas metade dos cheques atribuídos foram utilizados pelos estudantes.

Quadro 3. 17 - Registos de consultas - cheques psicólogo e nutricionista

	Cheques atribuídos	Consultas registadas	%
Cheque-psicólogo	4070	1971	48%
Cheque-nutricionista	2269	1253	55%
Total	6339	3224	51%

ENFERMAGEM

Em 2025, a valência de enfermagem foi disponibilizada apenas até agosto, data a partir da qual o serviço foi descontinuado. Apresenta-se de seguida o quadro com as intervenções em termos de atos de enfermagem, em 2025, tendo totalizado 494 atendimentos.

Quadro 3. 18 - Apoio de enfermagem: n.º de atos realizados de 2021 - 2025

	NÚMERO DE ATOS DE ENFERMAGEM				
	2021	2022	2023	2024	2025*
Braga	405	560	692	867	382
Azurém	117	140	182	160	112
Total	522	700	874	1027	494

* Serviço de enfermagem foi descontinuado a partir de setembro de 2025



874 563

Nº DE ATENDIMENTOS NOS BARES



388 553

Nº DE REFEIÇÕES
SERVIDAS em 2025



292 405

Nº DE REFEIÇÕES SOCIAIS
SERVIDAS em 2025



120

Nº DE TRABALHADORES



21

Nº DE UNIDADES
ALIMENTARES

3.2. ATIVIDADE ALIMENTAR

No presente relatório o Departamento Alimentar apresenta, de forma sistematizada, o conjunto de ações desenvolvidas ao longo do período em análise, evidenciando o seu contributo para a promoção do bem-estar, da saúde e da qualidade de vida da comunidade académica da Universidade do Minho.

Integrado numa instituição de ensino superior de referência, o Departamento Alimentar assume um papel estratégico na garantia do acesso a uma alimentação segura, equilibrada, diversificada e economicamente acessível. Neste contexto, procura responder de forma eficiente às necessidades da comunidade académica, assegurando elevados padrões de qualidade, segurança alimentar e adequação nutricional, em alinhamento com as boas práticas nacionais e internacionais e com as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Food and Nutrition Board (FNB).

Ao longo do período em análise, foram implementadas diversas medidas orientadas para a melhoria contínua dos serviços prestados, a promoção de hábitos alimentares saudáveis, a valorização da experiência dos utilizadores e a adoção de práticas cada vez mais sustentáveis. A aposta na diversificação das ementas, na qualidade nutricional das refeições, na redução do desperdício alimentar e na otimização dos recursos evidencia o compromisso do Departamento Alimentar com a inovação, a sustentabilidade e a responsabilidade social.

O presente capítulo pretende não só descrever as atividades desenvolvidas, mas também analisar os resultados alcançados, identificar os principais desafios enfrentados e apresentar perspetivas de evolução futura, reforçando o papel do Departamento Alimentar como um pilar fundamental no apoio à comunidade académica da Universidade do Minho.

A atividade do Departamento Alimentar tem como principal objetivo o apoio aos estudantes, assegurando o fornecimento de refeições sociais nas cantinas universitárias, abertas ao almoço e ao jantar. Complementarmente, os Serviços disponibilizam diversas alternativas de restauração, nomeadamente o Restaurante Panorâmico, os espaços Grill, refeições rápidas nos bares, uma pizzaria com oferta de pizzas, massas e saladas, bem como um serviço de refeições refrigeradas pré-embaladas através do *TakeAway*.

Para garantir esta resposta alimentar, os Serviços de Ação Social da Universidade do Minho (SASUM) dispõem de cinco Complexos Alimentares. Três localizam-se na cidade de Braga – no campus de Gualtar, no Complexo Residencial de Santa Tecla e no edifício dos Congregados, no centro da cidade – e dois na cidade de Guimarães, concretamente no campus de Azurém e no Teatro Jordão.

O Complexo Alimentar de Gualtar constitui a principal unidade de restauração dos SASUM, integrando a Cantina de Gualtar, um espaço Grill, o Restaurante Panorâmico e seis bares. Destes, o Bar 5, localizado na Escola de Medicina, disponibiliza igualmente refeições sociais ao almoço, enquanto o Bar 3, situado no Complexo Pedagógico 3, assegura o serviço de pizzaria.

O Complexo Alimentar de Santa Tecla disponibiliza aos seus utilizadores o serviço de refeições através da Cantina de Santa Tecla, assegurando uma resposta adequada às necessidades da comunidade residente.

No Edifício dos Congregados encontra-se em funcionamento o Snack-Bar dos Congregados que, para além da oferta de refeições ligeiras, disponibiliza também refeições sociais ao almoço, contribuindo para o reforço da rede de apoio alimentar no centro da cidade de Braga.

O Complexo Alimentar de Azurém integra a Cantina de Azurém, um restaurante Grill e quatro bares, sendo que um destes dispõe de uma sala reservada para docentes. Complementarmente, fora do campus universitário, encontra-se em funcionamento o Bar do Teatro Jordão, inaugurado em fevereiro de 2023, alargando a oferta alimentar dos SASUM à comunidade académica e aos utilizadores daquele espaço cultural.

Ao longo de 2025, o Departamento Alimentar deu continuidade à dinamização de iniciativas de sensibilização, promoção de hábitos alimentares saudáveis e valorização da gastronomia, bem como à celebração de datas temáticas e festivas relevantes. Estas ações tiveram como principal objetivo fomentar escolhas alimentares mais conscientes, promover a sustentabilidade e reforçar a proximidade com a comunidade académica.

Entre as principais iniciativas desenvolvidas destacam-se:

- Comemoração do Dia Mundial da Alimentação, assinalado a 16 de outubro, através do lançamento de um desafio à comunidade académica para a criação e partilha de receitas originais, saudáveis, sustentáveis e economicamente acessíveis;
- Comemoração do São Martinho nas cantinas e espaços Grill;
- Comemoração do Dia Mundial da Água;
- Realização da Semana Gastronómica Internacional no Restaurante Panorâmico;
- A realização da Semana Gastronómica Nacional nos Grills de Gualtar e Azurém, com o objetivo de valorizar a gastronomia tradicional portuguesa;
- A comemoração do Dia de São Valentim, através de ações temáticas dirigidas à comunidade académica;
- A assinalação do Dia Mundial das Leguminosas, sensibilizando para a importância nutricional e ambiental destes alimentos;
- A participação na Semana da Euforia, em parceria com a Associação Académica da Universidade do Minho (AAUMinho), através da dinamização de atividades de promoção alimentar;
- A comemoração do Dia do Pai;
- A celebração da Época Pascal, que incluiu uma exposição e venda de produtos artesanais e gastronómicos, através da realização de uma feira temática no Bar do Grill de Gualtar;
- A comemoração do Dia Mundial da Saúde, com ações de sensibilização para a adoção de estilos de vida saudáveis;
- A assinalação do Dia Mundial da Segurança Alimentar, promovendo a consciencialização para a importância das boas práticas de higiene e segurança dos alimentos;

- A comemoração do São João no Restaurante Panorâmico e nos Grills de Gualtar e Azurém, proporcionando aos utilizadores uma oferta gastronómica alusiva às tradições desta festividade.
- A comemoração do Dia da Sustentabilidade, através da promoção de boas práticas ambientais e da sensibilização para a utilização responsável dos recursos;
- A assinalação do Dia Internacional de Consciencialização sobre o Desperdício Alimentar, com iniciativas destinadas a alertar a comunidade académica para a importância da redução do desperdício e da adoção de comportamentos de consumo mais sustentáveis;
- A participação na Semana de Receção ao Caloiro, promovendo os serviços alimentares disponibilizados pelos SASUM e dando a conhecer a oferta existente aos novos estudantes;
- A realização da Semana Arqus, entre os dias 13 e 17 de outubro, dedicada à divulgação da gastronomia tradicional dos países que integram a Aliança Europeia de Universidades Arqus, promovendo a diversidade cultural e a partilha de experiências gastronómicas entre as diferentes comunidades académicas.

Na gestão das unidades alimentares, para além da aplicação de procedimentos que asseguram uma utilização eficiente e rigorosa dos recursos disponíveis, mantém-se uma preocupação permanente com a higiene, a segurança alimentar e a qualidade nutricional das refeições servidas. Estes aspetos são regularmente monitorizados e avaliados através de auditorias internas e externas realizadas no âmbito do Sistema de Gestão da Segurança Alimentar, certificado pela norma ISO 22000 e implementado nos SASUM desde 2009.

Durante o ano de 2025, o acompanhamento nutricional das refeições continuou a ser desenvolvido de acordo com as orientações e referenciais técnicos estabelecidos, incidindo na elaboração, análise e monitorização das ementas disponibilizadas aos utilizadores. Este acompanhamento incluiu igualmente a verificação, validação e caracterização nutricional das especificações técnicas das unidades alimentares, bem como a promoção de ações de formação e sensibilização dirigidas aos colaboradores envolvidos na preparação e distribuição das refeições.

Neste contexto, foram acompanhados e avaliados diversos aspetos fundamentais para a garantia da qualidade nutricional e operacional do serviço, destacando-se os empratamentos e respetivas captações, o cumprimento das especificações técnicas definidas e a correta execução das ementas planeadas.

A elaboração das ementas foi efetuada pela nutricionista dos SASUM, em articulação com os responsáveis das unidades alimentares, tendo por base as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e outros referenciais nutricionais reconhecidos internacionalmente. O planeamento procurou assegurar refeições nutricionalmente equilibradas, diversificadas e adequadas às necessidades da população académica.

A definição das quantidades per capita em cru teve por base:

- As recomendações nutricionais da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Food and Nutrition Board (FNB);
- As captações atualmente praticadas nas diferentes unidades alimentares dos SASUM;
- A monitorização contínua dos consumos e da aceitabilidade das refeições servidas.

A análise da composição nutricional das refeições foi realizada de acordo com a metodologia desenvolvida pela European Food Information Resource Network (EuroFIR), permitindo uma avaliação rigorosa da qualidade nutricional da oferta alimentar disponibilizada.

Com base no conhecimento das quantidades per capita em cru, da composição dos géneros alimentícios utilizados, dos fatores de correção aplicáveis às diferentes operações culinárias e dos fatores de retenção e perda de nutrientes durante os processos de confeção, foram calculados e monitorizados os seguintes parâmetros nutricionais:

- Valor energético;
- Macronutrientes: proteínas, lípidos e hidratos de carbono;
- Vitaminas lipossolúveis: vitaminas A, D, E e K;
- Vitaminas hidrossolúveis: tiamina (B1), riboflavina (B2), niacina, ácido pantoténico, vitamina B6, biotina, folatos, vitamina B12 e vitamina C;
- Minerais e oligoelementos: cálcio, fósforo, magnésio, sódio, potássio, ferro, zinco e cobre.

Este acompanhamento nutricional constitui uma ferramenta essencial para assegurar a qualidade das refeições servidas, promover hábitos alimentares saudáveis e garantir o cumprimento das orientações nutricionais recomendadas para a população universitária.

No ano de 2025, manteve-se a integração de estudantes e de colaboradores externos nas equipas das unidades alimentares, ao abrigo dos diferentes programas de apoio social e promoção da empregabilidade.

No âmbito do Regulamento de Colaboração de Estudantes da Universidade do Minho, que visa apoiar estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconómica através da sua participação em atividades desenvolvidas pelos serviços da Universidade, o Departamento Alimentar contou com a colaboração de cerca de 26 estudantes ao longo do ano. Esta medida contribuiu simultaneamente para o reforço do apoio social aos estudantes.

Paralelamente, ao abrigo do protocolo estabelecido com o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), no âmbito da medida Contrato Emprego-Inserção (CEI), destinada a promover a integração socioprofissional e a aproximação ao mercado de trabalho de pessoas em situação de desemprego, foram integrados quatro colaboradores no Departamento Alimentar, contribuindo para o reforço das equipas operacionais das diferentes unidades.

A valorização e qualificação dos recursos humanos continuou a constituir uma prioridade estratégica do Departamento Alimentar. Neste contexto, durante o ano de 2025, os trabalhadores

participaram em diversas ações de formação, ministradas quer por formadores internos, quer por entidades externas especializadas, abrangendo áreas consideradas fundamentais para a qualidade, segurança e eficiência dos serviços prestados.

No âmbito da formação interna e em contexto de trabalho, destacam-se as ações relacionadas com o sistema Hazard Analysis and Critical Control Point (HACCP) e Segurança Alimentar, bem como a sensibilização para o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

Complementarmente, os colaboradores participaram em diversas ações promovidas por entidades externas, nomeadamente no âmbito do Referencial de Competências para a Administração Pública (ReCAP), destacando-se formações nas áreas de Orientação para o Serviço Público, Técnicas de Comunicação e Atendimento ao Público, Do Campo ao Campus: Caminhos para a Alimentação Sustentável, Qualidade, Ambiente e Segurança, Alimentação, Saúde e Sustentabilidade, entre outras temáticas relevantes para o desempenho das suas funções.

O investimento contínuo na formação e capacitação dos trabalhadores permitiu reforçar competências técnicas e comportamentais, contribuindo para a melhoria contínua dos serviços prestados, para o cumprimento dos requisitos legais e normativos e para a promoção de uma cultura organizacional orientada para a qualidade, a segurança e a sustentabilidade.



Nas secções seguintes são apresentados os principais indicadores de desempenho das unidades alimentares, organizados de acordo com as diferentes tipologias de serviço prestado. A análise destes indicadores permite avaliar os níveis de utilização, a eficiência operacional e a resposta dos serviços às necessidades da comunidade académica, constituindo uma ferramenta fundamental para a monitorização da atividade e para a identificação de oportunidades de melhoria contínua.

3.2.1. BARES E SNACK-BARES

De seguida analisaremos a atividade desenvolvida pelo conjunto de bares e snack-bars existentes nos *campi* e nas residências universitárias de Braga e Guimarães.



Quadro 3. 19 – Análise financeira dos bares

Unidade Alimentar	Gastos com pessoal	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Fornecimentos e serviços externos	Outros Gastos	Gastos de depreciação e de amortização	Total Gastos	Rendimentos (receita própria)	Rendimentos de verbas do OE	Taxa cobertura	Taxa cobertura (S/OE)
BGG-Bar Grill - Gualtar	32 566,70	15 885,46	3 164,29	19 137,69	3 575,53	74 329,67	50 060,80	24 639,53	100,50%	67,35%
CP1-Bar CP1 - Gualtar	103 898,39	104 154,73	7 004,54	25 351,65	1 675,90	242 085,21	262 109,64	80 355,82	141,46%	108,27%
CP2-Bar CP2 - Gualtar	127 653,31	103 962,34	7 813,62	18 135,06	1 828,80	259 393,13	295 973,43	96 826,71	151,43%	114,10%
CP3-Bar CP3 - Gualtar/ Pizzaria	120 223,11	62 165,85	6 969,62	8 773,43	6 955,75	205 087,76	194 068,54	91 539,95	139,26%	94,63%
B4-Bar 4 (Eng/ICS) - Gualtar	39 185,56	33 290,48	1 540,77	8 074,68	1 045,30	83 136,79	96 182,03	30 402,15	152,26%	115,69%
B5-Bar 5 (Escola de Medicina) - Gualtar	97 246,63	66 400,84	5 119,92	27 615,82	928,47	197 311,68	158 486,31	74 679,99	118,17%	80,32%
BRST-Bar Residências - Sta. Tecla	1 367,38	207,56	1 631,64	11,06	136,05	3 353,69	568,78	2 507,34	91,72%	16,96%
SBC-Snack Bar - Congregados	57 959,96	23 301,61	4 638,31	16 135,74	487,47	102 523,09	65 192,96	42 739,74	105,28%	63,59%
BRA-Bar Residências - Azurém	0,00	0,00	17,15	0,00	2,48	19,63	926,99	0,00	4722,31%	4722,31%
BGA-Bar Grill - Azurém	478,22	2 287,99	1 222,56	59,05	858,26	4 906,08	8 990,98	359,35	190,59%	183,26%
BEI-Bar Engenharia I - Azurém	161 702,79	115 603,58	11 421,89	13 468,33	3 951,53	306 148,12	333 684,90	126 220,90	150,22%	108,99%
BA-Bar Arquitetura - Azurém	57 230,12	40 617,75	3 639,33	3 585,14	482,63	105 554,97	107 875,58	43 958,09	143,84%	102,20%
BEII-Bar Engenharia II - Azurém	107 368,46	71 228,18	9 615,30	9 724,16	9 857,75	207 793,85	210 811,84	78 194,44	139,08%	101,45%
Bau-Bar Auditório - Azurém	45 218,51	32 997,33	2 832,40	2 369,95	485,70	83 903,89	83 425,88	32 573,80	138,25%	99,43%
Bar Teatro Jordão - Guimarães	39 136,28	19 652,10	812,20	10 545,84	993,51	71 139,93	47 083,91	24 990,04	101,31%	66,18%
Total	991 235,42	691 755,80	67 443,54	162 987,60	33 265,13	1 946 687,49	1 915 442,57	749 987,85	136,92%	98,39%
Peso percentual no total dos custos	51%	36%	3%	8%	2%					

Nota: O BRST-Bar Residências - Sta. Tecla, BRA-Bar Residências - Azurém foram desativados.

Apesar dos resultados alcançados ao longo de 2025 e da consolidação da atividade nas diferentes unidades alimentares, o ano continuou a ser marcado por desafios significativos. A conjuntura internacional permaneceu fortemente condicionada pelo conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia, cujos efeitos continuaram a refletir-se na economia global, com particular impacto nos custos da energia, das matérias-primas e dos géneros alimentares.

Este contexto de instabilidade económica exerceu pressão sobre a cadeia de abastecimento e sobre os custos operacionais das unidades alimentares, exigindo um acompanhamento permanente dos preços de aquisição e uma gestão rigorosa dos recursos disponíveis. Simultaneamente, tornou-se necessário reforçar as medidas de controlo e otimização dos consumos, procurando assegurar a manutenção da qualidade dos serviços prestados sem comprometer a sustentabilidade financeira da operação.

Perante este cenário, o Departamento Alimentar procurou responder de forma proativa aos desafios identificados, adotando estratégias de gestão orientadas para a eficiência operacional, a racionalização de custos e a mitigação do impacto das oscilações do mercado, garantindo a continuidade da sua missão de apoio à comunidade académica.

Em 2025, as receitas próprias geradas pelos bares e snack-bares ascenderam a 1.915.442,57 euros, registando um decréscimo de 106.610,41 euros face ao ano anterior, em que se situaram nos 2.022.052,98 euros. Esta redução reflete uma diminuição do volume de vendas e da procura em algumas das unidades alimentares.

A principal variação verificou-se na rubrica de gastos com pessoal, que atingiu 991.235,42 euros em 2025, comparativamente aos 927.088,74 euros registados em 2024. Este aumento de 64.146,68 euros ficou essencialmente associado à atualização da Remuneração Mínima Mensal Garantida (RMMG) e aos respetivos impactos nos encargos com recursos humanos.

Por outro lado, os custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas totalizaram 691.755,80 euros em 2025, registando uma diminuição de 14.546,14 euros relativamente aos 706.301,94 euros apurados em 2024. Esta redução encontra-se diretamente associada ao decréscimo das vendas e das prestações de serviços observado ao longo do período em análise.

A rubrica «Outros Gastos» integra, entre outros elementos, os encargos associados à colaboração de estudantes no âmbito dos programas de apoio social da Universidade, bem como regularizações e correções contabilísticas relativas a exercícios anteriores, efetuadas em conformidade com o princípio contabilístico da especialização (ou do acréscimo).

Da análise do Quadro 3.19 verifica-se que os bares apresentaram, em 2025, uma taxa de cobertura global de 98,39%, quando consideradas apenas as receitas próprias. Incluindo as verbas provenientes do Orçamento do Estado, a taxa de cobertura ascendeu a 136,92%, evidenciando a capacidade desta tipologia de serviço para contribuir de forma significativa para a sustentabilidade económico-financeira do Departamento Alimentar.

Relativamente à estrutura de custos, os gastos com pessoal constituíram a componente mais relevante, representando cerca de 51% dos gastos totais. Seguiram-se os custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, correspondentes às matérias-primas e mercadorias necessárias ao fornecimento de refeições e à comercialização de produtos nos bares, que representaram aproximadamente 36% do total dos gastos. Em conjunto, estas duas rubricas concentraram cerca de 87% dos custos totais desta área de atividade, refletindo a natureza operacional e intensiva em mão de obra dos serviços de alimentação e bebidas.

Os fornecimentos e serviços externos representaram cerca de 3% dos gastos totais, incluindo despesas relacionadas com instalações, consumos e outros serviços indispensáveis ao funcionamento das unidades. Por sua vez, a rubrica «Outros Gastos» representou aproximadamente 8% dos custos totais, integrando, entre outros, encargos com a colaboração de estudantes e regularizações contabilísticas de exercícios anteriores. Por fim, os gastos com depreciações e amortizações, associados ao desgaste e à utilização dos equipamentos e demais ativos afetos aos bares, representaram cerca de 2% do total dos gastos.

Quadro 3. 20 – Valor global da gestão dos bares 2021-2025

Bares	2021	2022	2023	2024	2025
Total de Gastos	1 187 644,56	1 518 582,61	1 727 944,58	1 887 494,40	1 946 687,49
Total de Rendimentos (Receitas Próprias)	912 911,24	1 709 996,43	1 951 859,61	2 022 052,98	1 915 442,57
Taxa de Cobertura	76,87%	112,60%	112,96%	107,13%	98,39%
Total Rendimentos (Receitas OE)	465 944,59	503 118,63	594 458,02	656 156,80	749 987,85

Da análise da evolução dos indicadores apresentados no Quadro 3.20, constata-se que a atividade dos bares manteve, em 2025, níveis de desempenho globalmente positivos, apesar dos desafios económicos que continuaram a marcar o contexto nacional e internacional.

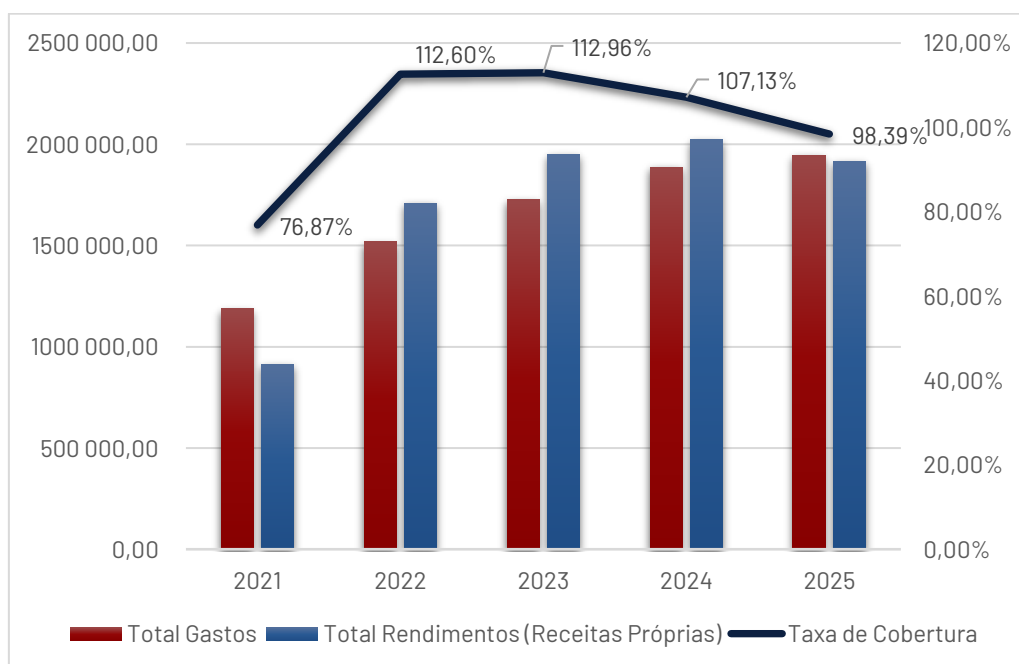
As receitas próprias ascenderam a 1.915.442,57 euros, correspondendo a um volume de vendas próximo dos 1,9 milhões de euros. Embora este valor represente um decréscimo de 106.610,41 euros face a 2024, mantém-se significativamente acima dos valores registados nos anos anteriores a 2023, evidenciando a relevância desta tipologia de serviço na atividade do Departamento Alimentar.

Os gastos totais atingiram 1.946.687,49 euros, registando um aumento de 59.193,09 euros relativamente ao ano anterior. Este acréscimo ficou sobretudo associado ao aumento dos encargos com pessoal, decorrente da atualização da Remuneração Mínima Mensal Garantida (RMMG), e à manutenção da pressão sobre os custos operacionais, num contexto ainda marcado pela volatilidade dos mercados e pelo aumento generalizado dos preços de bens e serviços.

Em consequência, a taxa de cobertura das receitas próprias situou-se em 98,39%, valor ligeiramente inferior ao registado em 2024 (107,13%). Contudo, quando consideradas as verbas provenientes do Orçamento do Estado, que ascenderam a 749.987,85 euros, a taxa de cobertura global elevou-se para cerca de 136,92%, assegurando o equilíbrio económico-financeiro desta área de atividade.

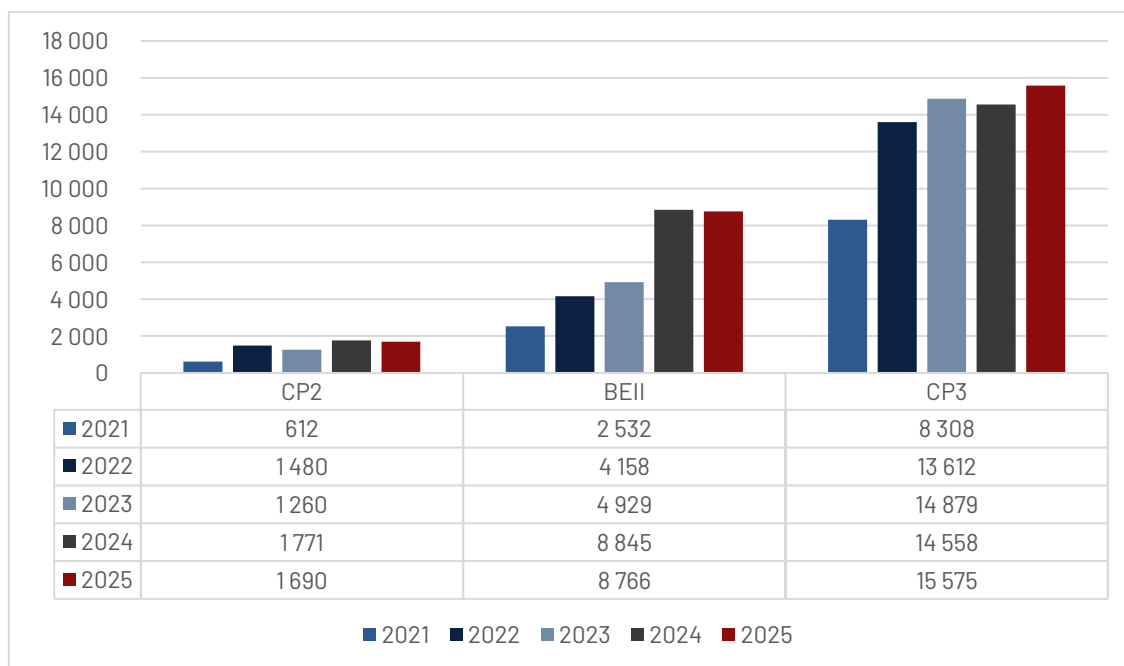
A análise da série temporal evidencia uma trajetória de crescimento sustentado das receitas próprias entre 2021 e 2024, acompanhada por um aumento gradual da taxa de cobertura. Em 2025 verificou-se uma inversão desta tendência, com uma ligeira redução das receitas e um aumento dos gastos, refletindo os constrangimentos decorrentes do contexto económico e a pressão exercida sobre o poder de compra dos consumidores. Ainda assim, os resultados alcançados demonstram a capacidade dos bares para manter elevados níveis de atividade e uma forte contribuição para a sustentabilidade financeira do Departamento Alimentar.

Gráfico 3.5 - Gestão global dos bares 2021-2025



Como se pode verificar, em 2025 registou-se uma ligeira diminuição dos rendimentos, acompanhada por um aumento dos gastos totais, o que se refletiu numa redução da taxa de cobertura face ao ano anterior. Esta evolução resultou, sobretudo, do acréscimo dos encargos com pessoal, decorrente da atualização da Remuneração Mínima Mensal Garantida (RMMG) e dos respetivos impactos nos custos associados aos recursos humanos. Ainda assim, os níveis de cobertura alcançados continuam a evidenciar a importância dos bares para a sustentabilidade económico-financeira do Departamento Alimentar.

Gráfico 3.6 - Evolução do número de refeições servidas nos bares 2021-2025



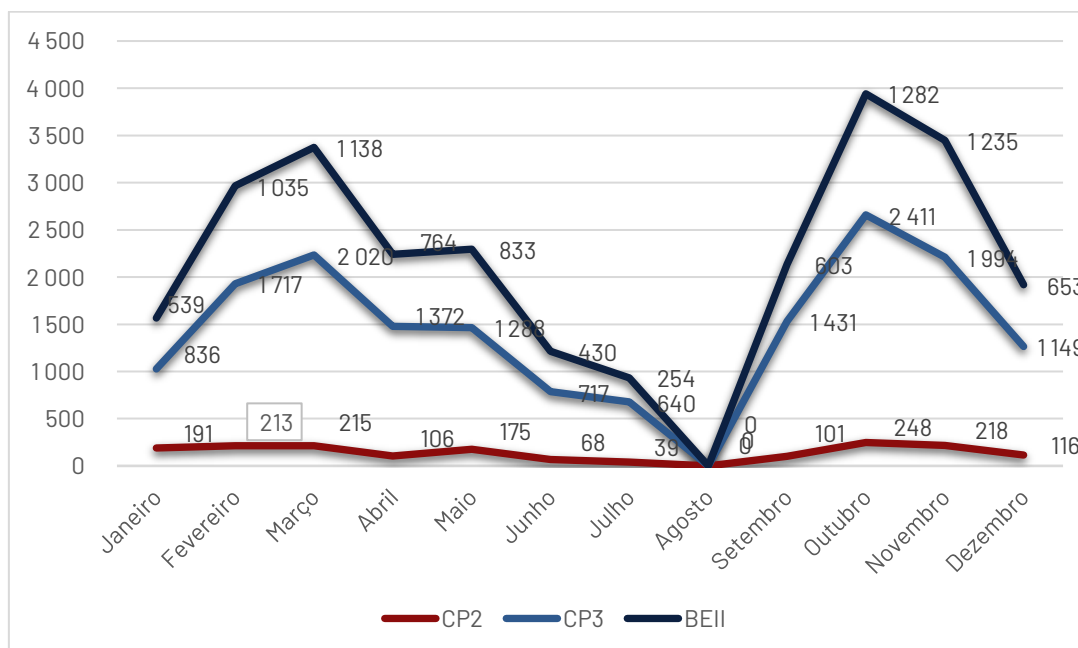
Existem três bares que disponibilizam refeições ligeiras à comunidade académica: o Bar do Complexo Pedagógico 2 (CP2) e o Bar do Complexo Pedagógico 3 (CP3), em Gualtar, este último integrando também o serviço de pizzaria, e o Bar de Engenharia II (BEII), localizado no campus de Azurém.

A evolução do número de refeições servidas nestas unidades encontra-se representada no Gráfico 3.6. Da sua análise, verifica-se que o Bar CP3 continuou a destacar-se como a unidade com maior volume de refeições ligeiras servidas, registando 15.575 refeições em 2025, valor superior ao observado em 2024, quando foram servidas 14.558 refeições. Este desempenho reflete a elevada procura desta unidade, fortemente impulsionada pela oferta diferenciada de pizzas, massas e saladas.

Segue-se o Bar de Engenharia II (BEII), com um total de 8.766 refeições servidas em 2025, evidenciando igualmente uma procura significativa por parte dos utilizadores do campus de Azurém. Por sua vez, o Bar CP2 registou 1.690 refeições servidas durante o ano.

Os dados evidenciam a relevância do Bar CP3 na oferta de refeições ligeiras dos SASUM, assumindo-se como a unidade de maior expressão nesta tipologia de serviço, resultado da diversidade da sua oferta alimentar e da sua localização estratégica no campus de Gualtar.

Gráfico 3.7 - Evolução do número mensal de refeições servidas nos bares - ano de 2025



O Gráfico 3.7 apresenta a evolução mensal do número de refeições servidas nos bares que disponibilizam refeições ligeiras durante o ano de 2025. Da sua análise, verifica-se que os níveis de procura mais elevados coincidem com os períodos de atividade letiva, destacando-se os meses de fevereiro a abril e de outubro a novembro.

O maior volume mensal de refeições foi registado no Bar CP3 durante o mês de outubro, com um total de 2.411 refeições servidas. No mesmo período, o Bar de Engenharia II (BEII) registou 1.282 refeições e o Bar CP2 contabilizou 248 refeições. O segundo mês com maior procura foi março, no qual o Bar CP3 serviu 2.020 refeições, enquanto o BEII e o CP2 registaram, respetivamente, 1.138 e 215 refeições.

A distribuição mensal da procura evidencia uma forte correlação com o calendário académico, verificando-se uma maior utilização destas unidades durante os períodos letivos e uma redução da atividade nos meses correspondentes a interrupções letivas e férias escolares. Este comportamento confirma a estreita ligação entre a procura dos serviços alimentares e a presença da comunidade académica nos campi universitários.

Quadro 3. 21 - Evolução da receita de POS dos bares 2021-2025

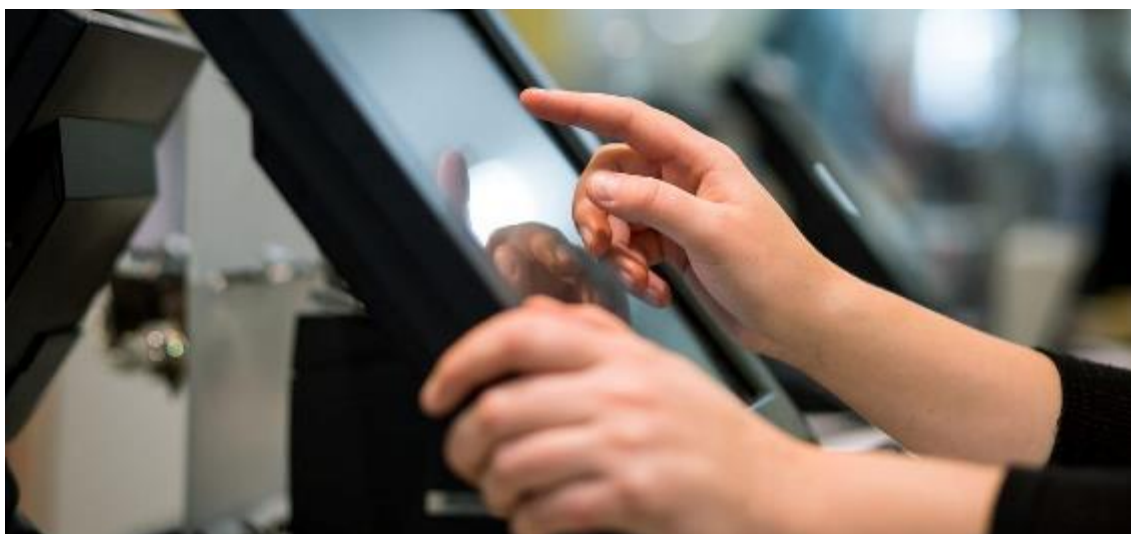
	2021	2022	2023	2024	2025
Janeiro	91 344,82€	102 795,07€	193 503,95€	172 384,24€	146 661,69€
Fevereiro	29 046,27€	151 081,60€	178 070,99€	236 960,78€	225 807,42€
Março	49 580,14€	237 860,65€	277 836,68€	215 528,15€	237 727,75€
Abril	94 100,96€	170 452,70€	167 113,72€	242 043,3 €	180 554,12€
Mai	140 252,44€	197 426,69€	238 925,55€	212 795,40€	198 737,42€
Junho	96 672,07€	130 828,12€	148 528,39€	125 913,35€	119 324,53€
Julho	79 458,95€	97 487,48€	89 896,04€	112 700,25€	110 317,70€
Agosto	8 974,75€	12 344,54€	13 484,68€	10 795,32€	11 823,23€
Setembro	88 435,11€	163 221,85€	192 259,15 €	201 431,39€	179 889,35€
Outubro	286 579,17€	247 074,62€	239 595,17€	275 652,6 €	276 987,47€
Novembro	270 045,51€	237 303,79€	259 240,84€	230 531,93€	251 510,74€
Dezembro	147 070,97€	126 845,00€	131 638,83€	172 407,88€	151 173,93€
Total	1 381 561,16€	1 874 722,11€	2 130 093,99€	2 209 144,68€	2 090 515,35€

O Quadro 3.21 apresenta a evolução das receitas registadas nos sistemas POS (Point of Sale) dos bares entre 2021 e 2025, permitindo analisar o comportamento das vendas ao longo dos últimos cinco anos.

Em 2025, as receitas totais dos bares ascenderam a 2.090.515,35 euros, registando um decréscimo de 118.629,33 euros face ao ano de 2024, em que se tinham situado nos 2.209.144,68 euros. Apesar desta redução, o volume de vendas manteve-se acima dos valores registados em 2021, 2022 e 2023, evidenciando a consolidação da atividade após os anos de maior instabilidade.

A análise mensal revela que a evolução das receitas acompanhou, de forma geral, o calendário académico, refletindo os períodos de maior e menor presença da comunidade universitária nos campi. Os meses de março, outubro e novembro destacaram-se por registarem valores de vendas superiores aos observados no período homólogo de 2024, contrariando a tendência global de diminuição das receitas. Em particular, outubro manteve-se como o mês com maior volume de faturação, alcançando 276.987,47 euros, seguido de novembro, com 251.510,74 euros, e março, com 237.727,75 euros.

Por outro lado, os meses correspondentes a períodos de menor atividade académica, nomeadamente agosto, bem como parte dos períodos de férias e interrupções letivas, continuaram a apresentar os níveis de faturação mais reduzidos.



Globalmente, os dados evidenciam uma ligeira retração das vendas em 2025 face ao ano anterior, embora se mantenha uma forte correlação entre o desempenho dos bares e os períodos de maior frequência estudantil, confirmando a dependência desta atividade da dinâmica académica e da presença dos utilizadores nos campi universitários.

3.2.2. CANTINAS, GRILLS E RESTAURANTE

Neste ponto debruçamo-nos sobre os dados de exploração das cantinas, grills e restaurante quer de Braga quer de Azurém.



Quadro 3. 22 - Análise financeira das Cantinas, Grills e Restaurante

Unidade Alimentar	Gastos com pessoal	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Fornecimentos e serviços externos	Outros Gastos	Gastos de depreciação e de amortização	Total Gastos	Rendimentos (receita própria)	Rendimentos de verbas do OE	Taxa cobertura	Taxa cobertura (S/OE)
Cantina - Gualtar	412 372,32	368 901,05	96 768,61	22 810,35	52 782,14	953 634,47	674 887,45	498 299,64	123,02%	70,77%
Cantina - Sta. Tecla	89 870,97	80 025,19	30 731,63	37 848,52	9 617,41	248 093,72	135 318,32	68 143,13	82,01%	54,54%
Cantina - Azurém	320 485,15	261 289,49	52 803,16	13 803,00	39 880,92	688 261,72	448 763,76	379 846,33	120,39%	65,20%
GrG-Grill - Gualtar	96 276,72	96 109,03	18 062,35	3 018,59	10 361,64	223 828,33	223 351,40	73 714,73	132,72%	99,79%
GrA-Grill - Azurém	68 383,50	80 410,53	9 003,12	9 880,96	8 330,11	176 008,22	191 523,45	49 980,64	137,21%	108,82%
RP-Restaurante Panorâmico - Gualtar	169 256,74	157 442,92	28 834,27	5 943,80	25 515,78	386 993,51	354 604,55	128 821,34	124,92%	91,63%
Total	1 156 645,40	1 044 178,21	236 203,14	93 305,22	146 488,00	2 676 819,97	2 028 448,93	1 198 805,81	120,56%	75,78%
Peso percentual no total dos custos	43%	39%	9%	3%	5%					

Da análise do Quadro 3.22 verifica-se que as cantinas, os Grills e o Restaurante Panorâmico apresentaram, em 2025, comportamentos distintos ao nível da cobertura dos seus custos operacionais, refletindo as especificidades de cada tipologia de serviço.

No conjunto das unidades analisadas, a taxa de cobertura sem recurso às verbas do Orçamento do Estado situou-se nos 75,78%, valor ligeiramente inferior ao registado em 2024 (79%). Este resultado é fortemente influenciado pelo modelo de funcionamento das cantinas universitárias, cuja missão de apoio social implica a prática de preços subsidiados para os estudantes, limitando naturalmente a capacidade de cobertura integral dos custos através das receitas próprias.

Entre as cantinas, a Cantina de Gualtar apresentou uma taxa de cobertura de 70,77%, enquanto a Cantina de Azurém registou 65,20%. A Cantina de Santa Tecla apresentou a taxa de cobertura mais reduzida (54,54%), situação que se explica pelo facto de esta unidade assegurar a produção das refeições destinadas ao serviço de *TakeAway*, posteriormente distribuídas pelas restantes unidades alimentares, concentrando assim custos que não se refletem integralmente nas receitas registadas nesta unidade.

Relativamente aos Grills, verifica-se uma situação de maior equilíbrio financeiro. O Grill de Gualtar alcançou uma taxa de cobertura de 99,79%, evidenciando uma capacidade praticamente integral de cobertura dos seus custos através das receitas próprias. Por sua vez, o Grill de Azurém apresentou uma taxa de cobertura de 108,82%, demonstrando uma situação de autossustentação financeira e uma capacidade de geração de receitas superior aos gastos incorridos.

No caso do Restaurante Panorâmico, a taxa de cobertura sem verbas do Orçamento do Estado situou-se nos 91,63%, valor que, embora próximo do equilíbrio financeiro, não permitiu assegurar a cobertura total dos custos da unidade. Considerando as verbas do Orçamento do Estado, a taxa de cobertura ascendeu a 124,92%, garantindo um resultado global positivo.

No que respeita à estrutura de custos, os gastos com pessoal continuaram a representar a principal componente da despesa, totalizando 1.156.645,40 euros em 2025, o que corresponde a cerca de 43% dos gastos totais. Comparativamente a 2024, registou-se um aumento de 57.075,61 euros, refletindo sobretudo a atualização da Remuneração Mínima Mensal Garantida (RMMG) e os respetivos impactos nos encargos com recursos humanos.

Os custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas ascenderam a 1.044.178,21 euros, representando aproximadamente 39% dos gastos totais. Face a 2024, verificou-se um ligeiro aumento de 3.688,00 euros, refletindo a manutenção de níveis elevados de consumo de matérias-primas e a persistência de pressões inflacionistas em diversos produtos alimentares.

Em conjunto, os gastos com pessoal e os custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas representaram cerca de 82% dos gastos totais das cantinas, Grills e Restaurante Panorâmico, evidenciando o peso determinante destas rubricas na estrutura de custos das unidades alimentares.

Quadro 3.23 - Análise financeira - Complexo de Gualtar

Unidade Alimentar	Gastos com pessoal	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Fornecimentos e serviços externos	Outros Gastos	Gastos de depreciação e de amortização	Total Gastos	Rendimentos (receita própria)	Rendimentos de verbas do OE	Taxa cobertura	Taxa cobertura (S/OE)
Cantina - Gualtar	412 372,32	368 901,05	96 768,61	22 810,35	52 782,14	953 634,47	674 887,45	498 299,64	123,02%	70,77%
GrG-Grill - Gualtar	96 276,72	96 109,03	18 062,35	3 018,59	10 361,64	223 828,33	223 351,40	73 714,73	132,72%	99,79%
RP-Restaurante Panorâmico - Gualtar	169 256,74	157 442,92	28 834,27	5 943,80	25 515,78	386 993,51	354 604,55	128 821,34	124,92%	91,63%
Total	677 905,78	622 453,00	143 665,23	31 772,74	88 659,56	1 564 456,31	1 252 843,40	700 835,71	124,88%	80,08%
Peso percentual no total dos custos	43%	40%	9%	2%	6%					

Da análise do Quadro 3.23 verifica-se que o Complexo Alimentar de Gualtar apresentou, em 2025, uma taxa de cobertura de 80,08% quando consideradas exclusivamente as receitas próprias. Este indicador reflete a incapacidade das receitas geradas pela atividade para cobrir integralmente os gastos incorridos, sendo particularmente influenciado pelo desempenho da Cantina de Gualtar, cuja missão social assenta na disponibilização de refeições a preços subsidiados. Consequentemente, esta unidade registou uma taxa de cobertura de apenas 70,77% sem consideração das verbas do Orçamento do Estado.

Quando incorporado o financiamento proveniente do Orçamento do Estado, a taxa de cobertura global do complexo ascendeu a 124,88%, evidenciando o papel determinante deste apoio na sustentabilidade financeira da atividade. Individualmente, todas as unidades alimentares apresentaram taxas de cobertura superiores a 100% quando consideradas as verbas do OE, destacando-se o GrG - Grill de Gualtar com 132,72%, seguido do Restaurante Panorâmico com 124,92% e da Cantina de Gualtar com 123,02%.

Em 2025, os rendimentos provenientes de receitas próprias totalizaram 1.252.843,40 €, face a 1.288.729,77 € registados em 2024, correspondendo a uma diminuição de 35.886,37 € (-2,8%). Por sua vez, os gastos totais ascenderam a 1.564.456,31 €, comparativamente a 1.494.527,81 € no ano anterior, traduzindo-se num aumento de 69.928,50 € (+4,7%).

A estrutura de gastos do complexo continua fortemente concentrada nos gastos com pessoal e no custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, que representam, respetivamente, 43% e 40% do total dos gastos. Estas rubricas totalizaram 677.905,78 € e 622.453,00 €, absorvendo, em conjunto, cerca de 83% dos custos totais. Os fornecimentos e serviços externos ascenderam a 143.665,23 € (9%), enquanto os gastos de depreciação e amortização atingiram 88.659,56 € (6%). Os restantes gastos representaram apenas 2% do total.

A tendência observada justifica-se, sobretudo, pelo aumento significativo dos custos operacionais, em particular das matérias-primas e dos encargos com pessoal, que constituem a maior fatia dos gastos. Em paralelo, a ligeira diminuição das receitas próprias está associada à manutenção de preços acessíveis e a possíveis variações na procura. Assim, verifica-se um desfasamento entre gastos e rendimentos, atenuado pelo financiamento do Orçamento do Estado, essencial para o equilíbrio financeiro do complexo.

Ao nível das unidades alimentares, a Cantina de Gualtar concentrou cerca de 61% dos gastos totais do complexo, com um montante de 953.634,47 €, seguida pelo Restaurante Panorâmico, com 386.993,51 €, e pelo GrG – Grill, com 223.828,33 €. Esta distribuição evidencia o peso estrutural da Cantina na atividade do complexo e o impacto que o seu modelo de funcionamento exerce sobre os resultados globais.

A evolução observada em 2025 resulta, sobretudo, do aumento dos custos operacionais, particularmente dos encargos com pessoal e dos custos associados às matérias consumidas, num contexto em que as receitas próprias registaram uma ligeira redução. A manutenção de preços socialmente acessíveis, aliada a eventuais oscilações na procura, contribuiu para este comportamento. Assim, verifica-se um agravamento do diferencial entre rendimentos próprios e gastos, situação que é compensada pelo financiamento do Orçamento do Estado, o qual se mantém essencial para assegurar o equilíbrio financeiro e a continuidade da missão social do Complexo Alimentar de Gualtar. A evolução observada em 2025 resulta, sobretudo, do aumento dos custos operacionais, particularmente dos encargos com pessoal e dos custos associados às matérias consumidas, num contexto em que as receitas próprias registaram uma ligeira redução. A manutenção de preços socialmente acessíveis, aliada a eventuais oscilações na procura, contribuiu para este comportamento. Assim, verifica-se um agravamento do diferencial entre rendimentos próprios e gastos, situação que é compensada pelo financiamento do Orçamento do Estado, o qual se mantém essencial para assegurar o equilíbrio financeiro e a continuidade da missão social do Complexo Alimentar de Gualtar.

Quadro 3. 24 - Valor global das Cantinas, Grills e Restaurante de 2021 a 2025

Cantinas, Grills e Restaurante	2021	2022	2023	2024	2025
Total de Gastos	1 923 029,75	2 312 003,17	2 600 701,42	2 599 598,89	2 676 819,97
Total de Rendimentos (Receitas Próprias)	467 286,82	801 403,68	1 270 772,60	2 048 680,84	2 028 448,93
Taxa de Cobertura	24,30%	34,66%	48,86%	78,81%	75,78%
Total Rendimentos (Receitas OE)	596 765,89	590 069,63	680 259,56	793 738,32	1 198 805,81

Da análise dos gastos e rendimentos das Cantinas, Grills e Restaurante entre 2021 e 2025, verifica-se um crescimento expressivo da atividade. O total de gastos aumentou de 1.923.029,75€ em 2021 para 2.676.819,97€ em 2025, correspondendo a um acréscimo de 753.790,22€. Por sua vez, os rendimentos próprios registaram uma evolução ainda mais acentuada, passando de 467.286,82€ para 2.028.448,93€, o que representa um aumento de 1.561.162,11€.

Esta evolução reflete a recuperação e o reforço da utilização dos serviços alimentares ao longo do período em análise, após os constrangimentos sentidos nos anos anteriores. O crescimento dos rendimentos próprios resulta essencialmente do aumento do número de refeições servidas e da normalização da atividade, permitindo uma melhoria significativa da capacidade de autofinanciamento dos serviços.

Relativamente ao último ano, observa-se que os gastos aumentaram ligeiramente face a 2024, em 77.221,08€, atingindo os 2.676.819,97€. Este acréscimo encontra-se associado ao aumento dos custos operacionais, nomeadamente das matérias-primas alimentares, da energia e dos encargos com o pessoal, num contexto ainda marcado por pressões inflacionistas.

Em contrapartida, os rendimentos próprios registaram uma ligeira diminuição de 20.231,91€ relativamente a 2024, fixando-se em 2.028.448,93€. Esta redução poderá estar relacionada com a manutenção de preços socialmente acessíveis para a comunidade académica, bem como com eventuais oscilações na procura dos serviços alimentares.

Como consequência, a taxa de cobertura passou de 78,81% em 2024 para 75,78% em 2025, evidenciando um ligeiro agravamento do diferencial entre gastos e rendimentos próprios. Este efeito foi compensado pelo reforço do financiamento proveniente do Orçamento do Estado, que aumentou para 1.198.805,81€, mantendo-se essencial para garantir a sustentabilidade financeira dos serviços e a continuidade da sua função de apoio social.

As receitas próprias das cantinas provêm maioritariamente das refeições servidas. No quadro seguinte apresenta-se a evolução do número total de refeições servidas em todas as unidades alimentares ao longo do período em análise.

As receitas próprias das cantinas provêm maioritariamente das refeições servidas. No quadro seguinte apresenta-se uma evolução das refeições totais servidas em todas as unidades alimentares.

Quadro 3. 25 – Total de refeições servidas nas unidades alimentares: 2021-2025

Unidades Alimentares	2021	2022	2023	2024	2025
Cantina Gualtar	104 941	179 921	178 849	151 608	142 888
Cantina Azurém	85 494	141 227	137 322	117 796	113 935
Cantina Sta Tecla	50 978	56 135	49 939	18 865	16 982
Rampa B	20 499	28 591	19 673	--	--
Grill Gualtar	19 097	27 272	30 828	30 803	29 690
Restaurante Panorâmico	6 306	18 242	17 449	17 246	15 446
Grill Azurém	5 924	11 303	17 982	24 631	24 981
Bar CP2	612	1 480	1 260	1 771	1 690
Bar CP3	8 308	13 612	14 879	14 558	15 575
Bar 5 - Esc. Medicina	3 417	7 022	8 871	8 395	10 208
Snack/Bar dos Congregados	7 480	10 544	8 648	5 703	4 443
Bar da Engenharia II	2 532	4 158	4 929	8 845	8 766
Bar Teatro Jordão	---	---	2 959	3 195	3 949
Total	315 588	499 507	493 588	403 416	388 553

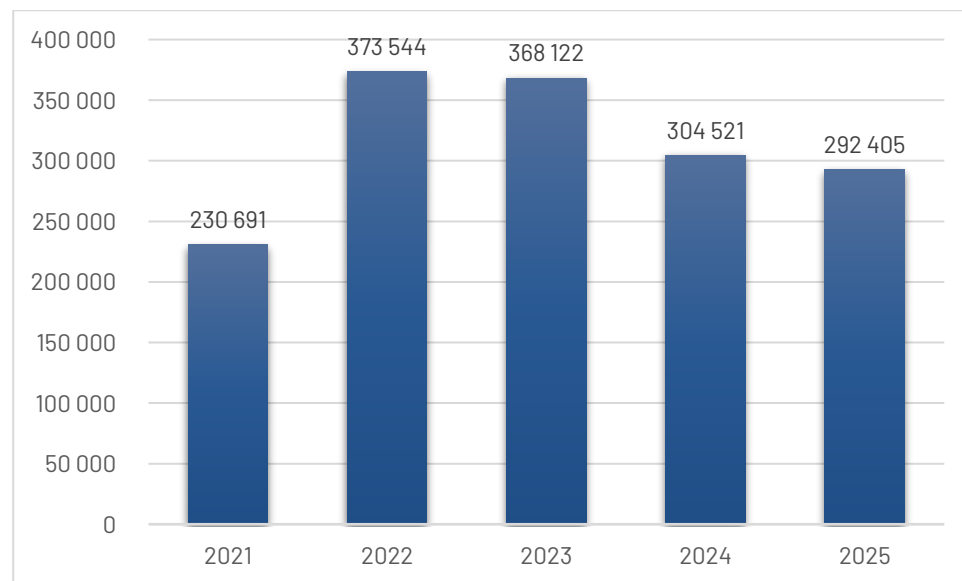
Pela análise do quadro anterior, verifica-se que, em 2025, foram servidas 388.553 refeições nas diversas unidades alimentares, o que representa um ligeiro decréscimo de 14.863 refeições (-3,7%) face a 2024, ano em que se registaram 403.416 refeições.

A Cantina de Gualtar manteve-se como a unidade com maior volume de refeições servidas, totalizando 142.888 refeições em 2025, seguida pela Cantina de Azurém, com 113.935 refeições. Em conjunto, estas duas unidades representaram cerca de dois terços do total de refeições servidas durante o ano. A diminuição global da procura verificou-se sobretudo nas cantinas e no Restaurante Panorâmico. Em contrapartida, algumas unidades de bar registaram uma evolução positiva, destacando-se o Bar 5 – Escola de Medicina, o Bar CP3 e o Bar Teatro Jordão, que apresentaram aumentos no número de refeições servidas face ao ano anterior.

Esta evolução poderá refletir alterações nos hábitos de consumo da comunidade académica, observando-se uma tendência crescente para a adoção de soluções alimentares mais flexíveis e rápidas. Paralelamente, continua a verificar-se o impacto de mudanças nos estilos de vida, traduzidas numa maior frequência de utilizadores que optam por trazer as suas próprias refeições para os locais de estudo ou trabalho. No que se refere às refeições sociais, a tendência de diminuição foi idêntica, conforme se pode verificar no gráfico seguinte, pelo facto anteriormente exposto.

Importa referir que esta análise contempla a totalidade das unidades alimentares dos SASUM que disponibilizam refeições, independentemente de estas serem servidas a preços sociais ou em regime de preços livres.

No que respeita especificamente às refeições sociais, observa-se uma tendência semelhante de diminuição da procura em 2025, conforme evidenciado no gráfico seguinte, em linha com os fatores anteriormente identificados.

Gráfico 3. 8 – Total de refeições sociais servidas por mês e ano (2021-2025)

As refeições sociais constituem um instrumento fundamental de apoio à comunidade académica, sendo disponibilizadas a preços acessíveis com o objetivo de promover o acesso a uma alimentação equilibrada e nutricionalmente adequada. Esta resposta assume particular relevância para os estudantes e para os utilizadores em situação de maior vulnerabilidade económica, contribuindo para a redução dos encargos associados à frequência do ensino superior e para a promoção da igualdade de oportunidades.

A política de preços sociais prosseguida pelos SASUM desempenha, assim, um papel determinante na concretização da sua missão de apoio social, assegurando que as questões económicas não constituam um obstáculo ao acesso a uma alimentação de qualidade. Este apoio contribui igualmente para o bem-estar físico e psicológico dos utilizadores, com impactos positivos no seu desempenho académico e profissional.

Apesar dos preços praticados se situarem abaixo do custo real de produção das refeições, mantém-se um elevado compromisso com a qualidade do serviço prestado,

garantindo o cumprimento dos requisitos legais e dos padrões de segurança alimentar e de qualidade nutricional. A oferta alimentar procura responder às diferentes necessidades e preferências dos utilizadores, incluindo opções vegetarianas e ementas equilibradas e diversificadas.

Desta forma, as refeições sociais afirmam-se como uma medida de apoio essencial à comunidade académica, conciliando acessibilidade económica, qualidade alimentar e promoção de hábitos de vida saudáveis, em consonância com os princípios de inclusão, equidade e sustentabilidade que orientam a atuação dos SASUM.

3.2.3. SERVIÇO DE TAKEAWAY

O serviço de *TakeAway* foi lançado no final de 2013, no âmbito da estratégia de diversificação da oferta alimentar disponibilizada à comunidade académica da Universidade do Minho, procurando responder às novas necessidades dos utilizadores e promover hábitos alimentares saudáveis e equilibrados. Este serviço assenta na disponibilização de refeições pré-embaladas refrigeradas, com validade de três dias, garantindo elevados padrões de qualidade e segurança alimentar. Tal como os restantes serviços alimentares dos SASUM, encontra-se plenamente integrado no Sistema de Segurança Alimentar, cumprindo todos os requisitos legais e procedimentos de controlo e validação aplicáveis.

Quadro 3. 26 – Evolução das vendas de *TakeAway* por ano e mês

	2021	2022	2023	2024	2025
Janeiro	2 528	1 947	2 623	1 618	1 354
Fevereiro	790	1 544	1 424	1 238	906
Março	2 246	2 148	2 574	1 728	1 535
Abril	2 389	1 663	1 193	1 328	1 084
Maiο	2 435	1 981	1 729	1 215	1 754
Junho	2 006	1 809	1 697	1 066	1 145
Julho	2 827	2 285	1 271	1 422	1 779
Agosto	0	0	0	0	0
Setembro	2 505	2 160	1 578	1 240	1 554
Outubro	2 735	1 944	1 545	1 686	1 518
Novembro	2 656	2 543	1 970	1 444	1 610
Dezembro	1 806	1 281	862	843	802
Total	24 923	21 305	18 466	14 828	15 041

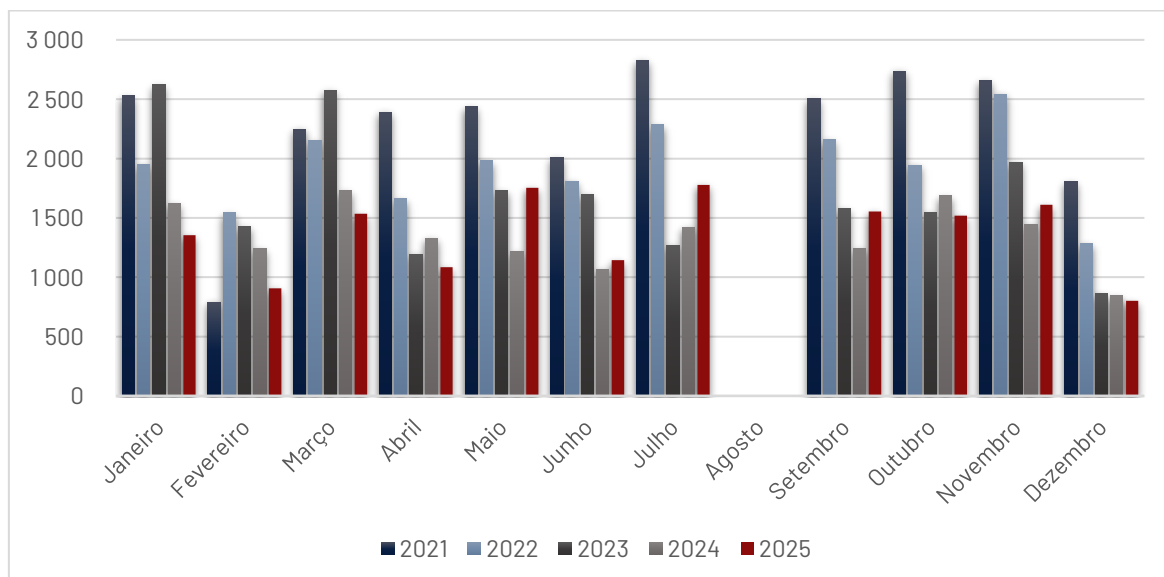
A análise do Quadro 3.27 evidencia que, após uma tendência de redução das vendas observada entre 2021 e 2024, o serviço de *TakeAway* registou, em 2025, uma ligeira recuperação. O número total de refeições vendidas passou de 14.828 unidades em 2024 para 15.041 unidades em 2025, correspondendo a um aumento de 213 unidades, equivalente a cerca de 1,4%.

Embora este crescimento seja ainda moderado, poderá refletir os resultados das medidas implementadas para reforçar a atratividade do serviço. Entre estas iniciativas destacam-se a diversificação da oferta disponibilizada, com a introdução de opções mais ajustadas às preferências e necessidades dos consumidores, bem como a simplificação dos processos de aquisição e encomenda, tornando o serviço mais acessível e conveniente para os utilizadores.

Adicionalmente, a crescente valorização de soluções alimentares práticas e flexíveis, compatíveis com os ritmos de vida atuais, continua a constituir um fator favorável à procura deste tipo de serviço. Neste contexto, o *TakeAway* mantém-se como uma alternativa relevante à refeição consumida em espaço de restauração, oferecendo conveniência sem comprometer os padrões de qualidade, segurança alimentar e equilíbrio nutricional que caracterizam a oferta alimentar dos SASUM.

Apesar da recuperação observada em 2025, os valores registados permanecem abaixo dos verificados nos anos anteriores, pelo que continuará a ser dada especial atenção à diversificação da oferta e à melhoria contínua da experiência de utilização, com o objetivo de potenciar o crescimento sustentado deste serviço.

Gráfico 3.9 - Evolução das vendas de *TakeAway* por ano e mês





3736

UTENTES INSCRITOS
(2025)



152 405

ACESSOS AOS
COMPLEXOS DESPORTIVOS
2025



456

ESTUDANTES
ATLETAS
(estatuto atribuído)



57

MODALIDADES
DESPORTIVAS



74

PRÉMIOS DE
MÉRITO DESPORTIVO



81

MEDALHAS
CONQUISTADAS CNU'S
(2024/2025)

3.3. ATIVIDADE DE DESPORTO E CULTURA

3.3.1. ATIVIDADE DE DESPORTO

O Departamento de Desporto e Cultura (DDC) dos SASUM prosseguiu, de forma consistente e estratégica, a sua missão de promover o acesso da comunidade académica à prática desportiva e cultural, assumindo um papel central na adoção de hábitos de vida saudáveis e na promoção da saúde e do bem-estar físico e mental. Esta atuação assenta numa gestão racional, sustentável e inovadora, no apoio criterioso ao associativismo académico e no desenvolvimento de sinergias com entidades de referência a nível regional, nacional e internacional, consolidando a UMinho como uma instituição promotora de qualidade de vida e desenvolvimento integral.

Num contexto de permanente adaptação e evolução, o DDC tem vindo a programar e desenvolver uma oferta diversificada de serviços próprios, alinhada não só com as tendências do desporto de rendimento, mas também do desporto escolar, de lazer e de tempo livre, respondendo de forma eficaz às necessidades, expectativas e interesses da população académica. Em 2025, esta aposta traduziu-se na disponibilização de uma oferta superior a 50 modalidades desportivas, distribuídas pelos Complexos Desportivos de Gualtar e de Azurém e pelo Centro de Condição Física de Sta. Tecla.

Este investimento contínuo refletiu-se numa adesão expressiva da comunidade académica, com mais de 3 700 utentes inscritos e mais de 150 000 acessos às instalações desportivas durante ao ano 2025, demonstrando o impacto positivo e a relevância estratégica do desporto no quotidiano universitário. Estes indicadores reforçam a importância de manter e aprofundar a aposta no projeto desportivo da UMinho, enquanto pilar essencial para o sucesso académico, a coesão da comunidade universitária e a afirmação institucional da Universidade do Minho como referência no desporto no ensino superior.

Quadro 3. 27 - Dados relativos à distribuição de utentes em 2025

Distribuição de utentes inscritos nos complexos desportivos da UMinho em 2025	N.º	%
Por instalação		
Utentes inscritos em Braga	2 273	61%
Utentes inscritos em Guimarães	1 463	39%
Total	3 736	100%
Por género		
Utentes inscritos - femininos	1 425	41%
Utentes inscritos - masculinos	2 311	59%
Total	3 736	100%

Por tipo de utente		
Utentes inscritos - estudantes	2 557	68%
Utentes inscritos - docentes e não docentes	292	8%
Utentes inscritos - externos, protocolos e antigos estudantes	887	24%
Total	3 736	100%

Usos nas instalações desportivas em 2025	N.º	%
Por instalação		
Complexo Desportivo de Braga	78 922	52%
Piscina Rodovia de Braga	3 369	2%
Complexo Desportivo de Guimarães	48 597	32%
Centro de Condição Física Sta. Tecla	3 369	2%
Eventos Desportivos	18 148	12%
Total	152 405	100%
Outras informações		N.º
Média diária anual de acessos nas instalações desportivas em 2025	580	
Área útil para a prática desportiva na UMinho	21 050 m2	
Oferta de atividades e modalidades desportivas em 2025	57	
Eventos organizados nas instalações desportivas da UMinho em 2025	81	
Medalhas conquistadas por estudantes e equipas da UMinho nos Campeonatos Nacionais Universitários 2024/2025	81	

Os factos e indicadores apresentados evidenciam de forma inequívoca a centralidade que o desporto continuou a assumir no âmbito da atividade dos SASUM, enquanto instrumento fundamental de promoção do bem-estar físico e mental e da qualidade de vida da comunidade académica nos diferentes *campi* da UMinho. Esta prioridade manteve-se ativa mesmo perante um contexto particularmente exigente, como o vivido em 2025, marcado por significativos problemas infraestruturais que originaram constrangimentos e limitações no acesso às instalações e serviços desportivos, nomeadamente, a interdição total da nave principal do Complexo Desportivo de Gualtar e a interdição parcial da nave do Complexo Desportivo de Azurém, implicando diretamente na redução de utentes inscritos, organização de eventos e perdas de receita.

Apesar das limitações verificadas, com impacto no acesso à prática de determinadas modalidades e na organização de eventos desportivos, os SASUM, através do DDC, demonstraram capacidade de adaptação, resiliência e compromisso institucional, assegurando a continuidade da oferta

desportiva e minimizando os efeitos negativos dessas adversidades. Este enquadramento reforça não só a relevância estratégica do desporto no contexto universitário, como também a necessidade de investimento contínuo e estruturado, garantindo condições adequadas para a prática desportiva e para a afirmação da UMinho como referência no desporto no ensino superior.

No quadro seguinte apresentam-se alguns dados relativos à distribuição de utentes em 2025.

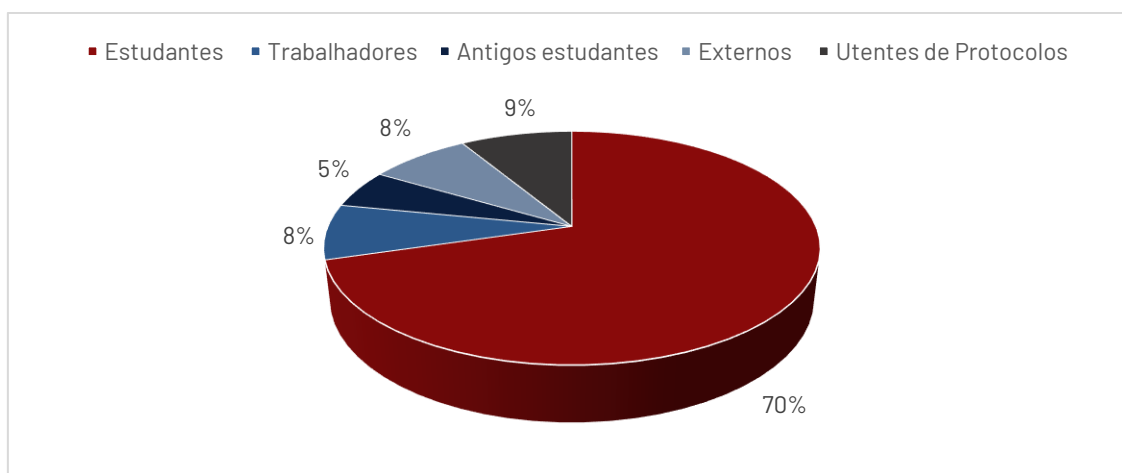
Da análise da origem dos utentes inscritos nos serviços desportivos, verifica-se que mais de 78% pertencem à comunidade académica, sendo 70,45% estudantes e 7,66% trabalhadores da UMinho, enquanto os utentes externos à academia representam cerca de 22% do total.

Quadro 3. 28 - Distribuição de utentes por tipologia

	2025	
Estudantes	2632	70,45%
Trabalhadores	286	7,66%
Antigos estudantes	199	5,33%
Externos	294	7,87%
Utentes de Protocolos	325	8,70%
Membros da Academia	2918	78,10%
Externos à Academia	818	21,90%
Utentes inscritos	3736	

Estes dados assumem particular relevância no enquadramento da missão dos serviços, constituindo um indicador claro de que a oferta desportiva disponibilizada responde de forma eficaz às necessidades da comunidade académica, reforçando o seu envolvimento, participação e adesão às atividades promovidas.

Gráfico 3. 10 - Distribuição de utentes por tipologia



De acordo com os indicadores constantes nos relatórios de satisfação dos utentes e das entidades, que apresentam níveis de satisfação superiores a 80%, e atendendo à elevada procura e ao interesse manifestado pela comunidade académica, foram disponibilizadas, em 2025, 57 modalidades desportivas distintas. Esta oferta integrou atividades de fitness, condição física e musculação, desportos coletivos e individuais, desportos de combate, atividades aquáticas, atividades corpo e mente, bem como e-sports, assegurando uma resposta diversificada e ajustada às diferentes motivações e perfis dos utentes.

Esta amplitude e diversidade de oferta traduzem-se num investimento significativo, com o objetivo de tornar os serviços desportivos mais inclusivos, abrangentes e alinhados com os interesses da comunidade académica. A aposta contínua na qualificação da oferta desportiva tem como finalidade central o fomento da prática regular de atividade física, o incentivo à adoção de estilos de vida saudáveis e a promoção do bem-estar físico e mental, reforçando o papel dos serviços desportivos enquanto elemento estruturante da qualidade de vida na da UMinho.

Quadro 3. 29 - Oferta de atividades e/ou modalidades desportivas

Atividades de Fitness	Condição Física	Desportos coletivos	Desportos individuais	Artes marciais e combate	Atividades aquáticas	Corpo e mente	E-sports
Cycling	Cardio Fitness	Andebol	Atletismo	Judo	Natação	Yoga	Counter-Strike 2
Dumbbells	Musculação	Basquetebol	Badminton	Karaté		Pilates	League of Legends
FitBut	Treino Funcional	Basquetebol 3x3	Canoagem	Kendo		Tai-chi	Rocket League
ABS	Treino Suspensão	Futebol 7	Ciclismo	Kickboxing			Valorant
HIIT	Circuito	Futebol	Escalada	Krav Maga			
Power Training		Futsal	Escalada	Taekwondo			

Step		Rugby 7's	Remo	Taekwondo Kids			
FitCross		Voleibol	Ténis	Viet-Vo-Dao			
GAP		Voleibol Praia	Ténis de Mesa	Wushu Kungfu			
JUMP			Xadrez	Naginata			
Localizada			Orientação	Sambo			
Core				Muaythai			

Contudo, o ano de 2025 fica registado com um decréscimo de 13% de utentes inscritos comparativamente ao ano 2024, estando naturalmente associado à crise financeira instalada na Europa motiva pela Guerra da Ucrânia e consequente inflação com redução do poder de compra, à proliferação recente de entidades privadas a dedicar-se à promoção do desporto com preços cada vez mais baixos, assim como à falta de capacidade de investimento na reabilitação e manutenção das instalações e equipamentos desportivos da UMinho que implicaram muitas limitações no acesso aos serviços desportivos e a diversos espaços desportivos, conforme já referido anteriormente.

Quadro 3. 30 - Distribuição dos utentes inscritos 2021-2025

	2025		2024		2023		2022		2021	
Estudantes	2632	70,45%	3030	70,24%	4113	72,48%	4046	69,08%	2698	57,90%
Trabalhadores	286	7,66%	325	7,53%	292	5,15%	284	4,85%	237	5,09%
Antigos estudantes	199	5,33%	180	4,17%	439	7,74%	380	6,49%	251	5,39%
Externos	294	7,87%	361	8,37%	387	6,82%	502	8,57%	419	8,99%
Utentes de Protocolos	325	8,70%	418	9,69%	444	7,82%	645	11,01%	1055	22,64%
Membros da Academia	2918	78,10%	3355	77,77%	4405	77,62%	4330	73,93%	2935	62,98%
Externos à Academia	818	21,90%	959	22,23%	1270	22,38%	1527	26,07%	1725	37,02%
Utentes inscritos	3736	-13%	4314	-11%	5675	-3%	5857	26%	4660	38%

Neste contexto, com o objetivo de aumentar a regularidade de prática desportiva, atrair e reter os utentes nos serviços desportivos, sem aumentar os custos das atividades, foram disponibilizados produtos a preços reduzidos, tais como o cartão 10 sessões, lighth mensal e anual, e ainda os cartões trimestrais, semestrais e anuais, com preços diferenciados para estudantes, comunidade UMinho e externos, traduzindo-se num aumento de 10% comparativamente ao ano de 2024.

No ano de 2025, foram vendidos 15 203 cartões, mais 1422 comparativamente a 2024, representando um aumento de 10%, destacando-se o aumento pela procura dos produtos de sessão

(23%), do *ligh* anual (5%), do trimestral (8%) e do anual (3%), contrariamente aos produtos 10 sessões (-23%), semestral (-21%), mensal (-17%) e o *ligh* mensal (-14%) com uma variação negativa relativamente ao período homólogo, conforme apresentado no quadro seguinte:

Quadro 3. 31 - Número de cartões vendidos 2021-2025

Tipo de cartão	2025	2024	2023	2022	2021
Cartão anual	607	589	527	485	310
Cartão mensal	1565	1882	2241	1461	999
Cartão trimestral	265	245	258	152	56
Cartão semestral	122	154	147	156	153
Cartão <i>Light</i>	1037	1203	983	353	235
Cartão <i>Light</i> anual	502	480	458	n.a.	n.a.
Cartão <i>FullPass</i> 10 sessões	991	1284	1614	2128	n.a.
Total	5089	5837	6228	4735	2046
Cartão <i>FullPass</i> sessão	10086	7944	n.a.	n.a.	n.a.
Total	15203	13781	6228	4735	2046

O DDC prosseguiu, em 2025, uma estratégia orientada para a promoção do desporto para todos, assente numa oferta diversificada de serviços, na organização de eventos desportivos e na dinamização de ações e iniciativas de sensibilização para a adoção de hábitos de vida saudáveis. Paralelamente, foi reforçada a aposta na disponibilização de ferramentas digitais, com o objetivo de tornar os serviços desportivos progressivamente mais acessíveis, eficientes e otimizados para os utentes.

Tendo presentes as preocupações ambientais e a sustentabilidade financeira do departamento, foram implementadas, ao longo de 2025, diversas medidas de eficiência energética e redução de custos fixos. Destaca-se, no Complexo Desportivo de Gualtar, a substituição dos sistemas de iluminação das naves 1 e 2 por tecnologia LED, com uma previsão de redução de custos energéticos na ordem dos 30%.

No Complexo Desportivo de Azurém, foi instalado um novo termoacumulador para águas quentes sanitárias, com maior capacidade de produção e maior eficiência energética. Complementarmente, foram promovidas campanhas de sensibilização junto dos utentes para o consumo responsável de água e papel, bem como ações internas dirigidas aos trabalhadores, com vista à racionalização do consumo de energia, da climatização e à redução do recurso a impressões em papel.

Não obstante, o estado do edificado continua a representar um desafio significativo, atendendo à antiguidade das infraestruturas – com a instalação desportiva de Braga com mais de 30 anos e a de Guimarães com mais de 20 anos – o que implica necessidades acrescidas de intervenção, manutenção e investimento, com custos associados elevados. Ainda assim, ao longo de 2025, foram desenvolvidos esforços consistentes de preservação, melhoria e manutenção das infraestruturas desportivas.

No Complexo Desportivo de Braga, procedeu-se à substituição integral das placas de zinco da

cobertura, resolvendo problemas de infiltrações e melhorando as condições térmicas, bem como à substituição dos relvados sintéticos dos campos exteriores. No Complexo Desportivo de Azurém, foram realizadas intervenções ao nível da substituição das claraboias e reparação dos painéis da cobertura, eliminando igualmente problemas de infiltrações.

Paralelamente, durante o ano de 2025, foram abertos diversos procedimentos de contratação pública com vista à continuidade da requalificação das instalações, destacando-se a substituição do sistema de climatização da sala de musculação, a renovação dos equipamentos de balneoterapia e o afagamento e reparação integral dos pavimentos das naves 1 e 2 do Complexo Desportivo de Gualtar. No Complexo Desportivo de Azurém, avançaram igualmente os procedimentos para a substituição do sistema de climatização das áreas administrativas e para o afagamento e reparação integral do piso da nave desportiva.

Estas intervenções e iniciativas refletem o compromisso contínuo do DDC com a sustentabilidade, a segurança, a qualidade e a modernização das infraestruturas, reforçando a necessidade de uma aposta consistente e estruturada no projeto desportivo da UMinho.

Adicionalmente, o DDC tem vindo a desenvolver uma estratégia ativa de captação, envolvimento e fidelização de utentes, procurando contrariar tendências de abandono e sedentarismo. Esta aposta incide, em particular, na atração de novos públicos, incluindo estudantes recém-chegados à Universidade, estudantes internacionais e outros segmentos da comunidade académica com menor envolvimento prévio na prática desportiva.

Neste enquadramento, ao longo do ano de 2025, foram implementadas diversas ações e campanhas de promoção e dinamização dos serviços desportivos, das quais se destacam:

- Voucher Novos Alunos e Erasmus – atribuição de um *voucher* a todos os novos alunos e estudantes em mobilidade, permitindo a utilização gratuita das instalações e dos serviços desportivos durante cinco dias consecutivos, com o objetivo de incentivar a experimentação e promover a fidelização posterior;
- Sessões de Apresentação dos Serviços Desportivos – realização de sessões dirigidas a novos estudantes e a estudantes em mobilidade Erasmus, com vista à divulgação da oferta, das condições de acesso e dos benefícios associados à prática regular de atividade física;
- Eventos Temáticos e Sessões Abertas – organização de sessões dinamizadoras de diversas modalidades, amplamente divulgadas e com a participação simultânea de vários instrutores, assinalando datas relevantes como o Dia Mundial da Atividade Física, o Dia Mundial da Saúde, o Dia Internacional do Desporto Universitário, a Semana Europeia do Desporto, bem como iniciativas específicas como os programas AtivaMente e AdaptUM, integrados na Open Week;
- Pagamentos a Prestações – implementação de um regime de flexibilização dos pagamentos do cartão anual e semestral, permitindo a sua liquidação em três prestações consecutivas, facilitando o acesso aos serviços e reduzindo barreiras financeiras;
- Serviço de Avaliações Físicas e Planos de Treino – disponibilização de um serviço de avaliação física simples e completa, com oferta da primeira avaliação simples a novos utentes,

permitindo a adequação dos planos de treino às necessidades e objetivos individuais, bem como a monitorização da evolução física;

- Programa de Desporto de Recreação – criação de um programa de desporto para todos, com a oferta semanal de 10 modalidades recreativas, individuais e coletivas, acessíveis a toda a comunidade académica;
- Modalidades Desportivas Protocoladas – celebração de três novos protocolos institucionais com associações e clubes desportivos, reforçando a diversidade da oferta e o apoio à implementação estratégica do projeto desportivo da UMinho, perfazendo um total de 45 protocolos formalizados;
- Campanhas de Solidariedade Social – desenvolvimento de ações solidárias, nomeadamente uma campanha de recolha de roupa e brinquedos, promovendo simultaneamente valores de cidadania, responsabilidade social e envolvimento comunitário;
- Programa de pausas uteis – o programa foi amplamente dinamizado junto dos trabalhadores dos SASUM, com a realização de mais de 300 sessões o ano 2025, evidenciando uma forte adesão e compromisso institucional com a promoção da saúde e bem-estar em contexto laboral. Para além da intervenção regular em ambiente de trabalho, o programa foi também expandido a novos contextos, destacando-se a dinamização de uma sessão em sala de aula, enquanto projeto piloto, abrindo perspetivas para futura integração no contexto académico. Adicionalmente, foi realizada uma sessão no âmbito do Fórum Nacional dos Serviços de Ação Social, contribuindo para a divulgação e partilha de boas práticas nesta área a nível nacional.

Estas iniciativas refletem uma abordagem integrada e proativa do DDC, reforçando o seu papel na promoção de estilos de vida ativos, na inclusão e bem-estar da comunidade académica, e na consolidação do projeto desportivo da UMinho.

A aposta na organização e acolhimento de eventos e atividades intramuros manteve-se como uma linha estratégica de atuação ao longo do período em análise. Nesse âmbito, foram organizados 81 eventos desportivos nas instalações, correspondendo a uma média mensal de oito eventos, refletindo uma utilização intensa e dinamizadora dos espaços desportivos.

O programa de eventos teve como principal objetivo a promoção da prática desportiva e cultural junto da comunidade académica, incentivando a participação ativa e o envolvimento nos espaços universitários. Importa, ainda, destacar o elevado número de eventos desenvolvidos em parceria com entidades externas, o que contribuiu para o reforço das redes de cooperação institucional, para a valorização das infraestruturas da UMinho e para a projeção externa da Universidade enquanto polo ativo de promoção do desporto e da cultura.

Quadro 3. 32 - Eventos realizados nas instalações desportivas da UMinho 2021-2025

Eventos	2025		2024		2023		2022		2021	
	Eventos	Participantes	Eventos	Participantes	Eventos	Participantes	Eventos	Participantes	Eventos	Participantes

Organiza- dos pelo DDC	27	2 478	19	3 115	5	1 450	10	5 329	10	5 673
Organiza- dos em co- operação com outras entidades	54	15 640	34	6 530	89	5 699	127	8 585	64	2 743
Total	81	18148	53	9645	94	7 149	137	13 914	74	8 416

No âmbito das boas práticas da gestão desportiva e promoção ativa do desporto e da atividade física no seio da comunidade Académica, o DDC, em representação da UMinho, reafirmou a sua posição no plano desportivo nacional e internacional, garantindo a renovação da certificação do Selo de Estudante-Atleta e da Bandeira da Ética no Desporto atribuído pelo Instituto Português do Desporto e da Juventude, I.P.(IPDJ), a integração nos órgãos sociais da Associação Portuguesa dos Serviços Desportivos do Ensino Superior (APSDES), e a manutenção da certificação Platina FISU *Healthy Campus da International University Sports Federation* (FISU) e o Selo *Green Campus* pela *European Network of Academic Sports Services* (ENAS).



ATIVIDADE DESPORTIVA INFORMAL

No âmbito da promoção da prática desportiva intramuros na da UMinho, foram realizados 11 torneios internos, dinamizados pelos Núcleos de Curso, com o objetivo de incentivar a participação dos estudantes em contextos de competição informal. O DDC assegurou todo o suporte técnico, logístico e administrativo, garantindo as condições necessárias à boa organização e funcionamento das iniciativas. Estas ações contribuíram para a dinamização do desporto universitário, fomentando a convivência académica, o espírito competitivo saudável e a prática regular de atividade física em contexto não formal, conforme o quadro seguinte:

Quadro 3. 33 – Torneios Internos 2025

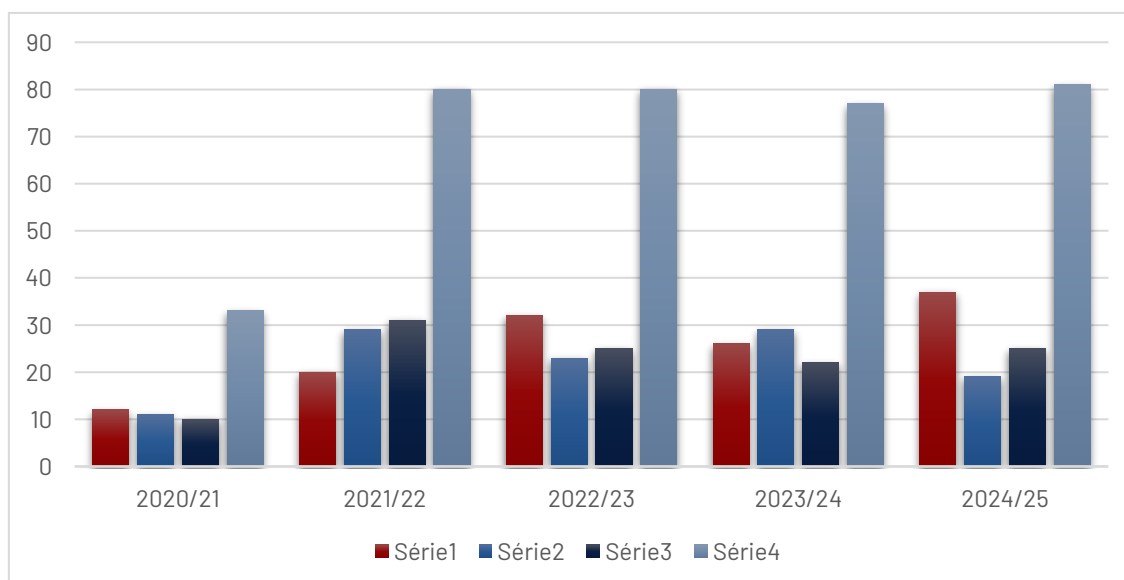
Local	Eventos	Participantes
Complexo Desportivo de Gualtar	3	145
Complexo Desportivo de Azurém	8	378
Total	11	523

COMPETIÇÃO NACIONAL UNIVERSITÁRIA

No âmbito do projeto desportivo para a competição universitária, desenvolvido em estreita articulação com a AAUMinho, as equipas AAUMinho/UMinho alcançaram, a nível nacional, resultados de grande relevo nos Campeonatos Nacionais Universitários 2024/2025. No total, foram conquistadas 81 medalhas, das quais 37 medalhas de ouro, 19 medalhas de prata e 25 medalhas de bronze, refletindo a elevada competitividade e qualidade do desporto universitário desenvolvido na instituição.

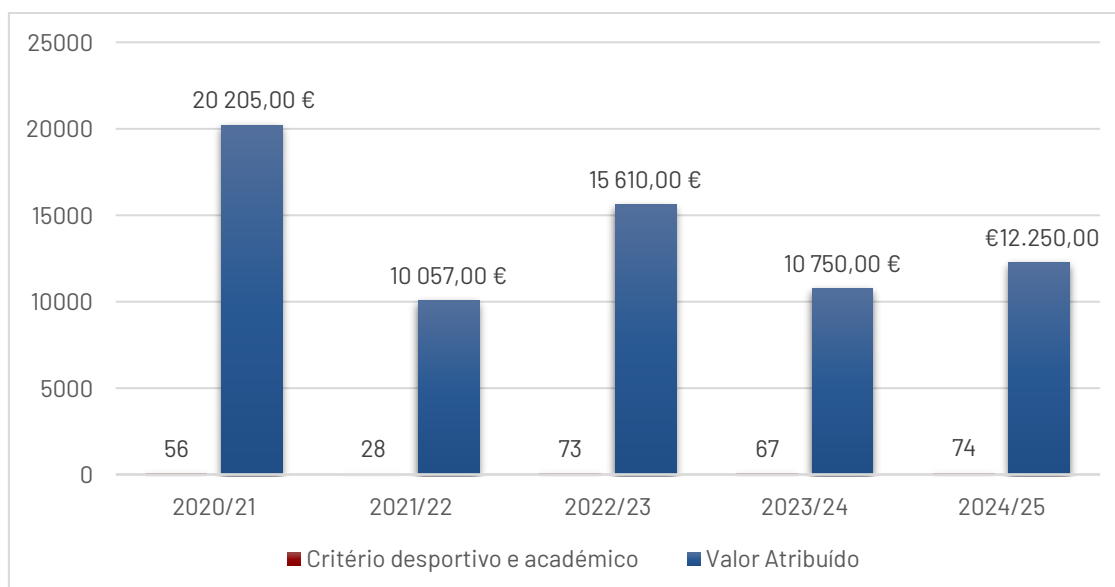
A época desportiva 2024/2025 contou com a participação de 272 estudantes-atletas da UMinho, que competiram em 18 modalidades distintas. Destes, 140 estudantes-atletas foram medalhados, provenientes de 57 cursos diferentes e de 11 unidades orgânicas, evidenciando o carácter transversal da prática desportiva na da UMinho e o impacto positivo do desporto universitário na comunidade académica.

Gráfico 3. 11 - Evolução das medalhas conquistadas nos CNU 2021-2025



No que respeita ao Prémio de Mérito Desportivo, os resultados alcançados revelam números expressivos e constituem motivo de elevado reconhecimento. No total, 96 estudantes-atletas cumpriram os critérios desportivos de elegibilidade, dos quais 74 reuniram igualmente os critérios académicos exigidos. Desta forma, 74 estudantes-atletas foram considerados elegíveis para a atribuição do Prémio de Mérito Desportivo, traduzindo-se num apoio financeiro global de 12 125€ atribuído pelos SASUM no reconhecimento da excelência desportiva e académica e a promoção das carreiras duais dos estudantes atletas da UMinho.

Gráfico 3. 12 - Prémios de mérito desportivo 2021-2025



Decorre dos objetivos estratégicos do DDC prestar apoio ao Associativismo Desportivo e Cultural na UMinho como forma de prossecução da política definida pela UMinho. A AAUMinho é responsável pela representação política e participação nas provas do âmbito da Federação Académica do Desporto Universitário (FADU). O DDC efetua a supervisão técnica das atividades de competição desportiva universitária, realiza o recrutamento e avaliação do perfil e desempenho dos técnicos de desporto, presta apoio administrativo e apoio logístico através da cedência das instalações e material desportivo.

Para o cumprimento do projeto da UMinho, os SASUM atribuem uma verba anual, para o desenvolvimento da competição desportiva universitária nacional e internacional previamente definida em sede do CAS, que em 2025 atribuiu o valor de 105 000€.

O calendário desportivo da AAUMinho na época desportiva 2024/2025 englobou as seguintes modalidades:

Quadro 3. 34 - Modalidades com Competição Desportiva Universitária

1	Desportos Coletivos	Nota
1.1	Andebol (masculino, feminino)	CNU e EUC
1.2	Basquetebol (masculino, feminino)	CNU e EUC
1.3	Futebol (masculino)	CNU
1.4	Futebol 7 (feminino)	CNU
1.5	Futsal (masculino e feminino)	CNU e EUC
1.6	Rugby sevens (masculino)	CNU
1.7	Voleibol (masculino, feminino)	CNU, EUC e JMU
1.8	Basquetebol 3x3 (masculino, feminino)	CNU e EUC
1.9	Hóquei em Patins (masculino)	CNU

2	Desportos Aquáticos/Praia	Nota
2.1	Natação (Piscina curta)	CNU e JMU
2.2	Canoagem	CNU
2.3	Voleibol Praia (masculino e feminino)	CNU
3	Desportos Individuais/Equipas/Pares	Nota
3.1	Atletismo (pista coberta, pista ar livre, trail)	CNU e JMU
3.2	Badminton (Individual e equipas)	CNU
3.3	Ténis (Individual e equipas)	CNU
3.4	Orientação	CNU
3.5	Xadrez (individual e equipas)	CNU e EUC
3.6	Padel (masculino e feminino)	CNU
3.7	Corta-Mato	CNU
3.8	Ténis de Mesa (Individual)	CNU
3.9	Ginástica Artística (masculino e feminino)	CNU
3.10	Tiro com Arco	CNU e JMU
4	Desportos de Combate	Nota
4.1	Kickboxing (Light Kick, Low Kick)	CNU e EUC
4.2	Taekwondo	CNU
4.3	Judo	CNU
4.4	Karaté	CNU e EUC
5	E-Sports	Nota
5.1	Futebol Virtual	CNU
5.2	Rocket League	CNU
5.3	Counter-Strike 2	CNU
5.4	League of Legends	CNU
5.5	Valorant	CNU
CNU	Campeonato Nacional Universitário	

CNU – Campeonato Nacional Universitário; EUC – Campeonato Europeu Universitário; JMU – Jogos Mundiais Universitários

Na época desportiva 2024/2025, a AAUMinho conquistou o total de 81 medalhas (37 medalhas de ouro, 19 medalhas de prata e 25 medalhas de bronze) nas competições oficiais.

Decorrente destes resultados, a AAUMinho classificou-se em 3º lugar no Medalheiro Nacional e atingiu o 4º lugar no Troféu Universitário de Clubes.

Quadro 3. 35 - Evolução das medalhas conquistadas nos CNU 2021-2025

ANO	Ouro	Prata	Bronze	Total
2020/21	12	11	10	33
2021/22	20	29	31	80
2022/23	32	23	25	80

2023/24	26	29	22	77
2024/25	37	19	25	81

Tendo em conta a capacidade da estrutura desportiva, competência e qualidade organizativa dos SASUM e da AAUMinho, foram organizadas as provas do calendário desportivo da FADU nas instalações da UMinho de acordo com o quadro seguinte:

Quadro 3. 36 - CNU e JCs organizados pelo DDC e AAUM

MODALIDADE	PROVA	DATA	LOCAL
Basquetebol F	1ª Jornada Concentrada	29 e 30 de outubro	Guimarães
Andebol M	1ª Jornada Concentrada	19 e 20 de novembro	Guimarães
Andebol F	1ª Jornada Concentrada	19 e 20 de novembro	Guimarães
Kickboxing Kick Light	CNU	14 de dezembro	Guimarães
Voleibol F	2ª Jornada Concentrada	29 e 30 de janeiro	Braga
Futsal F	2ª Jornada Concentrada	3 a 5 de fevereiro	Braga
Basquetebol M	2ª Jornada Concentrada	10 e 11 de fevereiro	Guimarães
Futebol M	2ª Jornada Concentrada	12 e 13 de fevereiro	Braga
Futsal M	2ª Jornada Concentrada	17 e 18 de fevereiro	Braga
Voleibol M	2ª Jornada Concentrada	19 e 20 de fevereiro	Braga
Karaté	CNU	23 de fevereiro	Braga
Atletismo Pista Curta	CNU	8 e 9 de março	Braga
Orientação	CNU	7 de junho	Campo do Gerês

COMPETIÇÃO EUROPEIA UNIVERSITÁRIA

A UMinho esteve representada nos Campeonatos Europeus Universitários de 2025 em várias modalidades, evidenciando uma participação diversificada e competitiva. No andebol, marcou presença nas competições feminina, alcançando o 7.º lugar, e masculina, com um 5.º lugar, realizadas na Covilhã, Portugal, envolvendo 32 estudantes-atletas. No basquetebol 3x3 masculino, obteve o 17.º lugar em Salerno, Itália, com a participação de 4 estudantes-atletas, enquanto no futsal feminino alcançou o 7.º lugar em Zagreb, Croácia, contando com 10 estudantes-atletas.

Nas modalidades individuais, destacam-se os resultados alcançados no karaté, com a conquista de uma medalha de bronze na categoria kumite -60 kg por João Ribeiro, bem como um 17.º lugar em kumite -84 kg por Gonçalo Freitas, e no kickboxing, onde Inês Oliveira obteve a medalha de prata na categoria K1 -56 kg e Luiz Alexandre conquistou a medalha de bronze em K1 -71 kg. No taekwondo, a UMinho alcançou o 5.º lugar em Poomsae, com Mara Francisco, e na orientação, Ana Fernandes obteve o 38.º lugar na Middle Distance e o 25.º lugar no Sprint, nas competições realizadas em Varsóvia e Łódź, Polónia.

No total, participaram 52 estudantes-atletas, registando-se um aumento significativo face a 2024 (31 estudantes-atletas). Esta presença ficou marcada pela conquista de três medalhas nas

competições europeias universitárias, nomeadamente uma medalha de bronze no karaté e uma medalha de prata e uma de bronze no kickboxing, resultados que refletem a qualidade do trabalho desenvolvido e a excelência do desporto universitário na UMinho.

A Universidade do Minho marcou igualmente presença na XXXV edição dos Jogos Galaico-Durienses, realizada entre os dias 21 e 23 de outubro, na cidade de Vila Real, com uma delegação composta por 30 estudantes-atletas, 3 oficiais e 1 chefe de delegação. A competição incluiu as modalidades de andebol feminino, futebol de rua, ténis, voleibol de praia, atletismo e orientação, tendo a UMinho alcançado o 6.º lugar na classificação geral. Esta participação reforçou o compromisso da UMinho com a promoção do desporto universitário e com o fortalecimento das relações de cooperação e intercâmbio desportivo no contexto transfronteiriço.

Quadro 3. 37 - Evolução das medalhas conquistadas nos EUC/EUG 2021-2025

ANO	Ouro	Prata	Bronze	Total
2021	-	-	-	0
2022	1	-	2	3
2023	-	-	3	3
2024	1	-	-	1
2025	-	1	2	3

COMPETIÇÃO INTERNACIONAL UNIVERSITÁRIA

No plano internacional, a UMinho esteve representada por quatro estudantes-atletas que integraram as seleções universitárias nacionais nas modalidades de atletismo, natação, tiro com arco e voleibol masculino, participando nos Jogos Mundiais Universitários, realizados em Rhine-Ruhr, Alemanha, entre 16 e 27 de julho de 2025.

No atletismo, a estudante-atleta Mariana Machado alcançou o 8.º lugar na prova dos 5 000 metros. Na natação, a estudante-atleta Francisca Martins destacou-se com a conquista de uma medalha de ouro na prova de 400 metros livres e de uma medalha de prata nos 800 metros livres. No tiro com arco, o estudante-atleta Francisco Carreira obteve o 57.º lugar na prova de recurvo, enquanto no voleibol masculino o estudante-atleta João Salgueiro contribuiu para o 10.º lugar alcançado pela seleção universitária.

Estes resultados evidenciam o elevado nível competitivo dos estudantes-atletas da UMinho e reforçam o prestígio da instituição no contexto do desporto universitário internacional.

PROGRAMAS E INICIATIVAS DE APOIO ÀS CARREIRAS DUAIS

ESTATUTO DE ESTUDANTE ATLETA DA UMINHO

No âmbito do Estatuto de Estudante-A atleta da Universidade do Minho, durante o ano letivo 2024/2025 foram atribuídos 456 estatutos, reforçando o compromisso da instituição com o apoio ao desenvolvimento desportivo dos seus estudantes. Este regime especial constitui um

instrumento essencial para a promoção da conciliação entre os planos de estudo, de treino e de competição, criando condições académicas ajustadas às exigências da prática desportiva regular e competitiva.

A atribuição do Estatuto de Estudante-A atleta visa apoiar jovens que pretendem manter um envolvimento ativo na prática desportiva organizada no contexto do ensino superior, promovendo a continuidade do percurso académico sem comprometer o desempenho desportivo. Esta medida contribui de forma significativa para a valorização do desporto universitário, para a promoção de estilos de vida ativos e saudáveis e para o sucesso académico e pessoal dos estudantes-atletas da UMinho.

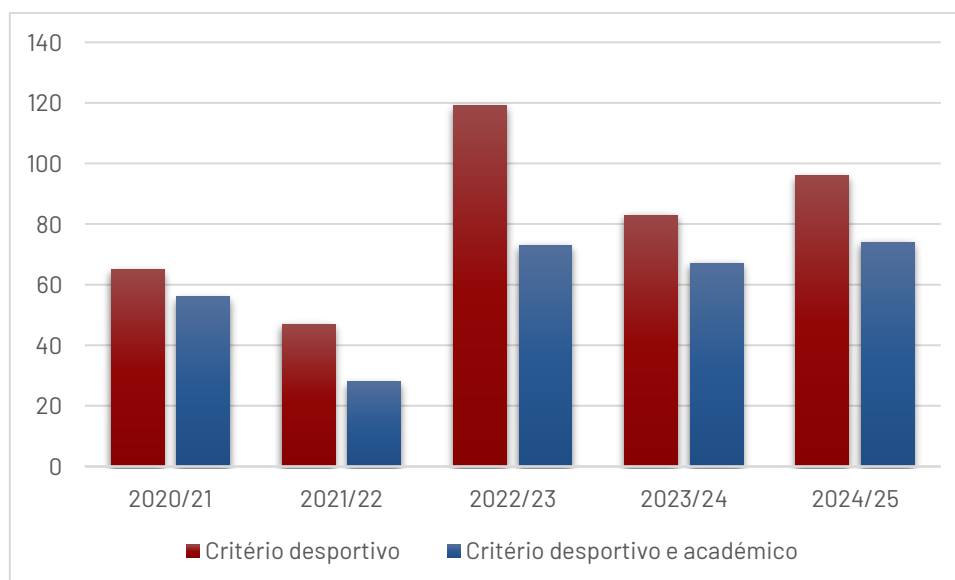
PRÉMIOS DE MÉRITO DESPORTIVO

Os Prémios de Mérito Desportivo da Universidade do Minho assumem-se como um instrumento estruturante de reconhecimento e valorização do percurso dos estudantes-atletas que conciliam, com excelência, o desempenho académico e o rendimento desportivo de alto nível. Estes prémios refletem o compromisso institucional com a promoção de uma formação integral, incentivando a prática desportiva competitiva no contexto do ensino superior.

Em 2025, foram atribuídos 74 Prémios de Mérito Desportivo a estudantes-atletas que demonstraram resultados de elevado mérito desportivo e académico, ao sagrarem-se Campeões Nacionais Universitários nas respetivas modalidades. Esta distinção reconhece não apenas os resultados alcançados em competição, mas também o esforço, a disciplina, a resiliência e a capacidade de gestão exigidas para compatibilizar com sucesso as exigências do percurso académico com a representação desportiva da instituição.

A atribuição destes prémios contribui para a valorização do desporto universitário, reforça o sentimento de pertença e representação da UMinho e constitui um estímulo essencial à continuidade de práticas de excelência, projetando positivamente a Universidade do Minho no panorama do desporto universitário nacional.

Gráfico 3. 13 - Prémios de mérito desportivo 2021-2025



Quadro 3. 38 - Prémios de mérito desportivo/valor atribuído 2021-2025

Ano	Critério desportivo	Critério desportivo e académico	Valor Atribuído
2020/21	65	56	20 205,00€
2021/22	47	28	10 057,00€
2022/23	119	73	15 610,00€
2023/24	83	67	10 500,00€
2024/25	96	74	12 125,00€

PROGRAMA TUTORUM

No ano de 2025, ingressaram na UMinho sete novos estudantes ao abrigo do Estatuto de Alto Rendimento, mantendo-se, como habitual, o respetivo apoio tutorial. Desde a criação deste regime, já 122 estudantes-atletas beneficiaram do ingresso na UMinho com Estatuto de Alto Rendimento (72 do género masculino e 50 do género feminino), usufruindo do acompanhamento do Programa TUTORUM – Programa de Apoio Tutorial aos Estudantes-Atletas de Alta Competição da UMinho.

A proximidade e articulação entre os diferentes intervenientes no percurso académico e desportivo – nomeadamente tutores, treinadores, clubes e federações – constitui uma prioridade central deste programa desde a sua criação, por se revelar determinante para o sucesso na conciliação entre as exigências académicas e desportivas. Este compromisso foi reforçado com a integração da Universidade do Minho, em 2024, no projeto das Unidades de Alto Rendimento no Ensino Superior (UAARES).

O projeto UAARES tem como principal objetivo a criação de mecanismos formais nas instituições de ensino superior que apoiem, de forma estruturada, a promoção das carreiras duplas dos

estudantes-atletas. A adesão da UMinho a este projeto vem reforçar a centralidade do desporto na instituição e estabelece um conjunto de compromissos que visam proporcionar ambientes educativos adaptados às necessidades dos estudantes-atletas de alto rendimento, nomeadamente através do desenvolvimento de programas tutoriais e de mentoria, da promoção do acesso a recursos educativos digitais em modelos síncronos, assíncronos e híbridos, e da disponibilização de apoio médico e psicológico.

UMINHO SPORTS SOLIDÁRIO - OFERECE E FAZ UMA CRIANÇA FELIZ

A campanha solidária "Oferece e faz uma criança feliz", decorreu nos complexos desportivos da durante os meses de novembro e dezembro de 2025, tendo sido possível angariar 2 439 brinquedos e 2 469 peças de roupa infantil.

Em articulação com os Municípios de Braga e Guimarães, esta foi a 17.ª edição da Campanha, que recebeu a contribuição e apoio, tanto da comunidade interna como externa bem como de instituições e empresas da região, tendo sido quatro as instituições apoiadas, beneficiando crianças e famílias em situação de vulnerabilidade social.

Desde 2008 que esta iniciativa é realizada, e ao todo já foram angariados 39 130 brinquedos e 27 073 peças de roupa.

Gráfico 3. 14 – Campanhas Solidárias – Roupa 2022-2025

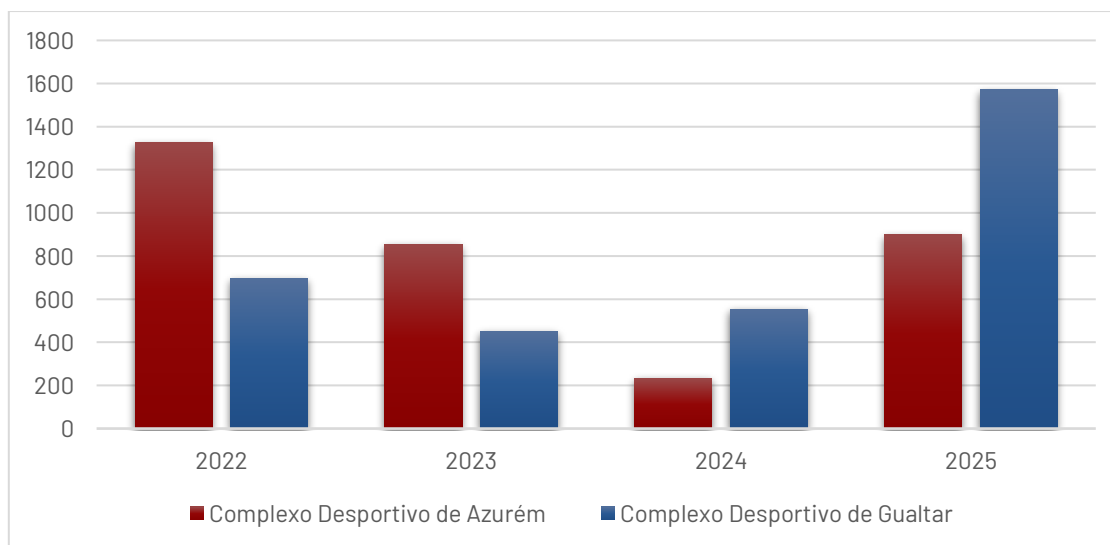
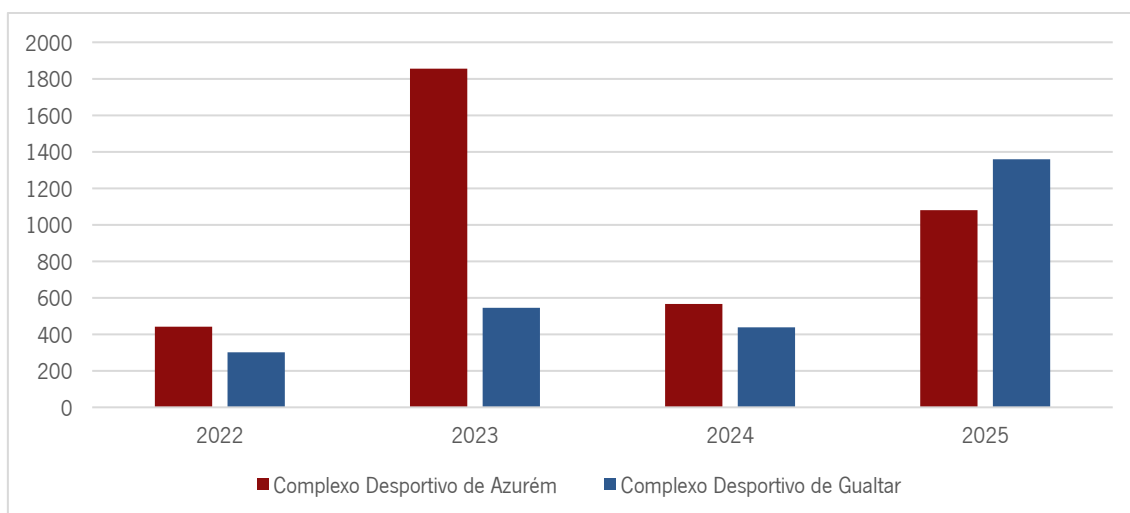


Gráfico 3. 15 – Campanhas Solidárias – Brinquedos 2022-2025



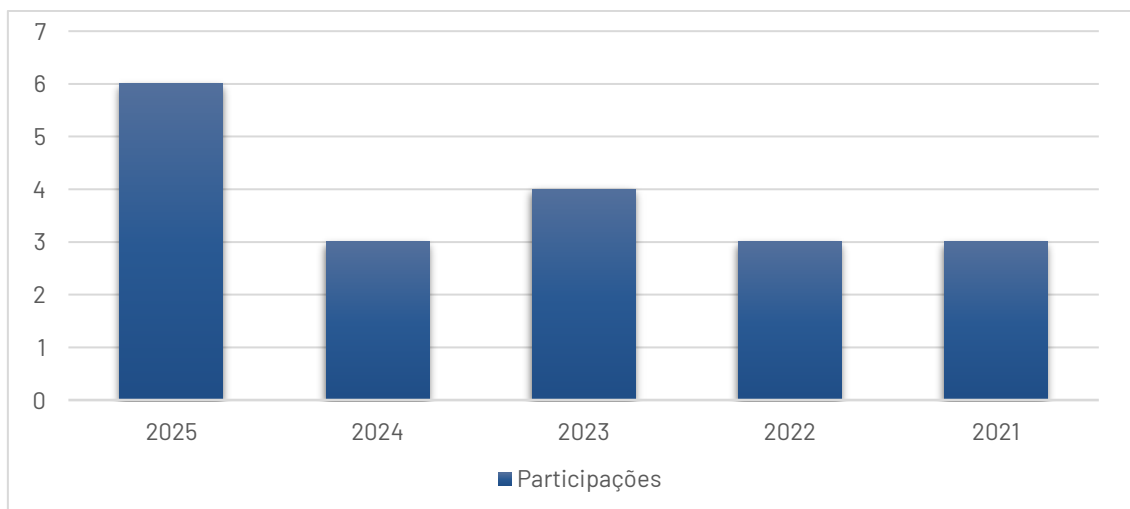
INSTALAÇÕES DESPORTIVAS

ACIDENTES QUE DECORREM DA PRÁTICA DESPORTIVA

No ano de 2025, registaram-se seis acidentes desportivos nas instalações desportivas que implicaram a ativação do seguro desportivo. Em comparação com 2024, verificou-se um aumento de três ocorrências, ainda assim num contexto de elevada utilização das instalações e de um elevado número de acessos registados ao longo do ano.

Estes dados permitem concluir que, apesar do ligeiro aumento face ao ano anterior, os serviços e as instalações desportivas da UMinho continuam a apresentar elevados níveis de segurança, proporcionando condições adequadas para a prática desportiva regular. O número reduzido de acidentes, face à intensidade de utilização, evidencia a eficácia das medidas de prevenção, das condições das infraestruturas e do acompanhamento técnico assegurado, reforçando a confiança na segurança da prática desportiva no contexto universitário.

Gráfico 3.16 - Acidentes desportivos participados à seguradora 2021-2025



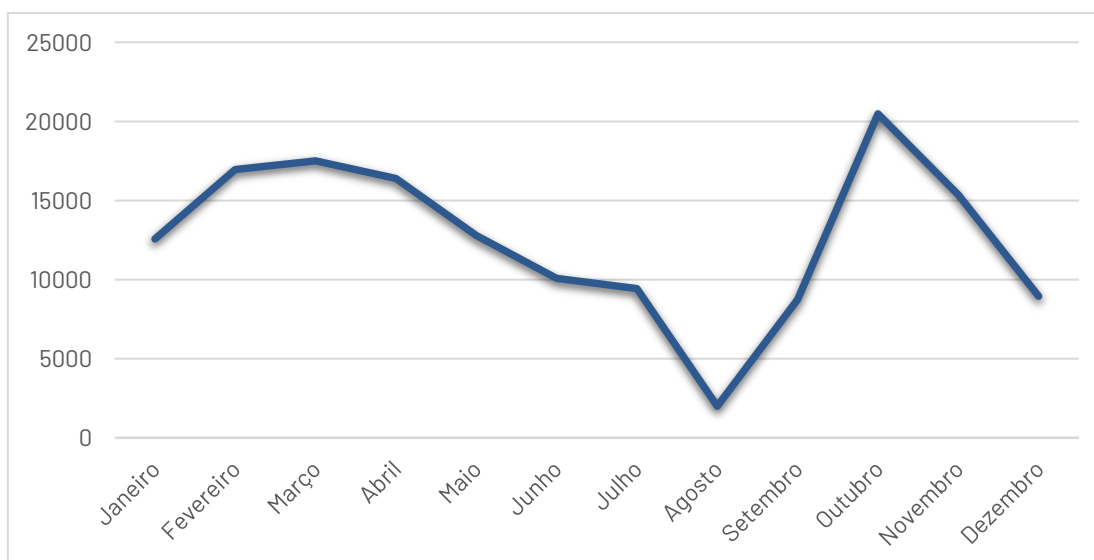
ÁREA ÚTIL PARA A PRÁTICA DESPORTIVA

A UMinho dispõe, atualmente, de 21 050 m² de área útil destinada à prática desportiva. Ao longo do ano de 2025, foram registados mais de 152 mil acessos às instalações desportivas, traduzindo-se numa média diária de 581 acessos, o que evidencia uma utilização intensa e consistente dos espaços disponíveis.

A análise dos dados revela uma flutuação sazonal da procura, com picos de utilização mais elevados nos meses de fevereiro, março e abril, bem como nos meses de setembro e outubro, em resultado direto da dinâmica do calendário académico.

Conforme ilustrado no Gráfico 3.17, o mês de outubro destacou-se como o período com maior número de utilizações das instalações desportivas, registando um total de 20 479 acessos, confirmando-se como um dos meses de maior intensidade de atividade desportiva ao longo do ano.

Gráfico 3. 17 - Distribuição mensal dos utentes e das utilizações no DDC



RECURSOS HUMANOS

O DDC dispõe de 18 trabalhadores, 8 com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado e 10 em regime de contrato individual de trabalho. A estrutura dos recursos humanos a 31 de dezembro de 2025 tinha a seguinte configuração:

Quadro 3. 39 - Recursos humanos do DDC

Categoria	N.º de trabalhadores
Dirigente DDC	1
Técnico Superior	9
Assistente Técnico	2
Encarregado Operacional	1
Assistente Operacional	5
Total	18

RECURSOS FINANCEIROS

No que diz respeito à gestão financeira do DDC:

- A despesa foi superior em 3,37% em relação ao ano de 2024;
- A receita global (inclui receita própria e transferências do OE e outras) aumentou 0,10% comparativamente com o período homólogo de 2024.

O quadro seguinte reflete a evolução destes indicadores ao longo dos últimos anos.

Quadro 3. 40 – Demonstração da evolução das receitas próprias, despesas e taxa de cobertura 2021-2025

Desporto	2021	2022	2023	2024	2025	%
Total de Gastos	760 285,07	970 597,19	1 122 624,00	794 521,31	821 314,48	3,37%
Total de Rendimentos (Receitas Próprias)	315 980,79	687 974,74	711 652,70	431 960,31	432 379,37	0,10%
Taxa de Cobertura	41,56%	70,88%	63,39%	54,37%	52,64%	-
Total de Rendimentos (Receitas OE)	218 717,72	254 114,40	246 033,40	289 236,55	329 484,34	13,92%

Desporto (incluindo receitas de Orçamento do Estado)	2021	2022	2023	2024	2025	%
Gastos	760 285,07	970 597,19	1 122 624,00	794 521,31	821 314,48	3,37%
Rendimentos	534 698,51	942 089,14	957 686,10	721 196,86	761 863,71	5,64%
Taxa de Cobertura	70,33%	97,06%	85,31%	90,77%	92,76%	-

No quadro seguinte apresentam-se indicadores relativos ao desempenho dos centros de custo afetos ao DDC, no ano de 2025, apresentando um detalhe de despesas por unidade de serviços. O valor das receitas próprias do DDC, em 2025, ascendeu a 432 379,37€ e uma comparticipação de Orçamento do Estado de 329 484,34€, que corresponde a uma taxa de cobertura de 92,76%.

Quadro 3. 41 – Desempenho global do DDC em 2025

Centro de custos	Gastos com pessoal	Total Gastos	Rendimentos (receita própria)	Rendimentos de verbas do OE	Taxa cobertura	Taxa cobertura (OE)
Serviços desportivos	425 301,68€	821 314,48€	432 379,37€	329 484,34€	92,76%	52,64%
Centros de custo principais	346 899,54€	710 717,29€	429 621,42€	270 020,02€	98,44%	60,45%
Pavilhão de Braga	248 181,89€	435 522,94€	193 960,80€	194 960,41€	89,30%	44,54%
Pavilhão de Azurém	98 717,65€	267 091,78€	233 077,08€	75 059,61€	115,37%	87,26%
Centro de Condição Física - Sta. Tecla	- €	5 314,74€	2 274,54€	- €	42,80%	42,80%
PDU-GT-Loja	- €	64,86€	269,52€	- €	415,54%	415,54%
PDU-AZ-Loja	- €	32,31€	39,48€	- €	122,19%	122,19%
Campo Golfe - Azurém	- €	2 690,66€	- €	- €	0,00%	0,00%
Competição Nacional	47 602,15€	72 863,29€	1 645,51€	36 204,29€	51,95%	2,26%
Competição Europeia	5 185,93€	5 198,15€	139,60€	3 854,05€	76,83%	2,69%
Competição Internacional	4 426,12€	11 151,64€	263,27€	3 185,80€	30,93%	2,36%
Eventos Desportivos	21 187,94€	21 384,11€	709,57€	16 220,18€	79,17%	3,32%
Subvenção Desportiva e Cultural	- €	150 000,00€	- €	- €	0,00%	0,00%
AAUMinho - Desporto	- €	105 000,00€	- €	- €	0,00%	0,00%
Grupos culturais	- €	45 000,00€	- €	- €	0,00%	0,00%
ARCUM	- €	14 626,87€	- €	- €	0,00%	0,00%
Coro Académico	- €	3 468,54€	- €	- €	0,00%	0,00%
GATUNA	- €	3 226,98€	- €	- €	0,00%	0,00%

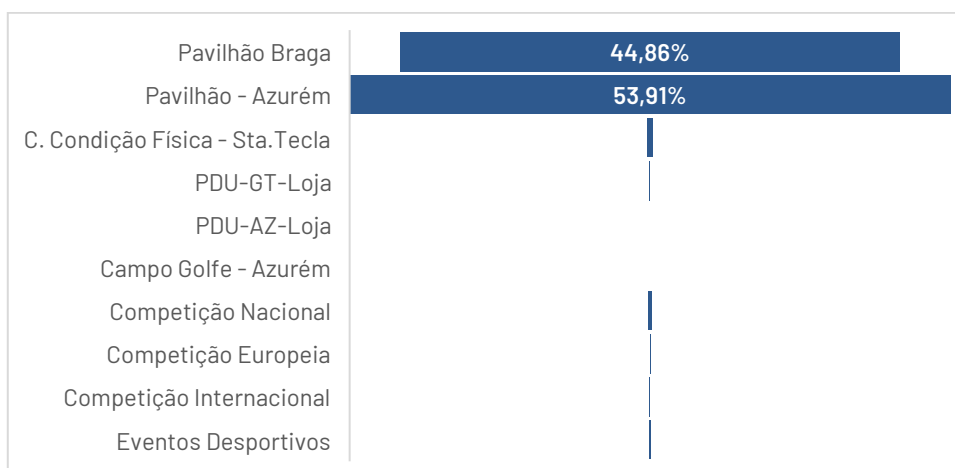
Grupo de Jograis	- €	848,21€	- €	- €	0,00%	0,00%
Azeituna	- €	4 059,34€	- €	- €	0,00%	0,00%
Tuno Obebes	- €	4 623,96€	- €	- €	0,00%	0,00%
Augustuna	- €	4 749,38€	- €	- €	0,00%	0,00%
Tuna Afonsina	- €	3 942,31€	- €	- €	0,00%	0,00%
iPUM	- €	229,55€	- €	- €	0,00%	0,00%
Tuna de Medicina da UM	- €	3 652,31€	- €	- €	0,00%	0,00%
Literatuna	- €	1572,55€	- €	- €	0,00%	0,00%

Os quadros e gráficos seguintes mostram que o Complexo Desportivo de Gualtar representou cerca de 45% da receita e 53% de despesa e o Complexo Desportivo de Azurém representou cerca de 53% da receita e 32% da despesa do orçamento global.

Quadro 3. 42 - Origem das receitas 2025

Centro de custos	Origem das receitas	Valor das receitas
Pavilhão Braga	44,86%	193 960,80€
Pavilhão - Azurém	53,91%	233 077,08€
C. Condição Física - Sta.Tecla	0,53%	2 274,54€
PDU-GT-Loja	0,06%	269,52€
PDU-AZ-Loja	0,01%	39,48€
Campo Golfe - Azurém	0,00%	- €
Competição Nacional	0,38%	1 645,51€
Competição Europeia	0,03%	139,60€
Competição Internacional	0,06%	263,27€
Eventos Desportivos	0,16%	709,57€
	Receita própria	432 379,37€
	Total de receita com OE	761 863,71€

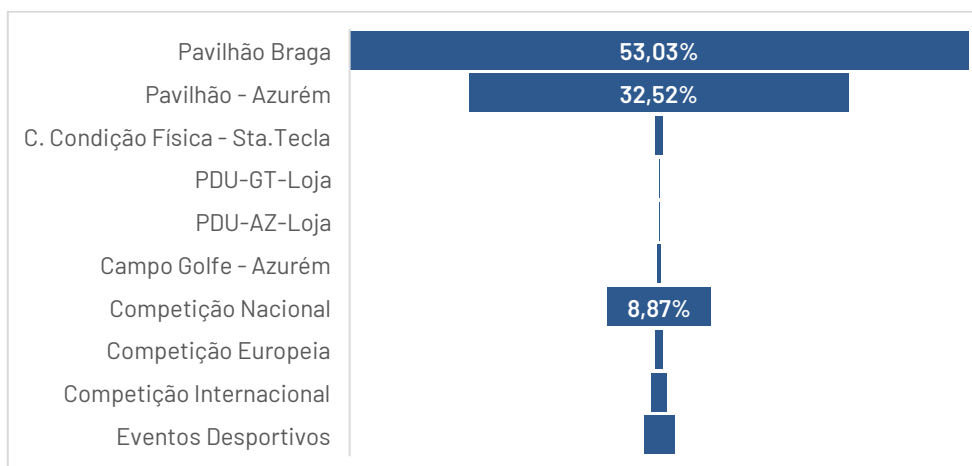
Gráfico 3. 18 - Origem das receitas 2025



Quadro 3. 43 - Origem das despesas 2025

Centro de custos	Origem das receitas	Valor das receitas
Pavilhão de Braga	53,03%	435 522,94€
Pavilhão de Azurém	32,52%	267 091,78€
Centro de Condição Física - Sta. Tecla	0,65%	5 314,74€
PDU-GT-Loja	0,01%	64,86€
PDU-AZ-Loja	0,00%	32,31 €
Campo de Golfe - Azurém	0,33%	2 690,66 €
Competição Nacional	8,87%	72 863,29€
Competição Europeia	0,63%	5 198,15€
Competição Internacional	1,36%	11 151,64€
Eventos Desportivos	2,60%	21 384,11€
	Total e despesas	821 314,48€

Gráfico 3. 19 - Origem das despesas 2025



3.3.2. APOIO AO ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO E CULTURA

Os Grupos e Associações Culturais da Universidade do Minho encontram-se organizados através do Plenário de Grupos Culturais da UMinho, constituído em fevereiro de 2004, assumindo-se como a principal estrutura de articulação, representação e coordenação da atividade cultural associativa na instituição. No âmbito das suas competências, os SASUM atribuem anualmente uma verba de apoio ao desenvolvimento cultural e às atividades promovidas por estes grupos, cujo montante é previamente definido em sede de Conselho de Ação Social (CAS).

Em 2025, a verba atribuída foi de 45 000€, tendo o respetivo apoio sido distribuído internamente no seio do Plenário de Grupos Culturais, com base na aplicação de critérios previamente definidos para o efeito e mediante a entrega dos correspondentes planos de atividades e orçamentos por parte dos grupos e associações.

Atualmente, o Plenário é composto por 11 Grupos e Associações Culturais, que desenvolvem uma atividade regular e dinâmica, destacando-se a organização de festivais, espetáculos e iniciativas culturais, bem como a participação consistente em eventos culturais internos e externos, envolvendo centenas de estudantes e *alumni* da UMinho.

Complementarmente, o DDC aplica anualmente um questionário aos novos estudantes, no momento do ato de matrícula, com o objetivo de aferir os seus hábitos e interesses culturais. As respostas recolhidas são posteriormente tratadas informaticamente e disponibilizadas aos Grupos e Associações Culturais, constituindo um instrumento relevante para a identificação da experiência cultural prévia, da motivação para a participação em atividades culturais e do potencial envolvimento dos estudantes na dinâmica cultural da UMinho, contribuindo para uma atuação mais informada e estratégica por parte das estruturas culturais.

Quadro 3. 44 - Grupos Culturais da UMinho

Grupos Culturais da UMinho		
Associação Recreativa e Cultural da UMinho	Coro Académico da UMinho	Literatuna, Tuna de Letras da UMinho
Afonsina, Tuna de Engenharia da UMinho	Gatuna, Tuna Feminina da UMinho	TMUM - Tuna de Medicina da UMinho
Augustuna	I-Pum, Precursão da UMinho	Tun'Obebes, Tuna Feminina de Engenharia da UMinho
Azeituna, Tuna de Ciências da UMinho	Jogralhos, Grupo de Jograis da UMinho	-



Gabinete do Administrador > Administrador



DAF > Tesouraria | Fiscalização e Manutenção |



DEP. ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

4. PRESTAÇÃO DE CONTAS

4.1. ANÁLISE ORÇAMENTAL, ECONÓMICA E FINANCEIRA E DE GESTÃO

NOTA INTRODUTÓRIA

A presente Prestação de Contas dos SASUM apresenta, de forma sistematizada, a informação relativa à execução financeira, patrimonial e orçamental referente ao ano de 2025, refletindo o desempenho e a gestão dos recursos colocados ao serviço da ação social universitária.

Este relatório evidencia o esforço de gestão realizado, assente em princípios de rigor, transparência e responsabilidade, bem como o compromisso permanente com a melhoria dos serviços prestados à comunidade académica.

A análise orçamental, económica e financeira e de gestão foi preparada com base nos normativos legais em vigor aplicáveis, de entre os quais, o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), que é constituído por três subsistemas de contabilidade: a contabilidade orçamental, a contabilidade financeira e a contabilidade de gestão, as instruções emanadas pela Comissão de Normalização Contabilística, pela Unidade de Implementação da Lei de Enquadramento Orçamental (UniLEO) e pelo Tribunal de Contas, o Decreto-Lei de Execução Orçamental e a Lei do Orçamento do Estado (LOE).

A análise apresentada tem como finalidade fornecer informação detalhada e comparativa sobre os dados orçamentais e financeiros constantes nos mapas de prestação de contas. Esta análise inclui as Demonstrações Orçamentais, elaboradas em conformidade com a Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26, as Demonstrações Financeiras, desenvolvidas de acordo com a NCP 1, e, por fim, uma análise de custos e investimentos fundamentada nas disposições previstas na NCP 27.

A análise referida visa promover a prestação de informação a todas as partes interessadas com transparência na gestão das contas públicas e na utilização dos recursos públicos. Procura, igualmente, fomentar práticas de *accountability* no âmbito da gestão pública, constituindo-se também como um instrumento de suporte à tomada de decisão informada.



4.2. ANÁLISE ORÇAMENTAL

No que respeita à análise orçamental, no ano económico de 2025, os SASUM apresentavam um orçamento inicial de 10 079 116,00€, terminando com as previsões corrigidas no montante de 13 593 360,77€, verificando-se um aumento de 3 514 244,77€ face às previsões iniciais (que inclui o saldo de gerência de 2 355 845,58€).

A receita arrecadada totalizou 10 747 216,09€ (excluindo o saldo de gerência), registando uma evolução positiva de cerca de 3%, o que representa um aumento absoluto de 327 219,55€ face ao exercício de 2024, cujo valor arrecadado foi de 10 419 996,54€. Este aumento decorre, essencialmente da evolução das verbas do Orçamento do Estado.

Relativamente à despesa, o montante em 2025 ascendeu a 9 730 333,28€ enquanto, em 2024, foi de 9 106 770,63€, verificando-se um aumento das despesas em 623 562,65€, que corresponde a uma variação positivo de cerca de 7%. De realçar que as principais variações ao nível da despesa justificam-se, pelo aumento das aquisições de bens e serviços e aumento de despesas de capital, pelo investimento realizado durante o ano de 2025.

O saldo final foi de 3 383 580,62€, composto pelo saldo de execução orçamental (3 372 728,39€) e pelo saldo de operações de tesouraria (10 852,23€).

Por fim, de referir que o saldo global da execução orçamental de receita e despesa é positivo em 1 016 882,81€, evidenciando o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental e um desempenho orçamental positivo no exercício de 2025.

Segue-se uma análise mais detalhada no que diz respeito ao subsistema de contabilidade orçamental, com o objetivo de avaliar o desempenho orçamental, sendo também apresentadas as demonstrações orçamentais previstas no SNC-AP.



4.2.1. RECEITA

Neste ponto será feita uma análise orçamental da receita, detalhando as principais fontes de financiamento, tais como transferências do Orçamento do Estado e receitas próprias. São também abordadas as fases do ciclo orçamental da receita, desde a previsão até à execução.

Em 2025, o orçamento aprovado dos SASUM foi no valor de 10 079 116,00€, tendo sido revisto numa base mensal e ajustado em função das necessidades ao longo do ano, alterações essas registadas nas alterações/revisões orçamentais. Verificou-se um aumento do orçamento inicial de 2025 face ao de 2024, no valor de 228 250,00€ (2%), conforme se verifica no quadro seguinte:

Quadro 4.1 - Evolução dos orçamentos 2021-2025

Evolução dos Orçamentos					
Descrição	2025	2024	2023	2022	2021
Transferências - ESTADO	3 991 329,00	3 098 861,00	2 659 079,00	2 498 445,00	2 447 337,00
Transferências - UMinho	0,00	250 000,00	250 000,00	400 000,00	250 000,00
Transferências - União Europeia	0,00	260 000,00	318 359,00	281 200,00	496 263,00
Receitas Próprias - SASUM	6 087 787,00	6 242 005,00	5 204 500,00	4 483 780,00	4 570 900,00
TOTAL	10 079 116,00	9 850 866,00	8 431 938,00	7 663 425,00	7 764 500,00

As alterações/revisões orçamentais levadas a cabo implicaram, no seu conjunto, alterações na estrutura do orçamento inicial e determinaram um aumento do seu valor global em 3 514 244,77€, conforme se pode verificar no quadro 4.2. correspondendo a um aumento de 35% face ao orçamento inicial. O referido aumento diz respeito à integração dos saldos de gerência de 2024, no montante de 2 355 845,58€ e a créditos especiais que totalizaram o montante de 490 433,19€, referentes a:

- + 180 684,19€ relativo a uma transferência da UMinho para financiamento para compensação do impacto decorrente de medidas legislativas;
- + 151 319,00€ correspondente ao financiamento complementar de refeições 2023/2024 - Artigo 129.º LOE-2024;
- + 64 000,00€ que diz respeito à medida "Alojamento Estudantil Já";
- + 94 430,00€ referentes ao financiamento do programa "cheques nutricionista e psicólogo".

Conforme se observa, ainda, no quadro 4.2., a receita cobrada líquida dos SASUM em 2025 fixou-se em 13 103 061,17€, valor que inclui o saldo de gerência do ano anterior (2 355 845,58€). Face ao valor das previsões corrigidas, o grau de execução orçamental da receita ascendeu a 96%.

Quadro 4. 2 - Orçamento, orçamento corrigido e execução do orçamento de receita (2025)

Fontes de Financiamento - descrição	Receita				
	Orçamento	Orçamento corrigido	Desvio Orçamento corrigido - Orçamento Inicial	Receita cobrada líquida	Desvio Receita cobrada líquida - Orçamento corrigido
Receitas Impostos não afetas a projetos cofinanciados	3 991 329,00	3 991 329,00	0,00	3 991 329,00	0,00
Saldos de Receitas de Impostos não afetas a projetos cofinanciados	0,00	133 954,20	133 954,20	133 954,20	0,00
Saldos de Receitas de Impostos com origem em transferências entre entidades	0,00	43 960,00	43 960,00	43 960,00	0,00
Transferências de Receitas de Imposto entre Organismos	0,00	158 430,00	158 430,00	158 430,00	0,00
Receitas de Imposto de dotação provisional e centralizada	0,00	667 966,00	667 966,00	667 966,00	0,00
Saldos de Fundos Europeus	0,00	259 133,18	259 133,18	259 133,18	0,00
Receita própria do ano - com outras origens	6 087 787,00	6 087 787,00	0,00	5 597 487,90	- 490 299,10
Saldos de Receitas Próprias transitados - com outras origens	0,00	1 918 798,20	1 918 798,20	1 918 798,20	0,00
Transferências de Receitas Próprias entre organismos	0,00	332 003,19	332 003,19	332 003,19	0,00
Total	10 079 116,00	13 593 360,77	3 514 244,77	13 103 061,67	- 490 299,10

Da análise do quadro seguinte conclui-se que transitaram receitas por cobrar de 2024 no montante de 292 275,99€, sendo que a receita cobrada líquida em 2025, excluída de saldos de gerência do ano anterior, totalizou o montante de 10 747 216,09€. O montante de receita por cobrar no final do período é de 332 100,99€, referente essencialmente à rubrica de bens e serviços.

Quadro 4. 3 - Previsões corrigidas, receita cobrada líquida e receitas por cobrar - 2025

Rubrica	2025			
	Previsões corrigidas	Receita por cobrar de períodos anteriores	Receita cobrada líquida	Receita por cobrar no final do período
R4 - Rendimentos de propriedade	1 500,00	0,00	1 189,33	0,00
R5 - Transferências e subsídios correntes	5 212 316,19	0,00	5 162 315,91	0,00
R5.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	4 659 295,00	0,00	4 659 295,00	0,00
R5.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	503 021,19	0,00	503 020,91	0,00
R5.1.3 - Outras	50 000,00	0,00	0,00	0,00
R6 - Venda de bens e serviços	5 929 488,00	290 015,84	5 494 274,91	329 849,99
R7 - Outras Receitas Correntes	2 251,00	2 251,00	26,57	2 251,00
R8 - Venda de bens de investimento	2 310,00	9,15	2 309,25	0,00

R10 - Outras receitas de capital	86 850,00	0,00	86 845,04	0,00
R11 - Reposições não abatidas aos pagamentos	2 800,00	0,00	255,08	0,00
R14 - Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	2 355 845,58	0,00	2 355 845,58	0,00
Total	13 593 360,77	292 275,99	13 103 061,67	332 100,99
Total sem saldo de gerência anterior	11 237 515,19	292 275,99	10 747 216,09	332 100,99

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe das receitas por cobrar a 31 de dezembro de 2025:

Quadro 4. 4 - Receitas por cobrar - 2025

Descrição	Valor
Produtos alimentares e bebidas	24 214,60
Mercadorias	105,00
Aluguer de espaços e equipamentos	20 139,38
Atividades de saúde	50,00
Serviços de alojamento	166 600,11
Serviços de alimentação	110 227,75
Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	582,50
Outros serviços	7 930,65
Outras receitas correntes	2 251,00
Outras receitas de venda de bens de investimento	0,00
Total	332 100,99

O quadro 4.5, apresenta uma análise da receita efetiva do ano de 2025 (10 747 216,09€) comparativamente com o período homólogo (10 419 996,54€), excluída de saldos transitados. Da análise deste mapa pode concluir-se que a receita total aumentou cerca de 3%, sendo o valor absoluto correspondente de 327 219,55€.

Nas receitas correntes, o aumento apurado explica-se, essencialmente, pelo aumento na rubrica de “transferências e subsídios correntes”, cuja variação foi de 1 135 115,00€. De realçar que este aumento deve-se, nomeadamente:

- + 361 684,00€ referente ao financiamento complementar do alojamento 2024/2025 – Artigo 192.º LOE-2025;
- + 306 282,00€ referente ao financiamento complementar do alimentação 2024/2025 – Artigo 192.º LOE-2025;

Nas receitas de capital é de salientar a variação positiva na rubrica “outras receitas de capital” que se refere a receita proveniente das indemnizações recebidas das seguradores relativas a sinistros que ocorreram.

Quadro 4. 5 - Receita efetiva - 2025 e 2024

Rubrica	2025		2024		Variação	
	Valor	Peso relativo	Valor	Peso relativo	Absoluta	Relativa
Receita corrente	10 657 806,72	99,17%	10 276 272,93	98,62%	381 533,79	3,71%
R4 - Rendimentos de propriedade	1 189,33	0,01%	0,00	0,00%	1 189,33	0,00%
R5 - Transferências e subsídios correntes	5 162 315,91	48,03%	4 311 459,89	41,38%	850 856,02	19,73%
R5.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	4 659 295,00	43,35%	3 524 180,00	33,82%	1 135 115,00	32,21%
R5.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	503 020,91	4,68%	530 292,75	5,09%	- 27 271,84	-5,14%
R5.1.2 - Exterior - U E	0,00	0,00%	178 705,96	1,72%	- 178 705,96	-100,00%
R5.1.3 - Outras	0,00	0,00%	78 281,18	0,75%	- 78 281,18	-100,00%
R6 - Venda de bens e serviços	5 494 274,91	51,12%	5 960 963,14	57,21%	- 466 688,23	-7,83%
R7 - Outras Receitas Correntes	26,57	0,00%	3 849,90	0,04%	- 3 823,33	-99,31%
Receita de capital	89 154,29	0,83%	143 227,22	1,37%	- 54 072,93	-37,75%
R8 - Venda de bens de investimento	2 309,25	0,02%	0,00	0,00%	2 309,25	0,00%
R9.1.2 - Exterior - U E	0,00	0,00%	143 227,22	1,37%	- 143 227,22	-100,00%
R10 - Outras receitas de capital	86 845,04	0,81%	0,00	0,00%	86 845,04	0,00%
R11 - Reposições não abatidas aos pagamentos	255,08	0,00%	496,39	0,00%	- 241,31	-48,61%
Total	10 747 216,09	100,00%	10 419 996,54	100,00%	327 219,55	3,14%

A partir do quadro 4.6 pode fazer-se uma análise da autonomia orçamental dos SASUM sobre a receita arrecadada, mostrando-se que as receitas próprias no ano de 2025 corresponderam a 52,08% do total de receita, no montante de 5 597 487,90€. O financiamento proveniente do OE representou 44,83% no valor de 4 817 725,00€. Verifica-se uma variação positiva relativamente ao período homólogo, nas receitas gerais - Estado Português de 34,31%.

Quadro 4. 6 - Receita efetiva por Fonte de Financiamento - 2025 e 2024

Fontes de Financiamento	2025		2024		Variação	
	Valor	Peso Relativo	Valor	Peso Relativo	Absoluta	Relativa
Receitas Gerais - Estado Português	4 817 725,00	44,83%	3 586 980,00	34,42%	1 230 745,00	34,31%
Receitas Próprias	5 597 487,90	52,08%	6 084 883,36	58,40%	- 487 395,46	-8,01%
Receitas Próprias - Transferências UMinho	332 003,19	3,09%	489 000,00	4,69%	- 156 996,81	-32,11%
FEDER - Competitividade e Internacionalização	0,00	0,00%	11 931,97	0,11%	- 11 931,97	-100,00%
Financiamento - Exterior - UE	0,00	0,00%	247 201,21	2,37%	- 247 201,21	-100,00%
Total	10 747 216,09	100,00%	10 419 996,54	100,00%	327 219,55	3,14%

O gráfico seguinte apresenta a evolução dos orçamentos da receita no período entre 2021 e 2025.

Pode concluir-se, pela análise do gráfico, que os orçamentos no período compreendido entre 2021 e 2025 apresentam uma tendência de crescimento, com destaque para o aumento mais acentuado entre os anos de 2024 e 2023. Em 2025, o orçamento total atingiu o montante de 10 079 116,00€. Importa, ainda, salientar que a rubrica mais significativa é a das Receitas Próprias, o que reflete a sustentabilidade dos SASUM e demonstra igualmente um peso significativo nas receitas totais, embora o seu peso tenha diminuído ligeiramente, relativamente ao ano anterior. Por fim, sublinha-se que a rubrica de Transferências do Estado constitui uma fonte de receita relevante, apresentando também uma evolução positiva durante o mesmo período.

Gráfico 4. 1 - Evolução dos orçamentos - 2021 a 2025



4.2.2. DESPESA

Na análise da despesa orçamental detalham-se as principais áreas de aplicação dos recursos, como despesas com pessoal, aquisições de bens e serviços e investimentos. São também abordadas as fases do ciclo orçamental da despesa, desde a previsão até à execução e controlo.

O ciclo orçamental da despesa segue as fases: dotação orçamental, cabimento, compromisso, obrigação e pagamento, garantindo que cada etapa respeita limites: o cabimento não excede a dotação, o compromisso não excede o cabimento, a obrigação não excede o compromisso e o pagamento não excede a obrigação, sem prejuízo de reposições poderem corrigir pagamentos e fases anteriores, o que se encontra evidenciado no quadro 4.7. Este quadro apresenta informação sobre as dotações corrigidas, compromissos, obrigações, despesas pagas líquidas e obrigações por pagar em 2025. A despesa efetiva totalizou o montante de 9 730 333,28€ e as obrigações por pagar ascendem ao montante de 101 931,37€, relacionadas essencialmente com aquisição de bens e serviços transferências e subsídios correntes, outras despesas correntes e despesas de capital.

Quadro 4.7 - Dotações corrigidas, compromissos, obrigações, despesas pagas líquidas e obrigações por pagar – 2025

Rubrica	2025					
	Dotações iniciais	Dotações corrigidas	Compromissos	Obrigações	Despesas Pagas Líquidas	Obrigações por pagar
D1 - Gastos com o pessoal	5 332 283,00	5 422 737,85	5 130 340,41	5 130 281,45	5 130 281,45	0,00
D2 - Aquisição de bens e serviços	3 788 253,00	5 103 929,59	4 221 331,79	3 465 284,67	3 420 203,46	45 081,21
D3 - Juros e outros encargos	160,00	3 745,00	3 505,95	3 505,95	3 505,95	0,00
D4 - Transferências e subsídios correntes	297 200,00	439 480,87	395 016,17	367 044,68	362 420,72	4 623,96
D5 - Outras despesas correntes	132 000,00	177 830,17	149 402,79	149 265,85	129 129,51	20 136,34
D6 - Aquisição de bens de capital	529 220,00	1 389 791,71	774 982,59	716 882,05	684 792,19	32 089,86
Total	10 079 116,00	12 537 515,19	10 674 579,70	9 832 264,65	9 730 333,28	101 931,37

Relativamente à despesa paga, é possível analisar com mais detalhe no quadro 4.8. os montantes pagos por rubrica em 2025, em comparação com 2024. No total das despesas, registou-se um aumento de 623 562,65€, o que representa um acréscimo de 6,85%.

Destacam-se aumentos nas seguintes rubricas:

- **Aquisição de bens e serviços:** houve um aumento de 11,16%, equivalente a 343.450,14€, justificada principalmente pelo aumento de preços nos bens e aquisição de serviços.
- **Aquisição de bens de capital:** registou-se um aumento de 609.773,74€ na sequência dos investimentos efetuados, nomeadamente equipamentos para os departamentos alimentar, alojamento e desportivo.

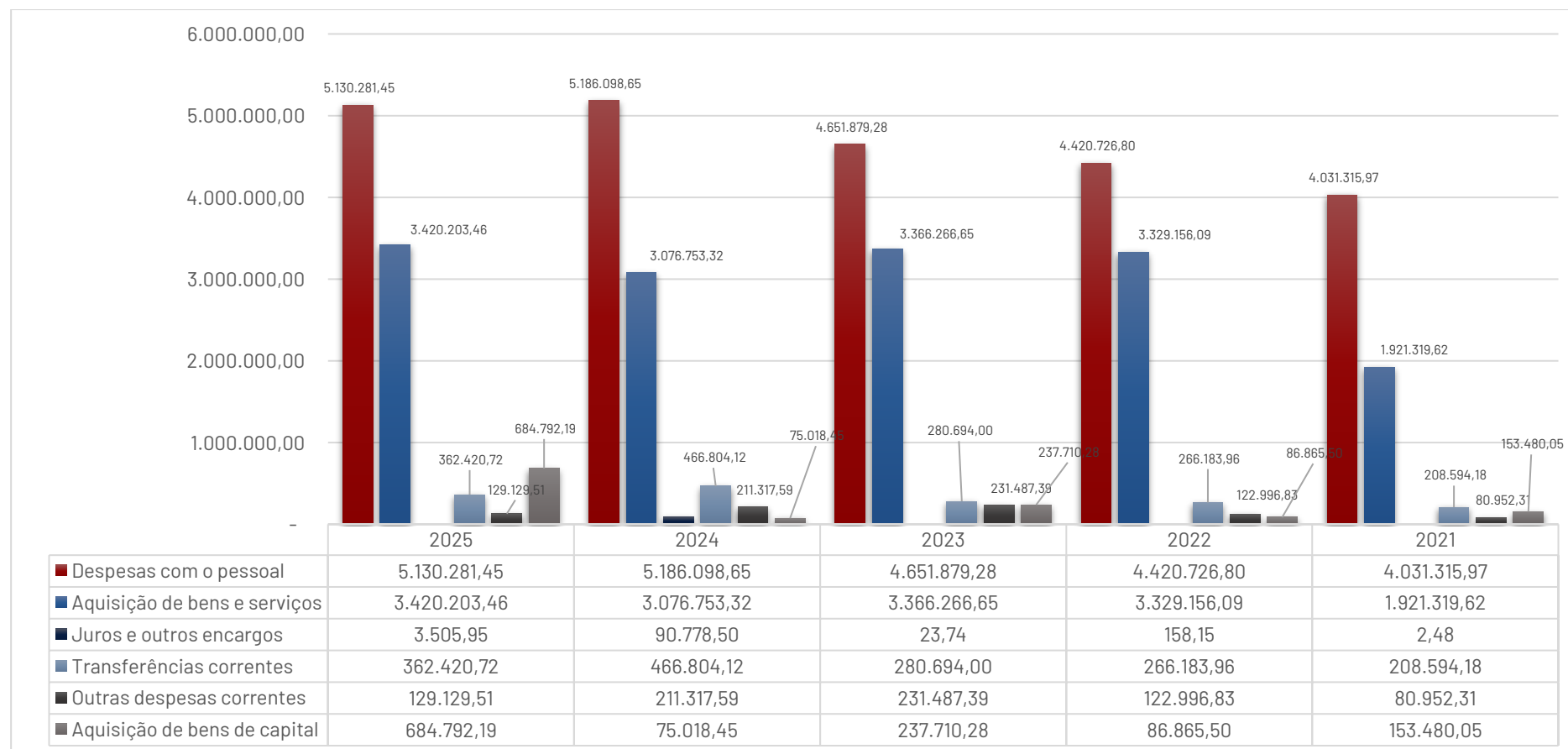
Quadro 4.8 - Despesas pagas líquidas em 2025-2024

Rubrica	2025		2024		Variação	
	Valor	Peso Relativo	Valor	Peso Relativo	Absoluta	Relativa
Despesa efetiva	9 730 333,28	100,00%	9 106 770,63	100,00%	623 562,65	6,85%
Despesa corrente	9 045 541,09	92,96%	9 031 752,18	99,18%	13 788,91	0,15%
D1 Despesas com o pessoal	5 130 281,45	52,72%	5 186 098,65	56,95%	- 55 817,20	-1,08%
Remunerações certas e permanentes	4 168 651,72	42,84%	4 168 960,99	45,78%	- 309,27	-0,01%
Abonos variáveis ou eventuais	54 139,21	0,56%	75 607,71	0,83%	- 21 468,50	-28,39%
Segurança Social	907 490,52	9,33%	941 529,95	10,34%	- 34 039,43	-3,62%
D2 Aquisição de bens e serviços	3 420 203,46	35,15%	3 076 753,32	33,79%	343 450,14	11,16%
Aquisição de bens	1 948 203,56	20,02%	1 914 688,23	21,02%	33 515,33	1,75%
Aquisição de serviços	1 471 999,90	15,13%	1 162 065,09	12,76%	309 934,81	26,67%
D3 Juros e outros encargos	3 505,95	0,04%	90 778,50	1,00%	- 87 272,55	-96,14%
D4 Transferências correntes	362 420,72	3,72%	466 804,12	5,13%	- 104 383,40	-22,36%
Administração Central	2 091,00	0,02%	3 765,30	0,04%	- 1 674,30	-44,47%
Instituições sem fins lucrativos	145 376,04	1,49%	281 130,40	3,09%	- 135 754,36	-48,29%
Famílias	214 953,68	2,21%	181 908,42	2,00%	33 045,26	18,17%
D5 Outras despesas correntes	129 129,51	1,33%	211 317,59	2,32%	- 82 188,08	-38,89%
Despesa de capital	684 792,19	7,04%	75 018,45	0,82%	609 773,74	812,83%
D6 Aquisição de bens de capital	684 792,19	7,04%	75 018,45	0,82%	609 773,74	812,83%
D7 Transferências de capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Despesa não efetiva	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total	9 730 333,28	100,00%	9 106 770,63	100,00%	623 562,65	6,85%



Da análise do gráfico 4.2, verifica-se que, no período entre 2021 e 2025, as rubricas de despesa mais significativas são as com pessoal e a aquisição de bens e serviços. A primeira apresenta uma tendência ligeiramente decrescente de 2024 para 2025, enquanto a segunda apresenta uma tendência crescente fruto do acréscimo dos preços dos bens e serviços.

Gráfico 4.2 - Variação nas principais rubricas - por tipo de despesa - 2021 a 2025



4.2.3. SALDO DA EXECUÇÃO

No quadro 4.9, verifica-se que, em 2025, o saldo global foi de 1 016 882,81€, registando uma diminuição de 296 343,10€ (-22,57%) face a 2024. Este decréscimo justifica-se pelo investimento realizado durante o ano de 2025, conforme se pode verificar pela diminuição do saldo de capital (que diminuiu em 663 591,59€). Apesar dos investimentos realizados o desempenho orçamental dos SASUM manteve-se positivo.

Quadro 4. 9 - Saldos de execução 2025-2024

Saldos de execução	2025	2024	Variação	
			Absoluta	Relativa
Saldo global (Receita efetiva - Despesa efetiva)	1 016 882,81	1 313 225,91	- 296 343,10	-22,57%
Despesa primária (Despesa efetiva - Juros e outros encargos)	9 726 827,33	9 015 992,13	710 835,20	7,88%
Saldo corrente (Receita corrente - Despesa corrente)	1 612 265,63	1 244 520,75	367 744,88	29,55%
Saldo de capital (Receita de capital - Despesa de capital)	- 595 382,82	68 208,77	- 663 591,59	-972,88%
Saldo primário (Receita efetiva - Despesa primária)	1 020 388,76	1 404 004,41	- 383 615,65	-27,32%

4.2.4. FLUXO DE CAIXA: ÓTICA ORÇAMENTAL - SALDO DE GERÊNCIA

No exercício económico de 2025 foi apurado um saldo de tesouraria no montante de 1 016 882,81€:

Saldo final excluído das operações de tesouraria:	3 372 728,39€
Saldo inicial excluído das operações de tesouraria:	2 355 845,58€
Saldo de tesouraria:	1 016 882,81€

Analisando o quadro 4.10, conclui-se que os saldos de execução apresentam uma tendência crescente desde 2022, o primeiro ano de recuperação económica após a pandemia de COVID-19. Entre 2022 e 2024, observa-se um aumento contínuo nas receitas, apesar do ligeiro decréscimo no ano de 2025. As despesas evidenciam uma tendência de crescimento ao longo dos anos, destacando-se, em 2025, um aumento mais acentuado nos encargos de funcionamento com a atividade. A estrutura da receita revela uma dependência crescente de financiamento público (OE).

Quadro 4. 10 - Evolução da receita e despesa de 2021 a 2025

Ano	Entradas					Saídas			Saldo	Saldo acumulado
	Receitas Próprias	Transferências da UMinho	Fundos europeus	Transferências Orçamento do Estado	Total	Gastos com Pessoal	Outros encargos	Total		
2021	3 207 477,21	248 160,10	49 504,59	2 447 337,00	5 952 478,90	4 031 315,97	2 364 348,64	6 395 664,61	- 443 185,71	557 021,53
2022	5 191 560,53	471 891,91	186 339,72	2 498 445,00	8 348 237,16	4 420 726,80	3 805 360,53	8 226 087,33	122 149,83	679 171,36
2023	5 576 987,62	477 544,24	167 764,79	2 909 213,00	9 131 509,65	4 651 879,28	4 116 182,06	8 768 061,34	363 448,31	1 042 619,67
2024	6 084 883,36	489 000,00	259 133,18	3 586 980,00	10 419 996,54	5 186 098,65	3 920 671,98	9 106 770,63	1 313 225,91	2 355 845,58
2025	5 597 487,90	332 003,19	0,00	4 817 725,00	10 747 216,09	5 130 281,45	4 600 051,83	9 730 333,28	1 016 882,81	3 372 728,39

4.3. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

REFERENCIAL CONTABILÍSTICO E DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

No ano de 2025, as demonstrações orçamentais foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua versão atual, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) 26. Deve entender-se como fazendo parte daquelas normas as bases para a apresentação de informação sobre o orçamento inicial, as alterações orçamentais, a execução das receitas e das despesas orçamentadas, os pagamentos e recebimentos, assim como, o desempenho orçamental.

Durante o período de relato não ocorreram derrogações das disposições do SNC-AP que produzissem efeitos nas demonstrações orçamentais, encontrando-se, assim, assegurada a imagem verdadeira e apropriada das obrigações, pagamentos, liquidações e recebimentos.



As demonstrações orçamentais de relato individual dos SASUM tem por objetivo o cumprimento do estipulado na Instrução n.º 1/2019, de 6 de março, do Tribunal de Contas “Descrição do documento de prestação de contas”, sendo todos os valores expressos em euros.

É constituída pelos documentos abaixo apresentados:

Demonstrações orçamentais	Norma
Demonstração de desempenho orçamental	NCP 26
Demonstração de execução orçamental da receita	NCP 26
Demonstração de execução orçamental da despesa	NCP 26
Demonstração de execução do plano plurianual de investimentos	NCP 26
Anexo às demonstrações orçamentais, que inclui:	NCP 26
1 - Alterações orçamentais da receita	NCP 26
2 - Alterações orçamentais da despesa	NCP 26
3 - Alterações ao plano plurianual de investimentos	NCP 26
4 - Operações de tesouraria	NCP 26
5 - Contratação administrativa	NCP 26
5.1 - Situação dos contratos	NCP 26
5.2 - Adjudicações por tipo de procedimento	NCP 26
6 - Transferências e subsídios	NCP 26
6.1 - Transferências e subsídios - receita	NCP 26
6.2 - Transferências e subsídios - despesa	NCP 26
7 - Outras divulgações	NCP 26
7.1 - Encargos contratuais	Norma Técnica n.º 1/2017
7.2 - Dívidas por antiguidade de saldos	Norma Técnica n.º 1/2017
7.3 - Indicadores orçamentais	Divulgação opcional

Fonte: Anexo à Instrução 1/2019, de 06 de março, do Tribunal de Contas.

A) Demonstração do desempenho orçamental

Rubrica	Recebimentos	Fontes de financiamento (2025)					2024
		RP	RG	UE	Fundos alheios	Total	
	Saldo da gerência anterior	1 918 798,20	177 914,20	259 133,18	9 445,40	2 365 290,98	960 614,35
	Operações orçamentais [1]	1 918 798,20	177 914,20	259 133,18	0,00	2 355 845,58	1 042 619,67
	Operações de tesouraria [A]				9 445,40	9 445,40	- 82 005,32
	Receita corrente	5 840 081,72	4 817 725,00	0,00	0,00	10 657 806,72	10 276 272,93
R4	Rendimentos de propriedade	1 189,33	0,00	0,00	0,00	1 189,33	0,00
R5	Transferências e subsídios correntes	344 590,91	4 817 725,00	0,00	0,00	5 162 315,91	4 311 459,89
R5.1	Transferências correntes	344 590,91	4 817 725,00	0,00	0,00	5 162 315,91	4 311 459,89
R5.1.1	Administrações Públicas	344 590,91	4 817 725,00	0,00	0,00	5 162 315,91	4 117 272,75
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	4 659 295,00	0,00	0,00	4 659 295,00	3 524 180,00
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	344 590,91	158 430,00	0,00	0,00	503 020,91	593 092,75
R5.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	115 905,96
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	78 281,18
R6	Venda de bens e serviços	5 494 274,91	0,00	0,00	0,00	5 494 274,91	5 960 963,14
R7	Outras Receitas Correntes	26,57	0,00	0,00	0,00	26,57	3 849,90
	Receita de capital	89 154,29	0,00	0,00	0,00	89 154,29	143 227,22
R8	Venda de bens de investimento	2 309,25	0,00	0,00	0,00	2 309,25	0,00
R9	Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	143 227,22
R9.1	Transferências de capital						143 227,22
R9.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	143 227,22
R10	Outras receitas de capital	86 845,04	0,00	0,00	0,00	86 845,04	0,00

R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	255,08	0,00	0,00	0,00	255,08	496,39
Receita efetiva [2]		5 929 491,09	4 817 725,00	0,00	0,00	10 747 216,09	10 419 996,54
Receita não efetiva [3]		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Receita com Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Soma [4]=[1]+[2]+[3]		7 848 289,29	4 995 639,20	259 133,18	0,00	13 103 061,67	11 462 616,21
R17	Recebimentos de operações de tesouraria [B]				210 162,50	210 162,50	665 107,82

Rubrica	Pagamentos	Fontes de financiamento (2025)					2024
		RP	RG	UE	Fundos alheios	Total	
Despesa corrente		4 449 002,75	4 596 538,34	0,00	0,00	9 045 541,09	9 031 752,18
D1	Despesas com o pessoal	1 069 326,60	4 060 954,85	0,00	0,00	5 130 281,45	5 186 098,65
D1.1	Remunerações certas e permanentes	996 394,94	3 172 256,78	0,00	0,00	4 168 651,72	4 168 960,99
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	54 139,21	0,00	0,00	0,00	54 139,21	75 607,71
D1.3	Segurança social	18 792,45	888 698,07	0,00	0,00	907 490,52	941 529,95
D2	Aquisição de bens e serviços	2 919 619,97	500 583,49	0,00	0,00	3 420 203,46	3 076 753,32
D3	Juros e outros encargos	3 505,95	0,00	0,00	0,00	3 505,95	90 778,50
D4	Transferências e subsídios correntes	327 420,72	35 000,00	0,00	0,00	362 420,72	466 804,12
D4.1	Transferências correntes	2 091,00	0,00	0,00	0,00	2 091,00	3 765,30
D4.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	2 091,00	0,00	0,00	0,00	2 091,00	3 765,30
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	110 376,04	35 000,00	0,00	0,00	145 376,04	281 130,40
D4.1.3	Famílias	214 953,68	0,00	0,00	0,00	214 953,68	181 908,42

D5	Outras Despesas Correntes	129 129,51	0,00	0,00	0,00	129 129,51	211 317,59
	Despesa capital	599 000,73	85 791,46	0,00	0,00	684 792,19	75 018,45
D6	Aquisição de bens de capital	599 000,73	85 791,46	0,00	0,00	684 792,19	75 018,45
	Despesa efetiva [5]	5 048 003,48	4 682 329,80	0,00	0,00	9 730 333,28	9 106 770,63
	Despesa não efetiva [6]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D10	Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Soma [7]=[5]+[6]	5 048 003,48	4 682 329,80	0,00	0,00	9 730 333,28	9 106 770,63
	Pagamentos de operações de tesouraria [C]				208 755,67	208 755,67	573 657,10
	Saldo para a gerência seguinte	2 800 285,81	313 309,40	259 133,18	10 852,23	3 383 580,62	2 365 290,98
	Operações orçamentais [8]=[4]-[7]	2 800 285,81	313 309,40	259 133,18	0,00	3 372 728,39	2 355 845,58
	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]				10 852,23	10 852,23	9 445,40
	Saldo global [2]-[5]	881 487,61	135 395,20	0,00	0,00	1 016 882,81	1 313 225,91
	Despesa primária	5 044 497,53	4 682 329,80	0,00	0,00	9 726 827,33	9 015 992,13
	Saldo corrente	1 391 078,97	221 186,66	0,00	0,00	1 612 265,63	1 244 520,75
	Saldo de capital	- 509 591,36	- 85 791,46	0,00	0,00	- 595 382,82	68 705,16
	Saldo primário	884 993,56	135 395,20	0,00	0,00	1 020 388,76	1 404 004,41
	Receita total = [1]+[2]+[3]	7 848 289,29	4 995 639,20	259 133,18	0,00	13 103 061,67	11 462 616,21
	Despesa total = [5]+[6]	5 048 003,48	4 682 329,80	0,00	0,00	9 730 333,28	9 106 770,63

B) Demonstração de execução orçamental da receita

Ru- brica	Descrição	Previsões corrigidas	Previsões por liquidar	Receitas por cobrar de perio- dos anteri- ores	Receitas liquidadas	Liquida- ções anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e restituições		Receitas cobradas líquidas			Receitas por cobrar no final do período	Grau de execução orçamental	
								Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período cor- rente	Total		perío- dos anteri- ores	período corrente
								(1)	(2)	(3)	(4)	(5)		(6)	(7)
	Receita corrente	11 145 555,19	155 647,48	292 266,84	10 801 841,47	104 200,60	10 709 270,13	51 463,41	51 463,41	153 985,06	10 503 821,66	10 657 806,72	332 100,99	1,38%	94,24%
R4	Rendimentos de propriedade	1 500,00	310,67	0,00	1 189,33	0,00	1 189,33	0,00	0,00	0,00	1 189,33	1 189,33	0,00	0,00%	79,29%
R5	Transferências e subsídios correntes	5 212 316,19	50 000,28	0,00	5 207 150,91	44 835,00	5 207 150,91	44 835,00	44 835,00	0,00	5 162 315,91	5 162 315,91	0,00	0,00%	99,04%
R5.1	Transferências correntes	5 212 316,19	50 000,28	0,00	5 207 150,91	44 835,00	5 207 150,91	44 835,00	44 835,00	0,00	5 162 315,91	5 162 315,91	0,00	0,00%	99,04%
R5.1.1	Administrações Públicas	5 162 316,19	0,28	0,00	5 207 150,91	44 835,00	5 207 150,91	44 835,00	44 835,00	0,00	5 162 315,91	5 162 315,91	0,00	0,00%	100,00%
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	4 659 295,00	0,00	0,00	4 659 295,00	0,00	4 659 295,00	0,00	0,00	0,00	4 659 295,00	4 659 295,00	0,00	0,00%	100,00%
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	503 021,19	0,28	0,00	547 855,91	44 835,00	547 855,91	44 835,00	44 835,00	0,00	503 020,91	503 020,91	0,00	0,00%	100,00%
R5.1.3	Outras	50 000,00	50 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R6	Venda de bens e serviços	5 929 488,00	105 363,10	290 015,84	5 593 474,66	59 365,60	5 500 903,32	6 628,41	6 628,41	153 985,06	5 340 289,85	5 494 274,91	329 849,99	2,60%	90,06%
R7	Outras Receitas Correntes	2 251,00	- 26,57	2 251,00	26,57	0,00	26,57	0,00	0,00	0,00	26,57	26,57	2 251,00	0,00%	1,18%
	Receita de capital	89 160,00	5,71	9,15	89 145,14	0,00	89 154,29	0,00	0,00	9,15	89 145,14	89 154,29	0,00	0,01%	99,98%
R8	Venda de bens de investimento	2 310,00	0,75	9,15	2 300,10	0,00	2 309,25	0,00	0,00	9,15	2 300,10	2 309,25	0,00	0,00%	99,57%
R10	Outras receitas de capital	86 850,00	4,96	0,00	86 845,04	0,00	86 845,04	0,00	0,00	0,00	86 845,04	86 845,04	0,00	0,00%	99,99%
R11	Reposições não abatidas aos pa- gamentos	2 800,00	2 544,92		2 727,25	2 472,17	2 727,25	2 472,17	2 472,17		255,08	255,08		0,00%	9,11%
R12	Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R13	Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	2 355 845,58	0,00	0,00	2 399 805,58	43 960,00	2 399 805,58	43 960,00	43 960,00	0,00	2 355 845,58	2 355 845,58		0,00%	0,00%
	Total	13 593 360,77	158 198,11	292 275,99	13 293 519,44	150 632,77	13 200 957,25	97 895,58	97 895,58	153 994,21	12 949 067,46	13 103 061,67	332 100,99	1,13%	95,26%

c) Demonstração de execução orçamental da despesa

Rubrica	Descrição	Despesas por pagar períodos anteriores	Dotacoes corrigidas	Cativos	Descati- vos	Dotações disponíveis	Cabimentos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas brutas	Reposições abatidas aos pagamentos		Despesas pagas líquidas			Compromis- sos a transitar	Obrigações por pagar	Compromissos assumidos para períodos futuros		
											Emitidas	Recebidas	Períodos anteriores	Período corrente	Total			2026	2027	Períodos seguintes
											(10)	(11)	(12)	(13)	(14)=(12)+(13)			(15)=(7)-(8)	(16)=(8)-(14)	2026
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)=(12)+(13)	(15)=(7)-(8)	(16)=(8)-(14)	2026	2027	Períodos seguintes
D1	Gastos com o pessoal	5 986,45	5 422 737,85	0,00	0,00	292 397,44	5 130 340,41	5 130 340,41	5 130 281,45	5 595 339,16	465 057,71	465 057,71	5 986,45	5 124 295,00	5 130 281,45	58,96	0,00	18 917,08	0,00	0,00
D1.1	Remunerações certas e permanentes	5 630,44	4 456 960,78	0,00	0,00	288 309,06	4 168 651,72	4 168 651,72	4 168 651,72	4 633 601,52	464 949,80	464 949,80	5 630,44	4 163 021,28	4 168 651,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	0,00	57 147,00	0,00	0,00	2 963,72	54 183,28	54 183,28	54 139,21	54 139,21	0,00	0,00	0,00	54 139,21	54 139,21	44,07	0,00	0,00	0,00	0,00
D1.3	Segurança social	356,01	908 630,07	0,00	0,00	1 124,66	907 505,41	907 505,41	907 490,52	907 598,43	107,91	107,91	356,01	907 134,51	907 490,52	14,89	0,00	18 917,08	0,00	0,00
D2	Aquisição de bens e serviços	48 903,37	5 103 929,59	- 1 800,00	1 800,00	870 580,70	4 233 348,89	4 221 331,79	3 465 284,67	3 918 041,16	497 837,70	497 837,70	48 903,37	3 371 300,09	3 420 203,46	756 047,12	45 081,21	3 012 097,64	1 049 990,33	483 742,64
D3	Juros e outros encargos	0,00	3 745,00	0,00	0,00	239,05	3 505,95	3 505,95	3 505,95	3 505,95	0,00	0,00	0,00	3 505,95	3 505,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4	Transferências e subsídios correntes	3 623,95	439 480,87	0,00	0,00	44 464,70	395 016,17	395 016,17	367 044,68	397 420,72	35 000,00	35 000,00	3 373,95	359 046,77	362 420,72	27 971,49	4 623,96	0,00	0,00	0,00
D4.1	Transferências correntes	3 623,95	0,00	0,00	0,00	44 464,70	395 016,17	395 016,17	367 044,68	397 420,72	35 000,00	35 000,00	3 373,95	359 046,77	362 420,72	27 971,49	4 623,96	0,00	0,00	0,00
D4.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 091,00	2 091,00	2 091,00	2 091,00	0,00	0,00	0,00	2 091,00	2 091,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	2 091,00	0,00	0,00	0,00	2 091,00	2 091,00	2 091,00	2 091,00	0,00	0,00	0,00	2 091,00	2 091,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	185 000,97	0,00	0,00	35 000,97	150 000,00	150 000,00	150 000,00	180 376,04	35 000,00	35 000,00	0,00	145 376,04	145 376,04	0,00	4 623,96	0,00	0,00	0,00
D4.1.3	Famílias	3 623,95	252 388,90	0,00	0,00	9 463,73	242 925,17	242 925,17	214 953,68	214 953,68	0,00	0,00	3 373,95	211 579,73	214 953,68	27 971,49	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Outras Despesas Correntes	15 434,69	177 830,17	0,00	0,00	28 427,38	149 402,79	149 402,79	149 265,85	136 074,98	6 945,47	6 945,47	15 434,69	113 694,82	129 129,51	136,94	20 136,34	11 000,00		
Despesa corrente		73 948,46	11 147 723,48	- 1 800,00	1 800,00	1 236 109,27	9 911 614,21	9 899 597,11	9 115 382,60	10 050 381,97	1 004 840,88	1 004 840,88	73 698,46	8 971 842,63	9 045 541,09	784 214,51	69 841,51	3 042 014,72	1 049 990,33	483 742,64
D6	Aquisição de bens de capital	30 250,64	1 389 791,71	0,00	0,00	527 171,62	862 620,09	774 982,59	716 882,05	770 597,65	85 805,46	85 805,46	30 250,64	654 541,55	684 792,19	58 100,54	32 089,86	190 212,63	492,00	0,00
Despesa de capital		30 250,64	1 389 791,71	0,00	0,00	527 171,62	862 620,09	774 982,59	716 882,05	770 597,65	85 805,46	85 805,46	30 250,64	654 541,55	684 792,19	58 100,54	32 089,86	190 212,63	492,00	0,00
Total		104 199,10	12 537 515,19	- 1 800,00	1 800,00	1 763 280,89	10 774 234,30	10 674 579,70	9 832 264,65	10 820 979,62	1 090 646,34	1 090 646,34	103 949,10	9 626 384,18	9 730 333,28	842 315,05	101 931,37	3 232 227,35	1 050 482,33	483 742,64

D) Demonstração da execução do Plano Plurianual de Investimento

Objetivo	Número do Projeto	Designação do Projeto	Forma de Realização	Rubrica Orçamental	Fonte de Financiamento			Datas		Fase de Execução	Montante previsto				Montante executado			Nível de execução financeira anual %	Nível de execução financeira global %	
					RP	UE	ND	Início	Fim		Ano de 2025	Períodos Futuros			Total	Anos anteriores	Ano de 2025			Total
												Ano de 2026	Ano de 2027	Anos seguintes						
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]	[12]	[13]	[14]	[15]	[16] = [12] + ... + [15]	[17]	[18]	[19] = [17] / [18]	[20] = [18] / ([12] x 100)	[21] = ([19] / ([16] + [17])) x 100
2.1.5	01010309	Seguros																		
2.1.5	01010309	I06321 + ADCC02224: Aquisição de serviços de seguros, por lotes	0	D1.3	29 726,22	0,00	0,00	2025	2026	4	10 794,25	18 931,97	0,00	0,00	29 726,22	0,00	10 794,25	10 794,25	100,00%	36,31%
2.1.5	020101	Matérias-primas e subsidiárias																		
2.1.5	020101	I02854: Aquisição de saco para baguetes	0	D2	3 837,60	0,00	0,00	2025	2026	4	1 423,12	2 414,48	0,00	0,00	3 837,60	0,00	1 423,12	1 423,12	100,00%	37,08%
2.1.5	020101	I03239: Aquisição de material descartável/reutilizável, por lotes	0	D2	58 798,67	0,00	0,00	2025	2026	3	14 623,33	44 175,34	0,00	0,00	58 798,67	0,00	14 623,33	14 623,33	100,00%	24,87%
2.1.5	020102	Combustíveis e lubrificantes																		
2.1.5	02010200.00	I01822: Fornecimento de gás natural	0	D2	430 500,00	-	-	2025	2027	3	18 344,43	250 718,07	161 437,50	0,00	430 500,00	-	18 344,43	18 344,43	100,00%	4,26%
2.1.5	02010200.00	I04254: Combustíveis Rodoviários	0	D2	11 357,82	-	-	2025	2026	2	0,00	11 357,82	0,00	0,00	11 357,82	-	0,00	0,00	0,00%	0,00%
2.1.5	020104	Limpeza e higiene																		
2.1.5	02010400.00	I00054+I01632: Aquisição de papel higiénico, toalhas de mão, guardanapos e sacos para baguetes por lotes	0	D2	97 418,95	0,00	0,00	2024	2026	3	17 416,21	62 849,94	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1.5	02010400.00	I02776: Aquisição de material de limpeza	0	D2	25 865,58	0,00	0,00	2025	2026	3	6 008,46	19 857,12	-	0,00	25 865,58	-	6 008,46	6 008,46	100,00%	23,23%
2.1.5	020106	Alimentação - Géneros para confeccionar																		
2.1.5	02010600.00	I05428: Aquisição de molhos e especiarias, por lotes	0	D2	16 647,48	0,00	0,00	2026	2026	2	-	16 647,48	-	0,00	16 647,48	-	-	0,00	0,00%	0,00%
2.1.5	02010600.00	I05431: Aquisição de conservas e hortícolas transformados, por lotes	0	D2	49 257,34	0,00	0,00	2026	2026	2	-	49 257,34	-	0,00	49 257,34	-	-	0,00	0,00%	0,00%

2.1.5	02010600.00	I04930: Aquisição de produtos ultracongelados, por lotes	0	D2	28 042,54	0,00	0,00	2026	2026	2	-	28 042,54	-	0,00	28 042,54	-	0,00	0,00%	0,00%	
2.1.5	02010600.00	I04013: Aquisição de mercearia diversa, por lotes	0	D2	22 235,30	0,00	0,00	2025	2026	3	3 289,18	18 946,12	-	0,00	22 235,30	-	3 289,18	3 289,18	100,00%	14,79%
2.1.5	02010600.00	I03809: Aquisição de padaria e pasteleria congelada, por lotes	0	D2	785,23	0,00	0,00	2025	2026	3	141,35	643,88	-	0,00	785,23	-	141,35	141,35	100,00%	18,00%
2.1.5	02010600.00	I00436: Aquisição de gorduras, por lotes	0	D2	42 071,35	0,00	0,00	2025	jan/26	5	27 982,94	14 088,41	-	0,00	42 071,35	-	27 982,94	27 982,94	100,00%	66,51%
2.1.5	02010600.00	I02878: Aquisição de produtos hortícolas frescos, por lotes	0	D2	49 016,20	0,00	0,00	2025	mar/26	4	24 552,48	24 463,72	-	0,00	49 016,20	-	24 552,48	24 552,48	100,00%	50,09%
2.1.5	02010600.00	I03046: Aquisição de batatas	0	D2	25 820,59	0,00	0,00	2025	abr/26	4	7 907,25	17 913,34	-	0,00	25 820,59	-	7 907,25	7 907,25	100,00%	30,62%
2.1.5	02010600.00	I02875: Aquisição de carnes de aves, por lotes	0	D2	119 782,70	0,00	0,00	2025	mai/26	4	38 334,74	81 447,96	-	0,00	119 782,70	-	38 334,74	38 334,74	100,00%	32,00%
2.1.5	02010600.00	I02876: Aquisição de carne de bovino, por lotes	0	D2	96 801,69	0,00	0,00	2025	mai/26	4	38 553,82	58 247,87	-	0,00	96 801,69	-	38 553,82	38 553,82	100,00%	39,83%
2.1.5	02010600.00	I02891: Aquisição de carne de suíno e carnes diversas, por lotes	0	D2	72 198,46	0,00	0,00	2025	mai/26	4	21 131,28	51 067,18	-	0,00	72 198,46	-	21 131,28	21 131,28	100,00%	29,27%
2.1.5	02010600.00	I02964: Aquisição de ovos e derivados, por lotes	0	D2	20 817,64	0,00	0,00	2025	mai/26	4	7 503,48	13 314,16	-	0,00	20 817,64	-	7 503,48	7 503,48	100,00%	36,04%
2.1.5	02010600.00	I03043: Aquisição de laticínios, por lotes	0	D2	3 835,25	0,00	0,00	2025	jun/26	4	1 309,06	2 526,19	-	0,00	3 835,25	-	1 309,06	1 309,06	100,00%	34,13%
2.1.5	02010600.00	I05965+I02320: Aquisição de peixe congelado	0	D2	74 983,75	0,00	0,00	2025	2026	4	24 607,04	50 376,71	-	0,00	74 983,75	-	24 607,04	24 607,04	100,00%	32,82%
2.1.5	02010600.00	I05476: Aquisição de padaria e pasteleria fresca	0	D2	439,86	0,00	0,00	2025	2026	2	1,72	438,14	-	0,00	439,86	-	1,72	1,72	100,00%	0,39%
2.1.5	020107	Vestuário e artigos pessoais																		
2.1.5	020107	I03207: Aquisição de fardamento para os SASUM	0	D2	19 381,71	0,00	0,00	2025	2026	6	15 185,05	4 196,66	-	0,00	19 381,71	-	15 185,05	15 185,05	100,00%	78,35%
2.1.5	020108C0.00	Material de escritório - Outros																		
2.1.5	020108C0.00	I06285: Fornecimento de material de escritório diverso	0	D2	651,90	0,00	0,00	2025	2026	2	-	651,90	-	0,00	651,90	-	-	0,00	0,00%	0,00%
2.1.5	020116	Mercadorias para venda																		
2.1.5	02011600.00	I00054: Aquisição de papel higiénico, toalhas de mão, guardanapos e sacos para baguetes por lotes	0	D2	330,62	0,00	0,00	2024	2026	2	0,00	206,63	0,00	0,00	206,63	123,99	0,00	123,99	0,00%	0,00%
2.1.5	02011600.00	I01353: Aquisição de gelados	0	D2	29 364,70	0,00	0,00	2025	fev/26	6	25 905,16	3 459,54	-	0,00	29 364,70	-	25 905,16	25 905,16	100,00%	88,22%

2.1.5	02011600.00	I01886: Aquisição de águas, por lotes	0	D2	22 205,62	0,00	0,00	2025	jan/26	5	13 438,07	8 767,55	-	0,00	-	-	13 438,07	13 438,07	100,00%	60,52%
2.1.5	02011600.00	I02880: Aquisição de frutas e frutos secos, por lotes	0	D2	46 803,49	0,00	0,00	2025	mar/26	4	23 109,17	23 694,32	-	0,00	-	-	23 109,17	23 109,17	100,00%	49,37%
2.1.5	02011600.00	I02949: Aquisição de vinhos, cervejas e bebidas brancas, por lotes	0	D2	18 607,07	0,00	0,00	2025	abr/26	5	9 804,64	8 802,43	0,00	0,00	-	-	9 804,64	9 804,64	100,00%	52,69%
2.1.5	02011600.00	I02964: Aquisição de ovos e derivados, por lotes	0	D2	339,48	0,00	0,00	2025	mai/26	4	117,04	222,44	0,00	0,00	-	-	117,04	117,04	100,00%	34,48%
2.1.5	02011600.00	I03043: Aquisição de lacticínios, por lotes	0	D2	57 436,79	0,00	0,00	2025	jun/26	4	17 098,89	40 337,90	0,00	0,00	-	-	17 098,89	17 098,89	100,00%	29,77%
2.1.5	02011600.00	I03173: Aquisição de refrigerantes e sumos de fruta, por lotes	0	D2	71 833,84	0,00	0,00	2025	set/26	4	21 523,27	50 310,57	-	0,00	71 833,84	0,00	21 523,27	21 523,27	100,00%	29,96%
2.1.5	02011600.00	I05476: Aquisição de padaria e pasteleria fresca	0	D2	63 240,92	0,00	0,00	2025	2026	4	27 502,32	35 738,60	-	0,00	63 240,92	-	27 502,32	27 502,32	100,00%	43,49%
2.1.5	02011600.00	I03809: Aquisição de padaria e pasteleria congelada, por lotes	0	D2	93 725,67	0,00	0,00	2025	2026	3	16 286,16	77 439,51	-	0,00	93 725,67	-	16 286,16	16 286,16	100,00%	17,38%
2.1.5	02011600.00	I04930: Aquisição de produtos ultracongelados, por lotes	0	D2	20 211,36	0,00	0,00	2026	2026	2	-	20 211,36	-	0,00	20 211,36	-	-	0,00	0,00%	0,00%
2.1.5	02011600.00	I05431: Aquisição de conservas e hortícolas transformados, por lotes	0	D2	2 175,50	0,00	0,00	2025	2026	2	-	2 175,50	-	0,00	2 175,50	-	0,00	0,00	0,00%	0,00%
2.1.5	02011600.00	I04931: Aquisição de conservas à base de peixe, por lotes	0	D2	26 408,84	0,00	0,00	2025	2026	3	2 679,79	23 729,05	0,00	0,00	26 408,84	-	2 679,79	2 679,79	100,00%	10,15%
2.1.5	02011600.00	I01130: Aquisição de café, chás e produtos afins, por lotes	0	D2	162 177,28	0,00	0,00	2025	2027	3	18 341,97	99 676,41	44 158,90	0,00	162 177,28	-	18 341,97	18 341,97	100,00%	11,31%
2.1.5	02011700.00	Ferramentas e utensílios																		
2.1.5	02011700.00	I02776: Aquisição de material de limpeza, por lotes	0	D2	447,16	0,00	0,00	2025	2026	4	139,78	307,38		0,00	447,16	-	139,78	139,78	100,00%	31,26%
2.1.5	02011700.00	I06465: Aquisição de material elétrico diverso	0	D2	1 572,99	0,00	0,00	2025	2026	2	0,00	1 572,99		0,00	1 572,99	-	0,00	0,00	0,00%	0,00%
2.1.5	020201B0.00	Encargos das instalações - outros																		
2.1.5	020201B0.00	CPIUSG: Fornecimento de eletricidade	0	D2	1 204 310,94	0,00	0,00	2024	mai/27	4	309 515,57	613 217,73	167 265,41	0,00	1 089 998,71	114 312,23	309 515,57	423 827,80	100,00%	35,19%
2.1.5	020201B0.00	I06564: Fornecimento de água (Agere e Vimáguia)	0	D2	161 000,00	0,00	0,00	2025	2026	2	0,00	161 000,00	0,00	0,00	161 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
2.1.5	02020200.00	Limpeza e higiene																		
2.1.5	02020200.00	CPI 001/2024: Aquisição de serviços de limpeza	0	D2	492 000,00	0,00	0,00	2025	2026	4	171 928,69	320 071,31	-	0,00	492 000,00	-	171 928,69	171 928,69	100,00%	34,94%

2.1.5	02020300.00	Conservação de bens																		
2.1.5	02020300.00	I00007: Aquisição de serviços de manutenção a meios de combate incêndios	0	D2	16 702,23	0,00	0,00	2025	2028	4	5 187,30	3 627,77	5 567,41	2 319,75	16 702,23	-	5 187,30	5 187,30	100,00%	31,06%
2.1.5	02020300.00	I00011: Serviços de manutenção preventiva e curativa de equipamentos hoteleiros e afins	0	D2	71 020,20	0,00	0,00	2025	2027	4	22 997,07	39 145,60	8 877,53	0,00	71 020,20	-	22 997,07	22 997,07	100,00%	32,38%
2.1.5	02020300.00	I00050: Aquisição de serviço de manutenção e assistência técnica para o Sistema Integrado de Monitorização contínua de instalações e Equipamentos de frio (VIGIE)	0	D2	22 426,58	0,00	0,00	2025	2027	4	7 113,90	7 469,60	7 843,08	0,00	22 426,58	-	7 113,90	7 113,90	100,00%	31,72%
2.1.5	02020300.00	I01033: Aquisição de serviços de manutenção de sistemas automáticos de deteção de incêndio-almes	0	D2	28 376,10	0,00	0,00	2024	2026	4	8 290,11	20 085,99	-	0,00	28 376,10	-	8 290,11	8 290,11	100,00%	29,22%
2.1.5	02020300.00	I02853: Aquisição de serviços de manutenção preventiva e curativa de equipamentos de AVAC	0	D2	43 951,04	0,00	0,00	2023	set/26	4	15 227,85	28 723,19	-	0,00	43 951,04	-	15 227,85	15 227,85	100,00%	34,65%
2.1.5	02020300.00	I01134: Fornecimento de serviços de reparação e manutenção de equipamento médico	0	D2	5 535,00	0,00	0,00	2023	jun/26	4	1 845,00	922,50	0,00	0,00	2 767,50	2 767,50	1 845,00	4 612,50	100,00%	83,33%
2.1.5	02020300.00	I05549: Aquisição de serviços de serralharia, nas instalações dos SASUM	0	D2	18 552,09	0,00	0,00	2025	2026	2	0,00	18 552,09	-	0,00	18 552,09	-	0,00	0,00	0,00%	0,00%
2.1.5	02020300.00	I04638: Serviços de reestruturação do gabinete de apoio à cantina de Azurém - Guimarães	0	D2	29 896,69	0,00	0,00	2025	2026	2	0,00	29 896,69	-	0,00	29 896,69	-	0,00	0,00	0,00%	0,00%
2.1.5	02020300.00	I01490: Aquisição de serviços de manutenção e conservação de equipamentos de queima (gás natural)	0	D2	55 128,60	0,00	0,00	2025	2028	2	0,00	29 095,65	18 376,20	7 656,75	55 128,60	-	0,00	0,00	0,00%	0,00%
2.1.5	02020300.00	I03713: Fornecimento de serviços de manutenção e conservação de sistema de aquecimento de águas sanitárias através do sistema solar	0	D2	33 948,00	0,00	0,00	2024	jul/27	3	6 689,62	21 812,03	-	0,00	28 501,65	5 446,35	6 689,62	12 135,97	100,00%	35,75%
2.1.5	02020300.00	I06282: Serviço de manutenção preventiva do sistema automático de deteção de intrusão, ligação à central de receção de alarmes da Prosegur (CS24) do	0	D2	754,41	0,00	0,00	2025	2026	2	0,00	754,41	-	0,00	754,41	-	0,00	0,00	0,00%	0,00%

		sistema de deteção de intrusão, para o ano de 2026																			
2.1.5	020209B0.00	Comunicações fixas de dados																			
2.1.5	020209B0.00	I03669: Serviço de comunicações móveis	0	D2	398,52	0,00	0,00	2024	2026	4	132,84	143,91	-	0,00	276,75	95,57	132,84	228,41	100,00%	61,35%	
2.1.5	020209D0.00	Comunicações Móveis																			
2.1.5	020209B0.00	I03669: Serviço de comunicações móveis	0	D2	5 357,88	0,00	0,00	2024	2026	4	1 785,96	1 934,79	-	0,00	3 720,75	1 622,25	1 785,96	3 408,21	100,00%	63,79%	
2.1.5	020209F0.00	Outros Serviços de Comunicações																			
2.1.5	020209F0.00	I06387 + I02882: Despesas de envio do correio externo	0	D2	400,00	0,00	0,00	2025	2026	5	298,51	173,38	-	0,00	471,89	-	298,51	298,51	100,00%	63,26%	
2.1.5	020212B0.00	Seguros - Outras																			
2.1.5	020212B0.00	I06321: Aquisição de serviços de seguros, por lotes	0	D2	8 053,84	0,00		2025	2026	2		8 053,84	-	0,00	8 053,84	-	-	0,00	0,00%	0,00%	
2.1.5	02021300.00	Deslocações e estadas																			
2.1.5	02021300.00	I02796: Serviço de portagens, das viaturas dos SASUM, para o ano de 2025	0	D2	3 252,32	0,00		2025	2026	6	3 023,25	229,07	-	0,00	3 252,32	-	3 023,25	3 023,25	100,00%	92,96%	
2.1.5	020214B0.00	Serviços de Natureza Jurídica																			
2.1.5	020214B0.00	I02308: Prestação de serviços de assessoria e consultoria, na área da contratação pública	0	D2	24 058,80	0,00		2025	2026	3	5 325,90	18 732,90	-	0,00	24 058,80	-	5 325,90	5 325,90	100,00%	22,14%	
2.1.5	020214B0.00	I05664: Aquisição de serviços de representação jurídica em contencioso "Prevpap"	0	D2	23 985,00	0,00		2025	2028	2	0,00	9 327,50	7 995,00	6 662,50	23 985,00	-	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
2.1.5	020214C0.00	Serviços de Natureza Económica e Financeira																			
2.1.5	020214C0.00	I00612: Aquisição de serviços para a elaboração do projeto para reabilitação da residência de Azurém de estudantes dos SASUM	0	D2	81 795,00	0,00		2025	2026	3	16 359,00	65 436,00	0,00	0,00	81 795,00	-	16 359,00	16 359,00	100,00%	20,00%	
2.1.5	020215B0.00	Formação - Outras																			
2.1.5	020215B0.00	I01134: Fornecimento de serviços de reparação e manutenção de equipamento médico	0	D2	1 500,00	0,00		2023	2026	4	600,00	0,00	0,00	0,00	600,00	900,00	600,00	1 500,00	100,00%	100,00%	

2.1.5	020217A0.00	Publicidade obrigatória																		
2.1.5	020217A0.00	I06650: Public.Propag.-De concur.de aquisição bens serviços em DRE, para o ano de 2026	0	D2	3 690,00	0,00	0,00	2025	2026	2	0,00	3 690,00	-	-	3 690,00	-	0,00	0,00	0,00%	0,00%
2.1.5	020218	Vigilância e segurança																		
2.1.5	020218	I00989: Aquisição de serviços de segurança humana e vigilância+OBR por paqar de 2025	0	D2	1 328 400,00	0,00	0,00	2025	2028	2	0,00	329 012,58	533 243,62	466 143,80	1 328 400,00	-	0,00	0,00	0,00%	0,00%
2.1.5	020219B0.00	Assistência técnica																		
2.1.5	020219B0.00	I01971: Serviços de manutenção e assistência técnica do software PT-CERT e NET-BO	0	D2	18 438,93	0,00	0,00	2025	2027	4	6 146,31	6 146,31	6 146,31	0,00	18 438,93	-	6 146,31	6 146,31	100,00%	33,33%
2.1.5	020219B0.00	I05124: Contrato de manutenção anual (3 anos)ao Software de assiduidade IDONTIME, dos SRH	0	D2	1 676,18	0,00	0,00	2025	2027	4	558,73	558,73	558,72	0,00	1 676,18	-	558,73	558,73	100,00%	33,33%
2.1.5	020220A0.B0	Contratos de Impressão																		
2.1.5	020220A0.B0	I00199+I03995: Konica Minolta - serviço de impressão	0	D2	4 237,35	0,00	0,00	2024	mar/26	3	129,95	1 753,01	-	0,00	1 882,96	2 354,39	129,95	2 484,34	100,00%	58,63%
2.1.5	020220E0.00	Outros																		
2.1.5	020220E0.00	I00361: Serviço Controlo de Pragas	0	D2	36 272,26	0,00	0,00	2023	mai/26	4	11 083,27	7 052,85	-	0,00	18 136,12	18 136,14	11 083,27	29 219,41	100,00%	80,56%
2.1.5	020220E0.00	I00879: Serviços de um técnico responsável pela exploração de instalações elétricas	0	D2	11 300,00	0,00	0,00	2024	2026	4	5 700,00	3 800,00	-	0,00	9 500,00	1 800,00	5 700,00	7 500,00	100,00%	66,37%
2.1.5	020220E0.00	I01789: Aquisição serviços de lavandaria	0	D2	109 593,00	0,00	0,00	2024	2027	3	11 199,20	70 127,32	18 265,50	0,00	99 592,02	10 000,98	11 199,20	21 200,18	100,00%	19,34%
2.1.5	020220E0.00	I01278: Aquisição de serviços de certificação	0	D2	20 718,69	0,00	0,00	2025	2027	5	10 842,23	4 938,23	4 938,23	0,00	20 718,69		10 842,23	10 842,23	100,00%	52,33%
2.1.5	020220E0.00	I02587: Aquisições serviços desportivos na área de musculação, fitness e natação	0	D2	151 608,57	0,00	0,00	2025	2027	3	12 635,30	88 173,04	50 800,23	0,00	151 608,57	-	12 635,30	12 635,30	100,00%	8,33%
2.1.5	020220E0.00	I03096: Aquisição de serviços de auditoria externa (ROC)	0	D2	19 188,00	0,00	0,00	2024	jun/26	5	11 512,80	5 756,40	0,00	0,00	17 269,20	1 918,80	11 512,80	13 431,60	100,00%	70,00%
2.1.5	020220E0.00	I06544: Fornecimento de serviços de informação para negócios - consulta de ligações empresarias de forma a dar cumprimento ao	0	D2	2 712,15	0,00	0,00	2026	2028	2	0,00	904,05	904,05	904,05	2 712,15	-	0,00	0,00	0,00%	0,00%

		estabelecido no n.º 6 do artigo 113.º do CCP																			
2.1.5	020222H0.00	Serviços de saúde																			
2.1.5	020222H0.00	I02529: Fornecimento de um serviço integrado de medicina e segurança do trabalho	0	D2	55 818,60	0,00	0,00	2024	2027	4	18 850,80	20 591,37	13 528,95	0,00	52 971,12	2 847,48	18 850,80	21 698,28	100,00%	38,87%	
2.1.5	020225B0.00	Outros serviços																			
2.1.5	020225B0.00	I00916: Aquisição de serviços de utilização de plataforma eletrónica de compras públicas	0	D2	251,07	0,00	0,00	2025	2028	3	27,90	83,69	83,69	55,79	251,07	-	27,90	27,90	100,00%	11,11%	
2.1.5	06020300.00	Outras Despesas correntes - Outras																			
2.1.5	06020300.00	I06763 + I06766: Comissões Unicre e CGD	0	D5	11 000,00	0,00	0,00	2025	2026	2	0,00	11 000,00		0,00	11 000,00	-	-	0,00	0,00%	0,00%	
2.1.5	070103B0.B0	Edifícios																			
2.1.5	070103B0.B0	I03516: Empreitada de recuperação da cobertura do pavilhão desportivo do campus de Gualtar	0	D6	231 814,77	0,00	0,00	2025	2026	6	203 745,23	28 069,54	0,00	0,00	231 814,77	-	203 745,23	203 745,23	100,00%	87,89%	
2.1.5	070103B0.B0	I02655: Reparação, afaga-mento e pintura do piso desportivo do Complexo Desportivo de Gualtar e do Complexo Desportivo de Azurém	0	D6	123 977,36	0,00	0,00	2025	2026	2	0,00	123 977,36	0,00	0,00	123 977,36	-	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
2.1.5	070108B0.B0	Software informático																			
2.1.5	070108B0.B0	I01971: Serviços de manutenção e assistência técnica do software PT-CERT e NET-B0	0	D6	12 681,30	0,00	0,00	2025	2027	6	10 467,30	1 722,00	492,00	0,00	12 681,30	-	10 467,30	10 467,30	100,00%	82,54%	
2.1.5	070110B0.B0	Equipamento básico																			
2.1.5	070110B0.B0	I03669: Serviço de comunicações móveis	0	D6	1 783,50	0,00	0,00	2024	2026	2	0,00	1 783,50		0,00	1 783,50	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
2.1.5	070110B0.B0	I02776: Aquisição de material de limpeza	0	D6	4 108,20	0,00	0,00	2025	2026	6	4 108,20	0,00		0,00	4 108,20	-	4 108,20	4 108,20	100,00%	100,00%	
2.1.5	070110B0.B0	I04653: Aquisição de mobiliário de cozinha bloco D	0	D6	10 916,99	0,00	0,00	2025	2026	2	-	10 916,99		0,00	10 916,99	-	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
2.1.5	070110B0.B0	I04906: Climatização DDC	0	D6	42 521,10	0,00	0,00	2025	2026	2	-	42 521,10	-	0,00	42 521,10	-	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
		Total			6 452 266,42	0,00	0,00				1 338 383,24	3 400 210,54	1 050 482,33	483 742,64	6 272 818,75	179 478,48	1 338 383,24	1 517 861,72	100%	24%	

Nota 2.1.5: (1) Funções Sociais - Serviços auxiliares de Ensino, nos termos do Decreto-Lei n.º 171/94, de 24 junho.

E) ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

1. Alterações orçamentais da receita

Rubricas	Tipo	Receita					Observações
		Previsões iniciais	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas	
			Inscrições/reforços	Diminuições/ anulações	Créditos especiais		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7) = (3)+(4)-(5)+(6)	(8)
R4 - Rendimentos de propriedade	M	0,00	1 500,00	0,00	0,00	1 500,00	
R5 - Transferências e subsídios correntes	M	4 041 329,00	725 389,00	44 835,00	490 433,19	5 212 316,19	
R5.1 - Transferências correntes	M	4 041 329,00	725 389,00	44 835,00	490 433,19	5 212 316,19	
R5.1.1 - Administrações Públicas	M	3 991 329,00	725 389,00	44 835,00	490 433,19	5 162 316,19	
R5.1.1.1 - Administração Central - Estado Português	M	3 991 329,00	667 966,00	0,00	0,00	4 659 295,00	
R5.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	M	0,00	57 423,00	44 835,00	490 433,19	503 021,19	
R5.1.1.3 - Segurança Social	M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.2 - Exterior - UE	M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R5.1.3 - Outras	P	50 000,00	0,00	0,00	0,00	50 000,00	
R6 - Venda de bens e serviços	P	6 037 767,00	196 389,00	304 668,00	0,00	5 929 488,00	
R7 - Outras Receitas Correntes	M	20,00	2 231,00	0,00	0,00	2 251,00	
R8 - Venda de bens de investimento	M	0,00	2 310,00	0,00	0,00	2 310,00	
R9 - Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1 - Transferências de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R9.1.2 - Exterior - UE	M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
R10 - Outras receitas de capital	M	0,00	86 850,00	0,00	0,00	86 850,00	
R11 - Reposições não abatidas aos pagamentos	M	0,00	2 800,00	0,00	0,00	2 800,00	
R14 - Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	M	0,00	43 960,00	43 960,00	2 355 845,58	2 355 845,58	
R17 - Receitas extraorçamentais	P	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total		10 079 116,00	1 061 429,00	393 463,00	2 846 278,77	13 593 360,77	

2. Alterações orçamentais da despesa

Rubricas	Tipo	Despesa					Observações
		Dotações iniciais	Alterações orçamentais			Dotações corrigidas	
			Inscrições/ reforços	Diminuições/ anulacões	Créditos especiais		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7) = (3)+(4)-(5)+(6)	(8)
D1 - Despesas com o pessoal		5 332 283,00	595 064,38	504 609,53	0,00	5 422 737,85	
D1.1 - Remunerações certas e permanentes	M	4 332 979,00	543 823,40	419 841,62	0,00	4 456 960,78	
D1.2 - Abonos variáveis ou eventuais	P	76 940,00	2 456,00	22 249,00	0,00	57 147,00	
D1.3 - Segurança social	P	922 364,00	48 784,98	62 518,91	0,00	908 630,07	
D2 - Aquisição de bens e serviços	M	3 788 253,00	1 658 550,70	1 633 307,30	1 290 433,19	5 103 929,59	
D3 - Juros e outros encargos	M	160,00	3 585,00	0,00	0,00	3 745,00	
D4 - Transferências e subsídios correntes	M	297 200,00	251 668,00	149 387,13	40 000,00	439 480,87	
D4.1 - Transferências correntes	M	297 200,00	251 668,00	149 387,13	40 000,00	439 480,87	
D4.1.1 - Administrações Públicas	M	0,00	2 225,00	134,00	0,00	2 091,00	
D4.1.1.2 - Administração Central - Outras entidades	M	0,00	2 225,00	134,00	0,00	2 091,00	
D4.1.2 - Entidades do setor não lucrativo	M	100 000,00	128 148,00	73 147,03	30 000,00	185 000,97	
D4.1.3 - Famílias	M	197 200,00	121 295,00	76 106,10	10 000,00	252 388,90	
D5 - Outras Despesas Correntes	M	132 000,00	71 743,00	135 912,83	110 000,00	177 830,17	
D6 - Aquisição de bens de capital	M	529 220,00	765 593,00	255 021,29	350 000,00	1 389 791,71	
D12 - Despesas extraorçamentais	P	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total		10 079 116,00	3 346 204,08	2 678 238,08	1 790 433,19	12 537 515,19	

3. Alterações ao Plano Plurianual de Investimentos

Objetivo	Número do Projeto	Designação do Projeto	Datas		Pagamentos					Modificação (+/-)
					Ano de 2025		Períodos seguintes			
			Início	Fim	Dotação Atual	Dotação corrigida	Ano de 2026	Ano de 2027	Outros	
[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]	[11]=[7]-[6]
2.1.5	D1.3	Gastos com pessoal - Seguros	2025	2026	4 200,00	11 869,00	18 931,97	0,00	0,00	7 669,00
2.1.5	D2	Aquisição de bens e Serviços	2025	2026	3 788 253,00	5 103 929,59	3 161 288,08	1 049 990,33	483 742,64	1 315 676,59
2.1.5	D3	Juros e outros encargos	2025	2027	160,00	3 745,00	0,00	0,00	0,00	3 585,00
2.1.5	D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	2024	2027	0,00	2 091,00	0,00	0,00	0,00	2 091,00
2.1.5	D4.1.2	Entidades do sector não lucrativo	2025	2028	100 000,00	185 000,97	0,00	0,00	0,00	85 000,97
2.1.5	D4.1.3	Famílias	2024	2026	197 200,00	252 388,90	0,00	0,00	0,00	55 188,90
2.1.5	D5	Outras despesas correntes	2025	2026	132 000,00	177 830,17	11 000,00	0,00	0,00	45 830,17
2.1.5	D6	Aquisição de bens de capitais	2025	2026	529 220,00	1 389 791,71	208 990,49	492,00	0,00	860 571,71
Total					4 751 033,00	7 126 646,34	3 400 210,54	1 050 482,33	483 742,64	2 375 613,34

4. Operações de tesouraria

Código das contas	Designação	Saldo inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo final
		(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)-(3)
07.1.1/ 07.2.1	Recebimentos/ pagamentos por operações de tesouraria	676,90	70 841,44	70 210,84	1 307,50
07.1.3/ 07.2.3	Constituição e reforço/ devolução de cauções e garantias	3 643,34	0,00	0,00	3 643,34
07.1.9/ 07.2.9	Outras receitas/ despesas de operações tesouraria	5 125,16	139 321,06	138 544,83	5 901,39
Total		9 445,40	210 162,50	208 755,67	10 852,23

5. Contratação Administrativa

5.1. Situação dos contratos

N.º de entidades	Valor do contrato sem IVA	Pagamentos			Observações
		Total acumulado até 2024	Em 2025		
			Pagamentos em 2025	Total acumulado em 2025	
244	8 260 046,57	1 530 757,29	4 300 101,87	5 830 859,16	De realçar que alguns contratos foram executados abaixo do preço contratual.

Tendo em consideração o elevado n.º de contratos em vigor, que dificulta a sua reprodução no presente documento, o mapa integral será disponibilizado para consulta na página dos SASUM através do link <http://www.sas.uminho.pt/>.

5.2. Adjudicações por tipo de procedimento

Tipo de contrato	Adjudicações por tipo de procedimento																			
	Concurso público		Concurso público urgente		Consulta Prévia (Acordo-Quadro)		Ajuste direto regime normal		Ajuste direto regime simplificado		Contratação in house		Anexo IX do CCP		Excluído da parte II do CCP		Excluído do âmbito de aplicação		Total	
	N.º de contratos	Valor	N.º de contratos	Valor	N.º de contratos	Valor	N.º de contratos	Valor	N.º de contratos	Valor	N.º de contratos	Valor	N.º de contratos	Valor	N.º de contratos	Valor	N.º de contratos	Valor	N.º de contratos	Valor
Empreitada de obras públicas	3	289 262,90	-	-	1	25 760,25	-	-	7	22 252,06	-	-	-	-	-	-	-	-	11	337 275,21
Aquisição de bens	152	2 310 587,22	1	54 378,70	13	147 860,62	5	43 920,12	133	73 110,12	2	292,28	-	-	-	-	-	-	306	2 630 149,06
Aquisição de serviços - critérios materiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Aquisição de serviços	8	1 780 154,05	3	26 970,92	5	96 534,97	9	134 616,52	70	51 927,71	2	239,52 ⁹	67	313 218,19	27	369 377,48	4	12 345,53	195	2 794 384,89
Não aplicável	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Outro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	39 630,12	6	101 990,64	16	141 620,76
Total	163	4 380 004,17	4	81 349,62	19	270 155,84	14	178 536,64	210	147 289,89	4	9 531,80	67	313 218,19	37	409 007,60	10	114 336,17	528	5 903 429,92

6. Transferências e subsídios

6.1. Transferências e subsídios concedidos

Tipo de despesa	Disposições legais	Finalidade	Entidade beneficiária	Despesas orçamentadas	Despesas autorizadas	Despesas pagas	Despesas autorizadas e não pagas	Devolução de transferências/subsídios ocorrida no exercício	Observações
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7) = (5) - (6)	(8)	(9)
Transferências corrente									
Instituições sem fins lucrativos	indicado nas notas e respetivas atualizações	Apoio às atividades desportivas	AAUMinho - Associação Académica da Universidade do Minho	140 000,97	105 000,00	105 000,00	0,00	-	-
Instituições sem fins lucrativos	indicado nas notas e respetivas atualizações	Apoio Cultural	Afonsina - Tuna de Engenharia da Universidade do Minho	3 942,31	3 942,31	3 942,31	0,00	-	-
Instituições sem fins lucrativos	indicado nas notas e respetivas atualizações	Apoio Cultural	Gatuna - Tuna Feminina Universitária do Minho	3 226,98	3 226,98	3 226,98	0,00	-	-
Instituições sem fins lucrativos	indicado nas notas e respetivas atualizações	Apoio Cultural	ARCUM - Associação Recreativa e Cultural Universitária do Minho	14 626,87	14 626,87	14 626,87	0,00	-	-
Instituições sem fins lucrativos	indicado nas notas e respetivas atualizações	Apoio Cultural	CAUM - Coro Académico da Universidade do Minho	3 468,54	3 468,54	3 468,54	0,00	-	-
Instituições sem fins lucrativos	indicado nas notas e respetivas atualizações	Apoio Cultural	Azeituna - Tuna de Ciências da Universidade do Minho	4 059,34	4 059,34	4 059,34	0,00	-	-
Instituições sem fins lucrativos	indicado nas notas e respetivas atualizações	Apoio Cultural	Jogralhos - Grupo de Jograis Universitários do Minho	848,21	848,21	848,21	0,00	-	-
Instituições sem fins lucrativos	indicado nas notas e respetivas atualizações	Apoio Cultural	Augustuna - Tuna Académica da Universidade do Minho	4 749,38	4 749,38	4 749,38	0,00	-	-
Instituições sem fins lucrativos	indicado nas notas e respetivas atualizações	Apoio Cultural	Tun'Óbebes - Tuna Feminina de Engenharia da Universidade do Minho	4 623,96	4 623,96	0,00	4 623,96	-	-
Instituições sem fins lucrativos	indicado nas notas e respetivas atualizações	Apoio Cultural	iPUM - Associação de Percussão Universitária do Minho	229,55	229,55	229,55	0,00	-	-
Instituições sem fins lucrativos	indicado nas notas e respetivas atualizações	Apoio Cultural	TMUM - Tuna de Medicina da Universidade do Minho	3 652,31	3 652,31	3 652,31	0,00	-	-
Instituições sem fins lucrativos	indicado nas notas e respetivas atualizações	Apoio Cultural	TLUM - Tuna de Letras da Universidade do Minho	1 572,55	1 572,55	1 572,55	0,00	-	-
Serviços e fundos autónomos	indicado nas notas e respetivas atualizações	Fundo de Apoio Social - Universidade do Minho	UMinho	2 091,00	2 091,00	2 091,00		-	-

Famílias - Outras	indicado nas notas e respetivas atualizações	Fundo de Apoio Social - Estudantes	Diversos	12 872,00	12 871,75	12 871,75	0,00	-	-
Famílias - Outras	indicado nas notas e respetivas atualizações	Colaboradores Estudantes	Diversos	195 612,90	181 883,92	181 883,92	0,00	-	-
Famílias - Outras	indicado nas notas e respetivas atualizações	Prémios de mérito desportivo	Diversos	12 125,00	12 125,00	12 125,00	0,00	-	-
Subsistema de proteção à família e políticas ativas de emprego e formação profissional	Portaria n.º 128/2009, de 30 de janeiro e respetivas atualizações	Contrato Emprego-Inserção - CEI/ CEI+	Diversos	31 779,00	8 073,01	8 073,01	0,00	-	-
Total transferências correntes				439 480,87	367 044,68	362 420,72	4 623,96	-	-
Total transferências de capital:				0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Total				439 480,87	367 044,68	362 420,72	4 623,96	-	-

Notas:

* Decreto-Lei n.º 129/1993, de 22 de abril, publicado no DR, 1.ª série - n.º 94, que estabelece os princípios da política de ação social no ensino superior.

* Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, publicado no DR, 1.ª série - n.º 174, que estabelece o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior.

* Despacho n.º 1642/2019, de 13 de fevereiro, publicado no DR, 2.ª série - n.º 31, que aprova os Estatutos dos SASUM.

6.2. Transferências e subsídios recebidos

Tipo de receita	Disposições legais	Finalidade	Entidade financiadora	Receita prevista	Receita recebida	Receita prevista e não recebida	Devolução de transferências/ subsídios ocorridos no exercício	Observações
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6) = (4)-(5)	(7)	(8)
Impostos indiretos diversos	Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro	Orçamento do Estado - Remunerações	Entidade Orçamental	3 991 329,00	3 991 329,00	0,00	0,00	
Impostos indiretos diversos	Financiamento complementar de alimentação	Funcionamento	Entidade Orçamental	306 282,00	306 282,00	0,00	0,00	Financiamento complementar ação social indireta no ensino superior - Artigo 192.º LOE-2025

Impostos indiretos diversos	Financiamento complementar do alojamento	Funcionamento	Entidade Orçamental	361 684,00	361 684,00	0,00	0,00	Financiamento complementar ação social indireta no ensino superior – Artigo 192.º LOE-2025
Impostos indiretos diversos	Transferência Alojamento Estudantil	Reforçar a oferta de alojamento para estudantes	Direção Geral do Ensino Superior	64 000,00	64 000,00	0,00	0,00	
Impostos indiretos diversos	Programa cheques nutricionista e psicólogo (Cheques-Psicólogo e Cheques-Nutricionista)	Promoção de hábitos alimentares saudáveis e da saúde mental aos estudantes	Direção Geral do Ensino Superior	94 430,00	94 430,00	0,00	0,00	
Impostos indiretos diversos	Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, alínea c) do n.º 1 do artigo 27.º	Bolsas de estudo	Lions Clube de Portugal	50 000,00	0,00	50 000,00	0,00	
Transferências correntes - Serviços e fundos autónomos	Indicado nas notas e respetivas atualizações	Fundo de Apoio Social - ano letivo 2024/2025	Universidade do Minho	12 588,00	12 587,72	0,28	0,00	
Transferências correntes - Serviços e fundos autónomos	Financiamento para compensação do impacto das medidas legislativas	Compensação das valorizações remuneratórias (2024)	Universidade do Minho	180 684,19	180 684,19	0,00	0,00	
Transferências correntes - Serviços e fundos autónomos	Financiamento complementar de alimentação	Funcionamento	Universidade do Minho	151 319,00	151 319,00	0,00	0,00	Financiamento complementar de refeições 2023/2024 – Artigo 129.º LOE-2024 (2.ª tranche)
Total transferências correntes:				5 212 316,19	5 162 315,91	50 000,28		
Total transferências de capital:				0,00	0,00	0,00		
Total:				5 212 316,19	5 162 315,91	50 000,28		

Notas:

* Decreto-Lei n.º 129/1993, de 22 de abril, publicado no DR, 1.ª série - n.º 94, que estabelece os princípios da política de ação social no ensino superior.

* Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, publicado no DR, 1.ª série - n.º 174, que estabelece o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior.

* Despacho n.º 1642/2019, de 13 de fevereiro, publicado no DR, 2.ª série - n.º 31, que aprova os Estatutos dos SASUM.

7. Outras divulgações

7.1. Encargos Contratuais

Considerando o elevado n.º de contratos em vigor nos SASUM, o que dificulta a sua reprodução no presente documento, para cumprimento das recomendações determinadas no modelo único de prestação de contas das entidades públicas da UNILEO, mais concretamente *“com a informação divulgada, a transparência da gestão pública aumentaria drasticamente, permitindo uma avaliação externa facilitada”*, o mapa relativo aos encargos contratuais será disponibilizado para consulta na página dos SASUM através do link <http://www.sas.uminho.pt/>

7.2. Dívidas por antiguidade de saldos

Descrição	Passivo	Dívida vencida		Intervalos de antiguidade da dívida vencida (em dias) [C]				Exceções	Pagamentos em atraso	Total dívida por natureza da despesa		
		Curto prazo	Mé- dio/Longo prazo	< 90	[90 - 180[[180 - 365[> 365 dias			Curto prazo	Mé- dio/Longo prazo	Soma
		[A]	[B]	[1]	[2]	[3]	[4]			[D]	[E]=[2]+[3]+[4]- [D]	[F]=[A]+[C]
Despesas Correntes	69 841,51	28 826,53	0,00	41 014,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	69 841,51	0,00	69 841,51
Despesas com Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remunerações Certas e Permanentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segurança Social das quais:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos com a Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADSE e outros da AP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros setores fora da AP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições de segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CGA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segurança Social: Regime Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Bens e Serviços	45 081,21	8 690,19	0,00	36 391,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45 081,21	0,00	45 081,21
Juros e outros encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	4 623,96	0,00	0,00	4 623,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 623,96	0,00	4 623,96
Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências correntes	4 623,96	0,00	0,00	4 623,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 623,96	0,00	4 623,96
Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	20 136,34	20 136,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20 136,34	0,00	20 136,34

Despesas de Capital	32 089,86	12 142,38	0,00	19 947,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32 089,86	0,00	32 089,86
Aquisição de Bens de Capital	32 089,86	12 142,38	0,00	19 947,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32 089,86	0,00	32 089,86
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reembolsos de passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	101 931,37	40 968,91	0,00	60 962,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	101 931,37	0,00	101 931,37

7.3. Indicadores Orçamentais

Para finalizar a análise do desempenho orçamental, no contexto da prossecução da missão dos SASUM e dos objetivos definidos para 2025, e com o intuito de prestar informação complementar que promova a boa compreensão dos resultados, apresentam-se alguns indicadores:

Indicadores	2025		2024		Variação (pp)
Orçamentais - Receita					
Receitas Totais (exclui saldo de gerência)/ Despesas Totais	$\frac{10\,747\,216,09}{9\,730\,333,28}$	110,45%	$\frac{10\,419\,996,54}{9\,106\,770,63}$	114,42%	- 3,97
Receitas Correntes/Despesas Correntes	$\frac{10\,657\,806,72}{9\,045\,541,09}$	117,82%	$\frac{10\,276\,272,93}{9\,031\,752,18}$	113,78%	4,04
Receitas Correntes (Executadas/Orçamentadas Corrigidas)	$\frac{10\,657\,806,72}{11\,145\,555,19}$	95,62%	$\frac{10\,276\,272,93}{10\,446\,178,95}$	98,37%	- 2,75
Transferências Correntes Recebidas/Receitas Correntes	$\frac{5\,162\,315,91}{10\,657\,806,72}$	48,44%	$\frac{4\,311\,459,89}{10\,276\,272,93}$	41,96%	6,48
Transferências Totais Recebidas/Receitas Totais (inclui saldo de gerência)	$\frac{5\,162\,315,91}{13\,103\,061,67}$	39,40%	$\frac{4\,454\,687,11}{11\,462\,616,21}$	38,86%	0,54
Receitas Correntes/Receitas Totais (inclui saldo de gerência)	$\frac{10\,657\,806,72}{13\,103\,061,67}$	81,34%	$\frac{10\,276\,272,93}{11\,462\,616,21}$	89,65%	- 8,31
Saldo de Gerência/Receitas Totais (inclui saldo de gerência)	$\frac{2\,355\,845,58}{13\,103\,061,67}$	17,98%	$\frac{1\,042\,619,67}{11\,462\,616,21}$	9,10%	8,88
Grau de execução orçamental da receita (Receita cobrada líquida/Previsões corrigidas)	$\frac{13\,103\,061,67}{13\,593\,360,77}$	96,39%	$\frac{11\,462\,616,21}{11\,632\,536,64}$	98,54%	- 2,15
Grau de realização das liquidações (Recebimentos/Liquidações)	$\frac{13\,103\,061,67}{13\,142\,886,67}$	99,70%	$\frac{11\,462\,616,21}{11\,407\,095,37}$	100,49%	- 0,79

Da análise dos **indicadores de receita**, é de realçar o seguinte:

- A relação entre as receitas totais (excluindo saldo de gerência/despesas totais), atingiu 110,45%, enquanto em 2024 era 114,42%, resultando numa variação negativa de 3,97 pontos percentuais, o que significa que as receitas não aumentaram proporcionalmente mais do que as despesas, conforme já evidenciado na execução orçamental;

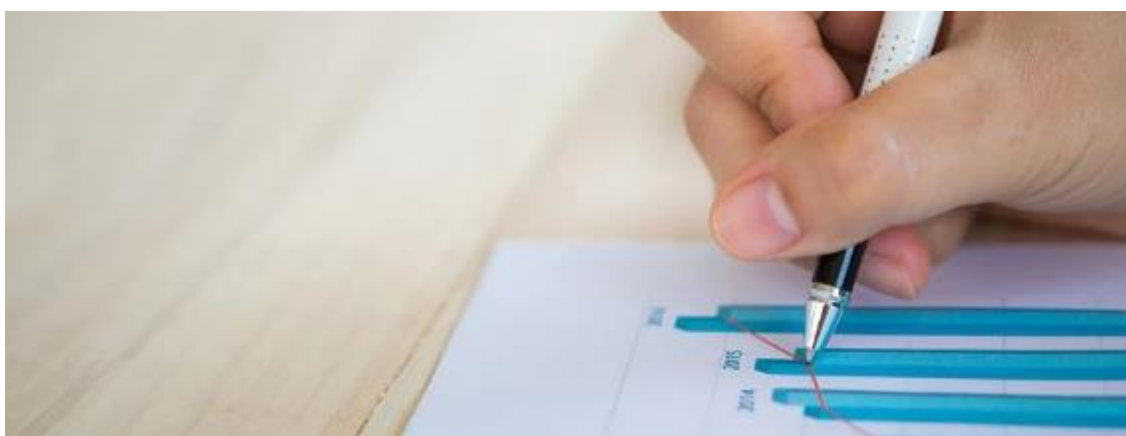
- As receitas correntes reforçam a sua capacidade de financiar as despesas correntes, evidenciada pelo aumento do rácio para 117,82%;
- Em 2025, o grau de realização das liquidações (recebimentos/liquidações) foi de 99,70%, inferior ao ano de 2024, que foi de 100,49%, refletindo uma variação negativa de 0,79 pontos percentuais, demonstrando que, em 2025, os recebimentos encontram-se ligeiramente inferiores às liquidações, fruto da falta de cobrança de alguma receitas.

Indicadores	2025		2024		Variação
Orçamentais - Despesa					
Despesas Correntes (Executadas/Orçamentadas Corrigidas)	<u>9 045 541,09</u>	81,14%	<u>9 031 752,18</u>	80,93%	0,21
	11 147 723,48		11 160 129,64		
Despesas com Pessoal/Despesas Correntes	<u>5 130 281,45</u>	56,72%	<u>5 186 098,65</u>	57,42%	- 0,70
	9 045 541,09		9 031 752,18		
Aquisição de Bens e Serviços/Despesas Correntes	<u>3 420 203,46</u>	37,81%	<u>3 076 753,32</u>	34,07%	3,74
	9 045 541,09		9 031 752,18		
Transferências Correntes Efetuadas/Despesas Correntes	<u>362 420,72</u>	4,01%	<u>466 804,12</u>	5,17%	- 1,16
	9 045 541,09		9 031 752,18		
Despesas de Capital (Executadas/Orçamentadas Corrigidas)	<u>684 792,19</u>	49,27%	<u>75 018,45</u>	15,88%	33,39
	1 389 791,71		472 407,00		
Despesas de Capital/Despesas Totais	<u>684 792,19</u>	7,04%	<u>75 018,45</u>	0,82%	6,21
	9 730 333,28		9 106 770,63		
Juros Pagos/Receitas Correntes	<u>3 505,95</u>	0,03%	<u>90 778,50</u>	0,88%	- 0,85
	10 657 806,72		10 276 272,93		
Dívidas a pagar/Receitas Correntes	<u>985 162,96</u>	9,24%	<u>895 334,74</u>	8,71%	0,53
	10 657 806,72		10 276 272,93		
Dívidas a Pagar/Receitas Totais	<u>985 162,96</u>	7,52%	<u>895 334,74</u>	7,81%	- 0,29
	13 103 061,67		11 462 616,21		
Dívidas a Pagar a Fornecedores/Receitas Totais	<u>105 398,36</u>	0,80%	<u>88 225,09</u>	0,77%	0,03
	13 103 061,67		11 462 616,21		
	<u>13 103 061,67</u>	122,75%	<u>11 462 616,21</u>	113,96%	8,79

Receitas Totais (inclui saldo de gerência)/ Compromissos Assumidos	10 674 579,70		10 058 019,54		
Grau de execução orçamental da despesa (Despesa paga líquida/ Dotações corrigidas)	$\frac{9\,730\,333,28}{12\,537\,515,19}$	77,61%	$\frac{9\,106\,770,63}{11\,632\,536,64}$	78,29%	- 0,68
Grau de realização das obrigações (Pagamentos/ Obrigações)	$\frac{9\,730\,333,28}{9\,832\,264,65}$	98,96%	$\frac{9\,106\,770,63}{9\,210\,969,73}$	98,87%	0,09

No que aos **indicadores de despesa** diz respeito, realça-se que:

- O grau de execução das despesas correntes mantém-se estável (81,14%), comparado com 2024, evidenciando consistência na execução orçamental;
- A estrutura da despesa corrente mantém predominância das despesas com pessoal (56,72%), embora com ligeira redução do seu peso, verificando-se simultaneamente aumento da despesa com aquisição de bens e serviços (37,81%). As transferências correntes efetuadas diminuem para 4,01% das despesas correntes, reduzindo o seu peso relativo;
- Destaca-se o aumento significativo da execução da despesa de capital, refletindo maior investimento no exercício;
- Globalmente, observa-se elevada capacidade de cobertura dos compromissos assumidos pelas receitas totais (122,75%) e elevado grau de cumprimento das obrigações (98,96%), evidenciando equilíbrio financeiro e regularidade nos pagamentos.



4.4. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Conforme §86 e 87 da Estrutura Concetual do SNC-AP, as demonstrações financeiras retratam os efeitos financeiros das transações e outros acontecimentos agrupando-os em grandes agregados conforme as suas características económicas. Estes grandes agregados são designados como os elementos das demonstrações financeiras. Os elementos das demonstrações financeiras são: Ativos; Passivos; Rendimentos; Gastos; Contribuições para o património líquido; e, Distribuições do património líquido. Os elementos diretamente relacionados com a mensuração do desempenho na demonstração dos resultados são os rendimentos e os gastos.

O património líquido de uma entidade pública corresponde ao valor agregado dos seus ativos, deduzidos dos passivos, com referência à data do relato financeiro, neste caso com referência a 31 de dezembro de 2025, estando no presente relatório todos os valores expressos em euros.

Resumo

- O **Balço** é composto por:
 - » 18 121 129,12€ - total do ativo;
 - » 16 460 173,97€ - total do património líquido;
 - » 147 019,18€ - total do passivo não corrente;
 - » 1 660 955,15€ - total do passivo.
- A **Demonstração de Resultados** apresenta o seguinte desempenho:
 - » 11 051 338,07€ - total dos rendimentos;
 - » 9 861 786,76€ - total dos gastos;
 - » 1 189 551,31€ - total do resultado líquido.

Assim, numa análise às demonstrações financeiras pode concluir-se de forma resumida que:

- Os **rendimentos da atividade**, que se fixaram em 11 051 338,07€, aumentaram, face ao período homólogo, em 8,19%, a que corresponde o montante de 836 929,40€, essencialmente nas rubricas de:
 - » Transferências e subsídios correntes obtidos, que se fixou no montante de 4 879 366,55€, com uma variação positiva de 27,99% a que corresponde o valor de 1 067 087,80€;
 - » Outros rendimentos que ascendeu a 819 850,73€ com uma variação positiva de 61,53% a que corresponde o valor de 312 282,60€;
 - » Juros e rendimentos similares obtidos, cujos rendimentos foram de 1 189,33€.

- Os **gastos da atividade** no montante de 9 861 786,76€ aumentaram 0,75% comparativamente com o período anterior, a que corresponde o montante de 73 016,62€. De realçar as variações nas rubricas de:
 - » Os fornecimentos e serviços externos, tiveram um aumento de 22,95%, no montante de 307 497,79€, devido ao aumento de preços dos bens e serviços;
 - » Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, tiveram uma redução de 0,62%, no montante de 10 976,56€ tendo-se registado gastos nesta rubrica em 2025 no valor total de 1 769 930,92€;
 - » No que respeita às transferências e subsídios concedidos, verificou-se um aumento de 20,49%, que corresponde ao montante de 63 850,44€;
 - » Os gastos com pessoal, que se fixaram em 5 141 156,06€, registaram um aumento no montante de 265 869,13€ (5,45%) face ao ano anterior.

Nesta análise verifica-se que os SASUM encerraram o ano de 2025 com um resultado líquido positivo de 1 189 551,31€ correspondendo a um aumento de 763 912,78€ (179,47%).



4.4.1. POSIÇÃO FINANCEIRA: BALANÇO

ATIVO

No ano em análise, o total do ativo elevou-se a 18 121 129,12€ constatando-se um aumento de 6,22% que corresponde ao montante de 1 061 593,74€.

O ativo não corrente ascende a 14 170 907,67€ evidenciando um acréscimo de 0,40% no montante de 56 297,05€, inclui os ativos fixos tangíveis, que representam 78,02% do ativo da entidade, sendo esta a rubrica com maior expressão e que totaliza o montante de 14 138 413,61€. O acréscimo do ativo não corrente justifica-se pelo aumento de investimentos realizados durante o ano de 2025. De referir que a rubrica de ativos intangíveis também aumentou, em 5 042,02€ (18,37%).

O ativo corrente, no valor de 3 950 221,45€ aumentou em 34,14% face a 2024, correspondendo a um aumento de 1 005 296,69€. Verificou-se ainda uma variação positiva na rubrica depósitos à ordem no montante de 1 018 289,64€ (43,05%), que inclui verbas de operações de tesouraria no montante de 10 852,23€.

O incremento dos depósitos resulta do recebimento de verbas recebidas no final do ano para fazer face a investimentos a realizar em 2026.

Quadro 4. 11 - Estrutura do Ativo 2025 e 2024

Ativo	2025		2024		Variação	
	Valor	Peso Relativo	Valor	Peso Relativo	Absoluta	Relativa
Ativos fixos tangíveis	14 138 413,61	78,02%	14 087 158,58	82,58%	51 255,03	0,36%
Ativos intangíveis	32 494,06	0,18%	27 452,04	0,16%	5 042,02	18,37%
Total do ativo não corrente	14 170 907,67	78,20%	14 114 610,62	82,74%	56 297,05	0,40%
Inventários	223 018,04	1,23%	217 485,00	1,27%	5 533,04	2,54%
Clientes, contribuintes e utentes	134 919,06	0,74%	180 951,05	1,06%	- 46 031,99	-25,44%
Outras contas a receber	203 704,62	1,12%	173 810,45	1,02%	29 894,17	17,20%
Diferimentos	4 999,11	0,03%	7 387,28	0,04%	- 2 388,17	-32,33%
Depósitos à ordem	3 383 580,62	18,67%	2 365 290,98	13,86%	1 018 289,64	43,05%
Total do ativo corrente	3 950 221,45	21,80%	2 944 924,76	17,26%	1 005 296,69	34,14%
Total do Ativo	18 121 129,12	100,00%	17 059 535,38	100,00%	1 061 593,74	6,22%

PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO

Em 2025, o património líquido ascende a 16 460 173,97€ (90,83%). De realçar que a redução verificada na rubrica Outras variações no património líquido, no valor de 351 951,67€ que reflete o reconhecimento dos subsídios para a aquisição de ativos depreciáveis, relativos aos projetos FEDER/POCI, PIDDAC, POVT, CO3+ e POCER. Este valor foi transferido para resultados através do seu reconhecimento como rendimento, na proporção dos respetivos gastos de depreciação durante a vida útil dos ativos. A rubrica de resultados transitados no montante de 4 039 491,25€ compreende os resultados líquidos acumulados de períodos anteriores. A variação nesta rubrica em 2025 resultou da aplicação do resultado líquido de 2024 (425 638,53€). O Resultado Líquido do período apurou-se em 1 189 551,31€ representando uma variação de 179,47% (763 912,78€).

O passivo não corrente apresenta o montante de 147 019,18€ que corresponde às provisões existentes em 2025, relativas a processos judiciais em curso. Quanto ao passivo corrente, em 2025, o montante fixou-se em 1 513 935,97€, registando um aumento no valor de 154 278,50€ (11,35%) relativamente ao ano anterior. Consta-se uma variação na rubrica de fornecedores de 19,47% (aumento de 17 173,27€). A rubrica Estado e outros entes públicos também aumentou em 46,89% (10 451,84€) face ao ano anterior, cujo valor em 2025, ascende a 32 740,45€. Adicionalmente, verificou-se ainda um aumento de 13,88% na rubrica de Outras contas a pagar, que corresponde a uma variação positiva de 64 450,28€.

Quadro 4. 12 - Estrutura do Património Líquido e Passivo - 2025 e 2024

	2025		2024		Variação	
	Valor	Peso Relativo	Valor	Peso Relativo	Absoluta	Relativa
Património/capital	2 301 872,93	12,70%	2 301 872,93	12,70%	0,00	0,00%
Resultados transitados	4 039 491,25	22,29%	3 613 690,54	19,94%	425 800,71	11,78%
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis	3 164,33	0,02%	3 326,51	0,02%	- 162,18	-4,88%
Outras variações no património líquido	8 926 094,15	49,26%	9 278 045,82	51,20%	- 351 951,67	-3,79%
Resultado líquido	1 189 551,31	6,56%	425 638,53	2,35%	763 912,78	179,47%
Total do património líquido	16 460 173,97	90,83%	15 622 574,33	86,21%	837 599,64	5,36%
Provisões	147 019,18	0,81%	77 303,58	0,43%	69 715,60	90,18%
Total do passivo não corrente	147 019,18	0,81%	77 303,58	0,43%	69 715,60	90,18%
Fornecedores	105 398,36	0,58%	88 225,09	0,49%	17 173,27	19,47%
Estado e outros entes públicos	32 740,45	0,18%	22 288,61	0,12%	10 451,84	46,89%
Outras contas a pagar	847 024,15	4,67%	784 821,04	4,33%	62 203,11	7,93%
Rendimentos a reconhecer	528 773,01	2,92%	464 322,73	2,56%	64 450,28	13,88%
Total do passivo corrente	1 513 935,97	8,35%	1 359 657,47	7,97%	154 278,50	11,35%
Total do passivo	1 660 955,15	9,17%	1 436 961,05	8,42%	223 994,10	15,59%
Total do património líquido e Passivo	18 121 129,12	100,00%	17 059 535,38	100,00%	1 061 593,74	6,22%

4.4.2 DESEMPENHO FINANCEIRO: DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

RENDIMENTOS

No ano de 2025, os rendimentos registaram um aumento de 8,19% em relação ao período homólogo, correspondendo a um montante de 836 929,40€. Desta forma, o total de rendimentos do ano ascendeu a 11 051 338,07€.

As principais rubricas de rendimentos incluem as prestações de serviços e concessões, que, em 2025, atingiram os 3 603 172,93€, apresentando uma variação negativa de 6,05% face a 2024. Outra rubrica de destaque é a de transferências e subsídios obtidos, cujo montante se fixou em 4 879 366,55€, registando uma variação positiva de 27,99% em relação ao período homólogo.

Quadro 4. 13 - Estrutura de rendimentos 2025 e 2024

Rendimentos	2025		2024		Variação	
	Valor	Peso Relativo	Valor	Peso Relativo	Absoluta	Relativa
Vendas	1 747 758,53	15,81%	1 808 678,36	17,71%	- 60 919,83	-3,37%
Prestações de serviços e concessões	3 603 172,93	32,60%	3 835 334,98	37,55%	- 232 162,05	-6,05%
Transferências e subsídios correntes obtidos	4 879 366,55	44,15%	3 812 278,75	37,32%	1 067 087,80	27,99%
Reversões	-	0,00%	250 548,45	2,45%	- 250 548,45	-100,00%
Outros rendimentos e ganhos	819 850,73	7,42%	507 568,13	4,97%	312 282,60	61,53%
Outros rendimentos e ganhos	1 189,33	0,01%	0,00	0,00%	1 189,33	0,00%
Total dos rendimentos	11 051 338,07	100%	10 214 408,67	100%	836 929,40	8,19%

O quadro seguinte, apresenta a desagregação por tipo de rendimentos. As vendas, no valor de 1 747 758,53€ diminuíram ligeiramente face a 2024, apresentando uma variação negativa de 3,37% (60 919,83€).

Relativamente às prestações de serviços e concessões, registou-se uma variação negativa de 6,05% (232 162,05€), passando de 3 835 334,98€ em 2024 para 3 603 172,93€ em 2025. A rubricas de alojamento destaca-se como aquela que apresenta um crescimento mais significativo, impulsionado por uma maior disponibilização de n.º de camas, no âmbito da medida "Alojamento Estudantil Já".

Verifica-se uma variação positiva nas transferências e subsídios correntes obtidos, em que na rubrica de transferências correntes apresenta uma variação positiva 27,99%, que corresponde a um aumento de 1 067 087,80€ resultante do financiamento complementar do alojamento e alimentação 2024/2025 ao abrigo do artigo 192.º LOE-2025 e da medida "Alojamento Estudantil Já".

Quadro 4. 14 - Vendas, prestações de serviços e concessões e transferências e subsídios correntes obtidos 2025 e 2024

Rendimentos	2025	2024	Diferença	Variação
Vendas	1 747 758,53	1 808 678,36	- 60 919,83	-3,37%
Prestações de serviços e concessões	3 603 172,93	3 835 334,98	- 232 162,05	-6,05%
Serviços específicos do setor da saúde	11 171,50	18 581,00	- 7 409,50	-39,88%
Concessões	214 173,80	211 633,39	2 540,41	1,20%
Alimentação	1 529 071,16	1 738 569,73	- 209 498,57	-12,05%
Alojamento	1 500 091,86	1 487 336,74	12 755,12	0,86%
Recintos desportivos (serviços desportivos)	348 664,61	370 132,70	- 21 468,09	-5,80%
Outros serviços	-	9 081,42	- 9 081,42	-100,00%
Transferências e subsídios correntes obtidos	4 879 507,58	3 812 278,75	1 067 228,83	27,99%
Transferências correntes OE	4 814 403,80	3 549 300,00	1 265 103,80	35,64%
Universidade do Minho-Transferências Orçamentais	0,00	250 000,00	- 250 000,00	-100,00%
Universidade do Minho-FAS	12 728,75	12 728,75	0,00	0,00%
Transferências correntes Entidades privadas	52 375,03	250,00	52 125,03	20850,01%

GASTOS

Em 2025, o montante total de gastos ascendeu a 9 861 786,76€, registando um aumento de 0,75% face ao período anterior. Verifica-se que a variação absoluta e relativa dos gastos foi positiva, embora inferior à dos rendimentos, conforme evidenciado no ponto anterior.

Das rubricas de gastos verifica-se que:

- Transferências e subsídios correntes concedidos teve um aumento de 63 850,44€, de 2024 para 2025, resultado do aumento da colaboração de estudantes, dos apoios concedidos no âmbito das bolsas Lions, do Fundo de Apoio Social e subsídios desportivos e culturais.
- Os gastos com fornecimentos e serviços externos aumentarem em 307 497,79€, passando de 1 339 732,94€ para 1 647 230,73€, tal como já referido, fruto do aumento de preços dos bens e serviços;
- Os gastos com o pessoal ascenderam a 5 141 156,06€, representando 52,13% da despesa total, face a 4.875.286,93€ no período homólogo (49,80%). Verifica-se um aumento de 265.869,13€, correspondente a uma variação de positiva de 5,45%, assim como um reforço do peso relativo desta rubrica na estrutura da despesa;
- No ano de 2025 foi registada uma provisão, no valor de 69 715,60€ relativa a processos judiciais em curso, tal como detalhado no Anexo às Demonstrações Financeiras;

- No período em análise, foi reconhecido um montante de 59 235,60€ em perdas por imparidade, essencialmente associado a dívidas de clientes/utentes, refletindo a avaliação do risco de incobrabilidade.

Quadro 4. 15 - Estrutura de gastos 2025 e 2024

Gastos	2025		2024		Variação	
	Valor	Peso Relativo	Valor	Peso Relativo	Absoluta	Relativa
Transferências e subsídios concedidos	375 467,17	3,81%	311 616,73	3,18%	63 850,44	20,49%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1 769 930,92	17,95%	1 780 907,48	18,19%	- 10 976,56	-0,62%
Fornecimentos e serviços externos	1 647 230,73	16,70%	1 339 732,94	13,69%	307 497,79	22,95%
Gastos com o pessoal	5 141 156,06	52,13%	4 875 286,93	49,80%	265 869,13	5,45%
Gastos de depreciação e de amortização	632 403,97	6,41%	624 866,42	6,38%	7 537,55	1,21%
Perdas por imparidade	59 235,60	0,60%	0,00	0,00%	59 235,60	0,00%
Provisões do período	69 715,60	0,71%	77 303,58	0,79%	- 7 587,98	-9,82%
Outros gastos e perdas	166 575,08	1,69%	688 277,74	7,03%	- 521 702,66	-75,80%
Gastos e perdas por juros e outros encargos	71,63	0,00%	90 778,32	0,93%	- 90 706,69	-99,92%
Total dos gastos	9 861 786,76	100%	9 788 770,14	100%	73 016,62	0,75%

O quadro seguinte apresenta o detalhe dos gastos referente ao custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), verificando-se uma variação negativa nas mercadorias e uma variação positiva nas matérias-primas, subsidiárias e de consumo. De referir que de forma global o CMVMC diminuiu, registando-se uma redução de 10 976,56€ (-0,62%). Importa referir que o CMVMC aumentou o peso relativo em relação às vendas e prestações de serviços.

Quadro 4. 16 - Custos das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas 2025 e 2024

CMVMC	2025		2024		Variação	
	Valor	Peso Relativo	Valor	Peso Relativo	Absoluta	Relativa
Mercadorias	775 416,15	43,81%	809 064,11	45,43%	- 33 647,96	-4,16%
Matérias-primas subsidiárias e de consumo	994 514,77	56,19%	971 843,37	54,57%	22 671,40	2,33%
Total dos gastos	1 769 930,92	100%	1 780 907,48	100%	- 10 976,56	-0,62%

A rubrica de fornecimentos e serviços externos apresentou um valor total de 1 647 230,73€ em 2025, enquanto em 2024 registou um montante de 1 339 732,94€, traduzindo-se num aumento de 22,95% face a 2024. Este aumento corresponde a um acréscimo de 307 497,79€, conforme detalhado no quadro abaixo, do qual destacamos:

- O aumento dos **trabalhos especializados** resultantes da contratação de serviços informáticos (devenvolvimentos à medida) e serviços de psicologia e nutrição no âmbito do programa da DGES;
- **Conservação e reparação** pelo aumento no número de intervenções dos equipamentos de hotelaria e AVAC) e encargos com manutenção de viaturas;
- **Limpeza e Higiene** devido ao aumento de preços dos serviços e serviços extra de limpeza das instalações;
- **Vigilância e segurança** devido ao aumento de preços dos serviços e acréscimo do número de horas de vigilância para colmatar ausências;
- **Outros serviços** devido à contratualização de camas para alojamento estudantil.

Quadro 4. 17 - Fornecimentos e serviços externos 2025 e 2024

Fornecimentos e serviços externos	2025		2024		Variação	
	Valor	Peso Relativo	Valor	Peso Relativo	Absoluta	Relativa
Trabalhos especializados	397 867,81	24,15%	238 919,12	17,83%	158 948,69	66,53%
Publicidade comunicação e imagem	14 126,55	0,86%	15 954,52	1,19%	- 1 827,97	-11,46%
Vigilância e segurança	165 537,39	10,05%	129 026,79	9,63%	36 510,60	28,30%
Conservação e reparação	197 283,14	11,98%	136 598,05	10,20%	60 685,09	44,43%
Outros serviços especializados-Inspeções	1 733,97	0,11%	1 303,74	0,10%	430,23	33,00%
Peças ferramentas e utensílios de desgaste rápido	663,51	0,04%	2 042,55	0,15%	- 1 379,04	-67,52%
Material de escritório	0,00	0,00%	842,46	0,06%	- 842,46	-
Artigos para oferta e publicidade	2 910,83	0,18%	0,00	0,00%	2 910,83	0,00%
Artigos de higiene e limpeza vestuário e artigos pessoais	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Medicamentos e artigos para a saúde	0,00	0,00%	260,28	0,02%	- 260,28	-
Outros materiais diversos de consumo	9 843,06	0,60%	5 671,68	0,42%	4 171,38	73,55%
Eletricidade	293 727,84	17,83%	327 146,35	24,42%	- 33 418,51	-10,22%
Combustíveis e lubrificantes	152 036,54	9,23%	161 494,14	12,05%	- 9 457,60	-5,86%
Água	133 506,13	8,10%	133 912,51	10,00%	- 406,38	-0,30%
Outros	46,30	0,00%	0,00	0,00%	46,30	0,00%
Deslocações estadas e transportes	5 688,55	0,35%	4 309,22	0,32%	1 379,33	32,01%
Rendas e alugueres	4 858,50	0,29%	0,00	0,00%	4 858,50	0,00%
Comunicação	2 033,86	0,12%	1 993,98	0,15%	39,88	2,00%
Seguros	8 841,74	0,54%	6 722,35	0,50%	2 119,39	31,53%
Despesas de representação dos serviços	3 173,55	0,19%	6 561,35	0,49%	- 3 387,80	-51,63%
Limpeza higiene e conforto	179 883,37	10,92%	141 655,19	10,57%	38 228,18	26,99%
Outros serviços	73 468,09	4,46%	25 318,66	1,89%	48 149,43	190,17%
Total dos gastos de Fornecimentos e serviços externos	1 647 230,73	100%	1 339 732,94	100%	307 497,79	22,95%

A rubrica de gastos com pessoal, que em 2025 se fixou em 5 141 156,06€, registou um aumento de 265 869,13€ em comparação com 2024, ano em que o montante foi de 4 875 286,93€. Este aumento corresponde a uma variação positiva de 5,45%.

Esta evolução resulta, essencialmente, do acréscimo das remunerações do pessoal (234 499,59€), refletindo o reforço de vínculos estáveis, com destaque para os contratos sem termo.

Verifica-se igualmente um aumento dos encargos sobre remunerações (45 195,19€), sobretudo nas contribuições para a Segurança Social, em linha com o crescimento da massa salarial.

Em sentido contrário, observa-se uma redução dos abonos variáveis ou eventuais (25 802,22€), designadamente no trabalho extraordinário, bem como uma diminuição expressiva dos outros encargos sociais (19 865,57€), com particular incidência nas remunerações por doença.

Quadro 4. 18 - Gastos com pessoal

	2025	2024	Variação
Gastos com o pessoal	5 141 156,06	4 875 286,93	265 869,13
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	59 204,98	57 536,20	1 668,78
Remuneração base	42 725,32	41 876,22	849,10
Subsídio de férias	3 995,75	3 408,41	587,34
Subsídio de Natal	3 520,87	3 408,41	112,46
Despesas de representação	7 685,04	7 523,16	161,88
Subsídio de refeição	1 278,00	1 320,00	- 42,00
Remunerações do pessoal	4 173 856,20	3 939 356,61	234 499,59
Remunerações certas e permanentes	4 115 330,31	3 855 028,50	260 301,81
Pessoal em reg. nomeação definitiva e contrato de trab. em funções públicas por tempo indeterminado	2 199 578,58	2 158 522,81	41 055,77
Pessoal em regime de contrato individual de trabalho a termo resolutivo incerto	16 662,29	38 131,56	- 21 469,27
Pessoal em regime de contrato individual de trabalho sem termo	817 197,69	625 525,79	191 671,90
Pessoal em comissão de Serviço Dirigentes	193 798,43	187 478,77	6 319,66
Subsídio de férias	306 347,43	283 674,19	22 673,24
Subsídio de Natal	283 926,34	260 139,22	23 787,12
Despesas de Representação	20 121,55	19 394,16	727,39
Subsídio de refeição	277 698,00	282 162,00	- 4 464,00
Abonos variáveis ou eventuais	58 525,89	84 328,11	- 25 802,22
Ajudas de custo	631,58	976,18	- 344,60
Trabalho extraordinário	29 506,19	49 795,30	- 20 289,11
Subsídio de prevenção trabalho noturno e de turno	23 482,92	24 317,71	- 834,79
Formação	4 386,68	8 720,40	- 4 333,72

Outros abonos em numerário - lavagem viaturas	518,52	518,52	0,00
Encargos sobre remunerações	884 916,96	839 721,77	45 195,19
Sistemas de proteção social - CGA	95 301,42	91 532,25	3 769,17
Sistemas de proteção social - SS	789 615,54	748 189,52	41 426,02
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	13 680,51	9 309,37	4 371,14
Acidentes no trabalho	2 721,26	4 044,62	- 1 323,36
Seguro de acidentes no trabalho	10 794,25	4 179,75	6 614,50
Verificação Médica - Junta Médica	165,00	1 085,00	- 920,00
Outros encargos sociais	9 497,41	29 362,98	- 19 865,57
Remunerações por doença	2 779,17	20 458,00	- 17 678,83
Subsídios de parentalidade	210,50	1 612,29	- 1 401,79
Pessoal a aguardar aposentação	984,50	3 112,25	- 2 127,75
Subsídio familiar a crianças e jovens	5 523,24	4 180,44	1 342,80

RESULTADOS

Os SASUM encerraram o ano de 2025 com um resultado líquido positivo de 1 189 551,31€, representando uma variação positiva de 763 912,78€ face ao período homólogo. Este resultado deve-se a rendimentos obtidos no final do ano de 2025 (segunda quinzena de dezembro) cuja aplicação em gastos não ocorreu em tempo oportuno, face às obrigações contratuais em matéria de contratação pública.

Quadro 4. 19 - Resultados dos SASUM em 2025

Resultados	2025	2024	Variação	
			Absoluta	Relativa
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	1 820 837,58	1 141 283,27	679 554,31	59,54%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1 188 433,61	516 416,85	672 016,76	130,13%
Resultado antes de impostos	1 189 551,31	425 638,53	763 912,78	179,47%
Resultado líquido do período	1 189 551,31	425 638,53	763 912,78	179,47%

4.5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO

	Notas	2025	2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5.1	14 138 413,61	14 087 158,58
Ativos intangíveis	3.1	32 494,06	27 452,04
Subtotal		14 170 907,67	14 114 610,62
Ativo corrente			
Inventários	10.1	223 018,04	217 485,00
Clientes, contribuintes e utentes	18.1	134 919,06	180 951,05
Outras contas a receber	18.1	203 704,62	173 810,45
Diferimentos	18.1	4 999,11	7 387,28
Caixa e depósitos	1.2 e 18.1	3 383 580,62	2 365 290,98
Subtotal		3 950 221,45	2 944 924,76
Total do ativo		18 121 129,12	17 059 535,38
PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO			
Património Líquido			
Património/Capital	18.2	2 301 872,93	2 301 872,93
Resultados transitados	18.2	4 039 491,25	3 613 690,54
Excedentes de revalorização	18.2	3 164,33	3 326,51
Outras variações no património líquido	18.2	8 926 094,15	9 278 045,82
Resultado líquido do período	18.2	1 189 551,31	425 638,53
Interesses que não controlam			
Total do património líquido		16 460 173,97	15 622 574,33
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	15	147 019,18	77 303,58
Subtotal		147 019,18	77 303,58
Passivo corrente			
Fornecedores	18.3	105 398,36	88 225,09
Estado e outros entes públicos	18.3	32 740,45	22 288,61
Outras contas a pagar	18.3	847 024,15	784 821,04
Diferimentos	18.3	528 773,01	464 322,73
Subtotal		1 513 935,97	1 359 657,47
Total do Passivo		1 660 955,15	1 436 961,05
Total do património Líquido e do passivo		18 121 129,12	17 059 535,38

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA

Rendimentos e Gastos	Notas	2025	2024	Var % (2025/2024)
Vendas	13	1 747 758,53	1 808 678,36	96,63%
Prestações de serviços e concessões	13	3 603 172,93	3 835 334,98	93,95%
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	4 879 366,55	3 812 278,75	127,99%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10.2	-1 769 930,92	-1 780 907,48	99,38%
Fornecimentos e serviços externos		-1 647 230,73	-1 339 732,94	122,95%
Gastos com pessoal	19	-5 141 156,06	-4 875 286,93	105,45%
Transferências e subsídios concedidos		- 375 467,17	- 311 616,73	120,49%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	- 59 235,60	13 309,83	-445,05%
Provisões (aumentos/reduções)	15.1 e 15.2	- 69 715,60	159 935,04	-43,59%
Outros rendimentos		819 850,73	507 568,13	161,53%
Outros gastos		- 166 575,08	- 688 277,74	24,20%
Resultado antes de depreciações e resultados financeiros		1 820 837,58	1 141 283,27	159,54%
Gastos/ reversões de depreciação e amortização	3.1 e 5.1	- 632 403,97	- 624 866,42	101,21%
Imparidade de ativos depreciables / amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00%
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		1 188 433,61	516 416,85	230,13%
Juros e rendimentos similares obtidos		1 189,33	0,00	0,00%
Juros e gastos similares suportados		- 71,63	- 90 778,32	0,08%
Resultado antes de impostos		1 189 551,31	425 638,53	279,47%
Impostos sobre o rendimento		0,00	0,00	0,00%
Resultado líquido do período		1 189 551,31	425 638,53	279,47%

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Descrição	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade-mãe											Total do património líquido	
		Capital/ Património Realizado	Outros Instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Reservas decorrentes da transferência de ativos	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	(1)	18.2	2 301 872,93	0,00	0,00		0,00	3 613 690,54	0,00	3 326,51	9 278 045,82	425 638,53	15 622 574,33	15 433 280,62
ALTERAÇÕES NO PERÍODO		18.2	0,00	0,00	0,00		0,00	425 800,71	0,00	- 162,18	- 351 951,67	- 425 638,53	- 351 951,67	- 351 951,67
Primeira adoção de novo referencial contabilístico													0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas													0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização		5.6								- 162,18			- 162,18	- 162,18
Excedentes de revalorização e respetivas variações													0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		18.2									- 351 951,67		- 351 951,67	- 351 951,67
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		18.2						425 800,71				- 425 638,53	162,18	162,16
	(2)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	425 800,71	0,00	- 162,18	- 351 951,67	- 425 638,53	- 351 951,67	- 351 951,67
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3)	18.2										1 189 551,31	1 189 551,31	1 189 551,31
RESULTADO INTEGRAL	(4)=(2)+(3)											763 912,78	837 599,64	837 599,64
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital/património														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações		(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)		2 301 872,93	0,00	0,00	0,00	0,00	4 039 491,25	0,00	3 164,33	8 926 094,15	1 189 551,31	16 460 173,97	16 460 173,97

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Rubricas	Notas	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades de operacionais			
Recebimentos de clientes, contribuintes e utentes		5 494 301,48	5 964 813,04
Pagamentos a fornecedores		-3 474 930,95	-3 129 246,94
Pagamentos ao pessoal		-5 130 281,45	-5 186 098,65
Caixa gerada pelas operações		-3 110 910,92	-2 350 532,55
Outros recebimentos/pagamentos		4 724 838,46	3 687 000,41
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		1 613 927,54	1 336 467,86
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		- 671 864,89	- 75 018,45
Ativos intangíveis		- 12 927,30	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		89 154,29	143 227,22
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		- 595 637,90	68 208,77
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtido		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		0,00	0,00
Varição de caixa e seus equivalentes (a + b + c)		1 018 289,64	1 404 676,63
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	1.2	2 365 290,98	960 614,35
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.2	3 383 580,62	2 365 290,98

CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DE GERÊNCIA

Caixa e seus equivalentes no início do período		2 365 290,98	960 614,35
- Equivalentes a caixa no início do período		0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior	1.2	2 365 290,98	960 614,35
De execução orçamental		2 355 845,58	1 042 619,67
De operações de tesouraria		9 445,40	- 82 005,32
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3 383 580,62	2 365 290,98
- Equivalentes a caixa no fim do período		0,00	0,00

- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte	1.2	3 383 580,62	2 365 290,98
De execução orçamental		3 372 728,39	2 355 845,58
De operações de tesouraria		10 852,23	9 445,40

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As notas incluídas no Anexo das demonstrações financeiras estão em conformidade com a estrutura estabelecida na NCP 1, seguindo a numeração sequencial nela prevista. Importa sublinhar que as notas cujas numerações estão omissas não são aplicáveis ou a sua apresentação não se considera relevante para a compreensão das demonstrações financeiras.

NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

1.1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO

Os Serviços de Acção Social da Universidade do Minho (SASUM), com sede no *Campus* de Gualtar em Braga, são uma Unidade de Serviços da Universidade do Minho (UMinho), dotados de autonomia administrativa e financeira, nos termos da Lei e dos Estatutos da UMinho e demais legislação aplicável.

Em 2025, a classificação orgânica destes serviços é o 11 1 03 37, sob a tutela do Ministério da Educação, Ciência e Inovação.

Estes Serviços, ainda designados por Serviços Sociais, iniciaram a sua atividade em 1975, em instalações cedidas pela UMinho no Largo do Paço, tendo sido institucionalizados pelo Despacho n.º 1/76, do Secretário de Estado dos Desportos e Acção Social Escolar. O Decreto-Lei n.º 132/80, de 17 de maio, criou as bases fundamentais delimitadoras dos Serviços Sociais do Ensino Superior, tendo sido posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 125/84, de 26 de abril. Em 1983, o Decreto Regulamentar n.º 45/83, de 6 de junho, regulamentou a orgânica dos Serviços Sociais da UMinho, sendo mais tarde alterado pelo Decreto-Lei n.º 369/87, de 27 de novembro. Quase dez anos mais tarde, o Decreto-Lei n.º 129/93, de 22 de abril extinguiu os Serviços Sociais existentes e criou os Serviços de Acção Social, tendo sido revogados o Decreto-Lei n.º 132/80, de 17 de maio e o Decreto-Lei n.º 125/84, de 26 de abril, conferindo autonomia administrativa e financeira a todos os Serviços de Acção Social.

Neste âmbito, foi publicado o novo quadro dos SASUM através da Portaria n.º 993/95, de 18 de agosto, com a alteração dada pela Portaria n.º 1495/95, de 30 de dezembro, e aprovado o Regulamento Orgânico dos SASUM, através da Resolução SU n.º 26/95, de 24 de julho. Com a Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, é consolidado o sistema de acção social do ensino superior e da prestação de apoios diretos e indiretos aos estudantes, através da definição das funções dos Serviços de Acção Social nas Instituições de Ensino Superior de forma flexível e descentralizada, permitindo às Universidades fazer ajustamentos às funções e estrutura destes serviços.

Nesta sequência, foi aprovado o Regulamento Orgânico dos SASUM, através do Despacho n.º 20019/2009, publicado no DR, 2.ª série, n.º 170, de 2 de setembro, e os seus Estatutos, publicados

no DR, 2.ª série, n.º 209, de 28 de outubro.

Considerando a atual natureza jurídica da Universidade do Minho, fundação pública com regime de direito privado, e a aprovação dos respetivos Estatutos pelo Decreto-Lei n.º 4/2016, de 13 de janeiro, e da necessidade dos Serviços acompanharem esta transformação, foram aprovados em Conselho Geral de 14 de janeiro de 2019 os novos Estatutos e Regulamento Orgânico que traduzem a realidade dos Serviços e a sua orientação estratégica para os próximos anos, com vista à gestão eficiente e eficaz dos recursos disponíveis.

Os órgãos de gestão dos SASUM, de acordo com o artigo 5.º dos Estatutos, são: o Conselho de Ação Social; o Conselho de Gestão e o Administrador.

O **Conselho de Ação Social** é o órgão superior de gestão da ação social no âmbito dos Serviços, cabendo-lhe definir e orientar o apoio a conceder aos estudantes.

O **Conselho de Gestão** compete conduzir a gestão administrativa, patrimonial e financeira dos Serviços, sendo-lhe aplicável a legislação em vigor para os organismos públicos dotados de autonomia administrativa e financeira.

O **Administrador** é livremente nomeado e exonerado pelo Reitor nos termos da lei e dos Estatutos da Universidade do Minho e cabe ao Administrador assegurar o funcionamento e dinamização dos Serviços e a execução dos planos e deliberações aprovadas pelos órgãos competentes.

Em 2025, o Conselho de Gestão foi constituído pelos seguintes membros:

Nome	Órgão/Cargo	Período de responsabilidade
Rui Manuel Vieira de Castro	Reitor da Universidade do Minho	de 01-01-2025 a 30-11-2025
Pedro Miguel Ferreira Martins Arezes	Reitor da Universidade do Minho	de 03-12-2025 a 31-12-2025
Paula Alexandra Sousa Seixas	Administradora dos Serviços de Acção Social da Universidade do Minho	de 01-01-2025 a 31-12-2025
Marta Cristina Loureiro Pedrosa	Diretora do Departamento Contabilístico e Financeiro	de 01-01-2025 a 30-04-2025
Maria Cristina Duarte de Sousa	Diretora do Departamento Contabilístico e Financeiro	de 07-05-2025 a 31-12-2025
Alberto Carlos Carvalho de Almeida	Diretor do Departamento de Apoio Social	de 01-01-2025 a 31-12-2025
José Alexandre Saavedra Ribeiro	Diretor do Departamento Alimentar	de 01-01-2025 a 31-12-2025

À data do relato, o Conselho de Gestão, nomeado pelo Despacho RT-200/2025, de 16 de dezembro de 2025, designado nos termos do artigo 8.º dos Estatutos dos SASUM, com efeitos à data do referido despacho, conforme publicado no DR 2.ª série, n.º 245, Despacho n.º 15220/2025, de 22 de dezembro, é composto pelos seguintes membros:

Nome	Órgão/Cargo
Pedro Miguel Ferreira Martins Arezes	Reitor da Universidade do Minho
Paula Alexandra Sousa Seixas	Administradora dos Serviços de Acção Social da Universidade do Minho
Maria Cristina Duarte de Sousa	Diretora do Departamento Contabilístico e Financeiro
Alberto Carlos Carvalho de Almeida	Diretor do Departamento de Apoio Social

José Alexandre Saavedra Ribeiro

Diretor do Departamento Alimentar

A entidade faz parte integrante do grupo de consolidação da UMinho que elabora contas consolidadas, sendo estas elaboradas em data posterior à prestação de contas individuais e sujeitas a aprovação pelo Conselho Geral da Universidade. As contas consolidadas podem ser consultadas na página da UMinho em <https://www.uminho.pt/PT/uminho>.

As demonstrações financeiras individuais referem-se ao ano económico de 2025, sendo todos os valores expressos em euros.

1.2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a entidade. Conforme n.º 1 do artigo 13.º do SNC-AP referente, quando este não contemple o tratamento contabilístico de determinada transação ou evento, atividade ou circunstância, aplicam-se, subsidiariamente, os seguintes normativos, pela ordem a seguir apresentada:

- a. As Normas Internacionais de Contabilidade Pública, em vigor;
- b. O Sistema de Normalização Contabilística (SNC);
- c. As Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia;
- d. As Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board*.

Segundo o preâmbulo do SNC-AP, *“permite implementar a base de acréscimo na contabilidade e relato financeiro das administrações públicas, articulando-a com a atual base de caixa modificada, estabelecer os fundamentos para uma orçamentação do Estado em base de acréscimo, fomentar a harmonização contabilística, institucionalizar o Estado como uma entidade que relata, mediante a preparação de demonstrações orçamentais e financeiras, numa base individual e consolidada, aumentar o alinhamento entre a contabilidade pública e as contas nacionais e contribuir para a satisfação das necessidades dos utilizadores da informação do sistema de contabilidade e relato orçamental e financeiro das administrações públicas”* (Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro).

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as bases para a apresentação de demonstrações financeiras, os modelos de demonstrações financeiras, o código de contas e as normas contabilísticas e de relato financeiro e as normas interpretativas.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, mantendo uma apresentação apropriada mediante a aplicação e conformidade com o normativo

aplicável, incluindo as políticas contabilísticas, para que seja proporcionada informação relevante, fiável, comparável e compreensível. Sempre que as disposições contidas nas NCP possam ser insuficientes são feitas divulgações adicionais para permitir a sua compreensão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil e em conformidade com o regime do acréscimo.

DERROGAÇÕES DAS DISPOSIÇÕES DO SNC-AP

Durante o ano de 2025 não ocorreram derrogações das disposições do SNC-AP que produzissem efeitos nas demonstrações financeiras, pelo que a imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade encontra-se assegurada.

COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os valores constantes das demonstrações financeiras, do período findo em 31 de dezembro de 2025, são na sua totalidade comparáveis, em todos os aspetos significativos, com os valores do exercício de 2024, que lhe servem de comparativo.

Tendo por base o disposto nas NCP as políticas contabilísticas adotadas pelos SASUM foram os seguintes:

Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa dos SASUM. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com as definições e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na Estrutura Concetual e nas NCP.

Informação comparativa e consistência na apresentação

A informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relacionadas nas demonstrações financeiras.

Respeitando o princípio da continuidade dos SASUM, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo, bem como os critérios de mensuração, foram consistentes com os aplicados pela entidade na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior.

Regime do acréscimo (ou da periodização económica)

As transações e outros acontecimentos são reconhecidos quando ocorrem e não apenas quando é recebido ou pago dinheiro ou seu equivalente. Por conseguinte, as transações e outros acontecimentos são escriturados na contabilidade e reconhecidos nas demonstrações financeiras

dos períodos a que respeitam.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de outras contas a pagar e a receber e nas rubricas de diferimentos.

Materialidade e agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, avaliados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas pelos utilizadores das demonstrações financeiras.

Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na fase das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

Compensação

Os ativos e os passivos e os rendimentos e os gastos não foram compensados, durante o ano económico e são relatados separadamente. Não existe compensação nas demonstrações financeiras, exceto quando reflita a substância da transação ou de outro acontecimento, retira a capacidade dos utilizadores de compreenderem as transações, outros acontecimentos e condições que ocorreram, e de avaliarem os fluxos de caixa futuros da entidade.

Continuidade

Em conformidade com o pressuposto da continuidade, os SASUM avaliaram as informações disponíveis e suas expectativas futuras, tendo considerado a capacidade de continuar com suas atividades no futuro.

SALDO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NÃO DISPONÍVEIS PARA USO

O saldo não disponível para uso é no montante total de 10 852,23€, que se refere a cauções de terceiros de serviços de desenvolvimento de software, no montante de 3 242,34€ e outras operações de tesouraria, no montante de 7 609,89€.

DESAGREGAÇÃO DE CAIXA E DEPÓSITOS

Os depósitos bancários contêm valores em euros para os quais o risco de alteração de valor não é significativo. Todos os montantes incluídos nestas rubricas são passíveis de ser realizados no curto prazo não existindo penhoras ou garantias prestadas sobre estes ativos.

	2025	2024
Caixa	0,00	0,00
Depósitos à ordem	3 380 338,28	2 362 048,64

Depósitos à ordem no Tesouro	3 279 123,01	2 225 671,05
Depósitos bancários à Ordem	101 215,27	136 377,59
Outros depósitos	3 242,34	3 242,34
Depósitos de garantias e cauções	3 242,34	3 242,34
Total de caixa e depósitos	3 383 580,62	2 365 290,98

NOTA 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

2.1. BASES DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade e tomando por base o custo histórico. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o exercício de reporte.

Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Gestão foram efetuadas com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso. O Conselho de Gestão dos SASUM entende que as demonstrações financeiras anexas e as notas que se seguem asseguram uma adequada apresentação da informação financeira.

Tendo por base o disposto nas NCP as bases de mensuração adotadas pelos SASUM foram os seguintes:

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCP 3, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir com fiabilidade o seu valor.

As amortizações de ativos intangíveis com vida útil definida são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado no Classificador Complementar 2 ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem, em regime de duodécimos.

Acordos de concessão de serviços: Concedente

Acordo de concessão de serviços é um acordo vinculativo entre um concedente e um concessionário em que: (a) O concessionário usa o ativo da concessão de serviços para prestar um serviço público em nome do concedente por um período de tempo especificado; e (b) O concessionário é remunerado pelos seus serviços durante o período de tempo do acordo de concessão de serviços.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo de aquisição que compreende: o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos; quaisquer gastos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida e a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção de item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Embora de valor imaterial, a 31 de dezembro de 2025 ainda existem ativos revalorizados, cujo custo de aquisição foi revalorizado antes da entrada em vigor do SNC-AP, ao abrigo das seguintes disposições legais: Decretos-Lei n.º 111/88, de 2 de abril, n.º 49/91, de 25 de janeiro, n.º 264/92, de 24 de novembro e n.º 31/98, de 11 de fevereiro de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Os aumentos à quantia escriturada em resultado das revalorizações efetuadas até aquela data foram creditados em excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis, nos fundos próprios da entidade.

Observa-se o disposto na respetiva NCP, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor. Os ativos tangíveis adquiridos numa transação sem contraprestação (não inclui imóveis) foram mensurados ao valor de mercado. Alguns bens tangíveis foram reavaliados antes da entrada em vigor do SNC-AP, ao abrigo das seguintes disposições legais: Decretos-Lei n.º 111/88, de 2 de abril, n.º 49/91, de 25 de janeiro, n.º 264/92, de 24 de novembro e n.º 31/98, de 11 de fevereiro.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis com vida útil definida são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem, de acordo com o Classificador Complementar 2 que constitui anexo ao SNC-AP, e registadas numa base duodecimal.

Ativo Fixo Tangível	Vida Útil (anos)
---------------------	---------------------

Edifícios e outras construções	10 a 100
Equipamento básico	4 a 10
Equipamento de transporte	4 a 10
Equipamento Administrativo	4 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	2 a 8

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

O desreconhecimento de ativos fixos tangíveis que resultem de alienação ou abate são determinados pela diferença entre o valor de alienação e a sua quantia escriturada naquela data, a qual é reconhecida na demonstração dos resultados por naturezas, nas rubricas de “Outros gastos e perdas” ou “Outros rendimentos e ganhos”, conforme se trate de uma menos-valia ou uma mais-valia, respetivamente.

Ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e passivos exigíveis a mais de um ano, a contar com a data de balanço, são classificados como ativos e passivos não correntes.

Inventários

Os inventários são mensurados pelo custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para se concretizar a venda. Os inventários adquiridos através de uma transação sem contraprestação são mensurados pelo justo valor à data de aquisição. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido é registada uma perda por imparidade pela respetiva diferença, a qual é reconhecida na demonstração de resultados. Quando se verificar uma diminuição ou eliminação da perda por imparidade procede-se à reversão da perda por imparidade.

Instrumentos financeiros

O tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros segue o preconizado na NCP 18 – Instrumentos financeiros. Os SASUM reconhecem um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de património líquido apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja:

- Dinheiro;
- Um instrumento de património líquido de uma outra entidade;
- Um direito contratual:

- » De receber dinheiro ou outro ativo financeiro de uma outra entidade; e,
- » De trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade, segundo condições que são potencialmente favoráveis para a entidade.

Os ativos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam, sendo o reconhecimento efetuado pelo seu justo valor. As contas não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal deduzidas de eventuais perdas de imparidade reconhecidas nas rubricas de “perdas por imparidade acumuladas”, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

Quando se verificar uma diminuição ou eliminação dos indicadores de imparidade, procede-se à reversão da perda por imparidade.

Um passivo financeiro é qualquer passivo que seja:

- Uma obrigação contratual:
 - » Para entregar dinheiro ou outro ativo financeiro a uma outra entidade; ou,
 - » Para trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente desfavoráveis.

A classificação dos passivos financeiros é efetuada de acordo com a substância contratual, sendo independente da forma legal que assuma. Os passivos financeiros que constituem contas a pagar a fornecedores e outros credores são registados ao justo valor.

Um instrumento de património líquido é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade, depois de deduzir todos os seus passivos.

Rendimentos e gastos

Rendimentos de transações com contraprestação

O rendimento é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. A quantia de rendimento proveniente de uma transação é geralmente determinada por acordo entre a entidade e o comprador ou utilizador do ativo ou serviço e é mensurada pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber tendo em conta as quantias de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos. A retribuição é feita sob forma de caixa ou de equivalentes de caixa e a quantia do rendimento é a quantia de caixa ou de equivalentes de caixa recebida ou a receber.

O rédito compreende os rendimentos associados a vendas e a serviços prestados. O rédito é reconhecido nas vendas no momento da passagem para o comprador dos riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos vendidos e dos serviços prestados refletido na demonstração dos

resultados quando prestados, tendo em conta a proporção entre os serviços prestados no período e os serviços totais contratados.

Caso se verifiquem situações em que os serviços faturados são superiores aos serviços prestados, a diferença é registada na rubrica de rendimentos a reconhecer, sendo registados à medida que os mesmos são prestados e os respetivos gastos, associados a essa prestação, são incorridos.

Rendimentos de transações sem contraprestação

Um influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação reconhecido como um ativo é reconhecido como rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo influxo. Assim, satisfeita uma obrigação presente reconhecida como um passivo com respeito a um influxo de recursos proveniente de uma transação sem contraprestação, é reduzida a quantia escriturada do passivo reconhecido e reconhecer uma quantia de rendimento igual a essa redução.

O reconhecimento de um aumento no ativo em consequência de uma transação sem contraprestação, reconhece o respetivo rendimento. Se tiver sido reconhecido um passivo relativamente ao influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação, quando o passivo for subsequentemente reduzido o rendimento é reconhecido, porque ocorre o acontecimento tributável ou é satisfeita a condição. Se um influxo de recursos satisfizer a definição de contribuições dos proprietários, não é reconhecido como um passivo nem como um rendimento.

O momento do reconhecimento do rendimento é determinado pela natureza das condições e respetivo cumprimento.

Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos como:

- obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou,
- obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque:
 - » não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação; ou
 - » a quantia da obrigação não possa ser mensurada com fiabilidade.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem geralmente de acontecimentos não planeados ou inesperados que não estão totalmente sob o controlo da entidade e dão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço para a entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras porque isso poderia resultar no reconhecimento de rendimentos que poderão nunca ser realizados. Porém, quando a realização do rendimento seja praticamente certa, então os ativos relacionados não são ativos contingentes e o seu reconhecimento é apropriado.

Benefícios dos Empregados

Os benefícios dos empregados considerados como despesas correntes incluem: vencimentos, contribuições e outros encargos para a segurança social e caixa geral aposentações, abonos relativos a gratificação e representação, abonos atribuídos aos empregados em numerário ou em espécie, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal, horas extraordinárias, ajudas de custo, abono para falhas, colaborações técnicas e especializadas, indemnizações por cessações de funções, ausências permitidas a curto prazo e quaisquer outras retribuições previstas na Lei.

As obrigações decorrentes dos benefícios dos empregados classificadas como despesas correntes são reconhecidas nos resultados do período em que os respetivos serviços são prestados, estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço, numa base não descontada por contrapartida de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias vence-se no dia 1 de janeiro de cada ano, que, em regra, se reporta ao trabalho prestado no ano civil anterior. Considerando que o pagamento ocorre no ano civil seguinte, aplicando-se o regime do acréscimo devem ser considerados como gastos os efeitos das operações quando estas ocorram e não apenas quando se dá o correspondente pagamento.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Partes relacionadas

De acordo com os critérios definidos na NCP-20 – Partes Relacionadas, identificam-se de seguida as entidades relacionadas com os SASUM, divulgando, quando aplicável, informação sobre as transações existentes.

- Universidade do Minho, como Entidade mãe;
- As entidades incluídas no perímetro de consolidação de contas do Grupo UMinho, por força da Entidade mãe que controla a 100% os SASUM;

- O Conselho de Gestão.

2.3. JULGAMENTOS COM IMPACTO NAS QUANTIAS RECONHECIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A preparação das demonstrações financeiras requer que se realizem estimativas, que afetam os montantes dos passivos e ativos registados no final de cada exercício, assim como, as quantias reconhecidas de rendimentos e gastos do período.

Os principais juízos de valor efetuados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis;
- Análise de imparidade de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis;
- Análise e reconhecimento de imparidades, provisões e divulgações de passivos e ativos contingentes;
- Especializações diversas.

2.4. PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos dos SASUM, pois não existe por parte do Órgão de Gestão a intenção ou a necessidade de liquidar ou reduzir substancialmente o nível da sua atividade.

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço, mas antes da data de aprovação das demonstrações financeiras pelo Conselho de Gestão dos SASUM e desde que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, são refletidos nas demonstrações financeiras do período. Os eventos ocorridos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

Importa salientar que o enquadramento macroeconómico internacional e as dinâmicas geopolíticas continuam a gerar um contexto de incerteza, com diversos fatores suscetíveis de influenciar a atividade dos SASUM.

Os fatores macroeconómicos constituem elementos externos relevantes que podem influenciar a preparação das demonstrações financeiras e as projeções futuras dos SASUM. Estes fatores, não diretamente controlados pela entidade, têm impacto significativo na evolução das receitas, dos custos operacionais e na sustentabilidade financeira dos serviços.

A nível internacional, a persistência de conflitos armados em diferentes regiões, designadamente na Ucrânia e no Médio Oriente, bem como outras tensões geopolíticas à escala global, continuam a constituir fatores de instabilidade com reflexos nos mercados internacionais. Estas circunstâncias

contribuem para a volatilidade dos preços da energia, dos bens alimentares e de outras matérias-primas, podendo gerar impactos indiretos na evolução dos custos operacionais e no enquadramento económico em que os SASUM desenvolvem a sua atividade.

Paralelamente, a evolução económica em várias regiões do mundo, incluindo a União Europeia, bem como os ajustamentos nas principais economias globais e as alterações no contexto político internacional, continuam a influenciar a dinâmica dos mercados e das relações económicas internacionais. Estes fatores podem repercutir-se nas cadeias de abastecimento, na evolução da inflação e na estabilidade dos mercados financeiros, com efeitos potenciais nas economias mais expostas a choques externos.

No plano nacional, mantêm-se relevantes os desafios associados à sustentabilidade das finanças públicas, ao controlo da inflação e à necessidade de assegurar a equidade no acesso aos serviços sociais. Acresce que fatores de natureza ambiental e social podem agravar a vulnerabilidade de determinados grupos da população, reforçando a importância das políticas públicas de apoio social.

Por outro lado, as políticas públicas relacionadas com o ensino superior e a ação social escolar, definidas por entidades como o Ministério da Educação, Ciência e Inovação, podem influenciar significativamente o funcionamento dos SASUM. Alterações nos critérios de atribuição de bolsas de estudo, programas de apoio ao alojamento estudantil ou investimentos em infraestruturas sociais podem afetar tanto as receitas como a procura pelos serviços prestados.

Neste contexto, caracterizado por um enquadramento internacional e nacional exigente, os SASUM mantêm a necessidade de acompanhar de forma contínua a evolução dos fatores externos suscetíveis de influenciar a sua atividade. Não obstante a dificuldade em estimar com elevado grau de precisão os potenciais impactos nos custos operacionais e no equilíbrio económico-financeiro, considera-se que os riscos identificados não colocam em causa a continuidade das operações

Assim, mantêm-se adequado o pressuposto da continuidade das atividades na preparação das demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2025.

2.6. PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho de Gestão baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no concerne ao impacto nos gastos e rendimentos reais.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto na NCP 2.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos

exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 incluem análises de imparidade, remunerações a liquidar e ajustamentos aos valores do ativo e provisões.

Acontecimentos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materialmente relevantes, são divulgados no presente Anexo às demonstrações financeiras.

NOTA 3. ATIVOS INTANGÍVEIS

3.1. ATIVOS INTANGÍVEIS GERADOS INTERNAMENTE E OUTROS

Os ativos intangíveis incluem, sobretudo, gastos com programas de computador e sistemas de informação e encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das respetivas amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

a) Vidas úteis ou taxas de amortização

A vida útil dos bens adquiridos no ano económico de 2025 tem por referência as taxas de amortização previstas no Classificador Complementar 2, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. Importa referir que à data de relato todas as fichas de cadastro se encontram atualizadas, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo intangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como o seu valor de aquisição, a amortização acumulada e o seu valor líquido.

b) Métodos de amortização

Na preparação das demonstrações financeiras, é utilizado o método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil previsto no Classificador Complementar 2, em regime de duodécimos, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

c) Variação das amortizações

No exercício de 2025, os movimentos ocorridos na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, são os apresentados na tabela seguinte:

ATIVOS INTANGÍVEIS - VARIAÇÃO DAS AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADES ACUMULADAS

	Início do período	Final do período
--	-------------------	------------------

	Quantia bruta	Amortizações acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortizações acumuladas	Quantia escriturada
Licenças de Software	81 884,97	81 856,02	28,95	83 422,47	81 884,40	1 537,50
Software e sistemas de informação	97 781,61	70 358,52	27 423,09	109 171,41	78 214,85	30 956,56
Total ativos intangíveis	179 666,58	152 214,54	27 452,04	192 593,88	160 099,25	32 494,06

d) Gastos/reversões de depreciação e amortização

Os gastos e reversões de amortizações respeitantes a ativos intangíveis encontram-se refletidos na rubrica “Gastos/reversões de depreciação e amortização” na Demonstração dos Resultados por Natureza, totalizando um montante de 7 885,28€ em 2025, conforme refletido na tabela da alínea seguinte.

e) Quantia escriturada e variações do período

Tal como se verifica na tabela seguinte, no ano de 2025 registaram-se adições de ativos intangíveis no montante de 12 927,30€, bem como amortizações no valor de 7 885,28€, conforme evidenciado na referida tabela:

ATIVOS INTANGÍVEIS - QUANTIA ESCRITURADA E VARIAÇÕES DO PERÍODO

	Início do período	Variações		Quantia escriturada final
		Adições	Amortizações do período	
Licenças de Software	28,95	1 537,50	- 28,95	1 537,50
Software e sistemas de informação	27 423,09	11 389,80	- 7 856,33	30 956,56
Total ativos intangíveis	27 452,04	12 927,30	- 7 885,28	32 494,06

3.5. OUTRAS DIVULGAÇÕES

As adições respeitantes a ativos fixos intangíveis, no valor de 12 927,30€, dizem respeito a aquisições ocorridas no período de 2025, dos quais 1 537,50€ corresponde a licenças e 11 389,80€ a Software. As licenças e o software adquirido serão para a instalação de quiosques nas unidades alimentares.

Em 31 de dezembro de 2025 os SASUM mantêm em uso na sua atividade programas de computador e sistemas de informação no montante de 192 593,88€, e deste montante 152 214,54€ referem-se a ativos intangíveis totalmente amortizados.

NOTA 4. ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE

Em 2025, os SASUM detinham dois contratos de concessão de serviços, cujos objetos consistiam em:

- Serviços de *vending* em máquinas de venda automática de bebidas quentes e frias, disponíveis nas instalações da UMinho, cujo contrato prevê o pagamento de uma contrapartida financeira mensal onze meses por ano (contrato assinado em 15 de julho de 2025);
- Serviços de lavandarias *self-service*, disponíveis nas residências universitárias da UMinho, que inclui máquinas de lavar e máquinas de secar, cujo contrato prevê o pagamento de uma contrapartida financeira correspondente a 35% do valor dos serviços prestados (contrato assinado em 1 de agosto de 2024).

A informação detalhada dos contratos de concessão encontra-se na tabela seguinte:

Contratos de concessão	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato
Concessão de serviços públicos de exploração de <i>vending</i>	N VENDING-Operador de <i>Vending</i> Unipessoal, Lda.	0,00	5 anos (durante 11 meses)	1 011 780,00
Concessão de exploração de lavandarias nas instalações	LAVATUR PORTUGAL, Unipessoal, Lda.	0,00	36 meses	35% das receitas

NOTA 5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Importa começar por referir que em 2015 foi deliberado que todos os edifícios que os SASUM utilizam na sua atividade operacional, são registados como propriedade jurídica da UMinho, no entanto, considerando que o controlo destes ativos é dos SASUM, estes encontram-se registados no ativo e são objeto de depreciação pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, em conformidade com o Classificador Complementar 2 que constitui anexo ao SNC-AP, em regime de duodécimos.

5.1. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS RECONHECIDOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Bases de mensuração

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das respetivas depreciações acumuladas e qualquer possível perda por imparidade.

Os custos de aquisição incluem o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem de forma pretendida e, quando aplicável, podendo ainda incluir os custos de desmantelamento e remoção dos ativos dos respetivos locais de localização no final da vida útil.

Os custos subsequentes poderão ser incluídos na quantia escriturada do ativo ou reconhecidos como ativos separados, dependendo dos benefícios económicos ou potencial de serviço para os SASUM. Os custos com manutenção e reparação são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

b) Método de depreciação

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, a partir da data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método das quotas constantes (ou da linha reta), em regime duodecimal, sendo estimadas vidas úteis finitas, de acordo com as definidas no Classificador Complementar 2 do SNC-AP.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação

Conforme referido na nota 2.1. bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras, a vida útil dos ativos fixos tangíveis foi estabelecida de acordo com o Classificador Complementar 2. As fichas de cadastro estão atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável do ativo tangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de depreciação, bem como o seu valor de aquisição, a depreciação acumulada e o seu valor líquido.

d) Ativos fixos tangíveis – variações das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, no ano de 2025, foi o seguinte:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS – VARIAÇÃO DAS DEPRECIAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

	Início do período			Final do período		
	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações acumuladas	Quantia escriturada
Bens de domínio público patrimonial histórico, artístico e cultural	20 201,35	0,00	20 201,35	20 201,35	0,00	20 201,35
Edifícios e outras construções	23 680 579,92	10 003 320,78	13 677 259,14	23 728 683,08	10 479 643,88	13 249 039,20
Equipamento básico	3 989 225,18	3 865 464,78	123 760,40	4 219 160,76	3 910 335,06	308 825,70
Equipamento de transporte	147 844,63	127 361,31	20 483,32	147 844,63	133 506,31	14 338,32
Equipamento administrativo	1 609 689,43	1 408 283,08	201 406,35	1 683 427,41	1 481 984,16	201 443,25
Outros ativos fixos tangíveis	2 017 950,35	1 973 902,33	44 048,02	2 085 839,87	1 956 094,49	129 745,38
Investimentos em curso	0,00	0,00	0,00	214 820,41	0,00	214 820,41
Total ativos fixos tangíveis	31 465 490,86	17 378 332,28	14 087 158,58	32 099 977,51	17 961 563,90	14 138 413,61

e) Ativos fixos tangíveis – quantia escriturada e variações do período

As adições respeitantes a ativos fixos tangíveis, no valor de 634 486,65€ (675 879,02€ de aquisições do ano deduzidas do montante de 41 392,37€ – montante dos abates dos colchões e do mobiliário danificado), dizem respeito apenas a aquisições ocorridas no período de 2025, essencialmente relacionadas com equipamentos de alimentação (células de refrigeração rápida, fornos, fritadeiras basculantes e elétricas, fogões, descascadora, cortadora de legumes e ventilador com extração de

fumo), alojamento (colchões, cortinas *blackout*, televisões, placas de indução, micro-ondas, frigoríficos, arcas de congelação, cilindros, mesas, cadeiras, sofás), equipamento básico (ventilador de extração e insuflação - Unidade de tratamento de ar e extintores), equipamento informático e de telecomunicações (servidores informáticos, disco externo, impressoras, POS, portáteis, PCs, câmaras de segurança e gravadores de videovigilância) e equipamento administrativo (cadeiras ergonómicas).

Nenhuma aquisição ocorreu através de locação financeira.

Em 2025, registam-se ainda ativos fixos tangíveis em curso, no valor de 214 820,41€, relativos à execução da cobertura do complexo desportivo de Gualtar.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - QUANTIA ESCRITURADA E VARIAÇÕES DO PERÍODO

	Início do período	Variações			Quantia Escriturada final
		Adições	Depreciações acumuladas	Diminuições	
Bens de domínio público património histórico, artístico e cultural	20 201,35	0,00	0,00	0,00	20 201,35
Edifícios e outras construções	13 677 259,14	48 103,16	- 476 323,10	0,00	13 249 039,20
Equipamento básico	123 760,40	229 935,58	- 45 002,17	131,89	308 825,70
Equipamento de transporte	20 483,32	0,00	- 6 145,00	0,00	14 338,32
Equipamento administrativo	201 406,35	73 737,98	- 73 701,08	0,00	201 443,25
Outros ativos fixos tangíveis	44 048,02	67 889,52	- 23 347,34	41 155,18	129 745,38
Investimentos em curso	0,00	214 820,41	0,00	0,00	214 820,41
Total ativos fixos tangíveis	14 087 158,58	634 486,65	- 624 518,69	41 287,07	14 138 413,61

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - ADIÇÕES

	Adições	Total
	Compra	
Bens de domínio público património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	48 103,16	48 103,16
Equipamento básico	229 935,58	229 935,58
Equipamento de transporte	0,00	0,00
Equipamento administrativo	73 737,98	73 737,98
Outros ativos fixos tangíveis	67 889,52	67 889,52
Ativos fixos tangíveis em curso	214 820,41	214 820,41
Total ativos fixos tangíveis	634 486,65	634 486,65

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS - DIMINUIÇÕES

	Alienação a título oneroso	Diminuições	Total
		Outras	
Bens de domínio público património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	- 131,89	0,00	- 131,89
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	- 1100,39	- 40 054,79	- 41 155,18
Investimentos em curso	0,00	0,00	0,00
Total	- 1232,28	- 40 054,79	- 41 287,07

5.6. OUTRAS DIVULGAÇÕES DE ATIVOS TANGÍVEIS

Apesar de totalmente depreciados, a 31 de dezembro de 2025, os SASUM, ainda utilizam na sua atividade os seguintes ativos fixos tangíveis:

Ativo Fixo Tangível	2025	2024
Equipamento básico	3 910 335,06	3 865 469,51
Equipamento de transporte	133 506,31	127 361,31
Equipamento administrativo	1 481 984,16	1 408 283,08
Outros ativos fixos tangíveis	1 956 094,49	1 973 902,33
	7 481 920,02	7 375 016,23

Que correspondem a:

Ativo Fixo Tangível	2025	2024
Equipamento para investigação e formação de medida e de utilização técnica especial	29 045,94	28 511,93
Equipamento e material específico dos serviços de saúde	14 144,67	14 144,67
Equipamento e material recreativo desportivo de educação e cultura	887 967,69	874 173,65
Equipamento e material para serviços de alimentação, rouparia e lavandaria	2 270 586,37	2 246 196,23
Equipamento para agricultura pesca e jardinagem	16 706,69	16 608,03
Equipamento e material de apoio à produção	591 240,21	586 248,00
Equipamento militar de segurança e defesa	100 643,49	99 587,00
Transportes rodoviários	133 506,31	127 361,31
Equipamento informático e de telecomunicações	1 227 253,11	1 155 057,83
Equipamento de escritório e de reprografia	8 036,74	7 754,24
Mobiliário de escritório e de arquivo	245 743,61	244 520,31
Outro	950,70	950,70
Equipamento de oficina e reparações	14 778,15	14 702,00
Equipamento de decoração e conforto de utilização	1 939 594,34	1 957 478,33

Equipamento individual para fins especiais	1 722,00	1 722,00
Total	7 481 920,02	7 375 016,23

De realçar ainda que, em 2025, as fichas de bens reavaliados foram analisadas e o quadro abaixo reflete a diminuição do valor do excedente de revalorização, no montante de 162,16€, por continuação do uso do ativo (diminuição proporcional à depreciação do período) ou pela sua alienação (diminuição do valor do restante excedente relativo ao ativo alienado).

	Excedente de revalorização inicial	Realização	Excedente de revalorização final
Edifícios e outras construções	3 326,51	- 162,18	3 164,33
Total ativos fixos tangíveis	3 326,51	-162,18	3 164,33

NOTA 9. IMPARIDADES DE ATIVOS

No que diz respeito a dívidas de clientes, considera-se que o risco de incobrabilidade é devidamente justificado quando:

- Exista pendente um processo especial de recuperação de empresa ou processo de execução, falência ou insolvência;
- Os créditos tenham sido reclamados judicialmente;
- Os créditos estejam em mora há mais de 365 dias, desde a data do respetivo vencimento e existam diligências para o seu recebimento.

À data de cada demonstração da posição financeira é efetuada uma avaliação de imparidade e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique o montante pelo qual um ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

Assim, sempre que o montante pelo qual um ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados. A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o seu valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuro estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo individualmente e, não sendo possível estimar a quantia recuperável do ativo individual, é determinada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando os motivos que provocaram o registo das mesmas deixaram de existir e, conseqüentemente, o ativo deixa de estar em imparidade. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados em resultados operacionais. Contudo, a reversão de uma perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda por imparidade

não tivesse sido registada em exercícios anteriores.

Em 2025, os SASUM procederam à análise dos saldos de clientes, tendo identificado a existência de créditos de cobrança duvidosa, resultantes essencialmente da prestação de serviços de alojamento, desporto e outros serviços conexos.

Atendendo à antiguidade das dívidas, ao histórico de incumprimento e às dificuldades de recuperação evidenciadas, designadamente após as diligências de cobrança administrativa já efetuadas, foi reconhecida uma perda por imparidade, em conformidade com o previsto nas normas contabilísticas aplicáveis do SNC-AP.

O reconhecimento da imparidade teve por base uma avaliação prudente da recuperabilidade dos créditos, considerando:

- a antiguidade dos saldos em dívida;
- o histórico de cobrança e as diligências realizadas;
- a incerteza quanto à recuperação integral dos montantes.

Em consequência, foi registada uma imparidade acumulada sobre créditos a receber, refletindo o risco de incobrabilidade associado, com impacto negativo nos resultados do exercício.

Refira-se que os SASUM continuam a desenvolver diligências com vista à recuperação dos créditos, designadamente através de mecanismos de cobrança coerciva junto da Autoridade Tributária e Aduaneira ou, em alternativa, por via judicial, nos termos legalmente aplicáveis.

O montante de imparidades acumuladas ascende a 69 569,63€, registando-se, no período em análise, um acréscimo de 59 235,60€, conforme evidenciado no quadro seguinte.

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Aumentos	Diminuições	Quantia escriturada final
		Reversões de perdas por imparidades	Perdas por imparidades	
Imparidades	10 334,03	59 235,60	0,00	69 569,63

NOTA 10. INVENTÁRIOS

Para a valorização dos inventários o método de custeio aplicado é o custo médio ponderado e a gestão dos ativos nos armazéns é feita por lotes, segundo o critério *FIFO - first in first out* e segundo o critério *FEFO - first expiry first out*.

Os inventários, constituídos por mercadorias para venda e matérias-primas, subsidiárias e de consumo, a 31 de dezembro de 2025, encontram-se evidenciados na seguinte tabela:

10.1. INVENTÁRIOS

	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável 2025	Quantia recuperável 2024
Mercadorias	69 726,75	0,00	69 726,75	65 866,23
Matérias-primas subsidiárias e de consumo	153 291,29	0,00	153 291,29	151 618,77
Total inventários	223 018,04	0,00	223 018,04	217 485,00

10.2. INVENTÁRIOS: MOVIMENTOS DO PERÍODO

	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período			Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos/gastos (conta 61)	Outras reduções de inventários	
Mercadorias	65 866,23	780 445,60	- 775 416,15	- 1 168,93	69 726,75
Matérias-primas subsidiárias e de consumo	151 618,77	999 079,52	- 994 514,77	- 2 892,23	153 291,29
Total inventários	217 485,00	1 779 525,12	-1 769 930,92	- 4 061,16	223 018,04

O montante de outras reduções de inventário refere-se fundamentalmente a quebras decorrentes de produtos fora de validade e deterioração de produtos, bem como devoluções, descontos e abatimentos.

NOTA 13. RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

Foram considerados rendimentos com contraprestação provenientes das vendas e prestações de serviços:

	2025	2024
Vendas	1 747 758,53	1 808 678,36
Prestações de serviços e concessões	3 603 172,93	3 835 334,98
Serviços específicos do setor da saúde	11 171,50	18 581,00
Concessões	214 173,80	211 633,39
Alimentação	1 529 071,16	1 738 569,73
Alojamento	1 500 091,86	1 487 336,74
Recintos desportivos (serviços desportivos)	348 664,61	370 132,70
Outros serviços	0,00	9 081,42
Total rendimentos	5 350 931,46	5 644 013,34

Em 2025, a rubrica de Outros rendimentos e ganhos regista um aumento significativo de 312 282,60€, totalizando 819 850,73€, face a 2024. Esta evolução é explicada, sobretudo, por novos financiamentos, designadamente o financiamento para compensação do impacto das medidas legislativas de 2024 (180 684,19€) e o financiamento complementar de refeições (151 319,00€), assim como pelo reforço dos rendimentos associados à colaboração de estudantes (18 369,10€),

relacionada com a alteração da prestação social para 5,23€. Destaca-se ainda o registo de sinistros (6 082,35€).

	2025	2024	Varição
Outros rendimentos e ganhos	819 850,73	507 568,13	312 282,60
Outros rendimentos suplementares - isentos	26,06	29,29	- 3,23
Outros rendimentos suplementares - encargos administrativos	9 097,94	7 261,05	1 836,89
Outros rendimentos suplementares - colaboração estudantes	90 979,33	72 610,23	18 369,10
Outros rendimentos suplementares - não isentos	0,00	1 675,07	- 1 675,07
Alienações	1 764,70	4,73	1 759,97
Sinistros	6 082,35	0,00	6 082,35
Correções relativas a outros rendimentos e ganhos - Reposições	2 790,23	496,39	2 293,84
Correções relativas a outros rendimentos e ganhos - Alimentação Bares	- 0,01	0,00	- 0,01
Correções relativas a outros rendimentos e ganhos - Alimentação Restaurante/ Cantinas	61,20	131,80	- 70,60
Correções relativas a outros rendimentos e ganhos - Alojamento	1 443,82	6 744,76	- 5 300,94
Correções relativas a outros rendimentos e ganhos - Outros	18 028,35	35 891,99	- 17 863,64
Financiamento complementar refeições	151 319,00	0,00	151 319,00
Programa cheques nutricionista e psicólogo	4 690,00	0,00	4 690,00
Financiamento para compensação do impacto das medidas legislativas 2024	180 684,19	0,00	180 684,19
Subs.para Investimentos - FEDER/POCI	39 334,80	39 334,77	0,03
Subs.para Investimentos - PIDDAC	87 190,91	87 190,86	0,05
Subs.para Investimentos - POVT	22 115,40	22 115,40	0,00
Subs.para Investimentos - FEDER/POCI + PIDDAC	169 972,65	169 972,65	0,00
Subs.para Investimentos - CO3+	1 634,80	5 026,86	- 3 392,06
Subs.para Investimentos - POCER	32 537,75	48 149,48	- 15 611,73
Outros	- 24,54	1 439,25	- 1 463,79
Outros - correntes - atividade desportiva	121,80	996,53	- 874,73

NOTA 14. RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

Os montantes dos rendimentos de transações sem contraprestação encontram-se a seguir:

	2025	2024
Transferências e subsídios correntes obtidos	4 879 366,55	3 812 278,75
Transferências correntes OE	3 991 329,00	3 549 300,00
"Alojamento Estudantil Já"	63 280,00	25 120,00
Transferências correntes OE funcionamento	0,00	87 587,58
Programa cheques nutricionista e psicólogo	91 828,80	0,00
Financiamento complementar refeições	306 282,00	0,00
Financiamento complementar alojamento	361 684,00	0,00
Universidade do Minho	12 587,72	262 728,75

Universidade do Minho-Transferências Orçamentais	0,00	250 000,00
Universidade do Minho-FAS	12 587,72	12 728,75
Transferências correntes Entidades privadas	52 375,03	250,00
Lions Clube de Braga	50 000,00	0,00
Juvenal Amorim	0,00	250,00
Runporto.com	2 375,03	0,00

As transferências classificadas como sem condições, correspondem às provenientes do Orçamento do Estado – designadamente receitas de impostos não afetas a projetos cofinanciados – bem como às transferências da UMinho.

As restantes transferências foram classificadas como com condições, respeitando às seguintes naturezas:

- Transferências da Direção-Geral do Ensino Superior, no âmbito do Programa “Alojamento Estudantil Já”;
- Transferências enquadradas nos programas de cheques-nutricionista e cheque-psicólogo;
- Financiamento complementar para a ação social indireta no ensino superior, ao abrigo do artigo 192.º da Lei do Orçamento do Estado para 2025 e do artigo 129.º da Lei n.º 82/2023;
- Bolsas atribuídas pelo Lions Clube de Braga;
- No âmbito do Fundo de Apoio Social (FAS):
 - » Transferências da UMinho;
 - » Transferência da RunPorto, a título de donativo, ao abrigo do regime do mecenato.

	Rendimento do período reconhecido em 2025		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período	
Transferências sem condição	3 991 329,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências com condição	888 037,55	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	4 879 366,55	0,00	0,00	0,00	0,00

De referir que o montante total de **693 566,00€** foi creditado na conta dos SASUM na última quinzena do mês de dezembro:

- 17 de dezembro – Financiamento complementar (refeições/alojamento): 514 825,00€;
- 26 de dezembro – Financiamento complementar (refeições/alojamento): 153 141,00€;
- 29 de dezembro – Programa “Alojamento Estudantil Já”: 25 600,00€.

NOTA 15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

15.1 De acordo com a nota 2.1, os SASUM reconhecem uma provisão quando, cumulativamente, existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado, seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação e que possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação. Neste pressuposto, no ano de 2025, foram constituídas provisões no valor total de 69 715,60€ de processos judiciais em curso, conforme se apresenta na tabela seguinte:

Provisões				
Rubricas	Quantia escriturada inicial (31/12/2024)	Reforço	Reversão	Quantia escriturada final (31/12/2025)
Processos judiciais em curso	77 303,58	69 715,60	0,00	147 019,18

15.2 Na tabela detalha-se o montante da constituição de provisões no ano de 2025:

Descrição do litígio	Valor
Direitos laborais	69 715,6

15.3 Divulga-se ainda que a Caixa Geral de Aposentações fixou uma pensão anual vitalícia a quatro trabalhadores dos SASUM, decorrentes de acidentes de trabalho, conforme se detalha no seguinte quadro:

Descrição	Valor
Pensão anual vitalícia	235,49
Pensão anual vitalícia	242,72
Pensão anual vitalícia	147,35
Pensão anual vitalícia	124,75

Por ser incerta a data de início do pagamento das prestações, que atualmente se encontram suspensas, não foi constituída provisão para o efeito.

NOTA 17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materialmente relevantes, são divulgados no presente Anexo às demonstrações financeiras.

Nesta data, não são conhecidos quaisquer acontecimentos económicos materialmente relevantes para serem reconhecidos nas Demonstrações Financeiras do período económico de 2025.

NOTA 18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1 ATIVOS FINANCEIROS

A entidade classifica os ativos financeiros na categoria de contas a receber. Os SASUM têm em consideração a informação de mercado que demonstre que o devedor está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como a informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

A rubrica de caixa e depósitos inclui depósitos à ordem no tesouro e outras instituições bancárias. A caixa e depósitos engloba o dinheiro em caixa e depósitos à ordem altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor. Os depósitos bancários contêm valores em euros para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

Conforme identificado na nota 1.2 o saldo do caixa e depósitos em 31 de dezembro de 2025 apresenta um montante de 3 383 580,62€ (2 365 290,98€ em 31 de dezembro de 2024), verificando-se um aumento de 1 018 289,64€, conforme se evidencia na tabela a seguir:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Quantia escriturada final
Caixa e depósitos		
Depósitos à ordem no Tesouro	2 225 671,05	3 279 123,01
Depósitos bancários à Ordem	136 377,59	101 215,27
Depósitos consignados	0,00	0,00
Depósitos de garantias e cações	3 242,34	3 242,34
Caixa e depósitos	2 365 290,98	3 383 580,62

A rubrica de clientes apresenta o saldo de 134 919,06€, registando-se uma diminuição de 46 031,99€ face ao registado em 2024 (180 951,05€), tal como se verifica na seguinte tabela.

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Quantia escriturada final
Cientes		
Cientes, contribuintes e utentes	180 951,05	134 919,06

A rubrica outras contas a receber, apresenta um saldo de 203 704,62€, tendo-se verificado um aumento de 29 894,17€ comparativamente com o período homólogo.

Na rubrica outros acréscimos de rendimentos, verifica-se um aumento global de 3 437,95€, passando de 72 654,30€ para 76 092,25€.

Este acréscimo resulta essencialmente de registo de receitas em comissão de *vending* e no Programa cheques nutricionista e psicólogo, rubricas de aluguer de instalações de desporto e vendas de alimentação.

Destacam-se as seguintes reduções: serviços de alojamento com uma diminuição significativa de

(16 542,56€), e serviços de apoio a estudantes e respetivos encargos associados.

Na rubrica Outros devedores, verificou-se um aumento de 26 456,22€, justificado pelo crescimento das dívidas a receber de outros devedores, designadamente o *vending*.

Outras contas a receber	2025	2024
Outros acréscimos de rendimentos	76 092,25	72 654,30
Outros devedores	127 612,37	101 156,15
Total	203 704,62	173 810,45

A rubrica de diferimentos apresenta o saldo de 4 999,11€, tendo-se registado uma redução de 2 388,17€ face ao ano anterior que se justifica pela diminuição da despesa associada a aquisições de serviços no domínio do suporte técnico, manutenção de sistemas, subscrições de *software* e serviços especializados de apoio operacional, decorrente de ajustamentos nas necessidades funcionais.

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Quantia escriturada final
Diferimentos		
Gastos a reconhecer	7 387,28	4 999,11

Os juros e rendimentos similares obtidos correspondem a juros de natureza financeira associadas a operações bancárias, designadamente juros creditados pela Caixa Geral de Depósitos no decurso do período.

Rubrica	2025	2024
Juros de depósitos bancários		
Juros obtidos	1 189,33	0,00

18.2 PATRIMÓNIO LÍQUIDO

O património líquido ascende a 16 460 173,97€, registando um aumento de 5,36% que corresponde ao montante de 837 599,64€. Este valor reflete um resultado líquido de 425 800,71€, e o resultado líquido do exercício apresenta um aumento expressivo de 763 912,78€, correspondendo a uma variação de 179,47%.

Em termos globais, o aumento do património líquido é sobretudo explicado pelo reforço dos resultados transitados e pelo crescimento do resultado líquido do exercício, que compensam as reduções verificadas noutras rubricas.

	2025	2024	Variação	
	Valor	Valor	Absoluta	Relativa
Património/capital	2 301 872,93	2 301 872,93	0,00	0,00%

Resultados transitados	4 039 491,25	3 613 690,54	425 800,71	11,78%
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis	3 164,33	3 326,51	- 162,18	-4,88%
Outras variações no património líquido	8 926 094,15	9 278 045,82	- 351 951,67	-3,79%
Resultado líquido	1 189 551,31	425 638,53	763 912,78	179,47%
Total do património líquido	16 460 173,97	15 622 574,33	837 599,64	5,36%

18.3 PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos financeiros apresentados evidenciam as obrigações da entidade perante terceiros, registando-se um aumento global de 154 278,50€ (1 513 935,97€), o que corresponde a uma variação positiva de 11,3%. Este crescimento traduz um acréscimo das responsabilidades a curto prazo, exigindo um acompanhamento rigoroso da gestão de tesouraria e dos compromissos assumidos.

Na rubrica de fornecedores observa-se um aumento de 17 173,27€, relacionado com a receção de faturas e respetiva obrigação de pagamento após a data-limite de pagamento (29 de dezembro). No que respeita ao Estado e outros entes públicos, destaca-se o aumento do Imposto sobre o Valor Acrescentado a entregar, que praticamente duplicou face ao ano anterior, enquanto as contribuições para sistemas de proteção social foram integralmente regularizadas, não apresentando saldo em 2025.

Relativamente às outras contas a pagar, as remunerações a liquidar continuam a representar a componente mais significativa do passivo, com um acréscimo de 52 633,14€, evidenciando o peso dos encargos com pessoal. Verifica-se ainda um aumento nos acréscimos de gastos e nos outros credores, refletindo custos já incorridos, mas ainda não pagos, enquanto as cauções se mantêm estáveis, não registando variação entre os dois períodos.

Por último, os diferimentos apresentam um aumento relevante de 64 450,28€, evidenciando a existência de valores a reconhecer em períodos futuros, em conformidade com o princípio da especialização dos exercícios. Este acréscimo está associado, essencialmente, ao recebimento de uma verba da UMinho, no montante aproximado de 340 000,00€, destinada à realização de obras no pavilhão desportivo de Gualtar, atualmente em curso.

Em termos globais, a evolução verificada recomenda um reforço do controlo financeiro e orçamental, garantindo o cumprimento das obrigações assumidas, em conformidade com os princípios da legalidade, da boa gestão financeira e do enquadramento previsto no SNC-AP.

Passivos Financeiros	2025	2024
Fornecedores	105 398,36	88 225,09
Estado e outros entes públicos		

Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	32 740,45	16 659,17
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistema de saúde	0,00	5 629,44
Outras contas a pagar		
Remunerações a Liquidar	740 965,58	688 332,44
Outros acréscimos de gastos	73 635,59	66 321,51
Cauções	19 612,00	19 612,00
Outros credores	12 810,98	10 555,09
Diferimentos	528 773,01	464 322,73
Total	1 513 935,97	1 359 657,47

Na conta Cauções - recebidas de terceiros, encontra-se registado o montante de 19 612,00€, referente a cauções não bancárias.

	2025	2024
Cauções		
Recebidas de terceiros		
Caução Euroberço	395,80	395,80
Caução Cabareigo	3 243,44	3 243,44
Caução Soares e Grego, Lda.	3 573,90	3 573,90
Caução BA	5,20	5,20
Caução Costeira	9 151,32	9 151,32
Caução Sincelo, Sistemas de Informação, Lda.	3 242,34	3 242,34
Total de cauções	19 612,00	19 612,00

Os SASUM têm garantias bancárias não pecuniárias prestadas por terceiros, relativas a fornecedores de serviços e empreitadas que não estão relevadas no balanço, na rubrica de contas a pagar, as quais se apresentam na tabela seguinte:

	Quantia final
Cauções não pecuniárias e garantias obtidas	484 214,15
Empreitadas	419 655,03
Telhabel	416 870,10
Fuste - Construção Imobiliária	2 784,93
Fornecimento de serviços	64 559,12
Nvending	13 032,00
GOLDENERGY	34 680,52
Iberdrola Clientes Portugal, Unipessoal, Lda	16 846,60

Os juros e gastos similares suportados correspondem a despesas de natureza financeira associadas

a operações bancárias, designadamente juros debitados pela Caixa Geral de Depósitos ao longo do período. No exercício de 2024, incluem juros de mora relacionados com processos no âmbito do PREVPAP.

Rubrica	2025	2024
Juros suportados		
Juros de mora	0,00	90 616,91
Outros	71,63	161,41
	71,63	90 778,32

Em 2025, verifica-se um aumento das transferências e subsídios concedidos no montante de 63 850,44€ (20,5%) face a 2024. Esta variação positiva resulta, sobretudo, da introdução da rubrica “Outras transferências correntes concedidas” (50 000,00€), assim como do reforço dos apoios diretos aos alunos (9 461,83€), dos subsídios desportivos (8 270,21€) e culturais (5 090,91€), e ainda do aumento do Fundo de Apoio Social e dos Prémios de Mérito Desportivo.

Em sentido inverso, registam-se reduções nas rubricas de subsistência e proteção da família no âmbito das políticas ativas de emprego e formação (12 581,51€), relacionadas com o Contrato de Emprego e Inserção; e nas transferências para a UMinho (1 674,30€). Em termos gerais, a evolução observada reflete um aumento da despesa para o reforço dos apoios sociais diretos e da atividade desportiva e cultural.

	2025	2024	Variação
Transferências e subsídios concedidos	375 467,17	311 616,73	63 850,44
Prémios de Mérito Desportivo	12 125,00	10 750,00	1 375,00
Fundo de Apoio Social	12 871,75	8 963,45	3 908,30
Transferências correntes concedidas a alunos	140 306,41	130 844,58	9 461,83
Transferências UM	2 091,00	3 765,30	- 1 674,30
Subsist. Prot. Família - Políticas ativas de emprego e formação	8 073,01	20 654,52	- 12 581,51
Outras Transferências correntes concedidas	50 000,00	0,00	50 000,00
Subsídios desportivos	105 000,00	96 729,79	8 270,21
Subsídios culturais	45 000,00	39 909,09	5 090,91

Em 2025, a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos apresenta um aumento significativo de 307 497,79€, totalizando 1 647 230,73€, face a 2024. Esta evolução é explicada, sobretudo, pelo acréscimo em conservação e reparação de ativos fixos - serviços (64 580,13€), vigilância e segurança (36 510,60€), limpeza, higiene e conforto (38 228,18€), assim como pelo aumento dos trabalhos especializados (42 005,21€) e pela introdução de novas rubricas, designadamente cheques de nutricionista e psicólogo (69 825,00€) e alojamento estudantil (63 280,00€).

Verificam-se reduções em algumas rubricas relevantes, nomeadamente na eletricidade (33 418,51€), e combustíveis, assim como em despesas associadas a seguros e representação. Em termos gerais, a execução de 2025 evidencia um reforço das despesas associadas ao funcionamento corrente, manutenção de infraestruturas e apoio direto aos estudantes.

	2025	2024	Variação
Fornecimentos e serviços externos	1 647 230,73	1 339 732,94	307 497,79
Estudos pareceres e consultoria jurídica	5 325,90	0,00	5 325,90
Projetos e serviços de informática	111 296,93	88 366,63	22 930,30
Estudos de organização económico-financeiros e de auditoria	38 918,48	27 355,20	11 563,28
Desportivos	58 381,15	52 188,67	6 192,48
Social	0,00	1 593,98	- 1 593,98
Lavagem de roupa	11 199,20	15 593,05	- 4 393,85
Desbaratização	11 083,27	12 090,72	- 1 007,45
Medicina do trabalho	20 274,90	12 173,10	8 101,80
Cheques Nutricionista e Psicólogo	69 825,00	0,00	69 825,00
Trabalhos especializados-Diversos	71 562,98	29 557,77	42 005,21
Da entidade	173,94	0,00	173,94
De concursos de pessoal não docente	66,97	81,18	- 14,21
De concursos-aquisição de bens e serviços	13 885,64	15 381,34	- 1 495,70
Outros	0,00	492,00	- 492,00
Vigilância e segurança	165 537,39	129 026,79	36 510,60
Conservação e reparação ativos fixos - Serviços	194 558,24	129 978,11	64 580,13
Conservação e reparação ativos fixos - Bens	2 724,90	6 619,94	- 3 895,04
Outros serviços especializados-Inspeções	1 733,97	1 303,74	430,23
Peças ferramentas e utensílios de desgaste rápido	663,51	2 042,55	- 1 379,04
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	2 910,83	0,00	2 910,83
Outro material de escritório	0,00	842,46	- 842,46
Medicamentos e artigos para a saúde	0,00	260,28	- 260,28
Material desportivo	1 407,24	1 394,63	12,61
Outros Fornecimentos	8 435,82	4 277,05	4 158,77
Eletricidade	293 727,84	327 146,35	- 33 418,51
Combustíveis Euro-Shell	8 887,89	9 637,44	- 749,55
Outros combustíveis	143 148,65	151 856,70	- 8 708,05
Água	133 506,13	133 912,51	- 406,38
Outros	46,30	0,00	46,30
Deslocações e estadas	4 385,02	3 059,22	1 325,80
Transportes de pessoal	900,00	1 250,00	- 350,00

Transportes de mercadorias e outros bens vendidos	403,53	0,00	403,53
Alugueres	4 858,50	0,00	4 858,50
Comunicação - Telemóveis	1 785,96	1 622,25	163,71
Comunicação - Selos e Diversos	115,06	276,16	- 161,10
Comunicações - Fixas de dados	132,84	95,57	37,27
Seguros - Ramo automóvel	2 136,48	2 041,02	95,46
Seguros - Responsabilidade civil	707,68	812,63	- 104,95
Seguros - de desporto	315,37	2 565,86	- 2 250,49
Outros - Seguros	5 682,21	1 302,84	4 379,37
Despesas de representação dos serviços	3 173,55	6 561,35	- 3 387,80
Limpeza higiene e conforto	179 883,37	141 655,19	38 228,18
Outros serviços	10 188,09	25 318,66	- 15 130,57
Alojamento estudantil	63 280,00	0,00	63 280,00

Em 2025, a rubrica de Outros gastos e perdas apresenta uma redução muito significativa de 521 702,66€, totalizando 166 575,08€, face a 2024. Esta variação é explicada, sobretudo, pela forte diminuição das correções de vencimentos (325 781,90€) e das outras correções, relacionadas com os apoios a grupos culturais e AAUMinho (205 315,70€). Regista-se igualmente a redução de encargos como emolumentos do Tribunal de Contas, taxas desportivas e perdas em inventários, contribuindo para a diminuição global da rubrica.

	2025	2024	Varição
Outros gastos e perdas	166 575,08	688 277,74	- 521 702,66
Imposto- IRC	297,34	0,00	297,34
Emolumentos- Tribunal de contas	0,00	17 164,00	- 17 164,00
Taxas desportivas	0,00	4 975,60	- 4 975,60
Taxas - Outras	8 306,06	10 426,63	- 2 120,57
Perdas em inventários	4 015,63	9 995,36	- 5 979,73
Taxas	3 413,73	3 091,79	321,94
Correções vencimentos	38 455,48	364 237,38	- 325 781,90
Outras correções	8 319,59	213 635,29	- 205 315,70
Quotas	600,00	100,00	500,00
Ofertas e amostras de inventários	56,01	35,95	20,06
Serviços bancários	54 727,28	52 432,51	2 294,77
Regularização (RVFA e RVNC)	19 553,24	10 651,63	8 901,61
Encargos refeições protocolos desportivos	6 244,00	1 531,60	4 712,40
Encargos alojamento protocolos desportivos	2 480,00	0,00	2 480,00
Comissões <i>vending</i>	20 421,00	0,00	20 421,00
Regularizações transferências ativos	- 314,28	0,00	- 314,28

NOTA 19. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios aos empregados constam da nota 2.1 do presente Anexo e compreendem todos os valores auferidos pelos empregados no corrente ano. Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

O número total de trabalhadores ao serviço da entidade no final de cada exercício é o seguinte:

Descrição	N.º Trabalhadores	
	2025	2024
Departamento de Apoio ao Administrador (DAA)	25	23
Departamento Alimentar (DA)	124	120
Departamento de Apoio Social (DAS)	42	44
Departamento Contabilístico e Financeiro (DCF)	20	21
Departamento de Desporto e Cultura (DDC)	18	18
Total	229	226

A tabela seguinte evidencia o gasto total reconhecido na demonstração dos resultados, na qual se pode constatar que em 2025 os encargos relativos a gastos com pessoal aumentaram no montante de 265 869,13€.

	2025	2024	Varição
Gastos com o pessoal	5 141 156,06	4 875 286,93	265 869,13
Remunerações	59 204,98	57 536,20	1 668,78
Remunerações	4 173 856,20	3 939 356,61	234 499,59
Encargos sobre remunerações	884 916,96	839 721,77	45 195,19
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	13 680,51	9 309,37	4 371,14
Outros encargos sociais	9 497,41	29 362,98	- 19 865,57

O referido aumento dos encargos está relacionado, essencialmente, com a atualização da base remuneratória da Administração Pública, que em 2025 se fixou em 870,00€, assim como das restantes atualizações remuneratórias.

Ano	RMMG	Varição
2016	530,00	25,00
2017	557,00	27,00
2018	580,00	23,00
2019	600,00	20,00

2020	635,00	35,00
2021	665,00	30,00
2022	705,00	40,00
2023	769,20	64,20
2024	820,00	50,80
2025	870,00	50,00
Varição desde 2016		340,00

NOTA 20. DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS

Os SASUM não detêm participações financeiras, contudo a entidade é controlada a 100% pela UMinho. No quadro seguinte apresentam-se as transações ocorridas entre as partes no ano de 2025, excluído das verbas de transferências de serviços e fundos autónomos no valor de 344 590,91€.

20.1. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Saldo no início do período	Transação			Saldo no final do período	Termos e condições
			Tipo	Quantia com IVA	% no total das transações		
Entidade Mãe	Entidade que controla - Universidade do Minho	63 314,16	Aluguer de espaços	506,65	0,35%	59 731,06	NA
			Serviços de alimentação	37 621,12	26,36%		NA
			Serviços de alojamento	488,00	0,34%		NA
			Serviços prestados de colaboração de estudantes	104 108,67	72,94%		NA
Total		63 314,16		142 724,44	100%	59 731,06	

20.2. TRANSAÇÕES ENTRE OUTRAS PARTES RELACIONADAS

No quadro seguinte constam as transações com outras entidades relacionadas, por via da integração dos SASUM no perímetro da UMinho:

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Saldo no início do período	Transação			Saldo no final do período	Termos e condições
			Tipo	Quantia com IVA	% no total das transações		
Entidade controlada	APSI - Associação de Psicologia da Universidade do Minho	0,00	Serviços de alimentação	1 038,08	2,69%	0,00	NA
	Subtotal	0,00		1 038,08	2,69%	0,00	

	CVR - Centro para a Valorização de Resíduos	0,00	Serviços de alimentação	179,89	0,47%	103,11	NA	
	Subtotal	0,00		179,89	0,47%	103,11		
	TecMinho - Associação Universidade-Empresa Para o Desenvolvimento	2 675,80	Aluguer de espaços desportivos		0,00%	245,82	NA	
			Serviços de alimentação	8 593,19	22,25%			
			Serviços de alojamento		0,00%			
			Venda de outros bens		0,00%			NA
	Subtotal	2 675,80		8 593,19	22,25%	245,82		
	B.ACIS - Associação Ciência Inovação e Saúde - Braga	807,53	Serviços de alimentação	11 424,83	29,59%	0,00	NA	
	Subtotal	807,53		11 424,83	29,59%	0,00		
	Associação Fibrenamics - Instituto de Inovação em Materiais Fibrosos e Compósitos	0,00	Serviços de alimentação	560,93	1,45%	167,81	NA	
	Subtotal	0,00		560,93	1,45%	167,81		
	ACMP5 - Associação Centro de Medicina P5	0,00	Serviços de alimentação	201,82	0,52%	0,00	NA	
	Subtotal	0,00		201,82	0,52%	0,00		
Entidade associada	Associação C.C.G. / ZGDV- Centro de Computação Gráfica	131,08	Serviços de alimentação	1 750,73	4,53%	403,20	NA	
	Subtotal	131,08		1 750,73	4,53%	403,20		
	PIEP - Associação Pólo de Inovação em Engenharia de Polímeros	332,58	Serviços de alimentação	2 522,96	6,53%	0,00	NA	
	Subtotal	332,58		2 522,96	6,53%	0,00		
	CCAB - Centro Clínico Académico - Braga Associação	0,00	Serviços de alimentação	212,45	0,55%	0,00	NA	
	Subtotal	0,00		212,45	0,55%	0,00		
	CENTITVC - Centro de Nanotecnologia e Materiais Técnicos Funcionais e Inteligentes	0,00	Serviços de alimentação	21,75	0,06%	0,00	NA	
	Subtotal	0,00		21,75	0,06%	0,00		
	CEJUR - Centro de Estudos Jurídicos do Minho	0,00	Serviços de alimentação	82,09	0,21%	0,00	NA	
	Subtotal	0,00		82,09	0,21%	0,00		
	Instituto Confúcio da Universidade do Minho	0,00	Serviços de alimentação	1 760,00	4,56%	381,31	NA	
			Aluguer de instalações desportivas	506,65	1,31%	112,00	NA	
Subtotal	0,00		2 266,65	5,87%	493,31			
Outras partes relacionadas	DTX - Associação Laboratório Colaborativo em Transformação Digital	17,53	Serviços de alimentação	4 559,28	11,81%	0,00	NA	
	Subtotal	17,53		4 559,28	11,81%	0,00		

LIP - Laboratório de Instrumentação e Física	0,00	Serviços de alimentação	3 344,11	8,66%	0,00	NA
Subtotal	0,00		3 344,11	8,66%	0,00	
Associação Bip4Dab	0,00	Serviços de alimentação	343,08	0,89%	0,00	NA
Subtotal	0,00		343,08	0,89%	0,00	
CIM - Centro Internacional de Matemática	0,00	Serviços de alojamento	488,00	1,26%	0,00	NA
Subtotal	0,00		488,00	1,26%	0,00	
INESC TEC - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência	0,00	Serviços de alimentação	1 025,93	2,66%	0,00	NA
Subtotal	0,00		1 025,93	2,66%	0,00	
Total	3 964,52		38 615,77	100%	1 413,25	

INDICADORES DE DESEMPENHO

Indicadores	2025		2024		Varição pp
Indicadores Financeiros					
Dividas a pagar a curto prazo/Dividas a pagar	$\frac{1513\,935,97}{1\,660\,955,15}$	91,15%	$\frac{1\,359\,657,47}{1\,436\,961,05}$	94,62%	-3,47
Liquidez Geral (Ativo Circulante/Passivo Curto Prazo)	$\frac{3\,950\,221,45}{1\,513\,935,97}$	2,61	$\frac{2\,944\,924,76}{1\,359\,657,47}$	2,17	44,33
Liquidez Imediata (Disponibilidades/Passivo Curto Prazo)	$\frac{3\,383\,580,62}{1\,513\,935,97}$	2,23	$\frac{2\,365\,290,98}{1\,359\,657,47}$	1,74	49,53
Dividas a pagar/Ativo Líquido	$\frac{1\,660\,955,15}{18\,121\,129,12}$	9,17%	$\frac{1\,436\,961,05}{17\,059\,535,38}$	8,42%	0,74
Autonomia Financeira (Fundos Próprios/Ativo Total Líquido)	$\frac{16\,460\,173,97}{18\,121\,129,12}$	90,83%	$\frac{15\,622\,574,33}{17\,059\,535,38}$	91,58%	-0,74
Liquidez Reduzida (Ativo Curto Prazo-Existências)/Passivo Curto Prazo	$\frac{3\,727\,203,41}{1\,660\,955,15}$	224,40%	$\frac{2\,727\,439,76}{1\,436\,961,05}$	189,81%	34,60
Cobertura Imobilizado (Fundos Permanentes/Imobilizado Líquido)	$\frac{15\,270\,622,66}{14\,170\,907,67}$	107,76%	$\frac{15\,196\,935,80}{14\,114\,610,62}$	107,67%	0,09
Solvabilidade (Fundos Próprios/Passivo)	$\frac{16\,460\,173,97}{1\,660\,955,15}$	991,01%	$\frac{15\,622\,574,33}{1\,436\,961,05}$	1087,20%	-96,19

Em 2025, a situação financeira apresenta-se globalmente sólida, com uma melhoria clara na liquidez. A entidade tem agora maior capacidade para pagar as suas obrigações de curto prazo, usando os recursos disponíveis.

Os indicadores de liquidez melhoraram de forma significativa, mostrando uma tesouraria mais forte. Também o peso das dívidas de curto prazo diminuiu ligeiramente, o que é positivo para o equilíbrio da dívida.

O nível de endividamento face ao ativo aumentou um pouco, mas continua controlado. Os investimentos em ativos fixos mantêm-se totalmente financiados por capitais estáveis, o que demonstra equilíbrio financeiro.

Indicadores Económicos

Resultado Líquido/Fundos Próprios	$\frac{1189\ 551,31}{16\ 460\ 173,97}$	7,23%	$\frac{425\ 638,53}{15\ 622\ 574,33}$	2,72%	4,50
Transferências Recebidas/Proveitos Totais	$\frac{4\ 879\ 366,55}{11\ 051\ 338,07}$	44,15%	$\frac{3\ 812\ 278,75}{10\ 214\ 408,67}$	37,32%	6,83
Proveitos Totais/Custos Totais	$\frac{11\ 051\ 338,07}{9\ 861\ 786,76}$	112,06%	$\frac{10\ 214\ 408,67}{9\ 788\ 770,14}$	104,35%	7,71
Custos com o Pessoal/Custos Totais	$\frac{5\ 141\ 156,06}{9\ 861\ 786,76}$	52,13%	$\frac{4\ 875\ 286,93}{9\ 788\ 770,14}$	49,80%	2,33
Amortizações do Exercício/Custos Totais	$\frac{632\ 403,97}{9\ 861\ 786,76}$	6,41%	$\frac{624\ 866,42}{9\ 788\ 770,14}$	6,38%	0,03
Rendibilidade Líquida das Vendas e Prestações de Serviços [Resultados Líquidos/(Vendas + Prestação de Serviços)]	$\frac{1189\ 551,31}{5\ 350\ 931,46}$	22,23%	$\frac{425\ 638,53}{5\ 644\ 013,34}$	7,54%	14,69
Prazo médio de Pagamentos	3,57		5,53		
Prazo médio de Recebimentos	25,34		25,40		

Ao nível económico, verifica-se uma melhoria relevante nos resultados. A entidade apresenta maior rentabilidade e mais eficiência na sua atividade, gerando excedente no exercício.

Por fim, importa referir o aumento do peso das transferências nos proveitos totais, o que evidencia maior dependência de financiamento externo. Os custos com o pessoal também cresceram ligeiramente.

Por fim, a entidade está a pagar mais rapidamente aos fornecedores e mantém estável o tempo de recebimento, o que contribui para uma melhor gestão de tesouraria.



4.6. CONTABILIDADE DE GESTÃO

OBJETIVOS DA CONTABILIDADE DE GESTÃO

A contabilidade de gestão é um dos subsistemas do SNC-AP, conforme paragrafo 4 da Norma de Contabilidade Pública 27 (NCP 27), estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua versão atual, têm por âmbito produção de *“informação relevante e analítica sobre custos, e sempre que se justifique, sobre rendimentos e resultados, para satisfazer uma variedade de necessidades de informação dos gestores e dirigentes públicos na tomada de decisões, designadamente nos seguintes domínios: (a) No processo de elaboração de orçamentos (por exemplo, orçamentos por atividades, produtos ou serviços), nomeadamente quando se utiliza o orçamento base zero, por programas ou por objetivos; (b) Nas funções de planeamento e controlo, e na justificação para um plano de redução de custos; (c) Na determinação de preços, tarifas e taxas, como é o caso das entidades do setor local, cujos preços e taxas devem estar justificados pelo seu custo; (d) No apuramento do custo de produção de ativos fixos ou de bens e serviços; (e) Na mensuração e avaliação de desempenho (economia, eficiência, eficácia, e qualidade) de programas; (f) Na fundamentação económica de decisões de gestão como, por exemplo, para justificar a entrega de determinados serviços a entidades externas ou para fundamentar o valor de participação do Estado em serviços praticados a preços inferiores ao custo ou preço de mercado”*.

O sistema dualista pretende que a contabilidade orçamental, financeira e de gestão funcione como um único sistema numa base regular e de forma integrada, tendo como objetivo a análise da eficiência das despesas públicas, obtenção de resultados das atividades e projetos, estabelecendo a correspondência entre os meios utilizados e os objetivos programados.

Se por um lado, a contabilidade financeira visa o controlo das relações com terceiros, a revelação do património e das variações patrimoniais e o apuramento do resultado global, a contabilidade de gestão tem em vista o apuramento e análise dos custos dos produtos, assim como o apuramento e análise dos custos por atividades.

Um dos principais desafios que se colocam à contabilidade pública, tem a ver com a sua capacidade de pôr em prática sistemas que permitam planear e controlar as condições internas de exploração, determinar custos, medir a eficiência da gestão e apoiar o processo racional de tomada de decisões nos SASUM.

CONTABILIDADE DE GESTÃO NOS SASUM

APLICAÇÃO DA CONTABILIDADE DE GESTÃO NOS SASUM

INDICADORES

Dando cumprimento ao definido na NCP 27, nomeadamente a obrigatoriedade de divulgar informação sobre indicadores, e sendo os SASUM uma entidade que presta serviços de apoio com a missão de *“Proporcionar aos estudantes as melhores condições de frequência do ensino superior e de integração e vivência social e académica através da prestação de serviços nas áreas da atribuição de bolsas, alojamento, alimentar, desporto e cultura, e apoio médico”*.

O presente relatório apresenta um conjunto de indicadores que procuram responder às exigências da NCP 27 e que são o custo por:

n.º de atendimentos nos bares	
n.º de refeições nas cantinas, restaurante e grill's	
n.º de camas	
n.º de candidatos a apoios sociais	
n.º de consultas de apoio médico/ psicológico e consultas de enfermagem	
n.º de usos das instalações desportivas	
n.º de grupos culturais	

MÉTODOS UTILIZADOS

Critérios de afetação dos custos diretos

O método de apuramento dos custos utilizado pelos SASUM é o método das seções homogêneas também designado por centros de custo, que implica a divisão ou seccionamento da entidade em centros de responsabilidade, ou seja, de acordo com os elementos estruturais da entidade (pessoal, consumíveis, etc.). Estes centros de custo permitem um mais fácil controlo e imputação dos diversos custos, pois:

- é indispensável a determinação dos custos ocasionados pelo funcionamento das diversas partes dos SASUM, para que os respetivos responsáveis possam tomar as melhores decisões de gestão;
- os custos dos produtos podem assim ser determinados com maior precisão, devido à possibilidade de utilizar diferentes chaves de imputação – ou até diferentes sistemas de custeio – para as diferentes secções, o que não aconteceria caso todos os custos estivessem associados num mesmo centro de custos.

À medida que vão surgindo os gastos (classe 6), estes são classificados em contas de contabilidade de gestão (classe 9) para que, no final de cada mês se conheça a distribuição dos consumos, gastos com pessoal, gastos gerais (eletricidade, limpeza), entre outros.

Critérios de afetação dos custos indiretos

No âmbito do sistema de custeio adotado, foi utilizado o sistema de custeio *Activity Based Costing*, que se baseia nas atividades prestadas pelos SASUM e numa estrutura de centros de custos.

O sistema caracteriza-se pela imputação dos custos indiretos às atividades desenvolvidas para satisfazer as necessidades dos utentes, ou seja, o pressuposto básico é que são as atividades que consomem os recursos e não os produtos.

Imputação dos custos indiretos

Os SASUM utilizam várias chaves de imputações/ repartição dos custos indiretos e comuns. A afetação dos custos diretos não apresenta problemas pois estes são diretamente afetados aos centros de custos. A dificuldade encontra-se nos custos que são comuns e indiretos, o que requer uma repartição por cada centro de custo, ou seja, que se identifique que custos unitariamente lhe correspondem. Assim são usadas unidades de medida que identificam a percentagem que cabe a cada centro, como por exemplo: área (m²), números de refeições servidas (água e gás), entre outros e conforme apresentado nos quadros seguintes em que se discrimina as chaves de repartição utilizadas pelos SASUM, por centros de atividade (ou centros custos):

Custo de água unidade imputada	N.º de refeições servidas no mês (mapa "Diário de refeições")
	- Restaurante Panorâmico - Gualtar - Cantina - Gualtar - Grill - Gualtar
	Repartição pela área m ² (afetação pela informação da fatura)
	- Cantina - Sta.Tecla - Residência - Lloyd; Sta Tecla: bloco B, C; Azurém: bloco II e III; Combatentes - Bar 4 (Eng/ICS) - Gualtar - Pavilhão Desportivo de Braga e Azurém - Residência de Sta Tecla: Bloco A (40%), Bloco B (40%), Bloco C (20%) - Residência de Sta Tecla: Bloco D e E e Centro de Condição Física - Residência Bloco I
	A percentagem a imputar à Sede dos SASUM foi efetuada com base no consumo estimado de água (2%). A diferença é imputada à cantina, grill e restaurante com base no n.º de refeições servidas.

Custo de eletricidade unidade imputada
<ul style="list-style-type: none"> • N.º de refeições servidas no mês (mapa "Diário de refeições") • Grill e Cantina - Azurém • Discriminado na fatura: <ul style="list-style-type: none"> • Restaurante Panorâmico - Gualtar • Cantina - Gualtar • Grill - Gualtar • Cantina - Sta.Tecla - fatura global, com repartição de encargos segundo critério proporcional à área (m²), aplicável às seguintes unidades: (1) cantina; blocos A, B, C e D; Centro de condição física - Bloco I e II • Pavilhão Desportivo de Gualtar e Azurém • Botija de gás imputada ao Bloco E.

Custo de eletricidade unidade imputada

- Fatura global, a imputação é distribuída pela residência (Blocos A a E), Cantina de Sta. Tecla e Centro de Condição Física em função da área m².

Fatura com valor global do pavilhão desportivo e das residências de Azurém. A imputação do pavilhão desportivo é efetuada com base na leitura fornecida pela unidade, a diferença é distribuída pelas residências em função da área m².

Discriminado na fatura: Residência Lloyd e Residência dos Combatentes.

MAPAS DA CONTABILIDADE DE GESTÃO

Considerando a atividade dos SASUM, foi nosso entendimento que, a análise ao período do ano económico é mais vantajosa, apesar do SNC-AP considerar que as atividades das instituições de ensino superior apresentarem os seus resultados por ano letivo, sendo a única exceção a análise à Divisão de Bolsas.

Para a apresentação das divulgações obrigatórias foi desenvolvida uma análise que resultou na estruturação da informação apresentada nos quadros seguintes e que apresenta o desempenho das atividades desenvolvidas.

Após o apuramento dos custos diretos, procede-se à distribuição dos custos das atividades auxiliares (serviços administrativos, órgãos de direção e serviços de manutenção) pelas diversas atividades principais utilizadores desses recursos, sendo utilizado o método da distribuição recíproca, que prevê que os custos das atividades auxiliares sejam também repartidos por atividades auxiliares que consomem os seus recursos.

a. IMPUTAÇÃO DOS CUSTOS DAS ATIVIDADES AUXILIARES

O apuramento de repartição dos custos das atividades auxiliares às atividades principais foi desenvolvido pela afetação a seguir apresentada:

Centro/ Unidade	Designação	Classificação do Gasto											TOTAL
		60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	94	
		Transfe- rências e subsí- dios concedi- dos	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Forneci- mentos e serviços externos	Gastos com o pessoal	Gastos de depreciação e de amorti- zação	Per- das por impa- ridade	Perdas por redu- ções de justo va- lor	Provi- sões do período	Outros gastos e perdas	Gas- tos e per- das por juros e ou- tros en- car- gos	Gasto da ativi- dade	
011	Centros de custo auxiliares	62,76	4 388,14	291 973,34	1 623 317,57	61 242,37	0,00	0,00	69 715,60	69 568,50	17,32	0,00	2 120 285,60
0111	Órgão de Direção	0,00	0,00	3 033,01	387 484,55	2 663,95	0,00	0,00	0,00	25 303,62	0,00	0,00	418 485,13
0112	Serviços Administrativos	0,00	1 758,48	123 846,17	0,00	31 298,13	0,00	0,00	0,00	443,96	0,00	0,00	157 346,74
0113	Viaturas	0,00	0,00	17 574,09	0,00	6 145,00	0,00	0,00	0,00	187,23	0,00	0,00	23 906,32
0114	Divisão de Fiscalização, Manutenção e Segurança	0,00	9,75	816,12	144 007,93	825,42	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	145 659,23
0115	Economato e Aprovisionamento	0,00	839,74	7 030,49	214 368,87	9 119,95	0,00	0,00	0,00	2 361,43	0,00	0,00	233 720,48
01191	Departamento Contabilístico e Financeiro	62,76	673,17	2 085,73	257 777,68	3 294,16	0,00	0,00	0,00	2 162,20	0,00	0,00	266 055,70
01192	Divisão de Recursos Humanos	0,00	181,39	26 806,04	160 186,53	1 095,63	0,00	0,00	0,00	1 036,92	0,00	0,00	189 306,51
01193	Divisão de Sistemas de Informação	0,00	0,00	25,52	94 379,91	5 126,92	0,00	0,00	0,00	294,09	0,00	0,00	99 826,44
01194	Divisão de Apoio ao Bem-Estar do Estudante	0,00	0,00	110 447,65	73 127,38	83,52	0,00	0,00	0,00	24 588,77	0,00	0,00	208 247,32
01195	DAA - Serviços de Apoio	0,00	925,61	308,52	291 984,72	1 589,69	0,00	0,00	69 715,60	13 190,27	17,32	0,00	377 731,73

- i. A análise das atividades do ano de 2025 evidencia a distribuição dos custos operacionais por serviço prestado, conforme o número de intervenções registadas da plataforma INTRANET da UMinho, nos estados “Fechado” e “Aprovado (final)” da Divisão de Fiscalização, Manutenção e Segurança, que no ano foi de 2.491.

De referir que:

- a. O Departamento Alimentar registou 535 intervenções, com um custo total de 31 283,69 € sendo os bares a atividade com maior volume de gastos (16 840,57€) seguida das cantinas (9 238,92€);
- b. O Departamento de Apoio Social apresenta um volume significativo de 1 827 intervenções, com custos predominantemente associados à Divisão de Alojamento (105 195,08€), justificando-se pelo impacto deste serviço nos estudantes;
- c. O Departamento de Desporto e Cultura e os Serviços Administrativos apresentam menores valores de despesa, com 2 689,81€ e 4 853,36€ respetivamente.

Atividades - Ano 2025	N.º de Intervenções	Pessoal técnico, administrativo e de gestão	Matérias consumidas	Funcionamento	Transferências concedidas	Depreciações/amortizações	Outros gastos	Valor a repartir
Serviços Administrativos	83,00	4 798,34	0,32	27,19	0,00	27,51	0,00	4 853,36
Departamento Alimentar								
Atividade Alimentar – Bares	288,00	16 649,65	1,13	94,36	0,00	95,43	0,00	16 840,57
Atividade Alimentar – Cantinas	158,00	9 134,18	0,62	51,77	0,00	52,35	0,00	9 238,92
Atividade Alimentar – Restaurantes	48,00	2 774,94	0,19	15,73	0,00	15,91	0,00	2 806,76
Atividade Alimentar – Grills	41,00	2 370,26	0,16	13,43	0,00	13,59	0,00	2 397,44
	535,00	30 929,04	2,09	175,28	0,00	177,28	0,00	31 283,69

Departamento de Apoio Social									
Divisão de Alojamento	1 799,00	104 002,52	7,04	589,40	0,00	596,12	0,00	105 195,08	
Divisão de Bolsas	17,00	982,79	0,07	5,57	0,00	5,63	0,00	994,06	
Divisão de Apoio ao Bem-Estar do Estudante	11,00	635,92	0,04	3,60	0,00	3,64	0,00	643,22	
	1 827,00	105 621,23	7,15	598,58	0,00	605,40	0,00	106 832,36	
Departamento de Desporto e Cultura	46,00	2 659,32	0,18	15,07	0,00	15,24	0,00	2 689,81	
Total	2 491,00	144 007,93	9,75	816,12	0,00	825,42	0,00	145 659,22	

- ii. Da análise percebe-se que os serviços de manutenção prestam apoio a outras atividades de apoio. Foi efetuada uma repartição – onde foi utilizado o método da distribuição recíproca, sendo o valor a repartir de 4 853,36€, como se pode verificar no quadro seguinte:

Atividade ou centro de custos	Pessoal técnico, administrativo e de gestão	Matérias consumidas	Funcionamento	Transferências concedidas	Depreciações/amortizações	Outros gastos	Total de gastos	Critérios de repartição
Órgãos de Direção	387 484,55	0,00	3 033,01	0,00	2 663,95	25 303,62	418 485,13	
Serviços Administrativos	1 096 678,45	4 378,39	288 124,21	62,76	57 753,00	113 997,80	1 560 994,61	4 853,36
Divisão de Fiscalização, Manutenção e Segurança	139 154,57	9,75	816,12	0,00	825,42	0,00	140 805,86	- 4 853,36
Total	1 623 317,57	4 388,14	291 973,34	62,76	61 242,37	139 301,42	2 120 285,60	

- iii. Após repartição, foi efetuada a distribuição dos custos das atividades de apoio pelas atividades finais, tendo sido utilizado o critério do número de horas trabalhadas.

Atividades	N.º horas (jan. a dez. 2025)
Atividade Alimentar – Bares	72 428,50
Atividade Alimentar – Cantinas	64 385,00
Atividade Alimentar – Restaurantes	11 739,50
Atividade Alimentar – Grills	13 560,50
Atividade Social – Alojamento	37 810,50
Atividade Social – Bolsas e Prémios	13 370,00
Atividade Social – Apoio Clínico	9 215,50

Atividade Desportiva	27 811,00
Atividade Cultural	
Total - Horas	250 320,50

Esta repartição é efetuada com base em indutores de custo. O coeficiente de imputação é o resultado da média ponderada dos gastos dos centros de custos multiplicados pelo total de horas das atividades finais e que são os seguintes:

Atividade ou centro de custos	Pessoal técnico, administrativo e de gestão	Matérias consumidas	Funcionamento	Transferências concedidas	Depreciações/amortizações	Outros gastos	Total de gastos
Órgãos de Direção + Serviços Administrativos	1 484 163,00	4 378,39	291 157,22	62,76	60 416,95	139 301,42	1 979 479,74
<i>Coeficiente de imputação</i>	5,93	0,02	1,16	0,00	0,24	0,56	7,91

O coeficiente de imputação reflete a proporção em que cada categoria de gasto é distribuída no total. Os valores mais elevados surgem em: Pessoal Técnico, Administrativo e de Gestão (5,93) indicando que esta categoria representa a maior parcela dos custos diretos; seguida de funcionamento (1,16); e, outros gastos (0,56).

- iv. Com base nos cálculos efetuados, os custos indiretos são distribuídos pelas atividades principais, refletindo-se no total do quadro (custos das atividades e custos indiretos).

A afetação dos custos diretos aos diferentes centros de atividade permite uma visão detalhada dos custos operacionais dos SASUM.

Atividade ou centro de custos	Pessoal Técnico, Administrativo e de Gestão	Matérias consumidas	Funcionamento	Transferências concedidas	Depreciações/amortizações	Outros gastos	Total de gastos
Departamento Alimentar							
Atividade Alimentar - Bares	446 081,92	1 267,98	84 338,68	18,16	17 576,66	40 305,90	589 589,30
Atividade Alimentar- Cantinas	390 876,13	1 126,79	74 940,39	16,14	15 592,21	35 829,75	518 381,42
Atividade Alimentar - Restaurantes	72 379,04	205,53	13 670,38	2,94	2 849,33	6 532,94	95 640,16
Atividade Alimentar - Grills	82 771,16	237,35	15 786,16	3,40	3 286,53	7 546,31	109 630,91
Departamento de Apoio Social							
Divisão de Alojamento	328 182,90	668,39	44 568,22	9,48	9 722,00	21 041,25	404 192,24
Divisão de Bolsas	80 254,20	233,92	15 556,72	3,35	3 232,59	7 440,30	106 721,08
Divisão de Apoio ao Bem-Estar do Estudante	55 275,09	161,23	10 722,50	2,31	2 227,88	5 128,35	73 517,36
Departamento de Desporto e Cultura							
Atividade desportiva	167 552,16	486,63	32 363,09	6,97	6 727,66	15 476,61	222 613,12
Atividade cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1 623 372,59	4 387,82	291 946,15	62,76	61 214,87	139 301,42	2 120 285,60

a. RESULTADOS

O quadro seguinte apresenta os gastos e rendimentos dos produtos vendidos e dos serviços faturados, assim como os rendimentos gerais e dos gastos não incorporados.

Designação	Ano	
	2025	2024
RENDIMENTOS DIRETOS (1)		
Produtos vendidos	1 747 758,53	1 808 678,36
Serviços prestados	9 203 502,27	8 309 742,89
GASTOS INCORPORADOS (2)		
Custos dos produtos vendidos	1 769 930,92	1 780 907,48
Custos dos serviços prestados	7 981 063,92	7 919 136,29
RESULTADO BRUTO DO PERÍODO (3) = (1) - (2)		
Produtos	- 22 172,39	27 770,88
Serviços	1 222 438,35	390 606,60
	1 200 265,96	418 377,48
RENDIMENTOS GERAIS (4)	100 077,27	95 987,42
Outros	100 077,27	95 987,42
GASTOS NÃO INCORPORADOS (5)	110 791,92	88 726,37
Gastos gerais de funcionamento	19 687,13	16 116,14
Transferências e subsídios concedidos	91 104,79	72 610,23
Outros	0,00	0,00

RESULTADO (6 = 3 + 4 - 5)	1 189 551,31	425 638,53
DIFERENÇA RECONCILIADA (7)	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (8 = 6 + 7)	1 189 551,31	425 638,53

A análise comparativa dos resultados de revela variações significativas nas principais rubricas de rendimentos e gastos, com impacto direto no resultado líquido do período.

A evolução dos rendimentos evidencia um crescimento das atividades de venda de produtos e de prestação de serviços, decorrente do reajustamento de preços nas unidades alimentares (restaurante e Grill's), assim como do aumento das transferências do Estado, as quais foram integradas nas prestações de serviços: (1) alimentação com base numa repartição determinada no n.º de refeições servidas, e (2) alojamento no rendimento foi imputado aos blocos das residências em função percentual do rendimentos do ano.

b. RESULTADOS POR PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS NO PERÍODO

O quadro abaixo apresenta os rendimentos e gastos do período, nas diversas atividades, e as respetivas unidades de imputação/ indutor de gasto, assim como o n.º de unidades apuradas. Da sua análise, podemos constatar o apuramento por unidade é na generalidade positivo.

Produtos / Serviços	Rendimentos (1)	Gastos (2)	Resultado Bruto (3) = (1) - (2)	Tipo de Unidades (4)	Nº de Unidades (5)	Rendimento médio por unidade (6) = (1)/(5)	Gasto médio por unidade (7) = (2)/(5)	Apuramento por unidade (7) = (2)/(5)
Resultados								

Produtos/ Serviços								
Alimentação - bares	2 665 430,42	1 946 966,74	718 463,68	N.º de atendimentos	874 563,00	3,05	2,23	0,82
Alimentação - cantinas	2 205 258,63	1 889 989,91	315 268,72	N.º de refeições servidas	275 116,00	8,02	6,87	1,15
Alimentação - restaurante	483 425,89	386 993,51	96 432,38	N.º de refeições servidas	15 446,00	31,30	25,05	6,24
Alimentação - grill	538 570,22	399 836,55	138 733,67	N.º de refeições servidas	54 671,00	9,85	7,31	2,54
Apoio Social - alojamento	2 570 515,45	1 680 486,80	890 028,65	N.º de camas	1 326,00	1 938,55	1 267,34	671,21
Apoio Social - bolsas	299 548,19	358 502,04	- 58 953,85	N.º de candidatos	6 733,00	44,49	53,25	- 8,76
Apoio Social - apoio ao bem-estar	107 602,69	143 974,28	- 36 371,59	N.º de consultas	1 745,00	61,66	82,51	- 20,84
Desporto e Cultura - desporto	761 863,71	821 314,48	- 59 450,77	N.º de usos	152 405,00	5,00	5,39	- 0,39
Desporto e Cultura - cultura	0,00	150 000,00	- 150 000,00	N.º de grupos	12,00	0,00	12 500,00	- 12 500,00
Total	9 632 215,20	7 778 064,31	1 854 150,89					

O total dos rendimentos foi de 9 632 215,20€, enquanto os gastos totalizaram 7 778 064,31€, resultando num resultado bruto positivo de 1 854 150,89€, que conforme referido infra deve-se a transferências do Orçamento do Estado obtidas na segunda quinzena de dezembro, sem período temporal disponível para a respetiva aplicação em gastos da atividade.

Este resultado reflete uma boa margem operacional global, não obstante algumas atividades apresentarem saldo negativo, tendo os SASUM obtido um aumento de transferências do Estado e da UMinho, no montante total de 821 091,84€:

- Financiamento para compensação do impacto das medidas legislativas 2024: 180 684,19€;
- Financiamento complementar refeições (2024): 151 319,00€;
- Financiamento complementar refeições (2025): 306 282,00€;
- Financiamento complementar alojamento (2025): 361 684,00€.

Os gastos e rendimentos não incluem os valores identificados no ponto 2.6 (rendimentos gerais não incorporados).

No caso dos SASUM terem optado por não incorporar os rendimentos do Orçamento do Estado nos serviços, os rendimentos seriam bastante inferiores ao custo em cada serviço prestado.

c. CUSTO DAS ATIVIDADES

Neste quadro observa-se os resultados dos gastos diretos e indiretos de todas as atividades. Os gastos indiretos são resultado, da distribuição das atividades auxiliares pelas atividades principais, conforme apresentado anteriormente no ponto 2.1, aferindo-se assim o total dos gastos incorporados nas diversas atividades dos SASUM:

Designação	Atividade									TOTAL
	Alimentação				Apoio Social			Desporto e Cultura		
	Bares	Cantinas	Restaurante	Grill	Alojamento	Bolsas	Apoio ao Bem-Estar	Desporto	Cultura	
GASTOS DIRETOS										
Pessoal	991 235,42	822 728,44	169 256,74	164 660,22	537 175,19	287 590,74	119 890,06	425 301,68	0,00	3 517 838,49
Matérias consumidas	691 755,80	710 215,73	157 442,92	176 519,56	22 016,00	277,67	256,08	7 059,02	0,00	1 765 542,78
Gastos gerais de funcionamento	67 443,54	180 303,40	28 834,27	27 065,47	769 918,71	282,48	21 047,36	240 675,03	0,00	1 335 570,26
Transferências e subsídios concedidos	17 698,25	12 120,63	4 884,27	3 438,96	5 168,42	14 962,75	0,00	26 026,34	150 000,00	234 299,62
Gastos de depreciação e de amortização	33 544,38	102 280,47	25 515,78	18 691,75	284 841,50	2 697,95	323,45	103 266,32	0,00	571 161,60
Outros	145 289,35	62 341,24	1 059,53	9 460,59	61 366,98	52 690,45	2 457,33	18 986,09	0,00	353 651,56
GASTOS INDIRETOS										
Pessoal	446 081,92	390 876,13	72 379,04	82 771,16	328 182,90	80 254,20	55 275,09	167 552,16	0,00	1 623 372,59
Matérias consumidas	1 267,98	1 126,79	205,53	237,35	668,39	233,92	161,23	486,63	0,00	4 387,82
Gastos gerais de funcionamento	84 338,68	74 940,39	13 670,38	15 786,16	44 568,22	15 556,72	10 932,68	32 363,09	0,00	292 156,33

Transferências e subsídios concedidos	18,16	16,14	2,94	3,40	9,48	3,35	2,31	6,97	0,00	62,76
Gastos de depreciação e de amortização	17 576,66	15 592,21	2 849,33	3 286,53	9 722,00	3 232,59	2 227,88	6 727,66	0,00	61 214,87
Outros	40 305,90	35 829,75	6 532,94	7 546,31	21 041,25	7 440,30	5 128,35	15 476,61	0,00	139 301,42
	2 536 556,04	2 408 371,32	482 633,67	509 467,46	2 084 679,04	465 223,12	217 701,82	1 043 927,60	150 000,00	9 898 560,10

De observar que o maior custo está associado aos recursos humanos (pessoal), seguido pelas matérias consumidas. As atividades de bares e cantinas representam o maior consumo de recursos, enquanto o alojamento apresenta um custo elevado nos gastos de funcionamento.

d. RENDIMENTOS E GASTOS AMBIENTAIS

No contexto dos rendimentos e despesas ambientais, é apresentado o seguinte quadro, no qual o montante indicado corresponde às taxas dos resíduos produzidos pelos SASUM.

Rendimentos e Gastos Ambientais	Aquisição de matérias-primas e mão-de-obra	TOTAL
RENDIMENTOS AMBIENTAIS		
Transferências e subsídios obtidos	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
TOTAL DE RENDIMENTOS AMBIENTAIS (1)	0,00	0,00
GASTOS AMBIENTAIS		
Pessoal	1 972,04	1 972,04
Gastos gerais de funcionamento	14 750,76	14 750,76
Outros	309,47	309,47
TOTAL DOS GASTOS AMBIENTAIS (2)	17 032,27	17 032,27
RESULTADO AMBIENTAIS (3) = (1) - (2)	-17 032,27	-17 032,27

e. RENDIMENTOS GERAIS E GASTOS NÃO INCORPORADOS

Os rendimentos e gastos mencionados neste ponto não foram incorporados nos serviços prestados, uma vez que os SASUM consideram que não estão diretamente relacionados com as suas atividades principais, nomeadamente os rendimentos e gastos provenientes da colaboração dos estudantes e os encargos com água de edifícios nos quais os SASUM não desenvolvem atividades.

Rendimentos gerais e gastos não incorporados	Total
RENDIMENTOS GERAIS	
	100 077,27
Outros - colaboração de estudantes	89 999,55
Outros - encargos administrativos	10 077,72
Outros	0,00
GASTOS NÃO INCORPORADOS	
	-110 791,92
Gastos gerais de funcionamento	-19 687,13
Transferências e subsídios concedidos	-91 104,79
Outros	0,00
	-10 714,65

ANÁLISE COMPARATIVA

O quadro apresenta uma análise financeira e operacional das atividades dos SASUM, tendo-se registado custos reais no montante de 9 898 349,91€ e proveitos reais de 11 098 615,87€, o que se traduz numa margem operacional global de 112%.

O Departamento Alimentar e a Divisão de Alojamento apresentam resultados positivos, decorrentes da respetiva atividade e das transferências provenientes do Orçamento do Estado, conforme referido nos pontos anteriores.

Não obstante, subsistem áreas com défice operacional, designadamente a Divisão de Bolsas (74%), a Divisão de Apoio ao Bem-Estar do Estudante (57%), a atividade desportiva (84%) e a atividade cultural (0%), sendo que esta última apenas integra custos, não apresentando proveitos ou rendimentos associados.

Verifica-se ainda, de forma transversal, uma redução do número de unidades de imputação face a 2024, com impacto no custo unitário, o qual evidencia, em termos gerais, um acréscimo.

Atividade ou centro de custos	Custos totais reais (a)	Proveitos totais reais (b)	% de cobertura dos proveitos (c) = (b)/(a)	Unidades de imputação	N.º de unidades de imputação	Custo por unidade de imputação	Nº de unidades de imputação (2024)	Custo por unidade de imputação (ano de 2024)	Variação do n.º de unidades de imputação	% Variação do n.º de unidades de imputação
Departamento Alimentar										
Atividade Alimentar – Bares	2 536 556,04	3 071 213,40	121%	N.º Atendimentos	874 563,00	2,90	940 430,00	2,60	- 65 867,00	-7%
Atividade Alimentar – Cantinas	2 408 371,32	2 540 985,42	106%	N.º Refeições	275 116,00	8,75	317 530,00	7,79	- 42 414,00	-13%
Atividade Alimentar – Restaurantes	482 633,67	557 022,26	115%	N.º Refeições	15 446,00	31,25	17 246,00	25,84	- 1800,00	-10%
Atividade Alimentar – Grills	509 467,45	620 561,72	122%	N.º Refeições	54 671,00	9,32	55 434,00	8,48	- 763,00	-1%
Departamento de Apoio Social										
Divisão de Alojamento	2 084 679,04	2 961 848,64	142%	N.º Camas	1 326,00	1 572,16	1 326,00	1 449,06	0,00	0%

Divisão de Bolsas	465 223,14	345 151,16	74%	N.º de candidatos (1)	6 733,00	69,10	6 898,00	62,07	- 165,00	-2%
Divisão de Apoio ao Bem-Estar do Estudante	217 491,65	123 984,04	57%	N.º Consultas (2)	1 745,00	124,64	1 855,00	111,99	- 110,00	-6%
Departamento de Desporto e Cultura										
Atividade desportiva	1 043 927,60	877 849,23	84%	N.º Usos das Instalações	152 405,00	6,85	161 102,00	6,59	- 8 697,00	-5%
Atividade cultural	150 000,00	0,00	0%	N.º Grupos Culturais (3)	12,00	12 500,00	18,00	13 620,01	- 6,00	-33%
Total	9 898 349,91	11 098 615,87	112%							

(1) Somatório do n.º de requerimentos submetidos (ano letivo 2024/25) DGES, Fundo de Apoio Social, Bolsas INAQUA, Bolsas Lions e Apoio PAIE.

(2) Somatório do n.º de consultas de psicologia, medicina do trabalho e enfermagem.

(3) Somatório do n.º de grupos culturais que constituem o Plenário dos Grupos Culturais da Universidade do Minho e AAUMinho, considerando apenas os grupos com transferência.

CONCLUSÃO

Podemos concluir que a taxa de cobertura global é de 112% (104% em 2024), após a imputação das atividades auxiliares (gastos indiretos ou comuns), registando um aumento de 8% face ao período homólogo. Contudo, este resultado foi muito influenciado pelas comparticipações recebidas ao nível das transferências do Orçamento do Estado não obstante a diminuição da procura, refletida na redução das unidades de imputação.

No caso de não existirem transferências do Orçamento do Estado, a taxa de cobertura rondaria os 80% no Departamento Alimentar e na Divisão de Alojamento, demonstrando-se desta forma a dependência dos SASUM das subvenções orçamentais.



CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



44

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas dos **SERVIÇOS DE ACÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE DO MINHO** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 18.121.129 euros e um total de Património Líquido de 16.460.174 euros, incluindo um resultado líquido de 1.189.551 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira dos **SERVIÇOS DE ACÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE DO MINHO** em 31 de dezembro de 2025, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

JOAQUIM GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUIMARÃES, SROC

Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20181459
NIPC 503 951 943 | Capital Social 5.000 euros
Membro da ABC & Associados - SROC, ACE
geral@jmm.sroc.pt

Escritórios

Pólo de Negócios de Braga, Edifício A
Av. D. João II, n.º 404, 4.º Piso, Escritório 47
4715-275 Braga - Portugal
T(+351) 253 265 520 F(+351) 253 263 521

jmm
2/3

Av. 31 de Janeiro, n.º 31, R/C
4715-052 Braga - Portugal
T(+351) 253 213 081 F(+351) 253 213 798



A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 13.103.062 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 9.730.333 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e de relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

SOBRE O RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de atividades foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras e demonstrações orçamentais auditadas, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Braga, 27 de março de 2026

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459

Representada por:

Maria Manuela Alves Malheiro

Maria Manuela Alves Malheiro, Revisora Oficial de Contas
Registo na OROC n.º 916 | Registo na CMVM n.º 20160535

JOAQUIM GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUIMARÃES, SROC

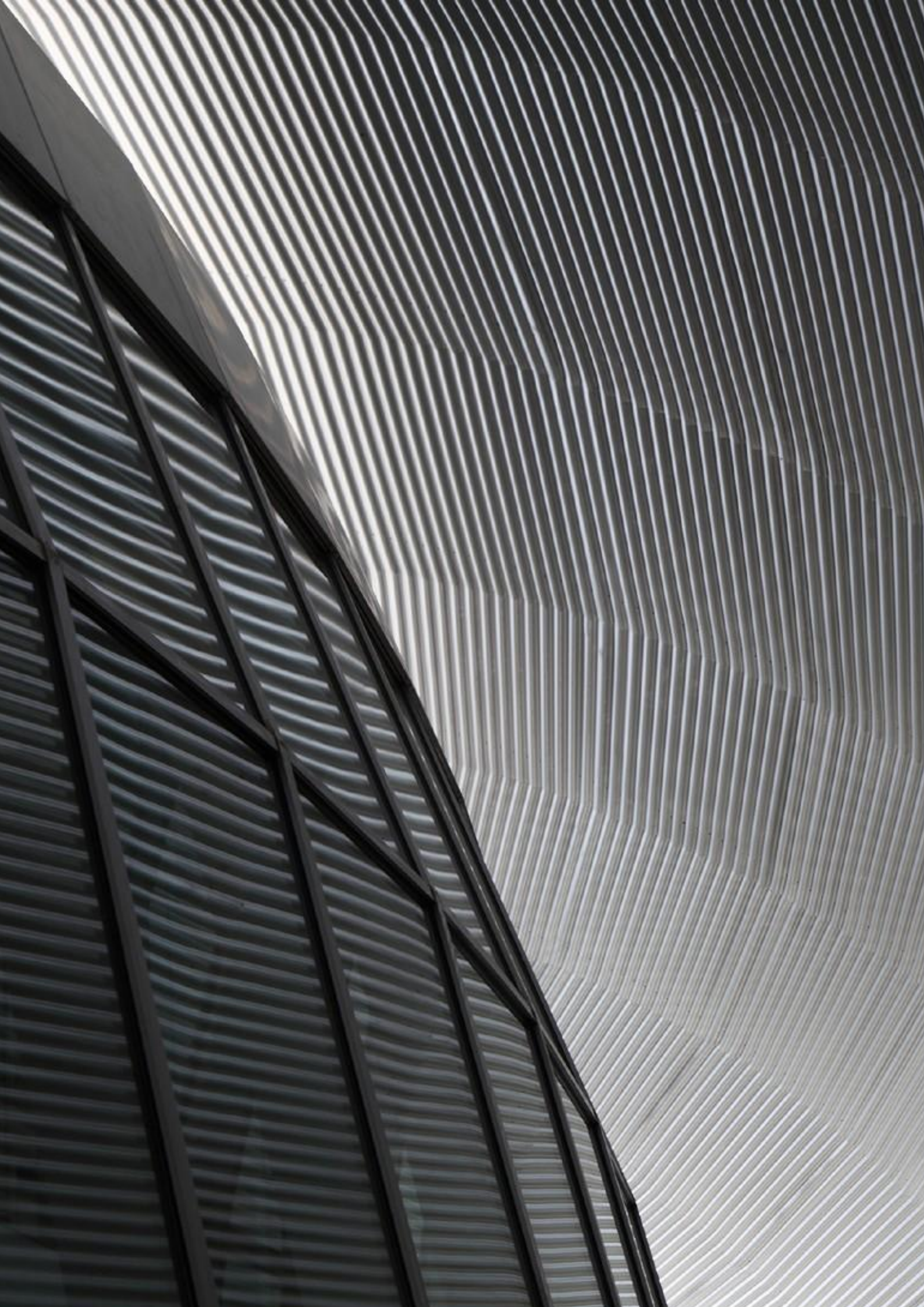
Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
NIPC 503 957 943 | Capital Social 5 000 euros
Membro de ABC & Associados - SROC, ACE
geral@jmmiroc.pt

Escritórios

Pólo do Negócios de Braga, Edifício A
Av. D. João II, n.º 404, 4.º Piso, Escritório 47
4715-275 Braga - Portugal
T(+351) 253 203 520 F(+351) 253 203 521

3/3

Av. 31 de Janeiro, n.º 31, R/C
4715-052 Braga - Portugal
T(+351) 253 213 061 F(+351) 253 213 759





**MEDIDAS DE
MODERNIZAÇÃO
ADMINISTRATIVA**

MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

O Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio, na sua versão atual, aprovou um conjunto de medidas de simplificação e de modernização administrativa, procedendo à 3ª alteração do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril e, no n.º 2 do artigo 40.º relativamente aos instrumentos de apoio à gestão refere que, “Os planos e relatórios de atividades devem contemplar, em capítulo próprio, as medidas de modernização administrativa, nomeadamente relativas à desburocratização, qualidade e inovação (...)”, dando especial enfoque na simplificação/desburocratização dos processos e nos serviços prestados de forma digital.

Em convergência com as políticas públicas de modernização da Administração Pública e em complementaridade com as medidas definidas no Plano de Atividades de 2025, apresenta-se, no quadro seguinte, o desenvolvimento/execução das mesmas.

Medidas	Ações implementadas (Execução 2025)
<p>Dar continuidade à desmaterialização dos serviços prestados pelos SASUM à comunidade</p>	<p>Executado em 2025 (continuidade de 2024)</p> <p>Foi assegurada a continuidade do processo de desmaterialização dos procedimentos no Departamento de Apoio Social, designadamente ao nível do agendamento de consultas de psicologia.</p> <p>No Departamento Alimentar, consolidaram-se os mecanismos digitais de marcação de refeições, já iniciados em anos anteriores, bem como a operacionalização do serviço de takeaway em formato desmaterializado.</p> <p>No Departamento de Desporto e Cultura, foi consolidado o processo de desmaterialização da avaliação física e da prescrição de planos de treino, assim como o sistema de gestão de reservas e marcações de serviços desportivos para os utentes.</p> <p>Adicionalmente, procedeu-se à desmaterialização da avaliação da satisfação dos utentes, através da aplicação digital de inquéritos, permitindo uma recolha e tratamento de dados mais eficientes.</p>

Consolidar a implementação de sistemas informáticos para a desmaterialização dos processos administrativos, que permita a redução de custos com papel

Executado em 2025 (continuidade de 2024)

Desmaterialização do processo de avaliação da satisfação interna (inquéritos aplicados *online*);

Continuidade da monitorização do indicador trimestral associado ao procedimento de Gestão Ambiental relativamente à redução de papel e desativação gradual de impressoras;

Em 2025 foi registada uma redução de 10,6% no consumo de papel em comparação com o ano anterior;

Promoção de reuniões periódicas de acompanhamento ao Sistema Integrado de Gestão da Qualidade com vista à simplificação e desmaterialização e conseqüente redução de registos em suporte papel.

Consolidar a disponibilização na APP dos SASUM, do processo atual, a de venda de refeição do *takeaway*

Executado. A desmaterialização de venda do *Takeaway* foi consolidada em 2025 e resultou na desmaterialização da globalidade dos serviços que iniciou em setembro de 2023. Desde essa data que o acesso à globalidade dos serviços prestados pelos SASUM passou a poder ser feito de forma digital, utilizando o Portal dos SASUM (www.sasum.uminho.pt) ou a App (disponível e que pode ser descarregada para sistema Android e para iOS). Esta medida de desmaterialização originou poupanças significativas ao nível da disponibilidade de recursos humanos (que foram afetos a outras tarefas), redução de gastos energéticos, gastos com papel e respetivo arquivo, além de que a informação que circula através de plataformas digitais, consegue ser armazenada de forma estruturada, sendo mais fácil identificar os processos que podem ser melhorados.

Estudar a implementação do sistema de acesso digital aos quartos das residências universitárias que ainda não possuem este sistema

Continuidade de execução para 2026

Foi implementado nos dois últimos anos um sistema de controlo digital de acesso aos blocos das residências universitárias, permitindo um controlo mais efetivo, bem como o desenvolvimento de indicadores de melhoria dos serviços prestados. Este

Manter a conscientização sobre práticas sustentáveis no ambiente de trabalho.

sistema de controlo aumenta significativamente a segurança e bem-estar dos residentes e, simultaneamente, facilita o desenvolvimento de um processo de gestão mais eficiente, definindo e caracterizando padrões de mobilidade tipo e moldando os processos existentes às necessidades observadas. Também foi implementado o sistema de fechaduras eletrónicas na Residência Professor Lloyd Braga. Em 2025, era intenção aplicar o mesmo sistema na Residência de Sta. Tecla, encontrando-se o processo, à data, em fase de estudo.

Executado.

No que se refere aos consumos de água, foi registada uma redução de 4,24% no consumo de água em 2025 face ao ano anterior. Para o efeito foram realizadas:

- Campanhas de sensibilização direcionadas aos trabalhadores e foi realizada uma campanha para a redução do consumo de água nas residências universitárias.
- Foi efetuada uma gestão racional no número de balneários e casas de banho a disponibilizar nos pavilhões desportivos em épocas de maior sazonalidade de modo a reduzir consumos de água, consumos energéticos e produtos de higienização;

O objetivo de redução do consumo de eletricidade em 2% foi cumprido - foi registada uma redução de 2,12% no consumo de energia elétrica em 2025 face ao ano anterior. Neste sentido foram realizadas as seguintes campanhas:

- Sensibilização aos trabalhadores.
- Foram realizadas ações de sensibilização para a minimização dos consumos de energia nas residências universitárias.

Em 2025 foi registada uma redução de 10,6% no consumo de papel em comparação com o ano anterior - O objetivo de redução de 40% não foi atingido. Contudo existiu uma orientação para a informatização dos processos que se fez sentir com a redução

	significativa do consumo de papel (redução de 10,6%). Está a ser concluído o processo de digitalização no âmbito da emissão das guias de transporte assim como a redução e digitalização dos registos existentes (ex. registos na área alimentar).
Participar em redes e grupos de trabalho que permitam a partilha e melhoria de práticas, com vista à simplificação e otimização de processos e procedimentos.	Executado. Assegurou-se a continuidade da participação em reuniões de trabalho entre as Universidades do Minho, Porto, Aveiro e Coimbra e Trás-os-Montes e Alto Douro, com enfoque na partilha estruturada de boas práticas e na promoção da convergência de procedimentos, contribuindo para a uniformização e simplificação dos processos no âmbito da ação social escolar.

Importa referenciar que, sem prejuízo do trabalho desenvolvido em 2025, dar-se-á continuidade gradual na adoção de medidas de reformulação e automatização de procedimentos, promovendo a simplificação e práticas de trabalho mais ágeis, ampliando a eficiência e eficácia dos SASUM.



12 *

